

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GLÓRIA ESTEVINHO GOMES

BNDES: UM OLHAR PARA A POLÍTICA NO BRASIL E A PROSOPOGRAFIA DE  
SEUS PRESIDENTES (1985 - 2014)

CURITIBA

2020

GLÓRIA ESTEVINHO GOMES

BNDES: UM OLHAR PARA A POLÍTICA NO BRASIL E A PROSOPOGRAFIA DE  
SEUS PRESIDENTES (1985 - 2014).

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Helena Harrich  
Silva Goulart

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Gomes, Glória Estevinho

BNDES : um olhar para a política no Brasil e a prosopografia de seus  
presidentes (1985 – 2014). / Glória Estevinho Gomes. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Profª. Drª. Mônica Helena Harrich Silva Goulart

1. Brasil – História econômica – 1985-2014. 2. Prosopografia. 3. Banco  
Nacional de Desenvolvimento Econômico do Brasil - Presidentes. I. Goulart,  
Mônica Helena Harrich Silva. II. Título.

CDD – 330.981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -  
40001016032P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **GLÓRIA ESTEVINHO GOMES** intitulada: **BNDES: UM OLHAR PARA A POLÍTICA NO BRASIL E A PROSOPOGRAFIA DE SEUS PRESIDENTES (1985-2014)**, sob orientação da Profa. Dra. MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 04 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

04/05/2020 16:49:07.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

04/05/2020 16:49:02.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

04/05/2020 16:48:13.0

ALESSANDRO CAVASSIN ALVES

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -  
40001016032P2

ATA Nº6

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM SOCIOLOGIA

No dia quatro de maio de dois mil e vinte às 14:00 horas, na sala 914, Reitoria/UFPR - D Pedro I, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **GLÓRIA ESTEVINHO GOMES**, intitulada: **BNDES: UM OLHAR PARA A POLÍTICA NO BRASIL E A PROSOPOGRAFIA DE SEUS PRESIDENTES (1985-2014)**, sob orientação da Profa. Dra. **MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: **MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART** (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ), **RICARDO COSTA DE OLIVEIRA** (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), **ALESSANDRO CAVASSIN ALVES** (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO**. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 04 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

04/05/2020 16:49:07.0

**MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART**

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

04/05/2020 16:49:02.0

**RICARDO COSTA DE OLIVEIRA**

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

04/05/2020 16:48:13.0

**ALESSANDRO CAVASSIN ALVES**

Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE)

## **RESUMO**

A presente dissertação tem como tema de pesquisa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) devido a sua importância no contexto de diferentes períodos da história da economia nacional. Analisa-se as biografias dos 19 presidentes do BNDES desde o período da redemocratização, seus capitais sociais, culturais e familiares como condutores da ocupação dos referidos cargos. A prosopografia foi adotada como um método de análise, num contexto de tecnocracia nacional, com o objetivo de dirigir um olhar sociológico a respeito das conexões entre os capitais sociais e indicações a órgãos públicos. Esse período compreende o governo de José Sarney até o final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. A opção pela proposta de pesquisa do NEP (Núcleo de Estudos do Paraná) deve-se as suas contribuições com o estudo da genealogia, constituindo-se nos parâmetros aos quais as pesquisas aqui realizadas se pautam. O foco principal desse estudo são as biografias coletivas sendo as leituras da sociologia elementos interpretativos que apontam para a desnaturalização da meritocracia. O destaque dado na história política e econômica do país é analisada através dos conceitos de campo e subcampo, desenvolvidos por Pierre Bourdieu, pois entende-se a conformidade do banco com a efetivação das políticas do governo. As fontes utilizadas para o levantamento das biografias são as disponíveis no site da Fundação Getúlio Vargas – arquivos CPDOC, referente aos biografados.

Palavras-chave: BNDES; Prosopografia; Genealogia.

## ABSTRACT

This dissertation has as research theme the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) due to its importance in the context of different periods in the history of the national economy. The biographies of the 19 presidents of the BNDES since the period of re-democratization, their social, cultural and family capital as drivers of the occupation of these positions are analyzed. Prosopography was adopted as a method of analysis, in a context of national technocracy, with the objective of directing a sociological look at the connections between social capital and nominations to public bodies. This period includes the government of José Sarney until the end of President Dilma Rousseff's first term. The option for the research proposal of the NEP (Nucleus of Studies of Paraná) is due to its contributions to the study of genealogy, constituting the parameters to which the researches conducted here are based. The main focus of this study is the collective biographies, the readings of sociology being interpretive elements that point to the denaturalization of meritocracy. The highlight given in the political and economic history of the country is analyzed through the concepts of field and subfield, developed by Pierre Bourdieu, as he understands the bank's compliance with the implementation of government policies. The sources used to survey the biographies are those available on the Fundação Getúlio Vargas website - CPDOC files, referring to the biographies.

**Keywords:** BNDES; Prosopography; Genealogy.

## **LISTA DE SIGLAS**

Banco Nacional de Habitação (BNH)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU)

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

Conselho Econômico para a América Latina (CEPAL)

Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)

Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT)

Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos (FINAME)

Fundo de Estabilização Fiscal (FEF)

Fundo Monetário Internacional (FMI)

Fundo Social de Emergência (FSE)

Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Programa de Integração Social (PIS)

Partido Social Democrático (PSD)

Partido Social Progressista (PSP)

Programa de Integração Social (PIS)

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)

Saúde Alimentação Transporte Educação (SALTE)

Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB)

União Democrática Nacional (UDN)

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PRESIDENTES DO BNDES, PARTIDOS POLÍTICOS E GOVERNO (1985-2014) .....	76
GRÁFICO 1.1 – FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DOS PRESIDENTES DO BNDES (1985-2014).....	77

## LISTA DE QUADROS

QUADRO I – GRADUAÇÃO DOS PRESIDENTES (1952-2019) .....	37
QUADRO II– PRESIDENTES DO BNDES (1985-2014).....	41
QUADRO III – FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PRESIDENTES DO BNDES (1985-2014).....	56
QUADRO IV – CAPITAIS FAMILIARES.....	61
QUADRO V - CAPITAIS SOCIAIS DOS PRESIDENTES DO BNDES(1985-2014).....	74
QUADRO VI –FILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PRESIDENTES BNDES (1985-2014).....	76

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1– LINHA DO TEMPO DA IMPLEMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA NO BRASIL .....	22
FIGURA 2– CHARGE REFERENTE AS PRIVATIZAÇÕES DA DÉCADA DE 1990.....	69

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1     CAPÍTULO I - BNDES E OS CONCEITOS DE CAMPO, SUBCAMPO E CLASSE SOCIAL</b>	<b>16</b>
1.2    A CONJUNTURA DESENVOLVIMENTISTA E O NASCIMENTO DO BNDE	19
1.3    IMPLEMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA E AS MUDANÇAS NO CENÁRIO NACIONAL	22
1.4    COMPREENDENDO O BNDES À LUZ DOS CONCEITOS DE PIERRE BOURDIEU	29
1.5    O ESTADO E O PROCESSO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	33
1.6    O ESTUDO PROSOPOGRÁFICO	35
1.7    OS PRESIDENTES DO BNDES (1985-2014)	41
1.8    ESTUDOS DE PARENTESCO	44
<b>2     CAPÍTULO II - BNDES: DO PROJETO A INSTALAÇÃO</b>	<b>48</b>
2.2    PRESIDÊNCIA DO BNDES: PERFIS E POLÍTICAS	51
2.3    OS PRESIDENTES DO BNDES E AS RELAÇÕES DE PARENTESCO	60
2.4    PRESIDENTES DO BNDES: UM QUADRO DE PREDOMINÂNCIA MASCULINA	81
<b>3     CAPÍTULO III - PRESIDENTES DO BNDES: SUAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS</b>	<b>92</b>
3.2    DILSON DOMINGOS FUNARO	93
3.3    ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO	101
3.4    MÁRCIO JOÃO DE ANDRADE FORTES	105
3.5    NEY FONTES DE MELO TÁVORA	113
3.6    EDUARDO MARCO MODIANO	115
3.7    ANTONIO BARROS DE CASTRO	117
3.8    LUIS CARLOS DELBEN LEITE	120
3.9    PÉRSIO ARIDA	122
3.10   EDMAR LISBOA BACHA	127
3.11   LUIS CARLOS MENDONÇA DE BARROS	132

3.12	ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE.....	142
3.13	JOSÉ PIO BORGES DE CASTRO FILHO.....	145
3.14	ANDREA SANDRO CALABI.....	147
3.15	FRANCÓIS ROBERT ANDRÉ GROS – FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS.....	150
3.16	ELEAZAR DE CARVALHO FILHO.....	154
3.17	CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA.....	156
3.18	GUIDO MANTEGA.....	161
3.19	DEMIAN FIOCCA.....	166
3.20	LUCIANO COUTINHO.....	168
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>170</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>173</b>
	<b>ANEXO I: LISTA DOS PRESIDENTES DO BNDES (1952-2019)</b>	<b>188</b>
	<b>ANEXO II: HOMENAGEM A ANTONIO BARROS DE CASTRO AO MESTRE COM SAUDADES.....</b>	<b>190</b>
	<b>ANEXO III – JORNAL DO COMÉRCIO – ANO 2005/ EDIÇÃO 00119.....</b>	<b>191</b>
	<b>ANEXO IV-A MÍSTICA DO PARENTESCO.....</b>	<b>192</b>

## INTRODUÇÃO

Espera-se do sociólogo que, à medida do profeta dê respostas últimas e (aparentemente) sistemáticas às questões da vida ou de morte que se colocam dia a dia na existência social. E é-lhe recusada a função, que ele tem direito de reivindicar, como qualquer cientista, de dar respostas precisas e verificáveis apenas às questões que está em condições de colocar cientificamente: quer dizer, rompendo com as perguntas postas pelo senso comum e pelo jornalismo.

Pierre Bourdieu (1993, p. 28)

A presente dissertação tem como tema de estudo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instituição criada na segunda era Vargas, com a incumbência de fomentar a industrialização no Brasil. O BNDES se insere num contexto mais geral da economia nacional e é alvo dessa investigação devido à importância, adquirida na conjuntura (e no contexto), de diferentes períodos da história nacional. O BNDES se faz presente, em vários momentos do desenvolvimento político e econômico do país, portanto sua trajetória é significativa para um olhar sociológico.

Ao longo dos seus 68 anos de existência, uma série de pesquisas foram disponibilizadas nas páginas do BNDES, produzidas por autores vinculados a instituição, atuando como economistas, dentre elas destacamos Alem; Cavalcanti, 2005; Sant'anna; Albuquerque; Borça; Araujo, 2009; Mourão, 1994, cujo teor analítico centra-se no desempenho econômico da instituição.

Em que pese a importância da trajetória do BNDES esse não é o objeto a ser perseguido nesse trabalho, o que busca-se com mais ênfase é a movimentação em torno da ocupação dos cargos de presidente o que envolve um sistema de relações pessoais instigante, aguçando o interesse pelas genealogias familiares e o poder dos capitais que as envolve.

Considera-se sua importante movimentação na história política, econômica e social do Brasil, tomando-se por base as investigações iniciais que apontam para uma bibliografia escrita, em grande parte por economistas. Fato considerado e que, ao não passar despercebido, acabou fornecendo pistas de uma agenda para a qual o olhar sociológico deveria se debruçar.

Seguindo com as investigações, e para citar alguns autores de orientação sociológica temos Souza, 2010, que ao traçar um panorama dos investimentos brasileiros no exterior, aborda a internacionalização econômica de empresas nacionais, apontando para os problemas e limites do expansionismo brasileiro. E autores como Almeida; Lima de Oliveira; Schneider, 2014, que propõem analisar a implementação e a execução das políticas industriais, num

contexto democrático, a partir de estatais como o BNDES e a Petrobras, entendendo-as enquanto as maiores e mais ativas agências da política industrial brasileira.

Observa-se, portanto, que a política econômica adotada em governos democráticos se constituem no centro destas análises, medindo o quanto o desembolso do banco - maior ou menor - afetam na autonomia das instituições. São importantes análises feitas por cientistas políticos que chamaram a atenção para refletir sobre a função política que o banco exerceu ao longo de sua caminhada histórica.

Nesse sentido, o interesse pelo BNDES se volta as interpretações de sua atuação como uma agência que atende as determinações de uma política de conjuntura, funcionando como um subcampo do campo político, na realização de financiamentos que concordam com as diretrizes governamentais.

Kluger (2017) passa a ser a referência mais próxima e com a qual dialogamos ao longo desta dissertação. A autora, em sua tese de doutorado, propõe um deslocamento histórico e geográfico, onde analisa a origem da importância atribuída a fala dos economistas no Brasil. Para tanto, sugere um deslocamento geográfico de interpretação da origem do banco caminhando de modo a apontar para o leitor o início desse tipo de pensamento tecnocrático. Segue, tecendo importantes reflexões quanto aos laços desencadeados, por contato ou parentesco, e que são firmados no processo de constituição da notoriedade atribuída a fala de um profissional como a do Economista.

Sendo a dissertação, do mestrado, um processo limitado por prazos, a realidade das agendas de pesquisa demandam especificações que viabilizem seu cumprimento. Dito isso, propõe-se um recorte metodológico, capaz de atingir satisfatoriamente essa demanda.

Em função da grandeza da instituição, o longo período inicialmente abraçado (1952–2016) é reconfigurado para o período da redemocratização (1985–2014), devido sua relevância dentro de um contexto de transição de regime político e econômico.

Desse modo, espera-se contribuir com o debate sobre o BNDES, a redemocratização e a genealogia, entendendo ainda que muito há para investigar, sobretudo com relação a necessidade social de sua existência. A inclusão do “S” de social, significou exatamente o que para o conjunto da sociedade? Em que medida ser uma agência de fomento sustenta sua existência atualmente? Qual a visibilidade do BNDES nas políticas públicas para o conjunto da sociedade?

A análise das biografias coletivas de seus presidentes, no período compreendido entre o ano de 1985 a 2014, é o objeto deste estudo. É a partir de um olhar sociológico, observando

a instituição, enquanto um subcampo do campo político, que se constrói as argumentações em torno da instituição e do governo.

Analisa-se a prosopografia dos presidentes do BNDES, desde o período do governo de José Sarney até o final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, enquanto possibilidade de leitura sobre a instituição e suas relações com a política e a organização do Brasil, a partir de um contexto específico, da história nacional.

As biografias individuais, dos 19 ocupantes tem como objetivo geral compreender os capitais sociais, culturais e familiares que levam esses agentes a ocupar o cargo dentro do banco. A criação do BNDES, como uma instituição capaz de fomentar o desenvolvimento econômico e social, tem destaque na história política e econômica do país. Esse fato chamou a atenção para o conceito de subcampo, pois, observou-se que um ideológico partidário está sempre presente na trajetória do indicado e, por regra, se efetiva.

Assim, nesse contexto, e sob uma diretriz desenvolvimentista efetivam-se ações para a instalação de uma base industrial e, ao longo da trajetória institucional adotam-se outras determinações em termos de fomento, sendo, o banco, fundamental para a realização dos projetos do governo. De onde, pode-se observar o BNDES como um subcampo que fomenta o campo político.

A tarefa do sociólogo é, conforme a citação da epígrafe, uma atividade que gera expectativa de soluções, apontando que os caminhos trilhados pelo sociólogo evidenciam dificuldades, mas, também, ressaltam sua perspicácia em lidar com o estranhamento das situações absolutamente comuns. A habilidade do cientista, está em sua capacidade metodológica, o que lhe confere capacidade analítica para contribuir cientificamente com a compreensão da realidade.

Assim, a luz dessas inquietações, propõem-se a realização desse estudo com foco principal nas biografias coletivas. A referência às leituras da sociologia, na linha de parentesco, são os fundamentos e, também, os subsídios para a captação das relações do cotidiano de uma camada da população que se encontra em condições, dentro da estrutura social, para a ocupação do cargo de presidente do BNDES. Nesse sentido, a leitura sociológica fornece elementos interpretativos que apontam para a desnaturalização da meritocracia.

Para tanto, opta-se pela proposta de pesquisa do NEP (Núcleo de Estudos do Paraná) sobre genealogia, pois se constituem em parâmetros dos quais as pesquisas aqui realizadas se pautam. Ao sistematizar as biografias de cada um dos representantes do período – disponíveis no site da Fundação Getúlio Vargas – arquivos CPDOC, enquanto presidentes do BNDES, e,



ao realizar-se o estudo das histórias comuns de seus agentes – estabeleceu-se conexões entre os capitais sociais culturais e econômicos -, de onde pode-se aferir o quão significativas são para as indicações, ou seja, as razões pelas quais os indivíduos ocupam determinados cargos na estrutura social pode ser entendido a partir da sua genealogia.

Como referencial teórico os conceitos de Pierre Bourdieu são utilizados, pois trata-se de pensador de suma importância para a sociologia contemporânea, e um referencial *sine qua non*, de análise. Sua importância teórica, deve-se a ruptura com os pressupostos tradicionais da teoria clássica das Ciências Sociais. Bourdieu, ao reavaliar os clássicos, descarta análise dicotômica tradicional e a relação sujeito/objeto (Durkheim), indivíduo/sociedade (Weber), teoria/prática (Marx), proporcionando uma leitura sociológica mais condizente com a nova conjuntura.

O conceito de campo pode ser percebido no conjunto dos espaços ocupados pelos agentes que integram a presidência do BNDES. Esses agentes, são detentores de uma representação social, dentro da instituição, e também do país como um todo. São ainda, membros de uma camada da sociedade que tem acesso à cultura, educação e a cargos importantes ganhando notoriedade pelo que simbolizam. São agentes que desfrutam de uma boa formação familiar, escolar e cultural fazendo-se notar como representantes de um *habitus* de classe, seus gostos requintados, as associações as quais pertencem, sua maneira de pensar, agir e falar denotam uma posição social que lhes confere determinados *habitus*. Ao observar essa estrutura estruturante, expressa pelo *habitus*, conforme apresentado por Bourdieu, no plano social e simbólico, esses agentes são classificados, no presente estudo, como pertencentes a um campo cultural econômico e social da classe dominante tradicional.

Observa-se, que desde a formação secundária reservam para si essas características de usufruírem de um capital familiar tradicional, em sua trajetória frequentam bons colégios, universidades conceituadas e públicas, basicamente do Rio de Janeiro e de São Paulo, formando um capital cultural. No Brasil estão ligados, via de regra, a colégios de renome sendo comum o convívio com os filhos de intelectuais, empresários e políticos que, normalmente, os acompanham em toda a formação seja aqui - nas Universidades públicas - ou no exterior, construindo-se assim laços de amizade que em algum momento da vida são acionados para posições de mando em órgãos públicos dentro da estrutura social brasileira.

Ainda em relação a Bourdieu, o autor avança em sua análise, buscando as regularidades objetivas, imprimindo um novo jeito de avaliar as subjetividades, e à exemplo dessas valiosas credenciais é que, seus referenciais teóricos são a fonte analítica da presente dissertação. Para interpretar a formação e a carreira entre os ex-presidentes do BNDES,

observa-se a incidência de uma linhagem comum de atuação entre o público e o privado, sem desconsiderar as relações familiares, que para esse estudo, se constitui em peça fundamental da condução desses agentes.

Essas trajetórias desenham uma relação de capitais simbólicos construída entre os campos, econômico, cultural e social. A existência do BNDES suscitou, a observação de um determinado jogo político capaz de mobilizar a classe dominante em torno da legitimidade de discursos que fundamentaram um plano de desenvolvimento de uma agência pública responsável pelo financiamento da industrialização no Brasil, conforme busca-se demonstrar ao longo desta dissertação.

O BNDES, foi uma instituição criada a partir de um plano estratégico, numa linha desenvolvimentista, e por uma política de governo. Ganha corpo, ao longo da segunda era Vargas, mas lhe é anterior, sendo gestada pelo plano SALTE, no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). A ênfase dada ao curso de economia, é sinalizada por Elisa Kluger (2017), que aponta a um engendramento anterior envolvendo a América Latina. Sua análise indica que a criação do BNDE é também uma questão de deslocamento histórico, geográfico e “ideológico”, que tende a legitimar um discurso em torno de uma tecnocracia que se fortalece a partir de então. É através dos debates sobre a situação de países considerados periféricos, que se definem agendas de desenvolvimento.

Num esforço interpretativo, dos meandros dessa criação, é que se faz presente o seguinte questionamento: Poderia o BNDES ser pensado, também, como um subcampo do campo político? Nossa hipótese de trabalho leva ao entendimento de que sim, pois em sua grande maioria, seus presidentes estão filiados a um partido político, imprimindo em sua gestão práticas de governo, conforme a linhagem ideológica que representam (liberal, neoliberal, progressista), conforme pretende-se demonstrar adiante.

O trabalho divide-se em três capítulos, sendo o primeiro dedicado ao desenho do contexto social, político e econômico vivido no país. Assim, o projeto desenvolvimentista da sociedade é apresentado, considerando o caminho trilhado para a criação do BNDE apresentando-se os conceitos de Pierre Bourdieu campo, subcampo e classes sociais que serão referência ao longo da análise. Para essas reflexões, o trabalho da Kluger (2017), é significativo, pois desenha sua pesquisa, traçando a rota que precede a formação tanto da CMBEUA (Comissão Mista Brasil Estados Unidos), passando pela CEPAL (Centro de Estudos para a América Latina), o que resulta na criação do BNDES.

A cronologia estabelecida aborda alguns momentos da história do país, numa perspectiva de resgate de alguns de seus momentos significativos de acordo com os

propósitos desta análise, objetivando especificamente um olhar tanto para as transformações sociais, políticas econômicas e culturais quanto para a marca ideológica da construção e destruição de uma instituição que num momento da história ganha o status de agência transformadora da condição do atraso nacional. A metáfora da transformação é personificado pelo BNDES, dentro da ideia de que traria os loros do desenvolvimento, mas, com o passar do tempo e alguns interesses, passa de anjo almejado a demônio devastador, na medida em que passa a ser retratado, pela imprensa como alvo de operações duvidosas.

O que atraiu este estudo foi, justamente essa conotação de instituição criada para “salvar” o país de um “malfadado” e “arcaico” modo de produção agrícola a uma condição de industrializado “salvador da pátria”. Trata-se, além disso de uma instituição viva, no sentido de que é composta por pessoas, e estas pessoas ocupam cargos diretivos, conduzindo-a conforme os interesses da política. Salienta-se que as relações específicas ao trato econômico certamente são melhor explicadas por economistas mas para a sociologia fica reservada a tarefa de pensar as representações que esse tipo de agência governamental suscita e, mais importante, o que as relações familiares sinalizam pelo estudo de parentesco e da prosopografia, dentro do quadro de presidentes do BNDES, no período da redemocratização.

O segundo capítulo, vai discutir instituição e governo. Com olhar sociológico, centrado no fato de que o BNDES é uma agência governamental, que mesmo transitando por vários governos, ainda se mantêm. Então não seria essa instituição, de longa duração, um órgão que funciona como um subcampo do campo político? Essa é a questão problematizada, neste segundo capítulo, bem como as bases de sustentação de sua manutenção. Desse modo, conexões existentes entre os capitais sociais na relação entre as famílias e a instituição pública, são alvo de considerações. A profissão do economista é debatida entre autores como Canêdo (2009); Bourdieu e Passeron (1992); Kluger (2017) além dos dados da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e arquivos do CPDOC que compõem seus quadros e tabelas. Pertinente às reflexões sociológicas sobre a modernidade a sucessão de cargos dentro do BNDES aponta para as questões de gênero, a qual debate-se num paralelo com o gênero também nas sucessões presidenciais.

O terceiro capítulo dá ênfase as biografias individuais de seus presidentes, permeado de informações pesquisadas nos verbetes do CPDOC e, ainda, com o auxílio da hemeroteca sem deixar de lado os jornais de época. Objetiva-se verificar as repercussões da mídia bem como conhecer um pouco mais dos biografados. Assim, constrói-se para cada biografado uma ficha padronizada, sistematizada e apresentada, considerando sua data de nascimento (e morte quando há), nomes dos pais, relações de parentesco, filiação partidária, caminho trilhado até o

cargo, atuação durante a gestão na presidência do banco, notícias sobre seu desempenho e informações quanto a aspectos relevantes desta atuação.

## CAPÍTULO I - BNDES e os conceitos de campo, subcampo e classe social

Algumas instituições são emblemáticas para um projeto de Nação, bem como alguns governos, tais como o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico)<sup>1</sup> criado em 1952 e a Petrobras criada em 1953, ambas frutos da segunda Era Vargas<sup>2</sup> e sob a égide do desenvolvimentismo<sup>3</sup> no Brasil que apresenta, desde seus primeiros avanços econômicos, uma marca de interesses familiares para a atração de investimentos quer seja para a construção das primeiras estradas de ferro onde as exigências do capital estrangeiro se fazem notar, quer seja com a criação dos bancos e agências de fomento, para a implementação de projetos que promovessem o crescimento nacional, como as instituições supra citadas.

Através do delineamento da história do BNDES, pretende-se investigar sua relevância em âmbito nacional. Busca-se, pelo desenho desta pesquisa, realizar uma prosopografia dos ocupantes do cargo de Presidente da instituição, haja vista que tal cargo não é ocupado por alguém que não tenha consolidado capital econômico, cultural, social e simbólico, conforme análise de Pierre Bourdieu (2002).

Ao descrever a teoria dos capitais, Bonnewitz (2003) analisa que para melhor compreensão do espaço social e, para romper com as representações heurísticas, de modo que, a abordagem não se limite ao campo econômico, é que Bourdieu distingue quatro tipos de capitais: o econômico que engloba um conjunto de bens econômicos (renda, patrimônio, bens materiais); o cultural sendo o conjunto de qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar e familiar variando, neste ponto, suas formas (incorporado, objetivo e institucionalizado); o social definido pelo conjunto de relações sociais do indivíduo, levando

---

<sup>1</sup> Em 1982 o “S” de social é acrescido ao nome do banco, que passa a ter como sigla BNDES, “com a nova responsabilidade de gerir o Fundo de Investimento Social (Finsocial)” (PAIVA, 2012, p.75)

<sup>2</sup> Getúlio Dornelles Vargas governou o país de 1930 a 1945 ininterruptamente constituindo o que se chamou na história de A Era Vargas. Nos interessa, particularmente, o período em que se elegeu pelo voto direto entre 1951 a 1954, quando da construção dessas duas empresas nacionais, em um período marcado pelo desenvolvimentismo, enquanto política de Estado.

<sup>3</sup> Pensar no desenvolvimentismo é tomar conhecimento, para o caso dessa pesquisa, do conteúdo produzido por Campos & Brandão (2017), onde é descrita a trajetória de vários empresários, cujos sobrenomes compõem a base empresarial brasileira e reproduzem uma visão exógena do país. Esses empresários acabam agindo em duas frentes: a primeira com vistas ao mercado internacional, no que se refere ao investimento do capital; e a segunda, como uma consequência da primeira, promovendo um crescimento interno no país, na medida em que esse crescimento favoreça o pretendido investimento financeiro, cuja política ganha o nome de desenvolvimentismo. Nesta perspectiva, as classes dominantes, em função de interesses particulares, firmam acordos com o capital exterior, articulando uma concentração de capital, e de famílias no poder, fazendo surgir empresas estratégicas para atender ao projeto desenvolvimentista. Sobrenomes importantes aparecem nas narrativas dos autores com, basicamente, a mesma estratégia, ao longo da história, que é a de usar o Estado, via cargos públicos, com recursos do BNDES, nosso objeto de análise, e que abordaremos ao longo desta dissertação, para o favorecimento em negociações com o capital internacional.

em conta a sua sociabilidade, ou seja, como seus contatos lhe permitem maior ou menor acesso a determinados cargos, por exemplo; e o simbólico como um conjunto de rituais que conferem honra e reconhecimento social. Busca-se nessas referências de Bourdieu (2002), verificar como certos capitais se constroem, vindo a consolidar carreiras sem fugir da dimensão política e institucional, especialmente as famílias, o parentesco e a consanguinidade.

É pelas biografias dos ocupantes do cargo de presidente do BNDES que busca-se interpretar a inserção de seus agentes, avaliando todo o conjunto da formação social, educacional, política e familiar. As estruturas mentais adquiridas pelo processo de socialização aliada aos espaços sociais ocupados, definem esses agentes. Para tanto, se faz necessária a compreensão destes campos que passam pela socialização e por vários momentos da vida social. Assim também, as famílias as quais pertencem, os casamentos que realizam, são dados que vinculam seus agentes a determinadas escolhas que lhes são atribuídas devido a sua herança cultural, conforme Bourdieu (2002).

As leituras possíveis desse comportamento, são observáveis pelo conceito de *habitus*. Entendendo-o como resultante da socialização, num ambiente favorecido pelo capital econômico o que confere a seu agente, uma postura diante do mundo e das coisas, e que é próprio de um bem nascido. De modo que, ao longo de sua vida, seus gostos requintados refletem o resultado de um ambiente favorável a apreciação do que é mais fino, mais rebuscado, conferindo-lhes ainda uma maneira própria de ver o mundo. Esses capitais sociais agregam a vida do agente, e seus *habitus* o identificam como pertencente a uma determinada classe social. O campo econômico e o campo político permeiam a existência do BNDES que se posiciona, dentro desta estrutura dos campos, na intersecção entre o político e o econômico. Ao verificar-se as formas de acesso está-se analisando a formação de capitais que permitem aos indivíduos associações de classe.

Para compreensão da magnitude, do projeto de criação do BNDES, deve-se entender o seu processo de construção, cuja referência histórica é a gestão do Presidente Getúlio Vargas e seu projeto desenvolvimentista. A implantação de um projeto de industrialização com vistas a apagar a imagem de um país agrícola se faz presente nos discursos do então presidente da república, conforme Fonseca (1989), Draibe (1985).

Chama-se a atenção para as sucessões presidenciais, observando o quanto adotam o banco como instituição fundamental, para a realização de determinados projetos. As sucessões presidenciais, e as políticas adotadas, são entendidas enquanto um campo político onde, em

face da representatividade do cargo, as propostas de cunho nacional, se efetivam mediante a estrutura estatal da qual o BNDES é protagonista.

Lazzarini (2018, p. 68) ao abordar o capitalismo de laços, afirma que: “Um dos atores centrais no mecanismo de crédito direcionado no Brasil e nas estratégias de financiamento das empresas é o BNDES”. De modo que, sendo o BNDES criado para fomentar uma política econômica, este funcionou e, tem funcionado como trampolim na efetivação de políticas de governo (campo) e, portanto, enquanto subcampo do campo político.

O quadro completo dos presidentes do BNDES de 1952 até 2019 é composto de 38 integrantes (Anexo I), porém o trabalho se atem aos 19 nomes que comandam a instituição no período da redemocratização (Quadro III), a partir de um recorte específico para reflexões sobre o período de análise proposto, iniciando no ano de 1985. Nesse ano, assume a Presidência do BNDES Dilson Funaro e a República é confiada a José Sarney. A investigação segue, até o ano de 2014, onde o cenário político, acolhe a primeira mulher a Presidência da República, sendo Luciano Coutinho, presidente do BNDES, por 9 anos consecutivos<sup>4</sup>.

O objetivo é o de apontar os nomes dos pesquisados, indicando, além da sistematização, também suas trajetórias profissionais, ou seja, o caminho trilhado por seus agentes até o cargo no BNDES. As biografias levantadas, pelo método prosopográfico, nos permitem identificar conexões comuns entre seus agentes, apontando para uma condição de classe, seus capitais sociais (Quadro V). Como explica-se a seguir:

A prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação. (Stone, 2011, p 115)

A prosopografia permite cruzar os dados dos biografados e apontar “coincidências” em suas histórias individuais, permitindo a visualização do que há em comum entre os que compõem a camada social dominante, evidenciando ao olhar sociológico um padrão de recrutamento.

---

<sup>4</sup> O segundo no quadro geral de longa duração no cargo. O primeiro foi Marcos Pereira Vianna que comandou o BNDES de 1970 a 1979.



Henz (2011), trabalha com a ideia da organização de um “dicionário biográfico”, indicando os riscos e benefícios deste tipo de sistematização para a análise social. Observa que é no cruzamento dos dados que o método se efetiva, proporcionando uma leitura sociológica dos dados históricos, contribuindo para interpretações das classes dominantes, respaldando esse método para pesquisas em Ciências Sociais.

O uso da prosopografia é avaliado por Monteiro (2014, página 11), que certifica tratar-se de um “método associado a um construto teórico de apreensão do mundo social”. Essa afirmação deve-se as conclusões tiradas após avaliar as produções de Henz (2011) e Stone (2011), cujas contribuições auxiliam os cientistas sociais quanto a validade do método. O debate entre historiadores e sociólogos, basicamente, já está superado e a ciência social deve avançar em suas pesquisas observando a validade do método e, principalmente valendo-se dele para o aprimoramento das pesquisas e, conseqüentemente, o avanço nas interpretações da sociedade.

E, por fim, faz-se uma abordagem sobre análises de parentesco no sentido de verificar em que medida seus capitais familiares influenciam no sucesso profissional desses agentes. A asserção orientadora é a de que *habitus* de classe condiciona, de certo modo, os indivíduos a cargos de comando em órgãos de governo ou instituições estatais com o alicerce familiar e genealógico.

## **1.2 A conjuntura desenvolvimentista e o nascimento do BNDES**

A história do BNDES é contada num caderno comemorativo dos seus 60 anos de existência, disponível no site oficial da instituição (Paiva, 2012). Esse caderno se propõe a fazer um balanço da instituição, desde sua fundação até o ano de sua publicação 2011<sup>5</sup>, fazendo, assim, um feedback dos anos anteriores e apontando a abrangência de sua atuação. A investigação do BNDES tem início com a leitura desse caderno, num levantamento inicial, descortinando a história dos fatos políticos da criação do banco, atuação dos governos em diferentes fases, e os processos sociais, cruciais para refletir a instituição.

O BNDES- nasce em 20 de junho de 1952, através da Lei nº 1628. A aprovação desta Lei culmina com um processo de desenvolvimentismo cuja, conjuntura busca adequação a um

---

<sup>5</sup> As datas comemorativas são motivo de publicações de cadernos com esse conteúdo, fornecendo ao pesquisador a possibilidade de uma fonte primária. Em 2016, o sucessor de Maria Silvia Bastos Marques, Paulo Rabello de Castro, repete essa experiência com o lançamento do Livro Verde, propondo nos mesmo moldes, um balanço da atuação do banco bem como a atualização de seus dados e perspectivas. BNDES (2018).



padrão mundial de industrialização<sup>6</sup>, que é, na gestão do Presidente Getúlio Dornelles Vargas, condição para alavancar o país, ou ainda, o objetivo perseguido para tirar o país do atraso, de acordo com Fonseca (1989). O autor tem nos discursos proferidos pelo presidente, seu objeto de investigação. Ao reconstruir esses discursos, de estudante de direito à presidência da república, também ressalta as transformações ocorridas ao longo de sua trajetória social e política. Assim, temos a década de 1950 marcada por mudanças comportamentais, tecnológicas, culturais e econômicas, sendo as características de uma economia de base agrícola gradativamente substituídas.

O contexto vivido, é o da valorização do esporte e a conquista de títulos, especialmente no futebol, cuja copa do mundo de 1950 foi realizada no Brasil, porém o primeiro título se efetiva em 1958 na copa do mundo Suécia.

No aspecto cultural destaca-se a I Bienal Internacional do Museu de Arte Moderna de São Paulo, tornando conhecidas obras de vários artistas de diferentes países. No cinema, os filmes de baixo custo, davam o tom do debate, a temas focados na realidade do país.

Na música, ao final da década, surge a Bossa Nova como um canal de mudanças, sob a influência do jazz norte-americano, no estilo do canto falado, e com letras de cunho social.

Assim, nesse cenário, as discussões político-econômicas tentam definir os rumos do país tendo como eixo temático, principal, o monopólio do petróleo.

A política nacional vive o segundo mandato da Era Vargas, cujas características são as do nacionalismo e do populismo<sup>7</sup>, conforme apresentado na análise de Fonseca (1989), sobre

---

<sup>6</sup> Essa industrialização faz parte de uma exigência imposta pelo mercado internacional e principalmente pelo capital estrangeiro, sendo que o início dessa infraestrutura é gestada, ainda no Império, conforme Campos & Brandão (2017). Um exemplo disso é a história da construção das estradas de ferro, como forma de ampliar a circulação de produtos até os portos e fazer com que essa mercadoria atinja os mercados estrangeiros, para tanto surgem alguns nomes que dão vida aos “interesses Nacionais”. Esses interesses surgem travestidos de interesses comerciais internacionais, sobretudo do capital Inglês. A história da Fundação & Estaleiros de Ponta d’Areia é a história da construção das ferrovias e do poder público no Brasil. Fundamentalmente, marca um *modus operandi* da burguesia em manter o interesse para fora do país, atrair investimentos e trazer o progresso. Nos chama a atenção, a adequação da ideia de crescimento nacional vinculado a exigências externas, a usurpação do Estado além dos interesses específicos da classe dominante.

<sup>7</sup> Getúlio Vargas foi presidente do Brasil por 15 anos e autor de muitas transformações em termos de legislação e investimentos no Estado. Sua primeira fase (1930-1945) é marcada pela criação de instituições que regulamentam o trabalho, bem como leis que conferem garantias ao trabalhador. Neste ato, acentua seu carisma, adorado pelas massas, passa a ser referendado como “o pai dos pobres”, configurando o que conhecemos por populismo. O populismo, é entendido como uma maneira de governar objetivando angariar a confiança do povo, baseando-se num discurso carismático, simples, dando a ideia de que é capaz de resolver todos os problemas do país. Já em seu segundo mandato (1951-1954), acontece a criação da Petrobrás e do BNDE - fase na qual inaugura importantes iniciativas nas áreas social e econômica. O nacionalismo é uma ideologia surgida no século XIX, quando na Europa se afirmavam os Estados –Nações. O termo é utilizado para descrever o indivíduo que se sente identificado com uma nação por suas atitudes, no caso brasileiro foi utilizado nos discursos políticos do então presidente exaltando a modernização pela via da industrialização, e de seu projeto desenvolvimentista, clamando a Nação a valorização desse novo Brasil. (Silva, sem data, on line).

os discursos do período. O autor aponta para o cunho ideológico impregnado em seus discursos, os quais impunham o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento a nação que “desejava” a industrialização no país, como condição de abandonar seu perfil agrícola, evidenciado como uma característica de atraso.

Nos preparativos para a modernização do país alguns acordos dão subsídio para a criação do BNDE, com o propósito de financiar o desenvolvimento nacional, através do reaparelhamento econômico. Esses acordos, têm origem no final da primeira fase de seu governo e direcionam os rumos seguidos à sua sucessão. Fundamental destaque para as leis trabalhistas e a consolidação do populismo - visto com maus olhos por parte da burguesia industrial, porém ovacionado pelo povo. Ressalta-se, ainda, a criação de importantes instituições responsáveis pela efetivação do seu projeto desenvolvimentista.

O ano de 1945, historicamente, marca o fim da II Guerra Mundial e dá margem a Guerra Fria, o partido dominante no Brasil ainda é o PSD (Partido Social Democrático), ao qual Eurico Gaspar Dutra se vincula e, mesmo a UDN (União Democrática Nacional) tendo lançado o brigadeiro Eduardo Gomes na disputa, o apoio de Getúlio Vargas não deixou espaço para dúvidas. As urnas respondem com 51% de preferência<sup>8</sup>. Desse modo, entre outras decisões tomadas, o plano SALTE<sup>9</sup> é criado e torna-se o precursor do desenvolvimento econômico, na tentativa do reaparelhamento do Estado.

Para decidir sobre a liberação de verbas junto ao FMI, no período pós guerra, a orientação recebida do capital externo é a da formação de uma Comissão Mista entre o Brasil e os Estados Unidos (CMBEU)<sup>10</sup>, como resultado de negociações conduzidas durante o governo Dutra, com o propósito de realizar estudos macroeconômicos e, tendo como objetivo, o estudo dos chamados pontos de estrangulamento da economia brasileira. Com duração de dois anos e meio, num primeiro diagnóstico, permitiu estabelecer a infra-estrutura necessária para a industrialização. Essa comissão foi composta por nomes como o de: Eugênio Gudim,

---

<sup>8</sup> Retorna, na segunda era Vargas, candidatando-se pelo PTB e apoiado pelo PSP – Partido Social Progressista vencendo o pleito de 1950 com 48,7% dos votos. (Freire, sem data, online)

<sup>9</sup> Suas iniciais fazem alusão as intenções do governo no atendimento à população e como projeto desenvolvimentista. Saúde, Alimentação, Transporte e Educação – SALTE.

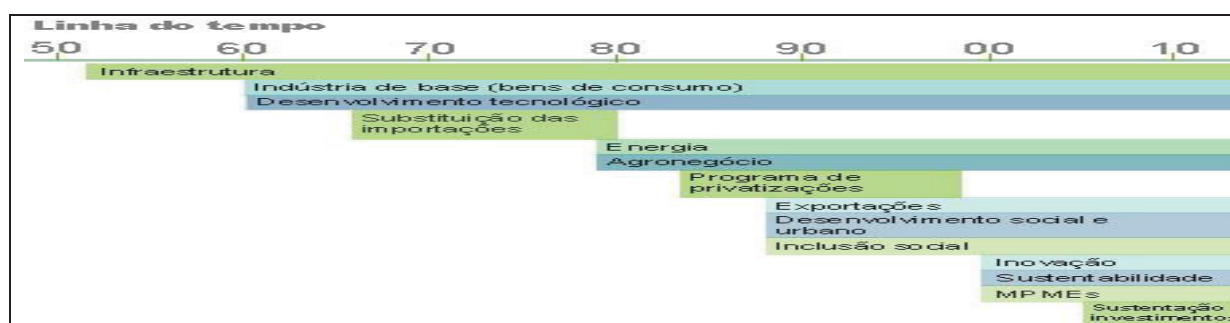
<sup>10</sup> Ao término da segunda guerra mundial, os países envolvidos necessitavam de reconstrução, por determinação da ONU, a prioridade seria dada aos atingidos, como a participação do Brasil não causara danos físicos interno, o entendimento da agência foi de que não atendia aos critérios estabelecidos, sendo, portanto, necessário a formação da CMBEU.

Otávio Gouveia de Bulhões e Valter Lima Sarmanho<sup>11</sup>, e gerou uma perspectiva setorial que foi publicada em 17 volumes, contendo 41 macroprojetos considerados prioritários para o desenvolvimento econômico brasileiro. Esses nomes também compõem o quadro de presidentes dentro do BNDE, nos primeiros anos de atuação desta instituição.

### 1.3 Implementação da indústria e as mudanças no cenário nacional.

A partir da década de 50, o cenário nacional passa por interesses que dão o tom da implementação do processo de industrialização no país. A princípio a infraestrutura compõe esses interesses e, à medida em que, as décadas vão avançando, outras prioridades são satisfeitas, conforme Figura 1 - Linha do tempo a seguir, representada até o ano de 2010.

FIGURA 1 - Linha do tempo da implementação da indústria no Brasil



FONTE: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso 29.fev.2016

A seguir busca-se brevemente ilustrar as nuances das mudanças proporcionadas pela atuação do Banco, com vistas a resgatar a história da implementação do projeto desenvolvimentista, verificando pelos destaques das décadas, os diferentes objetivos perseguidos para a construção de um Brasil moderno. Essa linha do tempo, pode possibilitar, ao leitor, uma síntese cronológica sobre essas etapas buscando visualizar e significar a importância da instituição nesse processo.

Observa-se que, nas décadas de 1950 e 1960, predominantemente, a implementação da indústria foi o objetivo a ser alcançado. Nesse sentido, os primeiros investimentos tinham foco no reaparelhamento dos portos e ferrovias, bem como na ampliação do potencial elétrico

<sup>11</sup> Nome que compõe o quadro dos presidentes do BNDE ainda na administração de Vargas e tem afinidade parental com o presidente. Esses nomes dão indícios da formação da tecnocracia brasileira, cujas origens, para efeito deste estudo, datam desta época.

e a associação com os institutos de pesquisa, tais como a CEPAL<sup>12</sup> e a FGV<sup>13</sup>, que se encarregavam de fornecer análise de dados referentes a macroeconomia e da evolução da renda nacional, respectivamente.

As décadas de 1960 e 1970 enfatizam o desenvolvimento tecnológico, começando a ganhar corpo a indústria de base (a produção de bens e consumo), constituindo-se de um período de crescimento econômico, fazendo-se notar pelo aumento das cidades, coordenados pelos programas do sistema nacional de habitação, o BNH<sup>14</sup>. Esse sistema de habitação cuidava tanto do desenvolvimento das cidades - financiando residências, quanto do desenvolvimento estatal em grandes obras, que davam continuidade em setores básicos como energia e transportes.

O estudo de Ribeiro Júnior (2015), sobre fontes renováveis, analisa seus reflexos na economia brasileira apontando para a atuação do BNDES<sup>15</sup> nesse mesmo período, identificando nuances de investimentos que funcionam como estímulo para expansão dos negócios do grande capital e, principalmente multinacionais<sup>16</sup>. O mantra “cortar os investimentos em conjunto” mantinha a ideia em voga de executar, em todos os setores básicos da economia, um forte programa de substituição de importações, contando com a experiência de 20 anos em análise de viabilidade de projetos e no gerenciamento de créditos e, sendo esta peça, a chave de indução ao desenvolvimento.

---

<sup>12</sup> CEPAL = Comissão Econômica para América Latina, reuniu em debate profissionais e analistas econômicos, sendo posteriormente aberto agências também no Brasil.

<sup>13</sup> FGV = Fundação Getúlio Vargas vai se tornar o núcleo de formação fundamental para atuação no mercado e também no BNDES

<sup>14</sup> BNH = Banco Nacional de Habitação, foi criado em 1964 para gerir e financiar uma política destinada a “promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda”, bem como a ampliar as oportunidades de emprego e dinamizar o setor da construção civil. Seu carro chefe era o SFH (Sistema Financeiro de habitação), cuja finalidade principal era garantir a execução do Plano nacional da Habitação.

<sup>15</sup> Considerado pelo autor, como peça indispensável no esquema estatal de indução ao desenvolvimento. Tem como estratégia a fusão de áreas de financiamento, como forma de abrir novas frentes de apoio ao financiamento. O que acaba fortalecendo uma ágil e ampla rede de repassadores (RIBEIRO JUNIOR, 2015, p. 30). Na Presidência do BNDES estava Marcos Pereira Vianna de 1970 a 1979, engenheiro pela Universidade do Brasil e no ano seguinte assume a Vale do Rio Doce, ocupou ainda o Ministério do Planejamento no governo de Garrastazu Médice. É o 11º Presidente do BNDES, à frente da instituição reforçou seu caráter privatista, como também o do setor privado da economia brasileira (CPDOC, sem data, on line). Seu pai Ari Vianna, era contador e funcionário público Chefe da Secretaria da Fazenda do Espírito Santo, foi prefeito de Cachoeiro do Itapemirim em 1945, foi Deputado Federal pelo Espírito Santo PSD e em 1948 votou contra o mandato dos parlamentares comunistas, foi eleito Senador em 1954, permaneceu no cargo até 1963 casado com Maria Madalena Pereira Vianna. É sobrinho de Arizio Vianna, diretor do DASP. (CPDOC, sem data, on line)

<sup>16</sup> Com os estímulos do governo e dos financiamentos na década de 1960 a General Motors, Crysler e a Ford, adentraram ao mercado brasileiro com a condição de fabricar automóveis nos padrões americanos.

Com o aparecimento das estatais, criou-se a Siderbrás, uma combinação de particular (Villares, Barra Mansa e Riograndense) e as estatais (Vale do Rio Doce, CSN, Usiminas) e multinacionais (Kawasaki Steel e Nippon Steel), que dava suporte ao crescimento da indústria de bens duráveis, além das produtoras de matérias básicas do ramo petroquímico que alavancaram o projeto de crescimento econômico e que assegurassem os insumos ao setor automobilístico. Muitos foram os investimentos com o objetivo de consolidar a indústria no país, desse modo, o governo se empenhava em substituir importações. Seu agente financiador, o BNDE, participou ativamente desse processo, sobretudo no apoio à empresa privada nacional, considerada o elo mais vulnerável no tripé econômico.

Ribeiro Junior (2015, p. 31), afirma que em 1974, precisando adequar-se à mudança, o BNDE, “passa a gerenciar os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), criados no início da década com uma parcela do lucro das empresas, formando um fundo de amparo aos trabalhadores (FAT)”. Esses recursos, em sua maior parte, destinavam-se aos novos investimentos, com a exigência de que não fossem estrangeiros, nem de origem municipal e nem, tampouco, servissem para compor capital de giro no comércio ou na prestação de serviços. As profundas mudanças no BNDE, foram oriundas dos recursos do PIS/PASEP incrementando sua capacidade de apoio aos investimentos, segundo o autor.

Assim, conforme o autor, pode-se entender que o banco angariou recursos da produção nacional e do trabalhador, ou seja, mudou suas características de acordo com as políticas interessadas na continuidade ou não do programa nacional de desenvolvimento, o que reforça a convicção de que trata-se de um subcampo do campo político. Com essas iniciativas, o BNDE acompanhava o processo de transformação pelo qual vinha passando o mercado de crédito e de capitais desde a reforma que, na década de 60, modificara totalmente o Sistema Financeiro Nacional, passando pelo crédito imobiliário rural, os bancos para captação de depósitos à vista, os bancos de investimento, as financeiras e as Bolsas de Valores, com diversas formas de captação e aplicação. Contudo, não efetivando essa previsão, o esperado aumento da oferta de financiamentos privados de longo prazo não acontece, e a principal razão disso foi a escalada inflacionária.

Ainda segundo Ribeiro Junior (2015), a nova estratégia do BNDES, era detectar os setores importantes da economia buscando empresários que, mediante condições favoráveis, se dispusessem a ocupar esses nichos. Na época, a correção monetária dos débitos se limitava a 20%. A política seguida pelo Banco, correspondia, assim, à estabelecida pelo governo, ou seja, fornecia juros subsidiados como forma de incentivar o desenvolvimento de setores

econômicos, que eram considerados estratégicos, e não vinham sendo devidamente explorados. Os financiamentos do BNDE, viabilizaram importantes projetos nos ramos do aço, do papel e celulose, da petroquímica, da soda cáustica e cloro, do estanho, zinco e alumínio, do cimento e dos fertilizantes.

Desse modo, empresas nacionais de papel e celulose, setor até então carente de financiamento, fizeram uso dos incentivos do BNDE, para ampliar e modernizar suas fábricas alcançando assim, as metas de autossuficiência pretendidas pelo governo.

No setor de equipamentos básicos, o Banco não só concedia financiamentos a fabricantes, como também facilitava através do Finame<sup>17</sup> o crédito para comercialização, adotando taxas de juro decrescentes na razão direta da nacionalização do equipamento, tendo como critérios o conteúdo tecnológico, o caráter pioneiro da fabricação e a participação da engenharia brasileira. Empresas como a Cofap, a Villares Equipamentos, a Máquinas Piratininga e a Bardella receberam forte apoio do Finame.

Outra prova da visão modernizadora do Banco eram os investimentos numa área que, embora ainda nova e pouco conhecida, viria a revolucionar o mundo nos anos seguintes: a informática. Em meados da década de 70, o BNDE engajou-se no Projeto Cobra, destinado a desenvolver, fabricar e comercializar sistemas de eletrônica digital e associados. O Banco atuava mediante os financiamentos diretos e com participação na Empresa Digital Brasileira (DIGIBRÁS).

Em 1975, o BNDE também realizou contratos no campo dos componentes eletrônicos. Um deles foi assinado com a Telebrás e o Laboratório de Microeletrônica da USP, visando a fabricar lâminas de cristal de três polegadas para circuitos integrados, até então importados. Na tecnologia de ponta, outro investimento importante se relacionava a um projeto anterior, o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos. O BNDE passou a financiar as indústrias que utilizassem tecnologia desenvolvida pelo CTA para fabricar, em série, equipamento aeronáutico e aeroespacial ainda não produzido no país.

Em 1977, instituiu-se o Prêmio BNDE de Economia, com o objetivo de estimular a pesquisa no campo da ciência econômica pura ou aplicada, segundo a perspectiva nacional, regional ou setorial. Com essas iniciativas obteve a projeção do banco na política nacional e internacional com o concomitante crescimento econômico e a formação de uma tecnocracia

---

<sup>17</sup> FINAME = Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos. É uma agência especial de financiamento industrial subsidiada pelo BNDES cujo principal objetivo é abrir linhas de crédito para a empresa nacional para aquisição de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional. Foi criado através do Decreto nº 55.255 de 22 de dezembro de 1964. Em 1966 através do Decreto 59.170 passa a funcionar com uma agência tornando-se uma autarquia federal. Casa Civil, 1966, on line.



capaz de dar suporte a essas alçadas investidoras do projeto nacional, proposto pelo governo.<sup>18</sup>

A troca de governo, ao longo da atuação do banco lhe confere significativas mudanças nacional, seguindo prerrogativas impostas, de um lado pelo governo e, de outro, pelo mercado internacional, conforme orientações dos especialistas empenhados em elevar a economia brasileira.

Nesse contexto, é importante salientar a dependência ao Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>19</sup>, seus primórdios datam do pós-guerra tendo o objetivo de alavancar as nações para a reconstrução econômica dentro do sistema capitalista, com a prerrogativa de abrigar todas as nações que dele quisessem participar. Um novo ordenamento do mundo, seria caracterizado pelo fortalecimento do capitalismo e pela obediência a instituições internacionais regidas pelo princípio democrático, no qual todos se fariam representar igualmente. Esses princípios, no decorrer da dependência, acabam interferindo na política econômica dos países devedores de forma extremamente autoritária. A dependência ganha o discurso político e pulveriza um programa de desestatização que acontece na década de 1995 a 2003, com o governo Fernando Henrique Cardoso.

Abrucio (2005), analisa o período da redemocratização, desenhado pelo modelo neoliberal adotado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e seu programa de privatização, da qual os presidentes, por ele nomeados, são signatários, e pelo modelo progressista de Luis Inácio Lula da Silva. A questão problematizada pelo autor coloca em pauta o federalismo, mostrando a maior ou menor dependência dos Estados à União. Pensa o desenvolvimentismo, no período Juscelino Kubitschek, apontando para os esforços na atração do capital estrangeiro, como alternativa para construir um país moderno e industrializado. Através do lema: “50 anos em 5”, efetiva, entre outras coisas, uma política de atração das multinacionais.

O período da redemocratização é rico para observar uma época promissora em termos de política e mudanças sociais, mas também sobre o sentido da privatização no Brasil. A linha ideológica adotada pelo dirigente do país reflete nos rumos coordenados pelo Ministério Público, em sua forma de classificar corrupção, por exemplo, a operação Lava Jato que ganha

---

<sup>18</sup> Essa discussão está proposta mais adiante.

<sup>19</sup> A relação de dependência do Brasil ao FMI data de 1979, basicamente por dois motivos a crise internacional do petróleo, de um lado e, de outro pelo aumento da inflação, num período de baixa de investimentos. Com a redemocratização, em função das tentativas de estabilização econômica, o processo de renegociação ficou bastante complicado, o que só fez aumentar a dívida externa. Almeida (2014).

repercussão a partir da denúncia de esquemas de corrupção que afetam a Petrobras e o BNDES:

O ano de 2009 abre um processo de investigação de crimes de lavagem de recurso relacionados ao ex deputado federal José Janene, em Londrina, no Paraná. Além do ex-deputado, estavam envolvidos nos crimes os doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib Chater. Sendo que Alberto Youssef, já havia sido investigado e processado por crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro, no caso BANESTADO. Em março de 2014, tem início a primeira fase ostensiva da operação e através do monitoramento das comunicações dos doleiros revela que Alberto Youssef, mediante pagamentos feitos por terceiros, fez doações ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Em 2014, numa segunda fase, chamada, ostensiva da operação, Paulo Roberto Costa é preso acusado, junto com seus familiares, pelo crime de obstrução à investigação e de organização criminosa. O avanço das investigações, apontam para a existência de um grande esquema de corrupção e lavagem de dinheiro na PETROBRAS. Assim sendo, quatro pessoas, são citadas, incluindo o ex-diretor da área Internacional da PETROBRAS, Nestor Cerveró, que é surpreendido e preso em janeiro de 2015, ao voltar de Londres. (MPF, sem data, online)

Junto a grampos telefônicos, e com o programa de delação premiada as investigações avançam, estampam as capas de revistas e jornais e são matéria de interesse público e internacional. Até que, recaem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do BNDES, solicitada pelo Deputado Federal Rubens Bueno (PPS/PR), que pede investigações sobre supostas irregularidades ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas a concessão de empréstimos concedidos a países como Angola e Cuba. (Calgaro,2015)

Porém, em 2016, quando da conclusão do relatório de José Rocha (PR/PA), contrariando a oposição, não pede indiciamento do banco e sugere uma série de alterações na forma de governança e nas práticas institucionais do BNDES. (Calgaro,2016).

Chama-se a atenção para a classificação de corrupção, a limpeza proposta pelo Ministério Público, os nomes e as ligações entre os envolvidos. O mais inquietante foi o nome da Petrobras, envolvendo o risco de desmonte da companhia e a indicação de uma comissão parlamentar de inquérito para o BNDES. Diante do exposto e apresentando-se claramente um cenário de rupturas, questiona-se: Quais pessoas e interesses estão por trás dessas Instituições? Como os estudos de genealogia nos ajudam a dissipar as relações políticas, que envolvem a criação do BNDES?

O período de investigação proposto, 1985-2014, marca a história do país e fica conhecido como redemocratização, iniciando-se com o processo de abertura política, que culmina na eleição do primeiro presidente civil, pelo voto indireto, Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir o cargo, ocasião em que toma posse seu vice José Sarney. Nesse período, o BNDES já tem uma trajetória de 33 anos, e o cargo de presidente soma uma lista de 35 homens e apenas uma mulher, indicados até o ano de 2018, para o cargo (Anexo I).



Portanto, faz-se um recorte de 1985, do governo José Sarney, até o ano de 2014 com a primeira gestão da também primeira presidente eleita, Dilma Rousseff.

Nesse contexto, observam-se alterações nas perspectivas sociais, institucionais e políticas no país de modo geral. A atuação do banco foi destaque em sua criação, como agência de fomento e crescimento do país. Especificamente busca-se a ocupação do cargo, enquanto um processo de adesão das classes dominantes<sup>20</sup>, conceituado em Karl Marx, em um órgão do governo, seguindo as prerrogativas de estudos consolidados sobre família, sistema de relações pessoais e construção de capitais sociais, culturais e econômicos. Entende-se por capitais o espaço simbólico do qual seus agentes validam suas representações. É onde se estabelece uma classificação dos signos, do que é adequado, do que pertence ou não a um código de valores, conforme as perspectivas teóricas de Pierre Bourdieu (2002).

Na análise dos perfis dos presidentes do BNDES serão considerados os casos de nepotismo<sup>21</sup>, que pode ser definido como o favorecimento de parentes em cargos públicos, mas essa relação é estendida e identificada também por amizades, parentesco cruzado e demais associações que identificam facilidades de acesso a cargos públicos, conforme estudos realizados pelo NEP sobre parentesco e também em Oliveira (2012). O Estado Federativo brasileiro tem, historicamente, uma construção calcada no conceito de classe dominante, que perdura por um grande período de atuação, pautada no parentesco, nos casamentos entre “iguais”, como forma de manutenção do poder, e em casos de nepotismo. Essas características compõem os quadros da política, enraizadas nesse modelo, valem-se de agências estatais para praticar políticas de privilégios. Estas práticas foram observadas pela ótica perspicaz de Oliveira (2000), que insere o estudo sociológico a um comprometido quadro genealógico, através da pesquisa sobre a importância da família, nos quadros da política, como um campo de atuação que oferece um elo de ligação entre o Estado e a

---

<sup>20</sup> Aplica-se aqui o conceito de classe dominante utilizado pela classificação clássica da sociologia presente nos textos de Karl Marx, onde a divisão da sociedade em classes é assim entendida a partir da divisão social do trabalho. A classe dominante é a detentora dos meios de produção e são, em última instância, os donos do dinheiro em detrimento dos dominados que dispõe apenas de sua força de trabalho, a qual vendem por um salário. Nessa perspectiva temos uma sociedade dividida em dominantes (burguesia) e dominados (proletariado). O Estado aparece para representar os interesses da classe dominante e cria, para isso, inúmeros aparatos (que Marx denomina infraestrutura) para manter a estrutura da produção condicionando o desenvolvimento através das ideologias que operam através de normas reguladoras, sejam elas políticas, religiosas, culturais ou econômicas, para assegurar os interesses dos proprietários dos meios de produção. (Marx, 2015)

<sup>21</sup> Essa prática de dar importantes cargos políticos ou funções de relevo nos negócios aos membros da própria família é identificada como nepotismo. A palavra nepotismo significa governo dos sobrinhos. Nepote é a palavra latina para sobrinho, conforme dicionário online.

iniciativa privada. O presente trabalho quer saber com que frequência a presidência do BNDES se enquadra nesses parâmetros.

#### **1.4 Compreendendo o BNDES à luz dos conceitos de Pierre Bourdieu.**

A análise prosopográfica dos presidentes do BNDES realizada no presente trabalho trata do período da redemocratização brasileira, intervalo compreendido entre 1985 a 2014. A partir da noção de campo e capitais sociais é realizada a análise sobre os presidentes do BNDES. O conceito de classe social será utilizado, para identificar a posição dos atores, dentro do espaço social.

A estrutura social é, na epistemologia de Pierre Bourdieu (2005), formada por agentes, grupos e classes sociais e são compreendidos a partir de um acúmulo de capitais. Nesta perspectiva, a sociedade brasileira se apresenta como uma herança colonial que move os capitais sociais de seus agentes e, principalmente, as relações de poder. Desse modo, a construção bourdieusiana do conceito de capitais direcionam as reflexões sobre a composição do quadro de presidentes dentro do BNDES.

O conceito de campo agrega um capital específico que a análise sociológica permite dispor, ao se desenhar a trajetória desses agentes, que compõe a estrutura presidencial do banco. Ao dirigir um olhar para tal formação do campo, nota-se um volume de capitais adquiridos por seus agentes, sendo o que lhes conferem a possibilidade do exercício da função diretiva na instituição.

Bourdieu (2005) desenvolveu em seu paradigma científico metodológico a praxiologia, fazendo uma profunda reflexão do que o estruturalismo e o existencialismo oferecem para pensar a sociedade. Entendendo a ciência como uma atividade de dimensões práticas e combativas, em virtude de sua experiência pessoal na Argélia, dá sua contribuição para o pensamento social através dos conceitos de campo e habitus. Esses conceitos foram desenvolvidos com o objetivo de romper com os modelos explicativos vigentes na sociologia e na filosofia, sua área de formação original transformada em interesse pelas ciências sociais a partir de suas experiências pessoais, que adotavam por modelo explicativo essas duas correntes. Pode-se pensar esse autor como um intelectual motivado pelos debates com os clássicos das Ciências Sociais (Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim) e, com uma reserva de incômodo com a sua tradição filosófica (Aristóteles, Hegel, Heidegger e

Wittgenstein), somado a sua própria trajetória (Argélia) o que desencadeia a construção de uma teoria explicativa da ação social e dos processos de dominação.

Desse modo, a utilização do seu conceito de campo agrega um sentido de formação dentro da esfera social, refere-se ao espaço de realização da ação humana dentro do espaço social onde seu funcionamento denota uma distribuição desigual de capitais. Os campos assim classificados podem ser interpretados em suas dimensões política, artística, religiosa, econômica, jurídica observando-se suas especificidades e distribuição desigual que estruturam a sociedade. A análise da sociedade capitalista possui relevância, basicamente, nos campos econômico e cultural. Sem desconsiderar o fato de que todas essas instituições tem origem na família.

Assim, a família é importante por inserir o novo membro a uma estrutura dentro do espaço social que lhe permite, ou não, agregar valores e dispor de oportunidades oriundas de capitais culturais que facilitam o acesso à educação, parentesco e convívio social favorecendo oportunidades. A desigualdade de oportunidades acontece, pois nem todas as pessoas dispõe desses capitais, logo, não tem acesso as mesmas oportunidades.

Podemos considerar, como foco em sua análise do campo, as dimensões do processo de socialização, sendo a família um núcleo de iniciação individual com o objetivo de inclusão a vida social. A formação escolar é também um estágio de socialização e as boas escolas particulares garantem ao integrante da família de elite as condições de agregar capital cultural, se comparado ao filho da classe trabalhadora, por exemplo. Temos aqui uma combinação perfeita, uma vez que ao nascer em uma família com capital econômico, o indivíduo possui privilégios, que a classe trabalhadora não dispõe. Outra vantagem, inerente a esse pertencimento é a construção de capital cultural expresso na forma de ambientes propícios a apreciação constante de cultura (livros, arte, histórias narradas, entre outras) que distingue os que dela não participam.

O pertencimento ao campo econômico e cultural, apesar de serem os mais frequentemente citados e identificados em pesquisas, não está desvinculado de outros que podem ser a ele associado, pois a compreensão do campo passa pela coexistência simultânea em vários campos (econômico, político, educacional, jurídico, etc) cada um com suas especificidades e funcionando a partir da predominância de um capital em cada espaço social. Para Bourdieu (2005) a sociedade funciona como um espaço de forças estruturado pela razão prática de funcionamento dos campos.

Um outro conceito fundamental é o de habitus, que faz parte de um debate com pensadores e filósofos clássicos, sobretudo Aristóteles, para demonstrar como opera na

realidade os valores socializados pelos campos coexistentes o espaço social e como faz parte de um código social aceito em dada estrutura. É, pois, uma forma de compreender a sociedade pelo indivíduo ou o indivíduo pela sociedade uma vez que um reflete o outro. Trata-se da manifestação da exteriorização da interiorização e vice-versa, isso porque todo indivíduo está impregnado do social e a sociedade impregna o individual. Compreender o habitus é decifrar o modus operandi da sociedade, é também explicitar o agir individual com seus códigos e sua simbologia. Na explicação de Bourdieu, trata-se de:

[...] estruturas mentais através das quais apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social. Como as disposições perceptivas tendem a ajustar-se à posição, os agentes, mesmo os mais desprivilegiados, tendem a perceber o mundo como evidente e a aceita-lo de modo muito mais amplo do que se poderia imaginar, especialmente quando se olha a situação dos dominados com o olho social de um dominante” (Bourdieu, 2005, p. 158).

O habitus assim relacionado aos valores do mundo social, por seus agentes, passa a ser naturalizado. Os comportamentos individuais são historicamente orientados, em suas escolhas, de acordo com o que é socialmente determinado e aceito. Tudo isso é dado pela socialização, que é um processo de aprendizagem, com ou sem reservas, e que oferece ao indivíduo um sistema de categorias de entendimento e pensamento, possibilitando uma série de esquemas necessários para gerar a organização de suas ações e suas práticas.

É a internalização do que é apreendido pela socialização e todo o processo de educação que recebemos em família, na escola, e nos demais espaços sociais. Esse mecanismo nos fornece uma certa maneira de agir e nos liga a um conjunto de crenças que está em conformidade com a sociedade em que vivemos. É a ligação entre a ação e a estrutura.

A compreensão destes campos são de fundamental importância, pois ao analisar a família, esta-se investigando os campos de inclusão, dos presidentes, dentro do espaço social, considerando o universo de socialização como fundamental na determinação das escolhas em sociedade. A família importa em Bourdieu por ser o ambiente onde é incorporado no indivíduo seus principais valores, suas formas de percepção e suas maneiras de agir.

Ao internalizar esses valores transmitidos pela família o indivíduo opta por agir sobre sua realidade, fazendo escolhas anteriormente estruturadas no seu campo econômico e cultural. Embora não seja determinante sua origem social, ela é preponderante, indicando sua posição no campo. Não é só uma questão de escolha, é também uma condição de classe

social, pois enquanto herdeiro de uma condição privilegiada e, na condição de detentora do habitus dessa fração, acaba refletindo seus capitais culturais.

Desse modo, a partir da interpretação da estrutura dos campos de Bourdieu, temos a possibilidade de visualizar o BNDES, na intersecção entre eles. Assim, posicionado metodologicamente, estamos considerando-o enquanto subcampo do campo político. Pela análise das biografias dos presidentes, com a qual objetiva-se desenhar os perfis dos ocupantes do cargo dessa instituição, referente ao acesso e aos capitais associados. Analisa-se as formas de acesso através da formação de capitais, que permitem aos indivíduos certas associações de classe.

Como certos capitais se constroem, vindo a consolidar carreiras sem fugir da dimensão política e Institucional (especialmente as famílias, parentesco e consanguinidade). Em sua tese Oliveira (2000) aponta para o fato de que o estudo sobre as classes dominantes, está relacionada a grandes famílias patriarcais, oriundas das famílias tradicionais, e que datam da origem do Brasil, enraizadas em extensas unidades de parentesco.

Essa relação parental garantiu a atuação política e econômica, de alguns integrantes de famílias tradicionais. Tal prática se estendeu ao longo das gerações, permitindo ao cientista social, analisar pela genealogia, suas atuações em cargos políticos ou órgãos públicos. Entre as características da classe dominante tradicional, estão os mecanismos de manutenção do poder que passam pelo casamento, parentescos cruzados, apadrinhamento e círculos de amizade, de modo a proteger seus capitais sociais.

A junção de todos esses conceitos, não são mera conformação teórica, mas sim a busca de uma interpretação dentro da estrutura dominante. O fato inicial percebido, é o de que a ocupação de um cargo diretivo não acontece ao acaso, especialmente dentro de uma estatal, sabe-se, também, que o tipo de abordagem que se propõe para essa pesquisa foi pouco explorada em relação ao BNDES, por essas razões a presente dissertação irá se ocupar dos aspectos relativos a família e ao poder. Existem muitas análises de cunho econômico que não cabem aos propósitos dessa pesquisa, pois o que busca-se é aplicar um olhar sociológico considerando suas conexões percebidas, a partir do estudo das famílias enquanto classe dominante tradicional.

## **1.5 Estado e o processo de industrialização brasileira**

Se faz necessário compreender a relevância do seu papel do Estado no processo de desenvolvimento que se instaura no país nas relações de poder, pela necessidade de crescimento econômico, nas relações entre as classes dominantes e pelo processo de industrialização. Como entender o papel do Estado em seu estágio de industrialização dentro desse processo desenvolvimentista? Que relações sociais impactam a instalação das indústrias no país? Em que medida sua estrutura de classe disputa o poder?

Sonia Draibe (1985) sobre o Estado e o processo de industrialização de 1930 a 1960, aponta questões importantes para se conceituar o Estado partindo das Revoluções Burguesas. Inicia apresentando um estudo teórico tanto de análise econômica quanto sociológica e política, discutindo a formação do Estado e da industrialização no Brasil, com o objetivo de perceber a totalidade em transformação do ponto de vista histórico, econômico, político e social. Pelo subtítulo analisa o papel do Estado no processo da industrialização brasileira, considerando como um movimento em conjunto onde se desenvolve a industrialização, a diferenciação das classes sociais e a constituição das estruturas materiais do próprio Estado no Brasil, trata-se de um processo de transformação em conjunto com esses três momentos na história do país.

A autora divide em dois momentos suas reflexões, primeiramente observa como acontece a formação do aparelho econômico do Estado e os diversos planos que visaram à industrialização do Brasil, observando a forma particular assumida pelo Estado ao longo da formação industrial brasileira. E, num segundo momento, vai analisar os problemas de controle social e político sobre a atividade industrializante do Estado. É através da criação deste instrumental teórico analítico que o leitor pode dispor de uma análise histórica.

Assim, ao utilizar o conceito de Revoluções Burguesas presente em Florestan Fernandes, compreende o Estado enquanto dotado de interesses de classe (conferindo a este, interesses específicos), efetivados num período de longa duração, e que tem no desenvolvimento capitalista do Brasil seu ápice, quando a base industrial se realiza. Entende os interesses específicos, como um processo de transformação continuado onde constrói-se a estrutura econômico-industrial, a formação e diferenciação das classes sociais, bem como as estruturas políticas do próprio Estado. É essa compreensão, dentro de uma perspectiva globalizante, que explica a relação Estado/industrialização no Brasil, segundo Draibe (1985).

O terreno comum na análise do papel do Estado, no processo de industrialização, é constituído por uma série de questões, com uma abordagem política e econômica colocadas pelo processo da Revolução Burguesa no Brasil, e que Draibe (1985) apresenta a partir de quatro questões fundamentais. Nosso passado como sendo pautado em questões ligadas a

agricultura; nosso presente marcado pela disputa de poder que fraciona a burguesia; o futuro das questões proletárias como uma terceira questão a se resolver. E, por fim, a questão do Estado, que engloba suas estruturas (formação), aparelhos, desenvolvimento e transformações, seu papel no processo de industrialização, as bases sociais de seu poder, também sua particular autonomia de ação.

Dentro dessa proposta da autora, (a interpretação do Estado, a partir do conceito de Revolução Burguesa) a análise de uma teoria do Estado no Brasil, precisa levar em consideração de um lado a industrialização tardia, própria do país, dentro de um contexto agrário-exportador e, de outro, a formação de uma burguesia industrial também tardia. Os detentores do poder, afetarão as relações capital/trabalho para um futuro desse desenvolvimento.

Desse modo, a denominação de “histórico fundamental”, usado pela autora, aborda exatamente essa situação em que a industrialização é compreendido pela configuração estrutural dos interesses fundamentais presente no processo. Economia e política constituem-se em terreno comum de análise e na relação entre as diversas classes sociais que manifestam interesses próprios que culminam com a industrialização. Ao tratar de aspecto político e econômico está abordando Estado e industrialização, pois são as faces da moeda, dentro do processo da industrialização, sendo a consolidação desse poder burguês manifestado na forma de Estado, “Esses setores sociais, classes ou frações de classe, definem-se como fundamentais porque são historicamente capazes de ordenar, a partir de seus interesses estratégicos objetivos, o conjunto da sociedade” (Draibe, 1985, p. 28).

Portanto, o que move a classe dominante são seus interesses estratégicos para o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, esse comportamento pode ser percebido, também, na efetivação dos planos da criação do BNDES. Assim a autora vai apontar três setores fundamentais, capazes de construir seus interesses como bases do Estado. Os interesses da burguesia agrário-exportadora poderiam definir uma via conservadora de desenvolvimento. Por sua vez, os interesses da burguesia industrial poderiam fundar uma via moderna, dando um perfil próprio ao desenvolvimento capitalista brasileiro e, como terceira alternativa, de encaminhar as questões da industrialização brasileira, nucleada em torno dos interesses da classe operária que poderiam estabelecer uma via nacional-popular de desenvolvimento. O importante a destacar nesta armação teórica das alternativas estruturais de encaminhamento das questões da industrialização é que ela coloca as transformações na economia e na sociedade brasileiras como o resultado da luta de classes e não como algo dado previamente como decorrência automática da própria dinâmica econômica. Do mesmo modo,



a atuação do Estado, sua extensão, natureza e profundidade dependem das lutas desses interesses sociais, da sua correlação de força, da sua articulação. A forma particular que assume o Estado, guarda fortes ligações com o desenrolar desse processo.

Nesse sentido, a autora fornece alguns subsídios para pensar as estratégias da classe dominante no desenvolvimento de alguns projetos de cunho nacional, como é o caso de todo o desencadeamento de ideias e movimentos que resultam na elaboração de um projeto desenvolvimentista. No início com a idealização do plano SALTE, com Eurico Gaspar Dutra, passando pela comissão mista Brasil x Estados Unidos, devolvendo para a sociedade o BNDES, como agência de fomento e investimentos para a construção de um país que atenderia a uma demanda industrial e desenvolvimentista, vista como necessária para aquele momento.

## **1.6 Estudo Prosopográfico**

Lawrence Stone (2011) se propõe a fornecer um histórico do uso do termo prosopografia ao longo do tempo e do espaço e também pelo ineditismo que proporcionou, sendo que nem por isso, foi unanimidade entre os pesquisadores de diferentes áreas. O debate realizado pelo autor mostra o dilema na classificação do uso do termo apontando para o fato de que, entre os historiadores, a prosopografia é utilizada enquanto uma técnica de pesquisa. Já para os cientistas sociais é um método associado a um construto teórico de apreensão do mundo social, desenhando o grau da importância para esse modelo de pesquisa em Ciências Sociais.

O avanço na qualidade das investigações e o cruzamento desses dados propiciam um conhecimento mais efetivo dos processos de socialização, dos grupos aos quais os pesquisados frequentam e das chances de ascensão social próprias dos capitais acumulados. Tal estudo fornece informações quanto aos elos que ligam determinadas carreiras a cargos ampliando as possibilidades analíticas do pesquisador comprometido com a sequência da aplicação dos dados, criteriosamente observados, para melhor aproveitamento dos resultados da pesquisa.

A pesquisa centra-se na coleta de dados dos ocupantes do cargo de presidente do BNDES a partir do 15º presidente, (Dilson Funaro) até o 33º, (Luciano Coutinho) no período da redemocratização que compreende o intervalo entre o ano de 1985 até o ano de 2014. A prosopografia, na investigação sociológica, é utilizada como método e auxilia na apreensão do



mundo social, pois dados como nome, filiação, nascimento, morte, escolas que frequentou, trajetória social, profissional estão ligados a um sistema de relações pessoais observáveis e que se constitui no material do qual a presente análise se fundamenta.

Stone (2011) fornece informações sobre a evolução do processo de aceitação do método e como, a partir dele, a análise biográfica foi aprimorada, sendo utilizada ainda hoje como método. Seu uso proporcionou um avanço a ciência em relação a formação de bancos de dados para análise (qualitativa/quantitativa). O uso da tecnologia, por exemplo, agregou no sentido da construção de um banco de dados podendo ser usado por outros pesquisadores com outros objetivos científicos.

A pesquisa sobre o BNDES, utiliza dados disponíveis da hemeroteca digital, Biblioteca Nacional e arquivos em diários oficiais, além de recentes pesquisas sobre o assunto disponíveis na internet, como é o caso da tese de doutorado de Elisa Kluger. A proposta é analisar os dados biográficos coletados e sistematizados sobre os Presidentes do BNDES, percebendo suas trajetórias individuais, cruzando-as buscando compreender em que medida esses agentes são beneficiados pelos capitais oriundos da sua condição de classe dominante tradicional. Os objetivos ao se analisar os presidentes do BNDES são os da identificação das características necessárias a ocupação do cargo, ou seja, saber quais características lhes são predominantes ao ponto de serem os indicados.

A partir das biografias individuais dos dirigentes do BNDES, o olhar sociológico pode estabelecer as relações de parentesco. Estar inserido em uma instituição familiar pode abrir portas, especialmente as do setor público. Os parentes são importantes especialmente os de linhagem direta como pai, mãe, avôs, bisavôs quando possível de se identificar eles descrevem os capitais culturais acumulados na família. Não se pode esquecer dos parentes cruzados, estes dão especial significação a trajetória do agente pesquisado, a importância de um sogro, por exemplo, pode significar a inclusão de um novo emergente a uma classe dominante tradicional. A instituição escolar indica os primeiros passos para a vida social e a construção do capital cultural de um agente. Assim, a carreira construída pelo agente vai depender dessa estrutura, que as marcas deixadas pelo caminho construiu, sem desconsiderar seu pertencimento as instituições basilares da formação do habitus.

Com relação as biografias coletivas está, também, em Heinz (2011) a indicação de que devem ser adotadas como metodologia dentro das pesquisas sociológicas. Para este autor, a análise sociológica pode se valer deste método, que entre os estudiosos e pesquisadores da área de humanas é pouco utilizado. Afirma que esse método funciona como um auxiliar capaz de acrescentar dados significativos a construção de um determinado período histórico, onde

grandes mudanças são observadas no conjunto da sociedade a partir da sistematização de biografias.

O método prosopográfico é, conforme citado por Stone (2011) e Heinz (2011), uma alternativa de análise nas pesquisas desenvolvidas por Cientistas Sociais. Desse modo, busca-se uma reflexão acerca dos cargos diretivos do BNDES, construindo um diagnóstico detalhado das personalidades que, em um dado período, tomaram a frente no processo decisório nacional ocupando cargos dentro desta Instituição.

O quadro com os ocupantes do cargo de presidente do BNDES, levou a observar que no início, concomitante ao processo de fomento à industrialização, havia uma certa preferência de indicação em engenharia. Seria possível estabelecer uma relação entre a chegada das indústrias e um curso específico? Durante seus 68 anos de existência, qual curso predominou entre os indicados à presidência? A elaboração do quadro abaixo permite melhor visualização dessa distribuição ao longo da trajetória da instituição.

Quadro I - GRADUAÇÃO DOS PRESIDENTES (1952-2019).

ADVOGADOS	02
ADMINISTRADORES	01
ECONOMISTAS	22
ENGENHEIROS	10
MILITARES	01

\*Elaborado pela autora

A lista completa dos presidentes com suas respectivas formações profissionais é sistematizada no Anexo I. Com a visualização do Quadro I temos duas profissões que aparecem uma única vez e, embora tenhamos tido um longo período de regime militar, somente durante o governo de Jânio Quadros, um militar assume a presidência do BNDES, na pessoa de José Vicente Faria Lima cuja formação se deu na Escola Militar do Realengo de onde saiu aspirante a oficial de arma da aviação em 1930, um carioca, cujo pai, era imigrante português, e trabalhava no arsenal da marinha, um de seus irmãos era almirante e presidiu a Petrobrás, tornando-se, posteriormente, governador do Rio de Janeiro. Outro irmão, era brigadeiro, e foi inspetor geral da aeronáutica.

Formado em Administração pela Universidade Federal da Bahia em 1971 está Jorge Lins Freire, preenchendo a tabela como representante de formação em administração. Assumindo cargos públicos na Secretaria da Fazenda durante o governo de Antonio Carlos Magalhães transferindo-se posteriormente para o Rio de Janeiro no governo de Floriano Peixoto Faria Lima sempre em cargos que envolviam as finanças do Estado. Vindo de uma trajetória de liderança pública financeira entre a Bahia e o Rio de Janeiro é indicado à presidência do BNDES.

Entre os advogados os nomes que despontam são o de Luis Antônio Sandé de Oliveira, um baiano que está envolvido com o serviço público desde seus 19 anos, preside o banco do ano de 1979 a 1983, sendo o primeiro aluno da turma no ano de 1960 pela Universidade de Salvador e José Carlos Perdigão de Medeiros Fonseca, este pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, iniciando sua carreira nas empresas de seu pai. A partir de Dilson Funaro iniciamos um período onde ganha força a formação em Economia, que compõe o cenário nacional, redirecionando o discurso desenvolvimentista a uma lógica capitalista. Eclodem os economistas ligados ao núcleo cepalino como estudiosos da economia na tentativa do restabelecimento econômico.

Gomes; Dias; Motta, (1994) chamam a atenção para o fato de que: “O status das profissões técnicas e científicas na estrutura social brasileira sempre se mostrou controverso” (p. 14), os autores acreditam que o decisivo para a guinada no status de engenheiro foi a considerável alteração no ritmo do crescimento econômico e a participação do Estado nesse processo. Segundo o autor, os bacharéis tiveram seu auge junto as contratações em postos-chaves do poder político antes dos engenheiros<sup>22</sup>. A formação em engenharia tem um processo de construção e consolidação que datam do início do século XIX e passam pelo crivo dos fatos históricos e políticos para se transformar em uma consagração da titulação em terras brasileiras.

A profissão é definida e ocorrem esforços para sua legitimação a partir de duas áreas de atuação técnica do Estado – basicamente os Ministérios da Viação e Obras Públicas e o da Agricultura Indústria e Comércio<sup>23</sup> sendo as leis mais favoráveis a sua consolidação, enquanto

---

<sup>22</sup> “A estabilização da ordem política, conseguida após 1840, parece ter apresentado como consequência a consolidação dos bacharéis nos postos-chaves do poder político” (Gomes; Dias; Motta, 1994, p.18).

<sup>23</sup> As indicações de engenheiros para assumir cargos públicos era, a partir desse período, uma constante na sucessão presidencial. “Assim, após a montagem dos instrumentos de fomento agrícola no início da década de 10, a ampliação das estruturas do Ministério Agrícola esteve intimamente ligada a gestão conduzida por engenheiros, precisamente entre 1915 e 1922” (Gomes; Dias; Motta, 1994, p.29).

formação, pois a valorização desse tipo de mão de obra era creditada aos formados em outros países o argumento por aqui era o de que não valia a pena investir na educação.<sup>24</sup>

Outro ponto destacado, é o da segunda era Vargas entendida como significativa para as reformas institucionais e que dão o tom na constituição de grandes estatais. Nesse período, também há um movimento em busca da direção dos destinos da nação e de um saber específico. Os autores ainda alertam para o fato de que é, a partir desse momento, que ganham notoriedade com o crescimento de um saber encarado como “salvação nacional”, através da formação em Ciência Econômica. “Ao contrário de outras frações da elite burocrática, como a dos engenheiros, que tiveram uma presença visível na construção do Estado brasileiro ao longo da primeira metade do século XX, a participação dos economistas começou a se estruturar somente nos anos 30, incorporando as marcas desses novos tempos...”. Em função desse conjunto de fatores é possível considerar que o atraso da representatividade da profissão de engenheiro está arraigado nos valores tradicionais representativos dos interesses de uma classe dominante, num dado período, ou seja, um jogo político capaz de definir as prioridades da formação dando-lhe maior ou menor status.

Os presidentes do BNDES são representantes de uma classe intelectual e social, entendendo o status de uma profissão como uma variável de dados ilustrativos dos comportamentos de uma classe. Ao examinar a formação de seus presidentes desde a constituição da instituição, em seu quadro geral (Anexo I), observou-se a maior concentração de economistas. Esse debate também é feito por Kluger (2017) ao abordar a concentração de economistas como profissionais, cujo conhecimento é reconhecido no mundo acadêmico, na mídia e para a condução de um país.

A criação do BNDES é concomitante ao movimento em torno da profissionalização do economista, diferente do ocorrido com os engenheiros. O quadro sobre a formação dos presidentes do BNDES, é fruto da repercussão desse movimento. A redemocratização requisitou economistas, por ser um período de instabilidade econômica, onde políticas favoráveis ao Estado mínimo exigiam e projetaram esses profissionais. Exigiam porque por convenção foram considerados como os encarregados de um saber que “conduziria os destinos da pátria”, e projetaram porque compunham uma seleta parcela de pessoas em

---

<sup>24</sup> Esse discurso quanto a investimentos na educação continua atual. Sabe-se que o capital quer mesmo é o resultado imediato de seus investimentos. Essas considerações são feitas, pelos autores, à luz do comportamento histórico das elites coloniais responsáveis por imprimir um marco intelectual de conservar uma aversão ao conhecimento científico, impedindo investimentos na formação e, principalmente, confiando a execução das atividades técnicas a profissionais de outros países, especialmente a Inglaterra - a construção das ferrovias, por exemplo.

condições de atender a expertise exigida para o desempenho das funções públicas que se descortinavam naquele momento.

Outro fator favorável aos economistas diz respeito aos canais de difusão das suas ideias, estes compunham um quadro de profissionais, cuja voz ecoava das academias na forma de aulas, palestras, artigos científicos, revistas especializadas e na mídia como os detentores das diretrizes sobre o pensamento econômico. O fato de que os primeiros presidentes tem seus nomes vinculados a execução de programas, é crucial para entender a dinâmica do funcionamento das instituições públicas no Brasil. Assim nomes como o de Lucas Lopes, Eugenio Gudín, Roberto Campos além de compor o quadro de presidente do BNDES participam do processo decisório no país.

A identidade profissional é um quesito observado com a prosopografia. Sob o aspecto profissional, pode-se aferir quanto o espaço social dos ocupantes do cargo de presidente do BNDES foi propício, no sentido de se constituir como um campo cultural favorável, a determinados agentes que possuem um adicional de capitais familiares e sociais. Assim, com a sistematização das histórias pessoais dos presidentes do BNDES, em comparação com as de outros atores nas mesmas condições, tem-se os caminhos trilhados até a presidência do BNDES. Outro aspecto importante a ser considerado, são as redes de parentesco cruzado (família, casamentos, primos, tios, entre outros), conforme estudos realizados pelo NEP coordenados por Ricardo Costa Oliveira<sup>25</sup>, que podem indicar o “peso” do indivíduo e suas conexões familiares nas estratégias de acesso as instituições.

Como é do parentesco entre Roberto Simonsen e de Eugênio Gudín,<sup>26</sup> sempre à frente dos processos decisórios, especialmente na regulamentação do currículo de Ciência Econômica.

---

<sup>25</sup> Os estudos sobre genealogia têm início com sua tese de doutorado na UNICAMP em 2000, sendo de suma importância para a compreensão da classe dominante tradicional, pois é através da observação do seu comportamento, dos cargos que ocupam, seus gostos, dos casamentos entre as famílias é que dão continuidade a seu projeto de perpetuação de seus valores tradicionais, patrimônio e da condução da política nacional.

<sup>26</sup> Eugênio Gudín Filho, nasceu em 12/06/1886, e faleceu em 24/10/1986, no Rio de Janeiro, Engenheiro civil (1905) e vindo a se interessar por Economia à partir de 1920. Na década de 30, passou a integrar importantes órgãos técnicos e consultivos de coordenação econômica criados pelo governo federal. Foi Ministro da Fazenda no governo Café Filho (1954-1955). Em 1944 foi redator do projeto de lei que institucionalizou o curso de economia no Brasil, designado pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Casou-se duas vezes e não teve filhos. (Keller, sem data, online). Em sua gênese consta parentesco com os Simonsen. Carlos Ivan Simonsen Leal Presidente da FGV, desde 2000, faz esse relato na biografia sobre Gudín “Ademais, cabe ressaltar que Carlos Ivan e Gudín eram parentes, sendo que a tal parentela estabeleceu-se de modo bastante peculiar. Conta Carlos Ivan que seu bisavô, Adolfo, certa feita encantou-se por uma moça, conhecida de um amigo seu. Como nunca a vira antes, pediu ao amigo para proceder às apresentações. O sujeito aproximou-se da moça discretamente e transmitiu-lhe o interesse de Adolfo. A moça em questão sentiu-se lisonjeada, mas declinou da apresentação, pois era comprometida. Entretanto, a jovem teve uma ideia que considerou divertida. Voltou para casa e relatou o caso à irmã, que era sua gêmea univitelina. Assegurou que Adolfo era um rapaz muito bem-

### 1.7 Os presidentes do BNDES (1985-2014)

O Quadro II apresenta a relação dos presidentes do BNDES que fazem parte desse estudo prosopográfico que compreende a partir do 15º Presidente, Dilson Funaro, sob o governo de José Sarney, até o 33º, Luciano Coutinho, com Dilma Rousseff.

**QUADRO II– PRESIDENTES DO BNDES (1985-2014)**

Nº	Presidente BNDES	Início do mandato	Fim do mandato	Presidente República
15º	Dilson Funaro	março de 1985	agosto de 1985	José Sarney
16º	André Franco Montoro Filho	agosto de 1985	janeiro de 1987	
17º	Márcio Fortes	janeiro de 1987	setembro de 1989	
18º	Ney Fontes de Melo Távora	outubro de 1989	março de 1990	
19º	Eduardo Modiano	março de 1990	outubro de 1992	Fernando Collor de Mello
20º	Antônio Barros de Castro	outubro de 1992	março de 1993	Itamar Franco
21º	Luiz Carlos Delben Leite	março de 1993	agosto de 1993	
22º	Pérsio Arida	setembro de 1993	janeiro de 1995	
23º	Edmar Bacha	janeiro de 1995	novembro de 1995	Fernando Henrique Cardoso
24º	Luiz Carlos Mendonça de Barros	novembro de 1995	abril de 1998	
25º	André Lara Resende	abril de 1998	novembro de 1998	
26º	José Pio Borges de Castro Filho	novembro de 1998	julho de 1999	
27º	Andrea Sandro Calabi	julho de 1999	fevereiro de 2000	
28º	Francisco Gros	fevereiro de 2000	janeiro de 2002	
29º	Eleazar de Carvalho Filho	janeiro de 2002	janeiro de 2003	Luiz Inácio Lula da Silva
30º	Carlos Lessa	janeiro de 2003	novembro de 2004	
31º	Guido Mantega	novembro de 2004	março de 2006	
32º	Demian Fiocca	março de 2006	maio de 2007	
33º	Luciano Coutinho	maio de 2007	janeiro de 2010	
		janeiro de 2010	maio de 2016	Dilma Rousseff

Fonte: "Galeria dos presidentes". Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Acesso em 17.abril.2016. Adaptada pela autora.

posto, e que valia a pena uma aproximação. Além do que, sua irmã gêmea não tinha ainda um pretendente. Mas a moça que encantara Adolfo ansiava por aplicar um ardil divertido. Sugeriu que sua irmã vestisse suas roupas, retornasse ao local onde os rapazes estavam e fosse apresentada como a menina por quem Adolfo se encantara. A irmã aderiu à brincadeira e a troca de roupas foi feita. Retornou ao local e foi apresentada a Adolfo como se fosse a garota que o encantara à primeira vista. O resultado do episódio repleto de artimanhas foi que Adolfo e a jovem acabaram se casando. Desta união nasceu Mario Simonsen, seu avô e pai do economista Mario Henrique Simonsen. O pretendente da moça por quem Adolfo se encantara primeiro era o pai de Eugênio Gudin, Manoel Eugênio. Assim sendo, por causa da brincadeira que acabou em matrimônio, Carlos Ivan e Eugênio Gudin eram primos distantes”. (Scarlercio,2012, p.31).

Elisa Kluger (2017), em sua tese, aborda a meritocracia de laços onde analisa aspectos da formação dos profissionais em economia no Brasil. Sua proposta é a de examinar como os especialistas em economia que circulam entre a academia, o Estado e o setor privado, dentro e fora do país. Analisa o período que vai de 1930 até 2000, mostrando como poder e prestígio estão diretamente ligadas a certos vínculos estabelecidos a partir determinadas “ordens” profissionais.

Os laços descritos por Lazzarini (2018, p.19) referem-se as articulações promovidas pelos donos do poder formando uma rede corporativa. Analisa “como o BNDES e os fundos de pensão de estatais tornaram-se jogadores de extrema centralidade na rede corporativa brasileira” desenhando um triste mundo pequeno. Seu foco analítico está em mostrar os donos do Brasil e as conexões feitas pelo capital, fundamentalmente a partir de interesses financeiros, que no mundo dos negócios pautam-se em laços. São grandes companhias que se associam financiadas pelo dinheiro público para se fundir e competir com mais força no mundo corporativo. Sendo que as empresas ligadas ao governo são estatais e o BNDES. Nessa perspectiva, o interesse é o de potencializar as negociações e sua influência, para tanto ocorre a união ou do BNDES, ou dos fundos de pensão de estatais, de modo a formar aglomerações societárias, com atores privados em diversos blocos de controle.

“Com isso, o governo estende parte dos seus direitos de controle também para o setor privado. Por exemplo, quando o BNDES ou os fundos de pensão de estatais participam de aglomerações societárias com atores privados em diversos blocos de controle, abre-se um espaço particular de negociação e influência. Como ilustrado pelo caso da Vale discutido na introdução, essas interações podem levar a estratégias empresariais que se alinham às orientações do governo. Para contrabalançar essa influência e maximizar oportunidades que podem ser obtidas do setor público, o setor privado responde estruturando conexões com o sistema político.” (Lazzarini, 2018, p.73)

Com esses dois enfoques o do capital cultural e o capital econômico laços são efetivados pelo convívio que se consolida com as amizades e indicações. A máquina pública é sugada em prol de interesses de classe através dos laços entre o setor público, o privado e a política. As trajetórias individuais são delineadas e cruzadas com o objetivo de entender e descrever a importância da interpretação destes capitais que fazem parte do caminho de acesso ao poder. O poder diante do capitalismo de laços é associativo não é exclusividade do setor público, nem somente da iniciativa privada mas do jogo que se inter-relaciona com o político. A meritocracia é valorizada através das academias que com a redemocratização acentua-se a formação em Ciências Econômicas no país suas origens remontam as comissões formadas pelas Nações Unidas com o objetivo de fortalecimento econômicos aos países



membros da CEPAL.<sup>27</sup> Na prática são acionados esses capitais pelo contato com os que circulam nas estatais, nas reuniões sociais, nas amizades dentro e fora das academias, na iniciativa privada e entre as políticas previstas para a nação nesse ponto de intersecção parcerias são geradas, indicações, cargos e por aí vai.

No ano de 1948 cria-se o Conselho Econômico para a América Latina (CEPAL) que se tornou a principal referência como polo de debate econômico sobre a América Latina sendo selecionado alguns representantes para participar destes debates, que ganham corpo no Brasil na década de 1960, em movimentos com características específicas de atuação e consolidação da formação de especialistas em economia. O BNDE tem sua primeira equipe formada por Glycon de Paiva Lucas Lopes e Roberto Campos, sendo os mesmos nomes que compõem a Comissão Mista Brasil-EUA, afim de estabelecer um acordo de cooperação financeira em nome do desenvolvimentismo adotado como plano de governo na segunda era Vargas (KLUGER, 2017).

As ordens profissionais no Brasil, que antes eram valorizadas pela formação em engenharia, agora, compõem um ciclo onde se estabelecem relações de proximidade de capitais sociais, culturais e com força de indicação - para a ocupação de cargos em órgãos públicos e a grandes estatais -, mas dessa vez com o título de economista.

A partir da década de 1930 são criados cursos de especialização em ênfase a área econômica<sup>28</sup>. Esses espaços de formação, ganham uma simbologia no período marcando uma geração de intelectuais cujas especializações são internacionais e com propriedade para resolução das especificidades locais de uma economia periférica, conforme classificação cepalina. Tanto tecnocratas quanto expertise referem-se a formação em economia em diferentes análises sociológicas mas com atenção sobre a formação dos dirigentes do Brasil a partir das políticas adotadas sob a ótica econômica.

---

<sup>27</sup> Além da América Latina e o Caribe são membros da CEPAL Canadá, Japão, França, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália e Estados Unidos da América. Raúl Prebisch, foi um dos fundadores e a liderou em 1950, sendo o segundo a ocupar o cargo de secretário, contribuindo com a proposta de substituição do modelo de substituição de importação, expresso em sua obra de 1949: “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas”. (Kluger, 2017, p. 43)

<sup>28</sup> São criadas em 1932 a Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo Escola Alvares Penteado; 1938 Faculdade de Ciências Econômicas de Administração do Rio de Janeiro (FCEARJ); 1945 Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Minas Gerais (FACE) sendo depois UMG e hoje a UFMG; 1946 Fundação Nacional de Ciência Econômica (FNCE) Universidade do Brasil (UB atual UFRJ); Núcleo de Economia e Fundação Getúlio Vargas (FGV RJ); Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA); Universidade de São Paulo (USP) entre outras. KLUGER (2017; p.100).



O que pretende-se é uma análise prosopográfica, onde relações de poder são estabelecidas pela aproximação que ocorre em determinado campo social. A partir de Pierre Bourdieu e dos conceitos de campo, como um espaço onde realizam-se contatos e estabelecem-se elos capazes de enraizar-se, em postos chave e, eventualmente, cargos políticos se baseou o presente trabalho.

### **1.8 Estudos de Parentesco**

Bellow (2003), ao analisar o nepotismo norte americano busca as origens dessa prática viajando na história da Grécia antiga e em épocas históricas, comparando civilizações e sociedades, detectando essa característica nas lideranças em diferentes épocas, o que possuía uma certa credibilidade e sentido, considerando o contingente, as possibilidades de invasão e a manutenção do clã ou o reino, era comum recorrer ao nepotismo para facilitar a linha sucessiva, bem como a permanência do poder entre as lideranças.

Seu objetivo é penetrar no universo das grandes e influentes famílias e lideranças políticas norte americanas. Sua análise circula pelo espaço público, dos negócios e do esporte descrevendo de um lado a biologia, onde a referência é a natureza e as razões óbvias do cuidado entre os herdeiros, como instintivo e natural de um lado, e a moderna concepção da prática revestida do mérito, de outro. Esses dois polos: mérito e gene se unem na modernidade com o nome de nepotismo meritocrático favorecendo e, ao mesmo tempo, naturalizando a prática não só pelo pertencimento biológico, mas associada a ideia de uma conquista pessoal, por esforço individual beneficiado pelo “mérito”, por exemplo a um cargo, concurso e outros. Sua análise decorre de modo a naturalizar tais formações, ou seja, este autor não chega propriamente a considerar o nepotismo um problema.

Desse modo, desconsidera os “vícios” oriundos desta prática. Ou seja, o autor está mais propenso, a concordar com o favorecimento entre parentes em cargos públicos, como uma prática natural. Pauta-se na biologia, e, por conseguinte, nas relações entre os cargos. Especificamente para os cargos públicos, desenvolve a ideia de que confiar um cargo a alguém da família é muito mais seguro do que a um estranho, pois as relações são mais próximas, facilitando, com isso, o controle das tarefas como também as cobranças de responsabilidade, por exemplo, em função do conhecimento e da procedência do indivíduo. Nesse sentido, tal prática seria algo que estaria muito mais em benefício do que em prejuízo ao Estado, uma vez que entre família o fator consanguinidade tende a agregar.

Visto por esse ângulo, fica oculta a percepção danosa ao serviço do público. Isso porque o objetivo de tais nomeações, centram-se nos cargos diretivos, ou estratégicos desses serviços. O que significa que dificilmente alguém usará desse mecanismo para conseguir um cargo que, efetivamente precise trabalhar e, não ofereça projeção social. O discurso do mérito oculta privilégios e sucumbe possibilidades de oportunidade para outras camadas da sociedade. Mantém um exclusivismo de permanência a um pequeno grupo, em detrimento aos demais - uma vez que o acesso se pauta, única e exclusivamente, nas relações de parentesco.

Já Oliveira (2012) aborda o nepotismo em forma de teia, indicando a atenção que deve ser prestada a tais enraizamentos. Ao constatar a importância da família, aponta para o surgimento, desenvolvimento, manutenção e perpetuação do nepotismo como característica recorrente da ocupação de cargos nas diversas esferas do poder através da prática do nepotismo. A fragilidade das instituições políticas, aliada as desigualdades sociais, a patronagem e ao clientelismo oferecem um terreno fértil para o desenvolvimento de um sistema, predominantemente, nepótico onde a classe dominante estrategicamente molda o sistema político por meio, do que o autor denomina, classe dominante tradicional. Ela é tradicional porque vem de longa data, desde a coroa portuguesa com a distribuição das sesmarias, assume a característica da reconfiguração, pelos casamentos. Com isso, garantindo a concentração do poder nas mãos de poucas famílias, como forma de assegurar o patrimônio, fazem isso com casamentos dentro da mesma linhagem social.

Oliveira (2017) afirma que o Brasil funciona como uma “República do nepotismo”, salientando que a compreensão vem da conexão entre parentesco e Estado, poder familiar e instituições, dentro dos estudos de sociologia política. Chamando a atenção ainda, para o fato de que, mesmo com as trocas de governo, ou regimes políticos (militar, democrático), a única permanência é a da prática do nepotismo.

Desse modo, Oliveira (2012) presta notável contribuição ao estudo sobre famílias, auxiliando na maneira de pensar as formas políticas de acesso a órgãos públicos no geral. Os presidentes do BNDES pertencem a uma classe dominante com condições de reprodução dos seus valores. Nesse sentido, nota-se que tal prática só tem condições de destaque social e ocupação de cargos específicos, uma vez que sua estrutura social proporciona uma formação nas melhores escolas dentro de um campo de reprodução de valores culturais, sociais e político favoráveis. André Franco Montoro, por exemplo, figura entre os presidentes do BNDES e vem de uma família de político, seu pai foi governador de São Paulo e seu filho já ocupa um cargo dentro da instituição, conforme apresentado em seu perfil. No que se faz

notar as relações de parentesco como portas que se abrem propiciando o acesso a órgãos públicos.

Segundo Bonnewitz (2003) o estudo dos campos sociais, em Bourdieu, instrumentaliza o cientista a analisar as posições ocupadas por grupos sociais na escala classificatória da sociedade (renda, poder...) dando uma compreensão a reprodução social enquanto uma tendência, ou seja, os campos sociais concentram informações relativas a posições sociais ocupadas e distribuídas socialmente, no caso da sociedade capitalista, isso está definido pela renda (o que em Karl Marx lê-se como um critério para diferença entre as classes) ampliando essa visão quando considerado sua tendência a reprodução da ordem social. Ao abordar-se os presidentes do BNDES, chama-se a atenção para uma camada social, que tem por regra a manutenção de um sentimento de pertencimento aos valores da alta burguesia (e se distingue pelo potencial financeiro que agrega) buscando representá-los no espaço social. A trajetória de Carlos Lessa é um exemplo que aponta para seu pertencimento a alta burguesia da cidade do Rio de Janeiro mantendo um status diferenciado pela sua condição de classe, conforme consta em sua biografia.

Ao tratar do espaço social Bourdieu, transfere o sentido da análise do campo econômico englobando o cultural, o social, e o simbólico. A partir desse procedimento passa a observar o comportamento de seus membros e apontar para os lugares que ocupam no espaço social. Os presidentes do BNDES compõem uma camada da população que possui uma trajetória identificada pela divisão social do trabalho e estão qualificados, pelo campo cultural, como indivíduos com potencial diretivo, uma vez que seus capitais são agregados a valores de classe.

Kluger (2017) aponta para o fato de que o campo de formação cultural se associa e se alastra na trajetória de cada integrante de modo a garantir um cargo em grandes estatais, o que ela denomina laços, indicando que a convivência dos atores em espaços escolares desde o ensino médio, em escolas consagradas e de renome, perdura na graduação e se estendem no mestrado e no doutorado assim de laços consolidados ocorre a indicação para um posto de comando em grandes estatais.

Parafraseando Oliveira (2012), em seu preceito de que “a família ainda importa”, dentro do estudo das genealogias, observa-se nos enlaces matrimoniais a união de famílias que agregam, nesse ato, além de capitais culturais, econômicos e sociais, a perpetuação de valores reproduzidos na forma de tradição. Na tradição imposta para a ocupação do cargo, na presidência do BNDES, notou-se, a predominância masculina, o que enseja a abordagem do próximo capítulo, no item 2.4, sobre o gênero e a modernidade.

Oliveira (2001), chamou a atenção para essa relação de parentesco, identificada como nepotismo, em sua publicação sobre o Paraná, mostrando o quanto a política está viciada nesta prática, da perpetuação de famílias no poder. O nepotismo é um modo de agir na política do país, mas, também presente nas estatais e que sobrevive pela convivência de outros poderes. Tais práticas demonstram a fragilidade das instituições políticas e estão associadas as questões próprias das desigualdades sociais, da patronagem e, ao clientelismo.

Desse modo, o Estado perde suas características de público e transforma-se numa agência de favores e de parentesco. Partidos políticos também perdem suas características, dentro do sistema democrático, por manter uma relação de dependência às famílias, as únicas beneficiadas por esse modelo. Tradicionalmente essa prática é característica do setor público (Oliveira, 2001), o que não descarta esse tipo de prática em outros segmentos da vida social,<sup>29</sup> ou como abordar-se-á pela via da construção das biografias coletivas. Seriam os presidentes do BNDES também nomeados a cargos políticos após gestão no banco? Ou ainda, a representatividade social que o cargo confere pode ser estendido a vida pública?

A partir do cruzamento das biografias, identifica-se o nepotismo logo no início da formação do quadro de seus presidentes. De fato, o segundo indicado à presidência é irmão da ESPOSA do presidente, denotando um parentesco cruzado entre Valder Lima Sarmanho e Getúlio Vargas. Na linha do parentesco direto temo como exemplo o 16º ocupante do cargo, André Franco Montoro Filho, seu pai foi governador de São Paulo, posteriormente, se torna senador e depois ministro do trabalho, construindo um legado para a família Montoro que beneficia seus herdeiros em cargos nas estatais por várias gerações. Tratar aspectos desta instituição é referir-se à construção do país, além de sua dinâmica de funcionamento, onde determinados pertencimentos transformam instituições públicas em espaços particulares, caracterizando o “modus operandi” da administração pública no Brasil.

---

<sup>29</sup> Como em (Lazzarini, 2018) a junção entre público, privado e poder que rendem laços contribuindo para pensar as formas de acesso em estatais como é o caso do BNDES.

## CAPÍTULO II - BNDES: do projeto a instalação

O início da investigação sobre o BNDES, alimenta uma incógnita, a das credenciais necessárias à indicação para o cargo, foi o que motivou essa investigação, bem como as razões da sua criação. O governo de Gaspar Dutra (1946-1951)<sup>30</sup> com o plano SALTE, incentivou pensar na formação de uma agência pública de desenvolvimento, dentro do contexto brasileiro, uma vez que este foi frustrado pela falta de investimentos. Esse plano foi o estopim para a criação de uma agência de fomento no contexto do desenvolvimento econômico, como esboçado no plano SALTE.

A lei 1.628/52, sela a criação do BNDES<sup>31</sup> e é o resultado de uma organização anterior e também de um movimento que tem um deslocamento histórico e geográfico apontado por Kluger (2017, p. 31) na formação de um pensamento autóctone buscando efetivar o projeto da criação do banco. Esse deslocamento, implica em, pelo menos, três pontos que precede a formação do banco. O primeiro ponto é a comissão mista Brasil-EUA, que faz parte de uma condição imposta pelos Estados Unidos para a concessão de financiamentos para o Brasil; um segundo ponto a ser analisado é a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), que trata de estudos realizados por especialistas, com o objetivo de identificar os limites e possibilidades de crescimento para a América Latina, partindo da sua condição de periferia e, um terceiro ponto, que aborda a formação de uma tecnocracia ou, por outro lado, de uma certa valorização da graduação em ciências econômicas observada inclusive na composição da presidência do BNDES.

O primeiro ponto, para pensar a criação do BNDES é a formação de uma comissão mista entre o Brasil-EUA como parte do plano norte-americano de assistência técnica para a América Latina conhecido como Ponto IV que se tornou público no ano de 1949. Essa comissão, foi formada no âmbito do Ministério da Fazenda, ainda no governo Dutra. Sendo o resultado dessas negociações, a comissão, era composta por técnicos dos dois países. Entre os

---

<sup>30</sup> Foi o 16º Presidente da República de carreira militar, nasceu em 18 de maio de 1883 na cidade de Cuiabá, no Mato Grosso e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 11 de junho de 1974, com 91 anos. Eleito em 1945, pelo PSD (Partido Social Democrático) em coligação com o PTB (Partido trabalhista Brasileiro) e tendo como vice Nereu Ramos. Num contexto da guerra fria rompe com a União Soviética e trava uma caça aos comunistas fechando o Partido Comunista do Brasil, caçando o mandato de seus parlamentares, punindo com prisão sindicalistas e os opositores do governo; criou incentivos a vinda de grandes empresas estrangeiras ao país; e também o plano SALTE, que foi um plano econômico, criado em sua administração e com foco nas áreas da Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. Porém, a falta de recursos para investimento fez com que poucas dessas ações obtivessem êxito. (Malin, sem data, online)

<sup>31</sup> BNDES, 2012.

nomes estavam o de Eugênio Gudín, Otávio Gouveia de Bulhões e Valder Lima Sarmanho<sup>32</sup>. O objetivo dessa comissão, era o financiamento de um programa de reaparelhamento dos setores de infraestrutura da economia brasileira. Sua duração foi de 1951 até 1953. Os trabalhos da Comissão Mista versaram basicamente sobre as exigências técnicas e legais para que o Brasil formulasse e implementasse projetos prioritários relativos basicamente a energia e transportes.

Os técnicos que atuaram a frente dessa comissão elaboraram um relatório, conforme dados a seguir extraídos do CPDOC-FGV referente a segunda era Vargas:

No final, a Comissão acabou aprovando 41 projetos do Plano de Reaparelhamento Econômico elaborado pelo governo, para os quais calculava serem necessários cerca de 22 bilhões de cruzeiros, dos quais 14 bilhões seriam financiados em cruzeiros pelos governos federal e estaduais e cerca de 8 bilhões, equivalentes a 387 milhões de dólares, seriam financiados pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou pelo Export-Import Bank (Eximbank). Desse investimento total, 60,6% deveriam ser alocados no setor de transportes, 33,1% no setor de energia elétrica e 6,3% em projetos relativos a indústria, máquinas agrícolas e estocagem de cereais. Para oficializar as sugestões da Comissão Mista, foi criado em 1951 um plano quinquenal de desenvolvimento, e o Congresso autorizou a criação do Fundo de Reaparelhamento Econômico. (D'Araujo, sem data, online)

A conclusão dos trabalhos foi apresentada em 1954, por Eugênio Gudín ao Ministro da Fazenda, no governo de Café Filho. Atendendo a dupla característica: a de uma atividade de adequação, mas, também, de dependência ao capital externo. Nesse sentido, a alavanca ao desenvolvimento configurou-se pela dependência da aprovação externa, na reestruturação interna e, conseqüentemente, na maneira de produzir.

O segundo ponto, refere-se à criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), com sede no Chile e, de onde os estudos realizados produzem efeitos tanto na forma de gerir o desenvolvimento econômico, quanto a busca por uma formação em Ciência Econômica. Assim sendo, foi uma instituição que adquiriu importante difusão na maneira de conceber o desenvolvimento econômico.

Essa corrente de pensamento, desenvolveu uma linha em direção contrária ao pensamento econômico canônico, pois buscava a inserção dos países periféricos no sistema internacional. Os países periféricos eram os que, como o Brasil, ainda não possuíam um parque industrial competitivo no mercado. Dessa forma, foi registrado, por essa instituição uma oportunidade de pensar perante um corpo teórico e conceitual a relação centro-periferia,

---

<sup>32</sup> A comissão brasileira é significativa para o estudo do BNDES, pois esses nomes também compõem o quadro de presidentes do banco, conforme Gomes (2018).

agregando especialistas em economia de diversos países da América Latina interessados em romper com essa condição da América Latina.

A abrangência que a CEPAL atingiu dentro do Brasil, permite salientar o fato de que o curso de economia passou a ter uma significativa procura. Especialmente quando dirigimos um olhar sociológico para o período de redemocratização. Outro fator digno de consideração é que os nomes que pertenceram a essa corrente de pensamento foram Cleantho de Paiva Leite, Carlos Lessa, Antonio Barros de Castro, Celso Furtado e Maria Conceição Tavares. Desses nomes, os três primeiros figuram entre a presidência do BNDES.

O nome de Celso Furtado é absolutamente decisivo para todo o desenvolvimento do pensamento cepalino no país desde a tradução de textos como o “Manifesto cepalino”, elaborado por Raul Prebisch, até a divulgação feita em artigos e revistas especializadas de difusão acadêmica. Esses mecanismos foram, entre outras coisas, importantes para a legitimação do exercício da ciência econômica. Conquanto a fala dos economistas ganha credibilidade suficiente para uma mudança de olhar à formação. Ou seja, o curso de ciência econômica passa a ser almejado como o mais indicado para cargos de comando em órgãos do governo. Furtado atuou ainda, como coordenador das atividades do grupo misto CEPAL-BNDES, foi diretor do BNDES, criou a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e foi a pessoa mais importante para alavancar o pensamento cepalino no Brasil.

O terceiro ponto para a instalação do BNDES, foi a formação em Ciência Econômica. Nesse sentido, o processo de construção de um pensamento foi gestado, com o desenvolvimento das atividades cepalinas, causando a sensação de algo natural, mas com o objetivo de reaparelhar o Estado. Desse modo, um conjunto de movimentos conduzem a ações com o objetivo de também estruturar, ou de outro modo, preparar o terreno, para semear no país, uma conformação a tecnocracia, que se enseja a partir do plano SALTE, aprimorada no estudo cepalino e efetivada com uma nova estrutura administrativa, ensaiada com o surgimento do DASP, para se efetivar em termos de “currículo” e critérios para atuação no setor público e, principalmente, diante da nova configuração desenvolvimentista, com forte legitimidade aos especialistas em economia, conforme demonstrado por Kluger (2017), (Gomes; Dias; Motta, 1994) e mais adiante, neste estudo.

## **2.2 Presidência do BNDES: perfis e políticas**



As discussões em torno de um currículo para a ciência econômica, datam da década de 1930.

Getúlio Vargas aprovou em 1931, o curso de Administração e Finanças que tinha duração de três anos e conferia grau de bacharel em ciências econômicas. Essa formação era acessível apenas àqueles que já tivessem diplomas técnicos da área comercial, não podendo ser cursado pelos egressos do ensino médio regular, o que reduzia o prestígio das ciências econômicas pois os descendentes das famílias de elite seguiam preferencialmente o ensino regular, que era aquele que dava acesso às carreiras de advogado, médico e engenheiro. (Kluger, 2017, p 105)

A preferência era por cursos carregados de status social, como medicina, engenharia e direito. A grade curricular adotada dava forte ênfase às disciplinas de direito (comercial, internacional, público, civil, constitucional, administrativo, industrial e operário e consular). Ainda, na década de 1950, não fazia parte do que almejava, para seus filhos, as classes dominantes. Isso porque não imaginavam que a ciência econômica ganharia o status de a mais requisitada para a ocupação de cargos diretivos e, principalmente, públicos.

Essa transição, de uma ciência marginal para uma profissão consagrada, pode ser considerado como um reflexo da política que teve como prerrogativa o desenvolvimentismo, pois promoveu o crescimento do número de companhias estatais, ou ainda, concomitante a política desenvolvimentista houve a criação de novas estatais.

Evidenciou-se, também, tanto pela regulamentação dos cursos de economia, quanto pela expansão na burocracia estatal de área reservadas aos especialistas em questões econômicas, que a administração pública seria o mercado de trabalho preferencial para os egressos das faculdades de economia. E, finalmente, o curso de “ciências econômicas”, percebido como importante elemento para a formação de quadros burocráticos, oscilou entre criar ou uma elite política e administrativa dotada de uma formação intelectual mais geral, ou uma elite técnica, que requeria uma formação mais especializada. (Gomes; Dias; Motta, 1994, p 98)

No entendimento dos autores, as novas estatais levaram a reelaboração da formação, o que se constituiu em um enfrentamento com a propriedade de delimitar a atuação profissional dentro da burocracia estatal em expansão. No período (1930-1945) a ordem dos economistas ganha força como um grupo de pressão para regulamentação da profissão e, abre um espaço de atuação para uma nova elite. Trata-se de uma elite que domina um conhecimento técnico. A linguagem econômica seria então o resultado de uma formação especializada atendendo à nova conjuntura, podendo ser entendida como uma nova cultura.

Canêdo (2009), faz uma distinção e, também um alerta importante, para decifrar, em momentos da história, o desenvolvimento da institucionalização escolar em comparação com



o que, de modo geral, a sociedade compreende por cultura, especialmente as famílias da classe dominante, “[...] pode -se dizer que o padrão cultural fixado nas fronteiras da escola existe porque favorece os empreendimentos de dominação das elites do Estado”. (Canêdo, 2009, p 441) Discute como a cultura é vivida na prática da instituição escolar, afirmando que o dilema da coincidência existe “[...] porque fórmulas sedutoras conseguem esconder o segredo de uma lógica que repousa nas relações de força existentes na obra de construção do Estado Nacional da qual nós, assim como a escola, somos produto” (Canêdo, 2009, p.442).

A escola, nesse contexto, se insere a um processo de formação que atende a uma lógica do desenvolvimento da sociedade<sup>33</sup>, especialmente a pós-industrial, e pretende uma formação capaz de ser absorvida pelo mercado de trabalho, quando se refere aos filhos da classe trabalhadora e, parafraseando Karl Marx, aos escritórios da classe dominante. Ou seja, os filhos de famílias abastadas são educados, não para o mercado de trabalho comum, mas para postos de comando dentro do aparelho de Estado. A etapa da formação passa por essa instituição que ganha maior ou menor status, conforme o modelo político adotado pelo Estado.

O Brasil, na década de 1950, passa por uma reformulação no seu modelo econômico, pretende sair da condição de país agrícola e periférico com vistas ao desenvolvimentismo, o que significa dizer industrializar -se. Nesse período, contou com políticas voltadas a efetivação da estruturação do projeto desenvolvimentista que incluía, entre outras coisas a criação do BNDE, enquanto uma estatal capaz de dar suporte a estruturação da indústria de base para alavancar o desenvolvimento econômico, num esforço de aproximação aos países industrializados.

A escola faz parte da expectativa da transmissão da cultura, em conformidade com os valores da classe dominante. A escola transforma o legado econômico da família, em capital cultural, conforme Bourdieu e Passeron (1992) que ao analisarem o sistema escolar da França o indentificam como um modelo de reprodução social. Dentro destas perspectivas, alertam para o fato de que a escola não é neutra, nem justa ou promotora de igualdade de oportunidades. A desigualdade começa com a própria elaboração dos conteúdos, ministrados em sala pois são mais próximos dos filhos da classe dominante. Desse modo, os filhos da

---

<sup>33</sup> Canêdo (2009, p. 438), vai denominar de razões práticas, ao citar os fundamentos do desenvolvimento da cartografia sendo canalizada pelos colonizadores que usaram “para balizar itinerários, identificar lugares, assinalar riqueza, visando concentrar forças militares que permitiram subjugar populações locais e as espoliar”. Assim sendo, descreve a interpretação dos sócio historiadores, apontando para a utilidade do saber, ao traçar planos políticos e econômicos, não atende as diretrizes escolares, mas ao Estado no sentido da dominação. No caso da instituição escolar, a institucionalização da formação em ciência econômica, segue os rumos de uma política de adequação a formação de especialista aptos a assumir a direção de uma grande estatal que, nessa época, está em gestação.

classe trabalhadora, não dispondo da mesma herança cultural, própria dos herdeiros da classe dominante, experimentam uma violência simbólica da qual a instituição escolar é reprodutora. Ou seja, a produção dos conteúdos segue a um modelo que privilegia apenas o capital cultural, e que está mais próximo dos filhos da classe dominante. Não houve um cuidado com a elaboração de um curriculum que atendesse a essa diversidade, presente no espaço escolar. Essa desigualdade foi reproduzida de maneira sutil, fazendo os autores concluir que a violência sofrida, pelos filhos da classe trabalhadora, estava centrada na exposição dos conteúdos que só faziam sentido aos detentores de um capital cultural capaz de identificar tais abordagens.

Essa violência simbólica é também uma realidade no acesso ao curso superior no Brasil. Quem efetivamente frequentava uma universidade pública ou privada antes do acesso possibilitado pelos governos progressistas? O que nos reserva a história do Brasil, no tocante ao ensino, é a marca da desigualdade de acesso. Essa desigualdade é social, econômica, política e cultural, desencadeando lutas para a democratização tanto de acesso quanto o de garantia de permanência, sendo combativa, questionadora, resistente e atinge êxito somente com as políticas de acesso, implementadas em 2003 com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>34</sup>.

Nesse processo de socialização, realidades díspares podem produzir o mesmo resultado? Kluger (2018) compara caminhos diferentes dentro das relações de poder, apontando para a possibilidade de produção de um mesmo resultado, a partir de alguns capitais sociais<sup>35</sup>. Neste artigo, a autora observa a combinação entre a origem social privilegiada, trunfos culturais, cosmopolitismo e laços de família presente nas trajetórias de Antonio Delfim Neto (1928) e Mario Henrique Simonsen (1935-1997). Através da comparação da trajetória individual de ambos e seus respectivos capitais culturais desmistifica a meritocracia atribuída a Delfim e a genialidade ligada a figura de Simonsen. Atribuir tais narrativas a ambos, serviu como um jogo simbólico para legitimar o campo do poder das

---

<sup>34</sup> Nos governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ações concretas foram implementadas para garantir o acesso às Universidades. Através do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e ações afirmativas raciais e sociais foram criadas nas universidades federais. “Lei 10.639/2003 que estabelece o ensino da história e da cultura afro brasileira e africana em todas as instituições de ensino; a instalação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003; a criação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e da Lei de Cotas. Implementada em 2012, a Lei nº 12.711, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, estabelece 50% das vagas de universidades e institutos federais de ensino sejam reservadas a estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como aos oriundos de escolas públicas, com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio”. (Moura, 2019, p 9)

<sup>35</sup> Guardadas as devidas proporções, quanto ao nível de formação, o que abordamos até aqui refere-se as formas com as quais os indivíduos tem acesso a esse processo de socialização que os projeta para a vida social.

classes dominantes e para a efetivar a “transição/sobreposição dos dois modelos de socialização”, segundo a autora.

Mario Henrique Simonsen era membro da classe dominante carioca, sua descendência é reconhecida pelas posições ocupadas pelos membros de sua família. Seu pai, Mario Wallace Simonsen, foi o primeiro a receber sua formação no Brasil, neto de Adolpho Simonsen, um corretor de fundos públicos e presidente da câmara sindical por mais de dez anos. Pelo lado materno é neto de Henrique Roxo, médico, com doutorado em Paris onde Sigmund Freud foi seu colega de classe. Atuou como professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, seus pacientes eram membros da alta classe carioca, atendendo-os em sua clínica particular. Carmem Roxo, sua mãe, recebeu uma sofisticada educação europeia. A socialização de Mario Henrique Simonsen foi repleta da cultura erudita, desfrutando de uma infância digna de um “bem nascido”. Kursou o ginásio no Colégio Santo Inácio, onde teria colegas cujos pais eram ministros, senadores e deputados, um reduto das personalidades de destaque da vida pública nacional (KLUGER, 2018).

Antonio Delfim Neto foi um economista, professor universitário e político brasileiro. Descendente de imigrante italiano, nascido no Cambuci, bairro industrial e, de classe média, em São Paulo. O labor o acompanha desde a mais tenra idade, aos 14 anos é ofício boy por indicação de um tio conhecido do diretor da Gessy, teve iniciativa em vários aspectos de seu aperfeiçoamento profissional até que, por concurso, assume o Departamento de Estrada e Rodagem (DER). Oriundo da escola pública da vila operária, onde morava, almeja o curso de engenharia, porém devido as limitações orçamentárias familiar, cursa economia na USP de onde o acesso ao curso lhe foi permitido, pelo seu histórico em contabilidade. Teve uma

Socialização marcada pela escassez de capitais econômicos, culturais e cosmopolitas. Estudou em colégios públicos, em bairros de imigrantes, não aprendeu formalmente idiomas estrangeiros e tampouco foi exposto a um vasto cultivo cultural no espaço doméstico. Seus lazeres eram raros e democráticos, e mesmo o apreço pela música clássica foi incutido posteriormente e fora do meio familiar. Seus encaminhamentos profissionais foram limitados pela dependência do trabalho no período diurno. Tornou-se contador por necessidade e a contabilidade permitiu que fosse o primeiro dos seus a ingressar no ensino superior, em economia, e não na sonhada engenharia (Kluger, 2018, p. 7)

Quanto ao fato de apreciar a música clássica tardiamente, aqui vê-se um refinamento próprio das camadas mais privilegiadas da sociedade marcando uma diferença gritante, ao que foi exposto quanto ao contexto de Simonsen, pois a aproximação com essa cultura erudita já lhe era bastante familiar.

A descendência italiana de Delfim Neto vem da região da Calábria por parte de pai. Seu avô trabalha na prefeitura de São Paulo, como calceteiro de vias públicas e torna-se dono de uma das minas de pedras utilizadas para fazer o calçamento. Pelo lado da mãe, o avô era marceneiro na Consolação. Filho de um escriturário da Companhia Municipal de transportes Coletivos e de uma costureira viveram na casa do avô até conseguir a independência financeira e posteriormente adquirir um sítio. Teve sua educação na escola pública e cursou a Escola Técnica de Contabilidade Carlos de Carvalho<sup>36</sup>.

As duas trajetórias, conforme aponta Kluger (2018), referem-se a diferentes socializações. As chances de sucesso para Delfim, associam-se a um sistema de relações pessoais que o conduzem a uma situação de emergência social, ou seja, sua situação financeira é transformada por uma formação profissional e pelos contatos sociais estratégicos. Também, nesse caso a família é preponderante, as indicações ao primeiro emprego (seu tio que conhece o diretor da Gessy) e o suporte dos avôs, agrega na forma de uma acumulação primitiva.

Simonsen, por sua vez, nasce em condições de desfrutar do capital econômico e do pertencimento a uma elite tradicional, de longa duração e, usufruindo desse capital, desconhece a realidade de quem sobrevive da sua força de trabalho. O mais fundamental, relatado pela autora, é “uma rede sólida de vínculos com membros das camadas dominantes” (KLUGER, 2018, p 5). Esses vínculos, os projetam para o cenário nacional em cargos públicos de proeminência fundados na formação técnica, por conta da modernização proposta pelo Estado a partir da década de 1950. Nesse período, Simonsen e Delfim são importantes nomes que consolidam a ciência econômica no Brasil. Chamando a atenção para a importância da pós-graduação em economia, com ênfase na matemática, no âmbito do ensino e da pesquisa.

Em relação a Mário Henrique Simonsen a conversão para a economia o leva a ser professor da FGV conhecida como a “casa de Gudin”. Vendo em seu sobrinho, Mário Henrique, um futuro promissor com os cálculos orienta seu pai, Mário Wallace Simonsen, a encaminhá-lo para melhores possibilidades de ganhar dinheiro, sugerindo sua conversão da engenharia para a economia. Fato esse que o projeta a FGV, onde trabalha com consultoria e

---

<sup>36</sup> “No final dos anos 1940, como no início dos anos 50, começam a esboçar-se nas universidades algumas tentativas de luta por uma autonomia universitária, tanto externa como interna. Todavia, a situação é complexa. A propósito, Raul Bittencourt observa: “mesmo depois do Estado Novo, quando essa Universidade se torna autônoma por decreto, a situação não muda muito”, acrescentando: é suficiente pensar no “DASP a intervir, dia a mais dia, na vida das universidades federais, com aspereza e incidência”. (Fávero, 2006). Mais uma sintoma da influência tecnicista e o papel fundamental do DASP (abordado a seguir) como órgão que culmina com o tecnicismo

próximo de homens que compõem o centro do poder (como é o caso de Roberto Campos – presidente BNDES no governo de Juscelino Kubitschek – atualmente, Roberto Campos Neto, ocupa o cargo de presidente do Banco Central).

Desse modo, ocupar um cargo em uma instituição pública do porte do BNDES pressupõe um acúmulo de capitais sociais, conforme apresentado no Quadro V. Desde o início do banco, membros da classe dominante se revezam na composição do cargo de presidente. Observando a formação, na lista dos presidentes do BNDES (Anexo I), verifica-se que a Ciência Econômica não é a mais procurada por seus ocupantes<sup>37</sup>. No entanto, o período da redemocratização, concentra um número maior de economistas, conforme observado no quadro a seguir.

**QUADRO III – FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PRESIDENTES BNDES  
(1985-2014)**

<b>PRESIDENTE BNDES</b>	<b>NASCIMENTO /MORTE</b>	<b>IDADE</b>	<b>CIDADE NATAL</b>	<b>FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>	<b>OCUPAÇÃO PROFISSIONAL</b>
15º- Dilon Funaro	23/10/1933 12/04/1989	56	São Paulo	1956 -Engenharia- MACKENZI	Empresário, Político e Economista
16º - André Franco Montoro Filho	24/02/1944	75	São Paulo	1965 -Economia – FEA – USP 1975 – Doutor em Economia em Yale	Economista
17º- Marcio João de Andrade Fortes	04/10/1944	75	Belo Horizonte	1968 – Engenharia – PUC/RJ E Economia - UFRJ	Engenheiro Civil, Empresário e Político
18º -Ney Fontes de Melo Távora	09/03/1947	72	Salvador	PUC/RJ	Engenheiro Civil
19º- Eduardo Marco Modiano	20/06/1952 07/12/2017	67	Rio de Janeiro	1970 - Engenheiro PUC/RJ paralelamente. 1971 /1972 -Administração Pública na FG V/RJ. 1973 -Engenharia de Sistemas 1974 - Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas/RJ. 1974 /1978 - Mestrado em Administração, Finanças e Sistemas de	Engenheiro e Economista

<sup>37</sup>Ari Frederico Torres foi o primeiro presidente do BNDES, permaneceu na instituição de julho de 1952 a julho de 1953, nascido em Porto Alegre, indicado por Getúlio Vargas, sua formação foi como engenheiro civil sua atuação foi importante, para consolidar a indústria de base. Foi presidente e fundador do IPT, ABNT, ABCP, ABM, CSN, BNDE, entre outros (Gomes, 2017).

				<p>Informação na Alfred P. Sloan School of Management, do Massachusetts Institute of Technology (mit), em Cambridge (EUA), com uma bolsa de estudos da organização dos estados americanos (OEA) 1976 /1978. fez Doutorado em Pesquisa Operacional e Economia naquela mesma instituição em sua tese desenvolveu um modelo para avaliar as alternativas energéticas renováveis.</p>	
20º- Antonio Barros de Castro	11/02/1938 21/08/2011	73	Rio de Janeiro	Economia FEA/UFRJ	Economista
21º- Luis Carlos Delben Leite	21/10/1945	74	São Paulo	1970 - Ciências Econômicas – PUC/SP	Economista
22º- Pérsio Arida	01/03/1952	67	São Paulo	1975 – Economia – USP 1992 – Doutor MIT (EUA)	Economista
23º- Edmar Lisboa Bacha	14/02/1942	77	Minas Gerais	1960 - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais 1964 – Especialização em Economia: Centro de Aperfeiçoamento de Economistas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro Master of Arts” (M.A) em Economia: Yale University, Estados Unidos, 1964-1965 “Master of Philosophy” (M. Phil.) em	Economista

				Economia: Yale University, Estados Unidos, 1964-1966 “Doctor of Philosophy” (Ph.D.) em Economia: Yale University, Estados Unidos, 1964-1968	
24º- Luis Carlos Mendonça de Barros	28/11/1942	77	São Paulo	1964 -Engenharia de Produção – USP Economia - UNICAMP 1968 – Pós graduação em Política de Negócios da Pequena e Média Empresa na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas USP	Engenheiro e Economista
25º- André Pinheiro de Lara Resende	24/04/1951	68	Rio de Janeiro	Ciências Econômicas – PUC/RJ Phd Economia-MIT(EUA)	Banqueiro e Economista
26º- José Pio Borges de Castro Filho	31/01/1948	71	Rio de Janeiro	1970 - Engenheiro Mecânico PUC-RJ 1971 - Mestrado em Engenharia Industrial, com especialização em finanças, também na PUC-RIO. 1979-1982 - PHD Economia - New School for Social Research, em Nova Iorque.	Engenheiro e Economista
27º- Andrea Sandro Calabi	19/09/1945	74	São Paulo	1970 - Economia na Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP) 1972 - Mestre em Economia no Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP) . 1975 <i>Master of Arts</i> de Berkeley, Califórnia 1982 PHD Economia -	Economista

				Universidade da Califórnia, Berkeley - EUA	
28º- François Robert André Gros	21/04/1942 20/05/2002 – SP	60	Rio de Janeiro	1964 – Economia – Universidade de Princeton EUA	Economista
29º- Eleazar de Carvalho Filho	26/07/1957	62	São Paulo	1979 - Economia - Universidade de New York 1981 - Mestre em Relações Internacionais - Universidade Johns Hopkins, Baltimore, Maryland 1998 - MBA em <i>Corporate Financial Management</i> pela Harvard Business School, em Cambridge, Massachusetts	Economista, Banqueiro e Investidor
30º- Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa	30/06/1936	83	Rio de Janeiro	1959 - Ciências Econômicas – UFRJ 1964 – Mestre Análise Econômica – Conselho Nacional de Economia – 1980 - Doutor IFCH- UNICAMP	Economista
31º- Guido Mantega	07/04/1949	70	Gênova – Itália	1972 - Economia e Ciências Sociais – USP 1981 – Mestrado em Economia - FGV 1982 – Doutor em Sociologia – Orientador FHC	Economista e Sociólogo
32º- Demian Fiocca	1969	50	São Paulo	Economia – USP Mestrado – USP Mini MBA de Formação de Executivos do programa de Alta Dirección Harvard – IESE	Economista
33º- Luciano Coutinho	29/09/1946	73	Recife/CE	1968 – Ciências Econômicas – USP 1970 – Mestre Economia – USP 1974 – Doutor Economia Universidade de Cornelli - EUA	Economista



--	--	--	--	--	--

Fonte: adaptado pela autora a partir dos sites do BNDES e do CPDOC/FGV.

A institucionalização da formação fez parte de um projeto de racionalização da atividade administrativa que tem início, com a criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público)<sup>38</sup> em 1938, por iniciativa do presidente Getúlio Dornelles Vargas, em seu segundo governo, onde é aprimorado a intenção da criação de uma agência pública para promoção do desenvolvimento econômico do país. O desenvolvimento e consolidação do DASP reconfigura a administração pública. A racionalização da administração é significativa para a adesão ao setor público, de um lado e cria uma demanda curricular dando ênfase na formação técnica, de outro (KLUGER, 2017, p. 32-33).

A racionalidade técnica aplicada ao funcionalismo do Estado, nos limites observados do desenho desta pesquisa, mostra que dos 19 ocupantes apenas 5 possuem, como primeira formação, um curso diferente de ciência econômica. No entanto, mesmo não sendo sua primeira opção, há uma busca pela especialização em economia, como complemento da *expertise*. São eles Dilson Funaro, Marcio Fortes, Ney Távora e Eduardo Modiano engenheiros civis e Mendonça de Barros engenheiro de produção.

### 2.3 Os presidentes do BNDES e as relações de parentesco

Os atores que compõem a presidência do BNDES, desde sua origem, são nomes cujas escolhas tem indicação do presidente da República. Assim, não temos essa composição ao acaso ou por concurso, o que direciona tais escolhas, entende-se, são os capitais culturais proporcionados pela herança familiar que o indicado recebeu. A família é importante na formação de capital e como forma de ingresso a uma trajetória de sucesso. Pela família toda a estrutura de formação se define.

---

<sup>38</sup> A história da criação deste órgão, relaciona-se com o projeto de Getúlio Vargas de racionalizar o funcionalismo público da época e chama a atenção para a pessoa do engenheiro agrônomo Luiz Simão Lopes (1903-1994), conforme a autora. “Homem de confiança de Vargas, Simões provinha de uma família importante na vida política gaúcha” (p.49). Os laços com o presidente são regional e político, uma vez que o avó paterno de Simões chegou a ser presidente da província do Rio Grande do Sul e seu pai Ildefonso Simões Lopes, engenheiro, foi Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul por quase vinte anos, Ministro da agricultura entre 1919 e 1922 e um dos articuladores da Aliança Liberal de Getúlio. Quando foi nomeado, após vitória da Aliança Liberal, oficial-de-gabinete do novo presidente, dirigiu o processo de reforma administrativa do setor público que originou o DASP. (Kluger, 2017, p 49)

### QUADRO IV - CAPITAIS FAMILIARES

<b>PRESIDENT E BNDES</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>CÔNJUGE</b>	<b>FILIAÇÃO</b>	<b>Avô/Avó</b>	<b>Bisavô/Bisavó</b>
15º Dilson Domingos Funaro Empresário, Político e Economista	Março/1985 - Agosto/1985	Ana Maria Suplicy Funaro, filha de Paul Cochrone Suplicy	Pascoal Funaro e Helena Kraljevic Funaro	Avô paterno Domingos Funaro	Sogro Paul Cochrone Suplicy Cunhado de Eduardo Matarazzo Suplicy, Deputado Federal, Senador e pré-candidato à prefeitura de São Paulo Irmão de Dalva Funaro casada com o empresário Fernando Gasparin foi Constituinte e Deputado Federal.
16º André Franco Montoro Filho Economista	Agosto/1985 - Janeiro/1987	Gilda Maria Castanho Franco Montoro. Psicoterapeuta Familiar e escritora	André Franco Montoro Advogado formado pela USP e Doutor em Filosofia pela Faculdade São Bento e Luci Pestana Silva Franco Montoro natural de Jundiaí e formada em Filosofia e Serviço Social na Faculdade São Bento	Avô paterno imigrante italiano da Basca da Espanha Avô materno Advogado e dono de cartório	Guilherme Castanho Franco Montoro, filho, é analista - BNDES e professor da Universidade Estácio de Sá.
17º Marcio João de Andrade Fortes Engenheiro Civil, Empresário e Político	Janeiro/1987 - Setembro/1989	Célia Maria Correia Fortes Avô materno de José Barreto Costa Rodrigues-Dep. Federal no Maranhão. Avô paterno José Mariano Correia - Advogado	João Machado Fortes proprietário da João Fortes Engenharia do Rio de Janeiro e Maria Augusta Machado Fortes	Avô paterno Eneas de Carvalho Fortes – Coronel do Exército e Didia Pires Borges Machado (AM) Avô materno Rubens Fernandes de Andrade Halfeld – Farmacêutico químico	Ancestralidade materna alemã
18º Ney Fontes de Melo Távora Engenheiro Civil	Outubro/1989- Março /1990	Ana Luísa de Melo Távora	José Edilson de Melo Távora, Engenheiro Civil e político, foi Deputado Federal pelo Ceará cumprindo vários mandatos e Lucia Maria de	Avô paterno José da Silva Melo e Maria Carmosa Távora Melo.	

			Fontes Távora		
19° Eduardo Marco Modiano Engenheiro e Economista	Março/1990 - Outubro/1993	Isabel Parente Melo e Maria Cristina Sampaio	Umberto Modiano nascido na França, chega ao Brasil em 1947, trabalhava com café exportando/importando. Proprietário nos anos de 1960 da empresa Ouro Fino. Entre 1970 e 1990 instaurou 22 processos contra o Estado, uma de suas indenizações rendeu-lhe um complexo turístico e Liliane Ester Modiano, médica diretora da empresa farmacêutica Labonobel	Não encontrado	
20° Antonio Barros de Castro Economista	Outubro/1992 – Março/1993	Ana Célia Castro – Professora da UFRJ	Euclides Jose Coelho de Castro fazendeiro, funcionário público e engenheiro e Adelina Barros Castro bisneta do Barão de Itú		Seu tio materno foi Barão de Piracicaba seu Bisavô materno Raphael Águiar Paes de Barros filho do Barão de Itú. Avô paterno médico e veterinário de família tradicional do Maranhão. Sua filha Lavínia Barros de Castro é economista do BNDES e professora do IMEC
21° Luis Carlos Delben Leite Economista	Março/1993 – Agosto/1993	Divorciado	Edgar de Sousa Leite e Norma Maria Delben Leite		
22° Pêrsio Arida Economista	Setembro/1993 – Janeiro/1995	Elena Landau – segunda núpcia Economista no BNDES	Riad Arida e Alice Farah Arida		
23° Edmar Lisboa Bacha Economista	Janeiro/1995 – Novembro/1995	Eliana A. Cardoso. divorciado. Andreia Gouveia de	Felício Bacha Comerciante de Secretário da Prefeitura de Lambari e Maria	Avô materno João de Almeida Lisboa era farmacêutico e foi eleito prefeito de Lambari, chegando	Família elo lado paterno de libaneses um de seus tios foi Prefeito de

		Lima, separado. Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. Terceiro	de Jesus Lisboa Bacha	a ser Deputado Federal	Cambuquira e do lado materno descende da elite política local. Suas tias foram compuseram o quadro da AML – Academia Mineira de Letras
24° Luis Carlos Mendonça de Barros Engenheiro e Economista	Novembro/1995 Abril/1998	Vitória Maria Cardoso Mendonça de Barros	Leovigildo Mendonça de Barros médico cardiologista e Nísia Maurício Mendonça de Barros		Seu irmão José Roberto Mendonça de Barros, foi secretário de política econômica do Ministério da Fazenda entre 1995 e 1998, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e ex-secretário executivo da Câmara do Comércio Exterior de abril a novembro de 1998
25° André Pinheiro de Lara Resende Banqueiro e Economista	Abril/1998 – Novembro/1998	Cláudia Jaguaribe filha do sociólogo Hélio Jaguaribe	Oto Lara Resende proeminente jornalista da rede globo e Helena Pinheiro Guimarães	Avô materno Israel Pinheiro, um revolucionário de 1930, constituinte de 1946, Deputado Federal por Minas Gerais entre 1946 e 1956, ajudou a construir Brasília, sendo 1º Prefeito do Distrito Federal de 1960 a 1961, foi também governador de Minas Gerais de 1966-1971.	Seu tio materno, Israel Pinheiro Filho, foi deputado federal por Minas Gerais entre 1967 e 1971. (Arinos, 2004)
26° José Pio Borges de Castro Filho Engenheiro e Economista	Novembro/1998 – Julho/1999	Nancy de Pio Borges	José Pio Borges de Castro e Circe de Carvalho Pio de Castro	Avô paterno comerciante representante da Lloyds no Ceará Avô materno funcionário público	Bisavô paterno descendência de Padre Amaro, secretário geral da confederação do Equador
27° Andrea Sandro Calabi Economista	Julho/1999 – Abril/2000	# Segundo casamento Marta Grostein – Mãe do Luciano Huck	Fábio Calabi, nascido em Verona cursou Administração na escola do comércio Bocconi, em Milão. No Brasil foi contador,	Avô paterno engenheiro trabalhava na rede ferroviária federal da Itália. Avô materno diretor da Banca Commercialle Italiana veio ao	

			diretor administrativo da Gessy e proprietário de um escritório de consultoria econômica e Amélia Dinepi Calabi nascida em Modena começou a faculdade de letras em Roma mas não concluiu pois mudou-se para o Brasil, sua mãe aos 40 anos torna-se professora de Yoga	Brasil como diretor de uma agência no Brasil.	
28º Francóis Robert André Gross Economista	Fevereiro/2000 – Janeiro 2002	Sandra Mattman	André Gros advogado francês trabalhou no Ministério das Relações Exteriores da França e Juiz na Corte Internacional de Haia. Quando esteve no Brasil em missão pela corte francesa foi professor de Ciência Política na Faculdade Nacional de Direito da Universidade de Direito do Brasil e Dulce Simões Correia brasileira com ascendência portuguesa	Avô materno Álvaro Simões Correia Médico	Bisavô materno Francisco Simões Correia médico especializado em febre amarela, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e fundador da Casa de Saúde São Sebastião em Botafogo
29º Eleazar de Carvalho Filho Economista, Banqueiro e Investidor	Janeiro/2002 – Janeiro/2003	Julia Michels (3 filhos) - Sonia Quintela segunda núpcia. Executiva do ramo da moda (Alpargatas e Triumph) desde 2008 Presidente da ONG ArteSol	Eleazar de Carvalho maestro e Jocy de Oliveira compositora, pianista e escritora	Avô paterno foi capitão da polícia militar cearense. Avô materno Advogado e fazendeiro no Pará. Avó escritora e membro da Academia paraense	Bisavô materno engenheiro de pontes francês – construiu a estrada de ferro Curitiba - Paranaguá
30º Carlos Francisco Theodoro	Janeiro/2003 – Novembro/2004	Marta Maria Hue Ribeiro de Lessa (3	Clado Ribeiro Lessa médico e Amélia Machado	Avô materno advogado Avô paterno	Bisavô materno José Higino Pereira da Silva

Machado Ribeiro de Lessa Economista		filhos)	Ribeiro de Lessa filântropa	médico botânico e professor no Pedro II	
31° Guido Mantega Economista e Sociólogo	Novembro/2004 – Março/2006	Lavinia Hungria Cardim Mantega (3 filhos – Carolina Vilardo Mantega, Leonardo Vilardo Mantega e Marina Mantega - jornalista e integrante do programa pânico na Jovem pan) Segunda núpcias- Eliane Berger Mantega(1 filho)	Guiseppe Mantega serviu no exército por uma década, regressou à Itália no final da Segunda Guerra Mundial e ao migrar para o Brasil montou uma fábrica de móveis e Anna Mantega, antes de casar era proprietária de um atelier de alta costura	Avôs materno e Avôs paterno eram funcionários públicos	
32° Demian Fiocca Economista	Março/2006 – Maio/2007	#	#		
33° Luciano Coutinho Economista	Maio/2007 – Janeiro/2010	Divorciado (2 filhos)	Amauri Domingues Coutinho Médico e professor catedrático da UPFE e Ana da Silva Galvão Coutinho formada em Belas Artes	Avô Sinfrônio Coutinho era advogado e promotor público	Descendente de famílias tradicionais de Pernambuco Família Domingues e Cotinho donas de engenho de açúcar por parte de Pai eram descendentes do Barão de Amaraji. Seus tios(2) foram governadores de Pernambuco.

Fonte: elaborado a partir de dados coletados das biografias sistematizadas pela autora.

Os capitais familiares sintetizados no Quadro IV tem a finalidade de facilitar a visualização chamando a atenção para uma condição de classe dominante tradicional, ao se observar o perfil dos biografados com um olhar para as trajetórias familiares. O sobrenome Funaro é de origem italiana e dispõem de capital econômico suficiente para desfrutar de uma vida condizente com os padrões dos proprietários de indústria. Seguindo um padrão de união entre as classes dominantes duas fortunas se fundem com o casamento entre os Funaro e os

Matarazzo. O casamento reserva a propriedade de incluir além de fortunas o acúmulo de capitais culturais sendo uma característica comum entre os biografados.

Sob o aspecto formação os biografados manifestam condições de exercer a liderança seja no colegial ou no ramo empresarial, são precocemente encaminhados a cargos em estatais e pastas no governo como é o caso dos Ministérios (Fazenda, Comunicações, entre outros) ou nos Estados.

Canêdo (1994), alerta para o fato de que não podemos ignorar a presença de relações de parentesco como base para o desenvolvimento de redes políticas, que se manifestam na forma de ingresso aos cargos eletivos e, principalmente, aos cargos públicos estabelecidos por indicação, como a presidência do BNDES que ilustra esse apoio familiar de construção dos capitais culturais desejados para seu exercício na função.

Niess, 2012 ao fazer um estudo sobre o nepotismo na sociedade francesa da terceira república sugere pensar família a partir da compreensão de dois conceitos complementares de um lado o sistema de pais, que dá a noção de uma organização social maior e, de outro, o chamado átomo parenté que partilha a ideia de uma estrutura social focalizada. O autor está preocupado com os vínculos entre linhagem, nepotismo e república, através da prosopografia demonstra famílias conectadas aos mais altos escalões do Estado. A incompatibilidade de um elo entre hereditariedade e república parece não se encaixar na visão do autor e ao afirmar que:

Os elos que vão além da linhagem direta, evocados por Lévi-Strauss e Tillard, podem, portanto, ser os de uma endogamia social que leva as famílias que têm raízes mais fortes em um local específico a acrescentar homens e mulheres ao seu número. Assim, eles tecem uma rede de sociabilidade e consanguinidade dentro de uma sociedade mais ampla, onde consanguinidade e sociabilidade são combinadas como critérios para a construção da rede familiar. O objetivo dessa prática matrimonial é manter uma posição de destaque na sociedade política local.

O autor mostra o quanto os laços são importantes para a análise da política de cargos no governo ressaltando as linhagens indiretas que se constituem de fundamental importância na compreensão dos dados sobre instituições e governos. Entre os presidentes do BNDES a sucessão é condicionada aos laços estabelecidos entre as famílias pelos seus capitais familiares na pessoa de André Franco Montoro há um parentesco direto, os demais estão também alicerçados pelo parentesco indireto.

Edmar Lisboa Bacha é um bom exemplo da linhagem indireta, que não se mostra no Banco mas que é fornecido por sua trajetória enquanto herdeiro de capitais culturais, sua irmã Clélia, funcionária da Previdência dos Servidores em Minas Gerais era casada com o

jornalista mineiro Guy de Almeida exilado no Chile<sup>39</sup>, lá o receberam quando era bolsista em Yale. Bacha participou de um programa destinado aos bolsistas mineiros e quando foram para o Chile ficaram incumbidos de “um projeto de cooperação internacional no MIT com a oficina Planificación (ODEPLAN)”, mantendo contatos com nomes que posteriormente o aproximariam a pastas no governo brasileiro. (Kluger, 2017; p. 309).

Canêdo, 2020 ao observar a repercussão do “mineirismo” em âmbito nacional chama atenção para o que deve ser observado pelo cientista ao estudar a política no Brasil. Esse tipo de regionalismo, expressa no comportamento dos políticos no estado de Minas Gerais, são pistas sobre a maneira de fazer política extensivo ao funcionamento da coisa pública, como é o caso das indicações dentro do BNDES. Segundo a autora, o olhar do cientista deve voltar-se para as habilidades de conciliação acomodação e de negociação, que no caso mineiro se deu pela astúcia e sagacidade. Essa maneira particular de fazer política é a síntese do habitus da classe dominante tradicional, presente na valorização da condição de “homens de bem”, ou quando afirmam, por exemplo, serem oriundos de uma condição desprivilegiada, ou ainda, se autoproclamando como trabalhadores que conseguiram tudo com muito esforço. Com a redemocratização observa-se fenômeno parecido, quando entre os biografados o curso de economia predomina, fazendo parte de uma construção ideológica que condiciona a compreensão, e expectativa, de que os grandes problemas nacionais está nas mãos dessa expertise. (Kluger, 2017); (Gomes; Dias; Motta, 1994)

Ao situar a importância do BNDES histórica e politicamente pode-se entendê-lo, conforme Goulart (2016)<sup>40</sup> enquanto subcampo do campo político. Valendo-se de uma análise bourdieusiana, a autora, demonstra que os integrantes do Legislativo do Paraná compreendidos entre o ano de 1889 até 1930 mantiveram estreitas relações com o poder máximo da República. A autora delineia o perfil dos ocupantes da ALEP, apresentando a interrelação entre esses dois poderes (Executivo e Legislativo). É como se um campo (o Legislativo) funcionasse como uma “escola preparatória” para adentrar a outro campo (o do Executivo).

---

<sup>39</sup> Entre os exilados estava José Serra que conheceu a bailarina Sylvia Monica Allende, de parentesco distante de Salvador Allende, casaram-se em 1967 e tiveram dois filhos, advogada Verônica que nasceu, em meados de 1969, com icterícia precisando de doação de sangue, sendo um dos doadores compatíveis Edmar Bacha. O outro filho do casal chama-se Luciano, e é um administrador de empresas.

<sup>40</sup> A autora realiza uma análise do jogo político entre as famílias no poder que compõem o quadro de Deputados Estaduais na ALEP, demonstrando o quanto o Legislativo se constitui em um trampolim para alçar cargos públicos no poder Executivos. Nesse sentido, defendendo a tese de que a ALEP funciona como um subcampo do campo político sendo cultuado pela classe dominante tradicional como a extensão de suas casas.



Considerando o processo que originou o BNDES e, sendo sua criação uma determinação do Governo Federal, podemos aferir que os integrantes da presidência tem uma longa trajetória entre o setor público e privado, parafraseando Goulart (2014), realizam uma verdadeira “dança das cadeiras” até chegar à presidência do BNDES, iniciam sua vida acadêmica com grandes possibilidades de trabalhar como docente nas universidades públicas, em paralelo, desenvolvem ou acumulam, cargos na direção de grandes companhias. O início na trajetória até o banco, muitas vezes, ocorre passando pela direção, é o caso da experiência de Demian Fiocca<sup>41</sup>, Maria Silvia Bastos Marques<sup>42</sup>, André Franco Montoro<sup>43</sup>, que antes da presidência circularam internamente.

Os campos são formados por agentes que podem ser indivíduos ou instituições, os mesmos estabelecem espaços nos quais os campos existem em função das suas relações. De acordo com Bourdieu (2004, p. 22-23), todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. Desse modo, ao considerar o BNDES, este está entendido enquanto instituição que exerce uma relação de forças com o campo político. Essa relação de forças, se apresenta na forma de alguns interesses que moldam as perspectivas dos financiamentos nacionais, conforme demandas governamentais, (conforme ilustrado, abaixo, na figura 2). Com a redemocratização, o banco agiu em conformidade com as políticas de governo e encabeçando a ideia da privatização dentro de uma política de desestatização. Assim, na sua origem atendeu a um projeto desenvolvimentista, reconfigurando-se em financiamentos a grandes corporações<sup>44</sup>.

Observando-se as trajetórias individuais dos biografados, as mesmas indicam uma atuação que se projeta ao cenário nacional em cargos públicos e privados até a presidência do BNDES, sempre em postos de comando. Em seus capitais familiares agregam uma condição de classe favorável ao desenvolvimento de um capital cultural que coaduna com a “escolha” de instituições que funcionam como requisito para assumir cargos diretivos. Seus hábitos corroboram para o fortalecimento de uma linha ideológica dentro das vertentes do liberalismo econômico, coincidindo com a atuação no banco, durante o período da redemocratização os

---

<sup>41</sup> Foi vice presidente de Guido Mantega e também seu sucessor.

<sup>42</sup>Foi assessora especial para assuntos de desestatização do BNDES e, também, da área financeira e internacional do BNDES.

<sup>43</sup> Foi vice presidente de Dilson Funaro e o próximo a assumir a presidência.

<sup>44</sup>Nesse quesito, acaba sendo alvo de investigações envolvendo empresas como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Guitierrez e JBS, entre outras. O banco sempre esteve envolvido com financiamentos e liberações de verbas ao exterior conforme consta no livro verde do BNDES, lançado por Paulo Rabello em 2017, o qual apresenta um balanço das operações realizadas de 2001 a 2016. No contexto do “golpe” esses dados são utilizados pela mídia para ocultar a verdade, induzindo as opiniões, conforme os interesses da classe dominante.

programas de privatização iniciados com o governo de Fernando Henrique Cardoso, seguem tais prerrogativas. Ao assumir o governo, Lula rompe com um longo período de neoliberalismo e passa a imprimir ideais progressistas, sendo indicado para o cargo de presidente do BNDES, Carlos Lessa.

**FIGURA 2– Charge referente as privatizações da década de 1990**



FONTE: Correio Brasiliense: 03 de novembro de 1990

A charge acima, publicada pelo correio brasiliense, durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990- 1992), faz uma crítica as incertezas vividas no período por conta das privatizações. Demonstrando o quanto as negociações estavam ligadas muito mais ao universo místico do que ao da tecnocracia. Entre os ministros vários acordos eram estabelecidos, numa verdadeira relação de forças, ao ponto de serem nomeados com o intuito de favorecerem o processo de privatização saídos da presidência do BNDES e, muitas vezes assumindo o Ministério, potencializando assim, seu poder de barganha.

Oliveira (2012, p. 54), em suas análises sobre a família e a genealogia, chama a atenção para o que classifica como classe dominante tradicional. “As estruturas de riquezas são definidas em termos de renda, patrimônios e posições sociais. Os 10% mais ricos formam a parte mais significativa da estrutura social de composição da riqueza e de poder na sociedade brasileira”. Carlos Lessa é um genuíno representante dessa camada social e suas redes de parentesco, são uma herança colonial portuguesa, da linhagem dos Gomes Ferreira de Andrade, Vice Rei do Brasil, neto de médico, botânico e professor, tem seu campo cultural construído desde as séries iniciais, frequentando bons colégios no Rio de Janeiro. Pelo lado materno, participava de projetos junto as camadas pobres da população. Em sua gestão no banco, resgata os valores relativos as origens da sua criação, enquanto agência de fomento,

“procura desmontar as reformas feitas por seus antecessores com a intenção de aproximar o BNDES da operação de um banco privado de investimentos” (Kluger, 2017, p 656).

Diante disso, pode-se afirmar que as raízes do banco se dispersaram em função das privatizações. Os gestores anteriores favoráveis ao programa de desestatização e caminhavam a passos largos para efetivar as vendas de estatais como a Companhia Vale do Rio Doce, a SIDERBRAS – Siderurgia brasileira S.A., VASP – Viação Aérea São Paulo, Usiminas, EMBRAER, CSN, entre outras. Ao assumir o cargo reestrutura o quadro de funcionários que ocupam altos postos oferecendo-lhes cursos de formação que aborda o pensamento mais próximo, das teorias do desenvolvimento, lembrando que ele próprio participa da formação do pensamento cepalino e seus esforços são na tentativa de um resgate a essas prerrogativas que outrora vigoraram no banco, inclusive impulsionando a sua criação. Lessa esteve à frente do BNDES por quase dois anos, quando ainda está filiado ao PMDB, e disposto a retomar o desenvolvimento, mas acaba divergindo com a cúpula do governo e deixando a instituição.

O Quadro V faz uma relação dos capitais sociais dos presidentes do BNDES, apresentando o período de atuação de cada agente, as relações de parentesco, as respectivas filiações partidárias e os presidentes que os indicaram. Em relação a filiação partidária, predominam os partidos de direita, favoráveis as privatizações, pelas quais a redemocratização primou. O PMDB partido histórico e reconfigurado permanece até o final do período observado. Isso reforça a ideia de que os presidentes seguem a linha ideológica de seus governos, sendo indicados não somente, mas inclusive por essa via, para assumir o cargo. A filiação partidária não é uma condição para indicação, mas contribui para o alinhamento de uma política governamental, observamos pela história da criação do BNDES, o pensamento Cepalino, e a comissão mista, um certo alinhamento que corroborou para sua criação. Assim, também, observamos o nascimento de uma tecnocracia, conforme Quadro III, nos levando a considerar a relevância desse dado para pensar a condução das políticas adotadas pelo banco. Consideramos um fator preponderante para a análise do BNDES, enquanto um subcampo do campo político, uma vez que as agendas acabam financiando os projetos governamentais (desenvolvimentismo, industrialização, privatizações...)

Os biografados cumpriram, por exemplo, os projetos de privatização e, por mais empecilhos que os movimentos sociais, a opinião pública, os poucos empresários contrários ao projeto pudessem apresentar, a Vale do Rio Doce foi vendida, no governo de Fernando Henrique Cardoso. No seu governo, ocuparam a presidência do BNDES nomes como o de Edmar Bacha, Luis Carlos Mendonça de Barros, André Pinheiro de Lara Resende, José Pio Borges de Castro Filho, Andrea Sandro Calabi, Francóis Robert André Gros e Eleazar de

Carvalho Filho, todos percorrendo o mesmo firme propósito governamental de privatizar importantes estatais, as mais lucrativas<sup>45</sup>.

As orientações dos ocupantes do cargo de presidente do BNDES não são contrárias as propostas de governo. Nesse sentido, a condução dessas ações nos permite considerar o BNDES como um subcampo do campo político centrado na presidência da república, ou seja, seguem em conformidade com uma política alinhada ao governo que representam, o que reitera a axioma de que não é por acaso que alguém assume essa liderança. Um fator que chama a atenção na lista de presidentes é a permanência no cargo, mesmo que seja indicado são poucos os que se mantêm por um longo período.

Edmar Bacha é amigo de Fernando Henrique Cardoso e seu afilhado na Academia Brasileira de Letras, não que ele próprio não possuísse atributos o suficiente para adentrar a esse espaço, foi uma questão de protocolo e laço. Bacha é filho de um imigrante árabe, que se estabelece na cidade mineira de Lambari, casando-se com uma representante da família tradicional da região, Maria de Jesus Lisboa, cujo avô materno foi deputado federal na primeira República. Integrou a equipe que formulou o Plano de Estabilização Econômica, no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Foi filiado ao PMDB e, posteriormente, ao PSDB. Ao assumir a presidência do BNDES, pauta sua gestão no resgate institucional, propõe a atuação do banco como “veículo das mudanças estruturais” promovendo “a conciliação da estabilidade com o crescimento”, além de uma integração do país com a economia mundial. O programa de privatização era a prioridade do governo FHC e também os do banco na gestão de Bacha.

Luis Carlos Mendonça de Barros é herdeiro de família de estancieiro, teve seu capital econômico construído e consolidado no Rio Grande do Sul, seu irmão José Roberto Mendonça de Barros, foi secretário de política econômica do Ministério da Fazenda entre 1995 e 1998, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e ex-secretário executivo da Câmara do Comércio Exterior de abril a novembro de 1998. Assume a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1995, sendo indicado pelo ministro do Planejamento José Serra. Seu partido político é o PSDB. Em sua gestão foi responsável pela privatização da área de geração de energia.

---

<sup>45</sup>Assim também, recentemente Gustavo Henrique Moreira Montezano, assumiu o cargo no BNDES, em substituição a Joaquim Levy, economista ortodoxo, que fora Ministro da Fazenda no governo Dilma Rousseff em 2015, por divergências com o atual presidente do Brasil. Entre seus atributos está o fato de ser amigo antigo de Eduardo Bolsonaro, um dos filhos do atual presidente e, estar mais alinhado com o projeto presidencial de Paulo Guedes, Ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro, conforme Castro e Setti (2019).

André Pinheiro de Lara Resende é filho de Otto Lara Resende jornalista famoso em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Seu pai foi ocupante da 39ª cadeira da Academia Brasileira de Letras e apresentador de um programa na Globo entrevistas. Amigo pessoal de Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Hélio Pellegrino sempre voltado ao universo da intelectualidade escreveu vários livros. Seu avô materno, Israel Pinheiro, lutou na Revolução de 1930, ajudou a construir Brasília e foi também governador de Minas Gerais de 1966-1971. Seu tio materno, Israel Pinheiro Filho, foi deputado federal por Minas Gerais entre 1967 e 1971. Foi assessor da Presidência no governo de Fernando Henrique e compôs a equipe econômica do Plano Real. Filiado ao PSDB. Atuou no BNDES por sete meses saindo em função de denúncias quanto ao banco Matrix, que derruba Mendonça de Barros. Casado com Cláudia Jaguaribe.

José Pio Borges de Castro Filho seu pai, José Pio Borges de Castro, foi engenheiro e militar assumindo vários cargos importantes na prefeitura do Rio de Janeiro. Coursou engenharia mecânica na graduação e, mestrado em engenharia industrial com especialização em finanças. Foi contratado pelo banco para atuar no setor de engenharia logo que terminou a graduação em 1974. Em 1990 é vice-presidente de Eduardo Modiano, no governo Collor e privatiza o Banco do Nordeste do Brasil S.A., a Eletrobrás, a Copesul, a Usiminas e a Rede Ferroviária Federal S.A. é vice também na gestão de Mendonça de Barros, deixando o cargo para assumir o Ministério das Comunicações, dando continuidade à privatização do sistema Telebrás. Permanecendo presidente do BNDES por oito meses, durante o governo de Fernando Henrique, no ano de 1998.

Andrea Sandro Calabi é paulista filho de imigrante italiano, sua mãe foge da perseguição judia da Itália na década de 1930. Por indicação de José Serra ocupa dois postos no governo de Fernando Henrique, o de presidente do Banco do Brasil, e integra a equipe ministerial. Assessorou Franco Montoro (1983-1987) no seu governo em São Paulo, construindo laços e amizades. Considerava que para o controle inflacionário seria necessário buscar o controle das contas públicas além do aperto monetário e do ajuste fiscal, o que o aproximou de nomes como o de José Serra, Luciano Coutinho, Marcos Fonseca, André Franco Montoro Filho. Atento ao programa das privatizações aproxima-se dos presidentes do BNDES André Lara Resende e Mendonça de Barros enquanto atua como consultor na iniciativa privada. Até assumir a presidência do BNDES, por sete meses, propondo o controle dos investimentos ao capital estrangeiro, porém a FORD acaba comprando a AES, com empréstimos do banco. Filiado ao PSDB apoiou a candidatura de Serra à presidência no ano de 2002, sendo ainda, membro do conselho de administração da Caixa de Previdência dos

Funcionários do Banco do Brasil (PREVI). É casado com Marta Grostein, mãe de Luciano Huck.

Francóis Robert André Gros, filho de franceses, André Gros, representante da França na Corte Internacional de Haia, e de Dulce Simões Correia. Graduado em economia pela universidade de Princeton. Trabalha na Kideer, Peabody and Co. Inc., uma das mais influentes corretoras na Bolsa de Valores de Nova Iorque, ocasião em que é convidado por Ronaldo Cesar Coelho a assumir uma das diretorias do Grupo Multiplic, no Rio de Janeiro. No momento em que assume a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) seus laços estreitam-se com Mário Henrique Simonsen (que fora Ministro do Planejamento e era vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia Bozano Simonsen), e Marcílio Marques Moreira (diplomata e primeiro-secretário do Ministério das Relações Exteriores). Sua experiência com o BNDES acontece ao assumir diretoria de mercado de capitais, lá conhece Dilson Funaro e, quando este assume o Ministério do Planejamento, o indica para assumir o seu lugar na presidência do banco. Sua permanência no banco foi de quase dois anos e primou pelos acordos de moratória junto ao FMI e discutiu a elevação da taxa de juros.

Eleazar de Carvalho Filho, é filho de músicos, o maestro Eleazar de Carvalho e da compositora, pianista e escritora Jocy de Oliveira, teve sua formação nos Estados Unidos desde a graduação até o MBA. Começa sua trajetória no banco, a convite de Francisco Gros, a princípio como diretor superintendente do BNDES Participações S.A (BNDESPAR), ficando responsável pelo processo de compra de ações da Petrobras com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Depois como diretor da Secretaria Geral de Apoio à Desestatização, respondendo pelas operações e serviços de privatização, como também pela diretoria da área de Produtos Estruturados do BNDES.

Busca-se relacionar seus capitais e trajetórias verificando as condições de classe favoráveis ao desenvolvimento de contatos que resultaram em indicações. Importante notar que antes de assumir a presidência é comum fazer um estágio de reconhecimento do terreno antes do *gran finale*. Os biografados, integram a classe dominante, seus descendentes desfrutam de todas as condições sociais, econômicas e culturais de assumir cargos em instituições públicas e privadas, e em cargos diretivos (Quadro III). Suas ações estão alinhadas aos objetivos do governo, com pequenas variações nos projetos que pretendem implementar, para os casos acima mencionados o que temos é bem marcado projeto de desestatização.

#### **QUADRO V – CAPITAIS SOCIAIS DOS PRESIDENTES DO BNDES (1985-2014)**



<b>PRESIDENTE BNDES</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>CÔNJUGE</b>	<b>FILIAÇÃO</b>	<b>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>	<b>PARTIDO POLÍTICO</b>
15º- Dilson Domingos Funaro	Março/1985 - Agosto/1985	Ana Maria Suplicy Funaro	Pascoal Funaro e Helena Kraljevic Funaro	José Sarney	PMDB
16º- André Franco Montoro Filho	Agosto/1985 - Janeiro/1987	Gilda Maria Castanho Franco Montoro	André Franco Montoro e Luci Pestana Silva Franco Montoro	José Sarney	PSDB
17º- Marcio João de Andrade Fortes	Janeiro/1987 - Setembro/1989	Célia Maria Correia Fortes	João Machado Fortes e Maria Augusta Machado Fortes	José Sarney	PSDB
18º- Ney Fontes de Melo Távora	Outubro/1989- Março /1990	Ana Luísa de Melo Távora	José Edilson de Melo Távora e Lucia Maria de Fontes Távora	José Sarney	#
19º- Eduardo Marco Modiano	Março/1990 - Outubro/1993	Isabel Parente Melo e Maria Cristina Sampaio	Umberto Modiano e Liliane Ester Modiano	Fernando Collor de Mello	PSDB
20º- Antonio Barros de Castro	Outubro/1992 – Março/1993	Ana Célia Castro	Euclides Jose Coelho de Castro e Adelina Barros Castro	Itamar Franco	#
21º- Luis Carlos Delben Leite	Março/1993 – Agosto/1993	Divorciado	Edgar de Sousa Leite e Norma Maria Delben Leite	Itamar Franco	PMDB
22º- Pêrsio Arida	Setembro/1993 – Janeiro/1995	Elena Landau – segunda núpcia	Riad Arida e Alice Farah Arida	Itamar Franco	PSDB
23º- Edmar Lisboa Bacha	Janeiro/1995 – Novembro/1995	Eliana A. Cardoso. divorciado. Andreia Gouveia de Lima, separado. Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. Terceiro	Felício Bacha e Maria de Jesus Lisboa Bacha	Fernando Henrique Cardoso	PMDB, PSDB
24º- Luis Carlos Mendonça de Barros	Novembro/1995 Abril/1998	Vitória Maria Cardoso Mendonça de Barros	Leovigildo Mendonça de Barros e Nísia Maurício Mendonça de Barros	Fernando Henrique Cardoso	PSDB
25º- André Pinheiro de Lara	Abril/1998 – Novembro/1998	Cláudia Jaguaribe	Oto Lara Resende e	Fernando Henrique	PSDB

Resende			Helena Pinheiro Guimarães	Cardoso	
26°- José Pio Borges de Castro Filho	Novembro/1998 – Julho/1999	Nancy de Pio Borges	José Pio Borges de Castro e Circe de Carvalho Pio de Castro	Fernando Henrique Cardoso	#
27°- Andrea Sandro Calabi	Julho/1999 – Abril/2000	# Segundo casamento Marta Grostein – Mãe do Luciano Huck	Fábio Calabi e Amélia Dinepi Calabi	Fernando Henrique Cardoso	PSDB
28°- Francóis Robert André Gros	Fevereiro/2000 – Janeiro 2002	Sandra Mattman	André Gros e Dulce Simões Correia	Fernando Henrique Cardoso	#
29°- Eleazar de Carvalho Filho	Janeiro/2002 – Janeiro/2003	Julia Michels (3 filhos) - Sonia Quintela segunda núpcia	Eleazar de Carvalho e Jocy de Oliveira	Fernando Henrique Cardoso	#
Carlos Francisco 30°- Theodoro Machado Ribeiro de Lessa	Janeiro/2003 – Novembro/2004	Marta Maria Hue Ribeiro de Lessa (3 filhos)	Clado Ribeiro Lessa e Amélia Machado Ribeiro de Lessa	Luis Inácio Lula da Silva	PMDB – PSDB - PSOL
31°- Guido Mantega	Novembro/2004 – Março/2006	Lavinia Hungria Cardim Mantega (3 filhos – Carolina Vilar do Mantega, Leonardo Vilar do Mantega e Marina Mantega - jornalista e integrante do programa pânico na Jovem pan) Segunda núpcias- Eliane Berger Mantega(1 filho)	Guiseppe Mantega e Anna Mantega.	Luis Inácio Lula da Silva	PT
32°- Demian Fiocca	Março/2006 – Maio/2007	#	#	Luis Inácio Lula da Silva	#
33°- Luciano Coutinho	Maio/2007 – Janeiro/2010	Divorciado (2 filhos)	Amauri Domingues Coutinho e Ana da Silva Galvão	Dilma Rouseff	PMDB – PT – PSB



			Coutinho		
--	--	--	----------	--	--

Fonte: elaborado pela autora a partir dos site do BNDES e CPDOC/FGV.

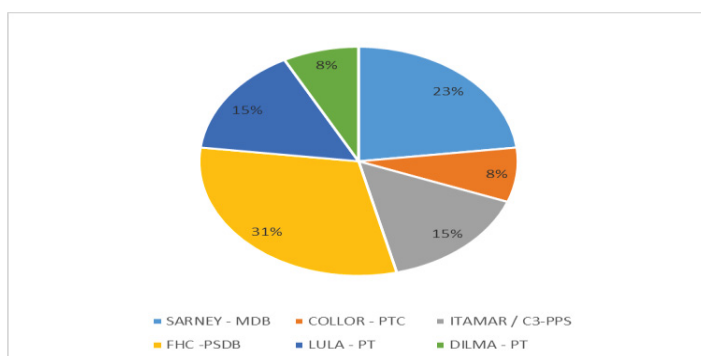
# não encontrado

#### QUADRO VI – FILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PRESIDENTES BNDES (1985-2014)

PRES./LEG.	Nº PRES. BNDES	FILIADOS	SEM FILIAÇÃO
SARNEY - MDB	4	3	1
COLLOR – PTC	1	1	0
ITAMAR / C3-PPS	2	1	1
FHC –PSDB	7	4	3
LULA – PT	3	2	1
DILMA – PT	1	1	0

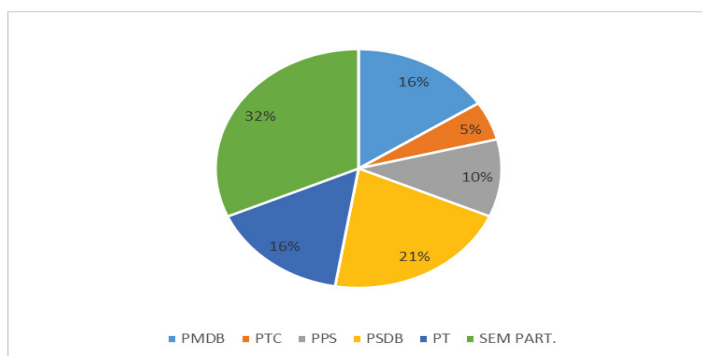
\*Relação de Presidentes da República e BNDES, com respectiva quantidade de filiados  
– dos 19 pesquisados 6 não são filiados ou não foram localizados. – Elaborado pela autora.

#### GRÁFICO 1 – PRESIDENTES DO BNDES, PARTIDOS POLÍTICOS E GOVERNO (1985-2014)



\*Elaborado pela autora – relação entre presidência BNDES e governo.

### GRÁFICO 1.1 – FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DOS PRESIDENTES DO BNDES (1985-2014)



\*Elaborado pela autora – Presidentes BNDES e a legenda majoritária.

Os dois momentos de apresentação do gráfico tem o objetivo de observar a filiação partidária dos presidentes do BNDES em relação aos Presidentes da República no sentido de comparar as orientações ideológicas dos dois campos de atuação política.

Os dados apresentados no gráfico 1.1 com percentual de 21% referem-se a filiação ao PSDB, partido do governo Fernando Henrique Cardoso, o que coteja conformidade entre instituição e governo. Há para o PMDB e PT o mesmo percentual de 16% em condições diferentes. Nota-se que no governo do PMDB em relação ao BNDES, em um mandato de quatro anos, indicou quatro presidentes o que para o mandato do PT, em oito anos, foram indicados apenas quatro, o que sugere, além de gestões mais duradouras, uma estabilidade para o desenvolvimento dos programas do governo. Segundo Souza, 2010, ocorre um fortalecimento do “capital nacional” durante o governo Lula que promove uma inserção das empresas nacionais ao mercado internacional.

No Quadro V I pode ser observado em comparação os governos do PT e do PSDB no quesito mandato presidencial. Para o governo do Fernando Henrique Cardoso o número de não filiados é maior, ocorrendo mais indicações para o BNDES. A comparação entre os dois governos está nas características relativas a duração dos mandatos, ambos foram reeleitos sendo que os dois maiores índices percentuais na faixa de 31%, para o PSDB e 23% para o PT, onde a filiação é duradoura para os dois caso e cumprindo o mandato filiado ao mesmo partido - Anexo I.

A filiação de Fernando Henrique Cardoso, data de 1988 e a de Luis Inácio Lula da Silva desde a fundação do partido em 1980, ambos se mantêm filiados até os dias de hoje,

observando ainda que ambos são representantes de modelos políticos que sugerem linhas distintas de pensamento.

FHC<sup>46</sup> e Lula<sup>47</sup> instigam, entre os analistas políticos, algumas reflexões entre elas está a de Touraine, 1999. O autor faz uma avaliação do primeiro mandato de FHC avaliando positivamente as ações do governo, no que se refere aos impactos com as políticas implementadas em comparação com a conjuntura mundial, avalia o caso brasileiro como um país marcado pela desigualdade social e propenso a um modelo autoritário pelo despreparo com o modelo democrático.

Ao citar o empenho intelectual na América Latina, para compreensão de seu desenvolvimento econômico em relação aos países considerados de economia avançada, mencionando a importância da CEPAL. No entanto, constata, também, que o pensamento cepalino caiu em desuso diante da globalização pois “...a subordinação dos principais dirigentes políticos ao poder mundializado dos capitalistas, sejam eles oriundos da esquerda ou da direita, expressão que designa tanto fundos de pensão sindicais quanto operações propriamente especulativas.” (Touraine, 1999).

O enfatizado pelo autor é a relação de dependência, que desloca as relações de trabalho distanciadas pela emergência das sociedades industrializadas, que desponta a um cenário mais propício a se curvar aos interesses de seus acionistas o que de um lado ofusca o ideológico mas faz ressaltar os laços comerciais estabelecidos pelo mercado de capitais.

---

<sup>46</sup> Fernando Henrique Cardoso, nasceu em Botafogo(RJ), em 18/06/1931 um reduto da elite carioca da época. Sua avô materna descendia dos Costa Rêgo, família tradicional de Alagoas. Seu avô materno era descendente de espanhol, um maçom que largou o comércio para aventurar-se no surto da borracha. Mudaram-se para São Paulo, por desacordos de socialização com os padrões da família do marido estabelecendo-se em Higienópolis local privilegiado de densa arborização e casas luxuosas para onde se deslocou parte da elite agrária, descendentes do café que deixaram suas fazendas para ocupar os palacetes, alguns em construção, no bairro. Sua socialização contou com aulas particulares de francês, um de seus idiomas fluente, o que lhe proporcionou aproximação com algumas intelectualidades entre elas Allan Touraine. Os laços estabelecidos entre ambos deve-se as proximidades da geração, dos capitais econômico, cultural e político, primeiro com os professores franceses e depois pela academia. (Kluger, 2017)

<sup>47</sup> Luis Inácio Lula da Silva, nasceu em Caetés, na cidade de Garanhuns, Pernambuco, em 27/10/1945. Filho dos lavradores Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Melo, é o sétimo de oito filhos do casal. Em dezembro de 1952, junto com sua mãe e os irmãos, migrou para São Paulo, em busca de melhores condições de vida. Foram 13 dias viajando em um caminhão "pau de arara" até se instalarem em Vicente de Carvalho, bairro da periferia do Guarujá, no litoral Paulista. Em 1956 se mudaram para o bairro do Ipiranga na capital paulista. Com 12 anos, Lula conseguiu seu primeiro emprego numa tinturaria. Também foi engraxate e office-boy. Com 14 anos, começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Colúmbia, quando teve a Carteira de Trabalho assinada pela primeira vez. Em seguida, trabalhou na Fábrica de Parafusos Marte. Nessa época, iniciou o curso de torneiro mecânico no Serviço Nacional da Indústria - SENAI. Depois de três anos, já formado, ingressou na Metalúrgica Independência, onde permaneceu por 11 meses trabalhando no turno da noite. Em 1964, com 18 anos, teve o dedo mínimo da mão esquerda cortado por uma prensa. Pertencente a classe trabalhadora teve sua ascensão política através da atividade no sindicato dos metalúrgicos onde foi eleito em 1975 presidente em São Bernardo do campo, reeleito em 1978 comanda a maior greve do ABC após 10 anos, paralisando 180 mil operários da região. (Frazão (3),2019)

No Brasil, as amizades pessoais comuns resultam em indicações para o desenvolvimento de atividades de destaque, assim também ao se observar as biografias dos presidentes do BNDES. Esta é uma prática em todos os campos da vida social e é de onde, observa-se, os laços são estabelecidos. Em grandes organizações esses laços definem posições de mando e tomadas de decisões, conforme Lazzarini. Os laços, entre os grandes acionistas na modernidade, acontecem em decorrência de posições acionárias conjunta, ou seja, laços de afinidades financeiras fracionam uma empresa, transformando-as em ações uniformizando seus interesses com o objetivo de maximizar os lucros reinventando-se, porém, com os mesmos velhos objetivos.

É por meio de pirâmides societárias,<sup>48</sup> que o BNDES e os fundos de pensão de empresas estatais participam desse jogo empresarial, favorecendo os donos do capital que criam uma firma para controlar outra e outra e assim sucessivamente. Desse modo, os empresários aumentam a interposição nas redes de propriedade, conferindo ao capitalismo brasileiro uma articulação entre grupos privados e o governo, procedimento característico no Brasil pós processo de privatização. (Lazzarini, 2018)

Na composição da presidência do BNDES, indicado pelo presidente FHC, está Edmar Lisboa Bacha. Seu nome já circula no alto escalão governamental, pois havia participado da implementação do plano cruzado durante o governo de José Sarney (1985-1990), momento em que preside o IBGE e está filiado ao PMDB, partido também do então presidente. Fato que chama a atenção para os vínculos partidários e coincidentes como significativos nesse processo. Seu encontro com FHC acontece quando da sua estada no Chile<sup>49</sup>, ocasião em que desenvolve um projeto de cooperação científica entre os EUA e o Chile. Em 1992, agora filiado ao PSDB, a convite de Itamar Franco ocupa o Ministério da Fazenda, integrando a equipe da estabilização econômica, até o ano de 1995, quando assume o banco.

Em seguida o indicado é Luis Carlos Mendonça de Barros, também filiado ao PSDB, seu irmão é secretário de políticas econômicas do ministério da fazenda e ex secretário executivo da câmara do comércio exterior no governo de FHC, que o cogita para o banco central, mas as acusações de envolvimento no caso Najas e envolvimento com o banco Matrix o redirecionam ao BNDES, ocasião em que libera verbas aos governos estaduais, dos quais adquiriu, anteriormente, ações abaixo do valor patrimonial, como acordo para venda das distribuidoras de energia que queriam privatizar.

---

<sup>48</sup> Estruturas de holdings e sub-holdings que permitem alavancar determinada estrutura de controle, conforme Cunha, 2010.

<sup>49</sup> Para maiores informações ler Kluger, 2017

O terceiro indicado é André Pinheiro de Lara Resende que com a posse de FHC assume o cargo de assessor especial da presidência, também sócio do Matrix com Luis Carlos Mendonça de Barros que deixa o BNDES para assumir o lugar de Sérgio Mota no ministério das comunicações. Também conhecido pela parceria com seu amigo de graduação Pérsio Arida (presidente do BNDES no governo de Itamar Franco (1992-1995)) formulam na década de 1980 um plano de contenção econômica. Sempre se articulando entre as instituições públicas e privadas dividindo as atenções das indicações entre os presidentes da república.

O quarto indicado é José Pio Borges de Castro Filho, sem filiação partidária, mantém uma participação com atuação no banco desde a graduação, pois seu pai é engenheiro e realiza as obras públicas no Rio de Janeiro, certamente é inegável a contribuição de seus capitais econômico, cultural e político influenciando na indicação. Ocupa a vice-presidência do BNDES na gestão de Mendonça de Barros além de vários outros momentos em que transitou entre órgãos públicos e a iniciativa privada.

O quinto indicado é Andrea Sandro Calabi, filiado ao PSDB, foi assessor do governador Franco Montoro, fazia parte dos economistas que partilhavam a ideia da necessidade de equilibrar as contas públicas entre eles dois outros presidentes Luciano Coutinho, André Franco Montoro Filho além de integrar o ministério de FHC.

O sexto indicado, sem partido, é Francisco Gross um francês cujo pai veio ao Brasil como representante da França na Corte Internacional de Haia, com toda sua formação no exterior, e a partir de nomes como o de Mario Henrique Simonsen e Marcílio Marques Moreira adentra ao mercado em postos chaves da administração vindo a assumir cargos no BNDES antes da sua indicação, embora não seja identificado enquanto partidário é representante do neoliberalismo.

E o sétimo e último da linhagem de FHC está Eliazar de Carvalho Filho que por conta da atividade artística dos pais teve toda sua formação no exterior vindo ao Brasil assume assessoria em instituições financeiras por sua amizade com Francisco Gross inicia no BNDES dirigindo o BNDESPAR, e a Secretaria Geral de Apoio a Desestatização e a Área de Produtos Estruturados do banco.

O mandato de FHC contou com sete indicações de nomes que já circulavam entre os ciclos de direção do país, atuando como professor de graduação/pós graduação em universidades públicas e particulares, instituições financeiras ou em estatais. Os laços ideológicos estão ligados a identificação com o neoliberalismo. Via de regra circulam em sua atuação no mercado em companhias vinculadas ao governo e nas instituições financeiras com participações em negócios com o BNDES. Os bancos que negociavam com o BNDES eram

sociedades compostas por nomes que coincidem, em alguns casos, com os de seus presidentes ou futuros presidentes da instituição. Os postos-chaves de indicação envolvem as ideias comuns, expressas nas filiações partidárias em sua maioria, e principalmente de continuidade do projeto de privatização. Nota-se, ainda, que entre os acusados de favorecimento ilícito em questões financeiras, estes foram cuidadosamente liberados e continuaram exercendo cargos de lideranças em bancos ou instituições públicas.

São, o que se considera na literatura sociológica, as estratégias de reprodução das classes dominantes, alertado em Grill; Bordignon, 2020, ao tratar dos embates padrão que estabelecem os fundamentos da conduta institucional do século XX, mostrando o quanto as gestões estão carregadas de capitais simbólicos, sociais e familiares. Ao estudarem o espaço de poder do império à república, verificam como esses descendentes da nobreza francesa, passando por militares, estancieiros podem ser notados na política e na cultura brasileira em vários estados da federação.

Os referenciais apontados pelos autores, acrescido da demonstração através dos gráficos leva a relação ideológica presente nos partidos entre os indicados dentro do BNDES. São os capitais simbólicos, sociais e familiares que motivam as indicações. Para o período de cumprimento do mandato presidencial associa-se o ideológico partidário e o perfil do gestor do banco, o que corrobora com a efetivação dos projetos governamentais. Nessa perspectiva, o BNDES, pode ser entendido como subcampo do campo político, uma vez que todo o engendramento econômico tem, na fala dos seus economistas, um poder de respaldar as ações do governo, especialmente nesse período onde denota-se a concentração de indicados para o cargo.

## **2.4 Os presidentes do BNDES: um quadro de predominância masculina.**

Considerando a atuação dos movimentos sociais, especialmente o feminista, como pensar as grandes instituições, ou mesmo a gestão pública, sem a participação feminina? Desde os fins do século XVII e início do XIX, a Sociologia se propõe a fornecer interpretações sobre as sociedades, proporcionando certos avanços em alguns debates sobre a política, cultura, estrutura e organização social. Assim, para o olhar sociológico, essa conjuntura também oferece uma gama enorme de possibilidades no debate sobre gênero e modernidade, no sentido de reavaliar o que já foi produzido e também de se aventurar a novos desafios interpretativos.

Esta sessão pretende dirigir um olhar para as questões relativas ao gênero. Analisando a trajetória do BNDES, pois na composição de seu quadro diretivo nota-se a predominância masculina. As próximas linhas levarão em conta o gênero, considerando que na trajetória dessa instituição apenas uma mulher, Maria Silvia Bastos Marques, usufruiu do título de presidente do BNDES.

Fazendo um paralelo com a presença da mulher na política e, observando o quadro de presidentes da república, a realidade aponta para o baixo índice da presença feminina também na política, um ambiente historicamente de ocupação masculina. No Brasil, Dilma Rousseff (PT) muda essa história sendo a primeira mulher a assumir o cargo de Chefe de Estado e Chefe de governo. Sua estreia ocorre nas eleições de 2010. Nesta ocasião, vence em segundo turno, a disputa com José Serra (PSDB). E, em 2014, disputa a reeleição, dessa vez disputando o segundo turno com Aécio Neves, também do PSDB ocasião em que é reeleita.

Na tentativa de contribuir com o debate é que alguns autores têm pensado sobre gênero e modernidade em seus escritos e com os quais dialoga-se na sequência. A famosa frase de Simone de Beauvoir<sup>50</sup>: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, inaugura uma nova maneira de compreender o universo feminino. Com essa máxima a autora consagra o existencialismo, enquanto corrente filosófica a qual pertence, mas também inspira o movimento feminista, na década de 1950, num levante pela igualdade de gênero. (Gomes, 2018)

A própria história da autora é de rupturas com as imposições nas escolhas das mulheres de sua época, início do século XX. Inconformada com as opções dada as mulheres (casamento ou convento), trava uma luta contra esse “destino”, constrói sua trajetória intelectual cursando Filosofia, na Sorbonne, ocupando os mesmos espaços de nomes como o de Jean Paul Sartre (seu companheiro), Maurice Merleau Poty, entre outros.

Seu contexto histórico está em construção, em relação a um olhar para a existência de um segundo sexo, imprimindo um legado inestimável de reflexões que subsidiaram os movimentos feministas e deram as mulheres condições de se compreender enquanto sujeito da história, ou seja, a subjetividade e as dimensões do “eu” passam a ser debatidas nos ciclos intelectuais a partir das ilações da autora em relação ao lugar que a mulher ocupa socialmente. Ao longo da história cada cultura elaborou, de modo diferente, o papel atribuído a mulher.

---

<sup>50</sup> **Simone Lucie Ernestine Marie Bertrand de Beauvoir nasceu em 9 de Janeiro de 1908 em Paris, França** filha da aristocracia frequentou até os 17 anos um liceu para meninas católica, onde aprendiam que ser mulher permite apenas duas alternativas na vida ou o casamento ou o convento. Em 1949, lança sua mais famosa obra: *O segundo sexo*, onde consta a frase citada, sendo bastante conhecida dentro do movimento feminista e difundindo-se como tema em várias categorias de análise.



Até o século XIX a mulher era excluída de determinados ambientes, tidos como de exclusividade masculina, tais como espaços públicos e a política<sup>51</sup>. Vale lembrar que o direito ao voto feminino<sup>52</sup> foi uma das primeiras reivindicações do movimento feminista. Nesse momento, o espaço público é requerido como um direito feminino, uma vez que no mercado de trabalho estavam em pleno exercício e atentas as injustiças da época.

Através das narrativas literárias é que Felski (1995) faz considerações quanto ao gênero da modernidade. Através das narrativas literárias, sociais e cotidianas a autora aponta para as determinações dos papéis sociais. Esse universo desigual se reproduz em meio a modernidade por ser, ela mesma, um reflexo de narrativas de cunho machista.

A produção literária, marcou a civilização moderna moldando um ideal de virilidade ligado a figura masculina de alguns personagens<sup>53</sup> que alimentaram, em seu enredo, o símbolo de uma construção de gênero que influenciou gerações através do interacionismo simbólico<sup>54</sup>.

O poder da narrativa, abordado por Felski, dialoga com o existencialismo presente na clássica frase de Beauvoir, apontando para a dependência feminina ao mesmo tempo alerta para sua mobilização. O voto inaugura a participação feminina, no final do século XIX e

<sup>51</sup> A primeira mulher a ocupar um cargo político em 1934 foi Carlota de Queirós, as condições dessas ocupações estavam condicionadas as condições de classe mas já motivam uma luta rompendo as barreiras de acesso ao “habitat masculino”. (Franco; Bittencourt; Cardoso, 2016)

<sup>52</sup> As mulheres conquistam o voto no Brasil a partir da constituição de 1932 assinada por Getúlio Dornelles Vargas mas efetivamente depositam seu primeiro voto nas urnas nas eleições de 1934.

“A luta das mulheres brasileiras pelo direito ao voto teve início em 1891, quando foi rejeitada proposta de emenda à Constituição prevendo o direito de voto à mulher, mas, em 24 de fevereiro de 1932, o voto feminino no Brasil foi assegurado. Em 3 de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, a mulher brasileira, pela primeira vez, votou e foi votada em âmbito nacional. Com a Constituição de 1934, o voto feminino ganhou bases constitucionais. Se considerarmos que em 1893 a Nova Zelândia já concedia às mulheres o direito de voto, parece uma conquista tardia, mas, na França, isso aconteceu só aconteceu em 1944 e, na Suíça em 1971. E, “nas eleições do ano 2000, pela primeira vez o eleitorado feminino superou em números absolutos o masculino. Já nas eleições de 2016, as eleitoras se tornaram maioria em todos os estados brasileiros. No total, dos 144 milhões de brasileiros aptos a votar, 75.226.056 eram mulheres, ou seja, representavam 52,24% do eleitorado. Em 2018 não será diferente: a participação das eleitoras brasileiras será decisiva” (TRE,2018).

A iniciativa feminina é registrada com a primeira mulher a requerer seu direito no Brasil, conforme citação: “A primeira mulher a ter o direito de votar no Brasil foi Celina Guimarães Viana. E isso bem antes do Código Eleitoral de 1932. Aos 29 anos, Celina pediu em um cartório da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, para ingressar na lista dos eleitores daquela cidade. Junto com outras seguidoras, Celina votou nas eleições de 5 de abril de 1928. Formada pela Escola Normal de Natal, Celina aproveitou a Lei nº 660, de outubro de 1927, que estabelecida as regras para o eleitorado solicitar seu alistamento e participação. Em todo o país, o estado potiguar foi o primeiro a regulamentar seu sistema eleitoral, acrescentando um artigo que definia o sufrágio sem ‘distinção de sexo’. O caso ficou famoso mundialmente, mas a Comissão de Poderes do Senado, não aceitou o voto. No entanto, a iniciativa da professora marcou a inserção da mulher na política eleitoral.” (Mello, 2014)

<sup>53</sup> Ao citar essas narrativas Felski estabelece um paralelo entre as simbologias associadas a esses personagens, gênero e modernidade. Na descrição do casal Fausto e Gretchen, Berman os associa a um peso morto da tradição da qual o recém autônomo, ativo e auto definido sujeito deve fugir. Em *Flâneur* de Baudelaire a figura do masculino é descrita como livre das amarras familiares e comunais, a modernidade é narrada como masculina.

<sup>54</sup> O interacionismo simbólico ativa a introspecção do significado dos papéis sociais. Regula a conduta dos homens e, principalmente, das mulheres.



início do século XX incentivando a ocupação do espaço social e o clamor da sua voz através dos movimentos sociais.

As vozes dos movimentos sociais ecoam por toda a sociedade dando vida ao “Outro”, ocultado nas narrativas. Em Adelman (2009), a década de 1960, é resgatada como um período importante no qual ocorre a absorção das referências literárias (geração beat anos 50), cinematográficas, das revoltas com os padrões estabelecidos e criticados enquanto modelo vigente. Através da contracultura o imaginário coletivo é povoado do questionamento da modernidade, inundando-a de participação feminina em várias áreas, fazendo valer a máxima de que: “o lugar da mulher é onde ela quiser!”<sup>55</sup> A sociedade moderna não pode desconsiderar a participação feminina em espaço público, no campo político<sup>56</sup> e em carreiras executivas<sup>57</sup>.

Nesse sentido, o movimento feminista foi fundamental para as conquistas obtidas, desde o voto até a participação nas eleições, assim como em cargos administrativos e em ambientes de predominância masculina. Ainda que tenha quebrado o silêncio, e elevando as mulheres a um patamar de luta e participação nas questões públicas do espaço social, isso não significou a plena aquisição dos direitos e um lugar confortável nas disputas de gênero.

É no espaço doméstico que começam as batalhas femininas, isso porque romper com o que Biroli (2018)<sup>58</sup> afirma ser um ambiente onde a desigualdade se reproduz é um processo que exige luta constante. O espaço social moderno é uma herança dos valores patriarcais estruturados na sociedade como um todo. Ao assumir o espaço público, a mulher, é coberta de responsabilidades e filtros que exigem dela a execução de um papel semelhante ao exercido na domesticidade, ou seja, carrega os padrões de desvantagem produzidos no espaço privado de forma a dispor de seu corpo, seu tempo, sua energia de trabalho e energia criativa.

A forma da dualidade entre feminino e masculino é dada na divisão sexual do trabalho e, segundo a autora, produz o gênero posicionando as mulheres diferentemente e desigualmente usando os critérios de classe e raça. A remuneração da atividade é o ponto chave da relação entre gêneros e as relações desiguais do espaço social estruturando e

---

<sup>55</sup> Essas palavras de ordem são um protesto, fazendo um contraponto à expressão: “lugar de mulher é na cozinha!” ou “lugar de mulher é no tanque!”

<sup>56</sup> No sentido de posição de mando seja em órgãos públicos ou na iniciativa privada.

<sup>57</sup> As mulheres vem assumindo altos postos executivos em escala mundial como é o exemplo recente de Gita Gopinath indicada para o cargo no Fundo Monetário Internacional (FMI); Pinelopi Koujianou ocupa a mesma função no Banco Mundial (BM) e Laurence Boone, na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Três economistas nomeadas para a chefia dos departamentos econômicos das três maiores instituições multilaterais de referência. (Pozzi, 2018)

legitimando o machismo. As cobranças sociais recaem sobre a mulher, e institucionaliza a liberação do espaço doméstico para o homem, desconsiderando o trabalho que é exercido fora de casa, legitimando a exploração, na esfera individual do trabalho da mulher pelo marido, exigindo dela o cuidado das crianças, como uma atividade não remunerada e de sua responsabilidade.

As posições concretas dos indivíduos em relação ao poder podem ser observadas na arena política. O trânsito feminino no espaço político não eliminou a desigualdade entre homens e mulheres. Politicamente a legislação garante 30%<sup>59</sup> de participação feminina nas eleições proporcionais, o que não é o ideal de representação, ainda mais porque, efetivamente, apenas 10% de mulheres ocupam um cargo eletivo. No Brasil, tivemos após a eleição de Dilma Rousseff, ataques de misoginia e preconceito<sup>60</sup> resultaram, em 2016, no seu impeachment. Conforme levantamento feito pelo TSE (2018), houve um aumento de 52% na participação das mulheres, em relação a 2014, o que é um indicativo de que mudanças aconteceram, porém, de outro lado, sinaliza que a representatividade precisa romper ainda, com muitas barreiras.

O protagonismo feminino<sup>61</sup> é pensado em suas relações parentais e ao analisar as características da política no Paraná, produz uma série artigos com esse enfoque. A mulher é entendida enquanto a síntese de uma rede de relações dentro de uma estrutura do poder estabelecendo conexões entre mulheres, família e classe social. Um comportamento típico da condição do imigrante, por exemplo, se dá pelo casamento. É com a união entre as famílias, geralmente abastadas, que ocorre um acúmulo de propriedade. O enlace, nesse caso, tem o poder de elevar a figura masculina a uma condição de incluído a um padrão social que antes

---

<sup>59</sup>Segundo TSE, sobre cotas de gênero: “Nas últimas eleições municipais, em 2016, apenas 31,89% dos brasileiros que se candidataram eram mulheres. A primeira vez que as candidaturas femininas alcançaram 30% do total de candidaturas de um pleito no país foi nas eleições de 2012. Entretanto, desde 2009, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) estabelece, em seu artigo 10, que, nas eleições proporcionais (para os cargos de deputado federal, estadual e distrital e de vereador), “(...) cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. Ou seja, mesmo após sete anos da criação das chamadas “cotas de gênero”, o número de mulheres candidatas alcançou pouco mais que o mínimo exigido.” (TSE(2); 2018)

<sup>60</sup>O que constata-se, na prática é que a grande maioria dos candidatos à presidência são homens com mais 45 anos e com algumas exceções (Collor, Figueiredo) não estão livres da barriguinha e de cabelos brancos, do ponto de vista estético temos uma cobrança ainda maior para as mulheres. Dilma Rousseff sofreu uma série de ataques e foi condenada por pedaladas fiscais, prática comum entre os governos, mas que a enquadrrou, deixando de ser logo após sua condenação. Conclui-se que o golpe fora articulado por uma questão de gênero.

<sup>61</sup>O NEP – Núcleo de Estudos Paranaense, através do livro Nepotismo, Parentesco e Mulheres, aborda a figura feminina, como fundamental, nas relações sociais mais amplas. Historicamente sucumbida pelo machismo reinante e pelo pensamento religioso, é o olhar treinado do cientista social que desperta a relevância de sua importante contribuição, que ultrapassa a esfera do lar e atenta para o fato de que os enlaces matrimoniais agregam valores sociais, culturais e políticos à sociedade paranaense, em vários períodos da história do Estado. (Oliveira, 2016)

não dispunha, elevando seu status social. As mulheres dentro da genealogia possuem um valor para a interpretação da relação entre o público e o privado.

Um caso interessante é o das irmãs Correia de Freitas, elas simbolizam as normas da atuação da mulher no espaço público, ou seja, são educadas dentro dos padrões da normatividade aceita pela sociedade da época. Representantes dos valores de uma época adentram ao espaço público reproduzindo toda sua domesticidade enquanto cuidadora, fundando escolas, de certa forma como uma extensão da maternidade - que paradoxalmente foram privadas.

A análise sobre a condição das primeiras damas, tem a conotação social de colocar a mulher enquanto representante da condição de segundo lugar, porém, os estudos sobre a genealogia e o parentesco, permitem uma leitura que identifica pelos capitais familiares o quanto, muitas vezes, é o marido que tem muito mais a ganhar, beneficiando-se politicamente da união. De modo que, estamos falando muito mais da reprodução de um machismo estrutural do que de hierarquia. A questão é o que leva a essa submissão?

Mas e no campo político como as pautas são distribuídas? Segundo os autores as pautas de ordem feminista ou não são formuladas ou não atendem aos padrões da necessidade social, assim as deputadas eleitas na condição de mulher não abordam temas fora da caixa - cuidado com crianças idosos ou ligadas a área da saúde. O que é o mesmo que dizer que as pautas destinadas às mulheres, na política, ainda esbarram nas questões vinculadas a domesticidade. A lei das cotas permanece aquém do esperado e, efetivamente, não tem provocado muitas transformações no universo feminino no que se refere a aprovação destas pautas. Importante observar que as mulheres são abordadas em diferentes épocas traçando sua função na esfera doméstica, segundo um modelo convencionado e de época, até a esfera pública condizente com sua atuação política e, nesse campo, com sintomas do machismo estrutural por se tratar de um ambiente de predominância masculina.

O acesso a esses ambientes, por parte do público feminino, é uma associação entre capitais sociais e a um habitus de classe num campo específico de produção de capitais culturais. A carreira de executiva é construída ao longo de uma trajetória e ao pertencimento. Assim o acesso a capitais culturais, confere a seus agentes uma condição de destaque dentro da estrutura social.

Monteiro (2016) reforça a importância do papel da instituição escolar no estudo das famílias e da formação de seus herdeiros, como indicativo de sucesso em sua trajetória política. A partir da comparação entre as sociedades do passado com a sociedade moderna, faz a distinção entre o “sangue azul” e o “mérito pessoal”, constrói seu argumento

desmistificando a meritocracia mostrando as razões pelas quais o mundo moderno encontra-se carregado de “violência simbólica” que se reproduzem impossibilitando o acesso a cargos, salários e bens. A instituição escolar do agente é significativa, enquanto um estágio de socialização que imprime no biografado os indicativos de sua trajetória de sucesso, sendo seu diagnóstico para as razões do sucesso de determinado agente.

Nossa biografada Maria Silvia Bastos Marques, figura no cenário nacional em cargos de destaque em órgãos públicos e na iniciativa privada. Sua trajetória inclui a Fundação Getúlio Vargas, instituição privada de formação, localizada no Rio de Janeiro de onde saíram nomes como Paulo Guedes<sup>62</sup>, Eduardo Suplicy, Mauro Moraes, Roberto Requião, Graça Foster, entre outros, que figuram como profissionais de protagonismo social e político.

O acesso a capitais culturais, conferem ao agente, condições de destaque na estrutura social, sobretudo na modernidade. A classificação pelo sangue citada por Monteiro (2016), é um indicativo de que a estrutura de poder e de sucesso na história, está diretamente ligada ao acesso aos bens materiais e não materiais. Essa linhagem confere um status social, em função do capital econômico desse agente. Na modernidade, o sangue não é citado, mas é sempre lembrado através do mérito. Os privilégios e, as injustiças se justificam pelo mérito. Um universo simbólico, é construído no imaginário coletivo infinitamente contrário ao real. Discursos da meritocracia incide em detrimento aos desprovidos desses capitais.

A instituição escolar possui grande influência nessa classificação por “mérito”, na modernidade. Isso porque a formação escolar, foi instituída como necessária numa escala para a mobilidade social, conferindo ao agente um nível de status social. Assim, ao identificarmos na estrutura social o pertencimento a esse campo estamos indicando também a condição de classe, a formação dos seus capitais culturais, sobretudo acesso a carreira executiva e/ou política. A instituição a qual o agente frequenta é, portanto, um espaço social de contato entre famílias, cujos filhos se conhecem, frequentam os mesmos ambientes sociais (festas, clubes, viagens de férias) e podem vir a unir capitais, através de indicações a cargos e, até mesmo, pelos eventuais enlances matrimoniais.

Nota-se com a contribuição de Bourdieu e Passeron<sup>63</sup> (2014), o quanto a identificação de variáveis como: origem social, sexo e gostos artísticos dos eleitos, carregam um peso

---

<sup>62</sup> A partir da pesquisa, no site da FGV, através do quadro de ex alunos notáveis, observou-se nomes de políticos que atuaram e atuam no cenário Nacional, como é o caso do atual Ministro da Economia Paulo Guedes e o ex Governador e ex Senador Roberto Requião, da onde podemos observar, de imediato, que estamos tratando de um espaço de formação, especificamente frequentado por eleitos.

<sup>63</sup> Esse estudo foi realizado pelos autores na França da década de 1960, apontado para as desigualdades no ambiente acadêmico.

significativo para sua formação. Os autores evidenciam que os filhos de profissionais liberais, tem suas chances aumentadas, em relação aos filhos dos trabalhadores assalariados agrícolas, na ordem de 58, 8% para 0,7 % essa diferença. Os dados apresentados fazem ruir a ideia de igualdade social propiciadas pelo ensino, apontando a categoria sócio profissional dos seus progenitores como facilitadoras de acesso. A variável classe social encontra-se presente na análise e denota a distinção entre ser escolhido e fazer a escolha. Ambos dependem de um processo de socialização familiar que direcionam as profissões. O que varia aqui são as profissões escolhidas, aos que possuem um capital econômico a orientação será para cursos de melhor prestígio, já os oriundos da classe trabalhadora não terão a mesma “sorte”.

Analisa, ainda, que ser mulher na academia, implica em conformação ao espaço universitário. As questões de gênero, mapeiam comportamentos apontando para as desigualdades sociais no processo de escolha dos cursos. Aventurar-se intelectualmente para a mulher, é uma “doutrinação” de gestos, atitudes e palavras que as tornam “aceitáveis” no campo universitário, sendo mais cobradas em seus resultados positivos ou negativos, em função da coerção oferecida pelo campo, enquanto reduto classista e masculino. Essa relação promove um abismo entre a carreira a seguir e o desejo do agente causando desconforto as estudantes menos favorecidas, quando fruto de uma experiência negativa, porém, gera um sentimento de gratidão para os casos de mobilidade vertical ascendente. Os filhos da classe trabalhadora raramente terão a oportunidade de seguir carreira universitária com exclusividade pois o trabalho os espera, esse é um privilégio reservado apenas aos herdeiros.

Classe e gênero, também são apontados como variável para a desigualdade das escolhas, em Biroli (2018), o peso dessa variável reflete em formas de acesso - a formação, por exemplo - pelo critério do tempo e da renda. Basta observar que dentro dessa lógica, o tempo livre feminino é tomado com as tarefas domésticas. Os custos desse trabalho não são remunerados, pois dentro da lógica estruturada do machismo é dever da mulher realizá-lo. Nestas condições, portanto, entrar em uma universidade demanda muito mais empenho ao público feminino.

Assim, pode-se considerar que exercer um cargo dentro de um ambiente predominantemente masculino gera uma série de “desconforto” as mulheres, caso não sejam favorecidas por uma condição de classe social. A determinação e esforço devem ser sinônimo de disciplina e postura diante dos desafios da profissão e da vida social, uma questão de perseverança para romper essas barreiras. As mulheres na política, motivam pesquisas que

apontam para a restrição na elaboração de pautas, que não ampliam o leque das questões feministas, por exemplo, girando em torno apenas de temas “permitidos” a esse público<sup>64</sup>.

Desse modo, os cargos ocupados por Maria Silvia Bastos Marques, ao longo da sua trajetória profissional, sempre lhe renderam um olhar quanto ao seu pioneirismo. Essa característica está atrelada a sua história pessoal e, também, a seu capital econômico, sendo a primogênita, e única mulher de uma família de quatro filhos, assume a qualidade de estar sempre à frente dos espaços de predominância masculina. A referência familiar é significativa para impulsionar suas escolhas e protagonismo social. Filha do médico, diretor do Hospital São Francisco e Secretário de Saúde de Itabapoana, Ruy Pimentel Marques, tem seu protagonismo iniciado na esfera doméstica, quando decide estudar Administração no Rio de Janeiro, decisão que conta com apoio materno. Do lado materno, acumula capital cultural ligado as artes e as letras. Seu avô materno além de fundador do jornal Fluminense, ativo ainda hoje, é dono da escola particular Rio Branco, na qual Maria Silvia estudou. Ao crescer em um ambiente assim, pode desfrutar de tempo e experiências de vida que lhe permitiram escolher outro destino que não o da esfera doméstica. Como herdeira, tem sua trajetória favorecida pelo seu capital econômico e cultural. (Marques, 2018)

Seu protagonismo é regado de uma boa formação escolar e aperfeiçoado pelas especializações na EBAP e FGV. Os enlaces matrimoniais também corroboram para a manutenção do status, em seu primeiro casamento tem como sogro Hélio Fernandes (irmão de Millôr Fernandes), que como o avô materno, possui um Jornal, o Tribuna da Imprensa, participando da história política do Brasil. Como jornalista fez a cobertura, após o final do Estado Novo da Assembleia Constituinte de 1946, mantendo longa relação de amizade com Carlos Lacerda, que ao se eleger governador da Guanabara concede ao amigo a posse do jornal que havia fundado. Foi assessor de imprensa de Juscelino Kubitscheck, durante a campanha à presidência da república em 1955, depois fazendo-lhe oposição. Perseguido, antes mesmo do golpe de 1964 por ordem de Jair Dantas Ribeiro, Ministro da guerra de João Goulart, é preso e libertado após onze dias por ordem do STF (Supremo Tribunal Federal). Torna-se relator da Frente Ampla chegando a ser candidato a Deputado Federal pelo MDB, mas é cassado em 1966. (Ferreira, sem data, online)

Em segunda núpcias tem como esposo o economista carioca Sérgio Ribeiro da Costa Werlang (FSP,1999); (Alberti; Sarmiento, sem data, online), sendo identificado como “a

---

<sup>64</sup>Como aprofundamento sobre esse assunto consultar os artigos que constam no livro: Nepotismo, parentesco e mulheres, fundamentalmente de seu organizador Ricardo Costa Oliveira, Mônica Helena Harrih Silva Goulart e Natália Cristina Granato, entre outros de suma importância para compreensão do familismo e da dinâmica política pelo parentesco.



menina dos olhos” do ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen e considerado como um dos seus alunos mais brilhantes. O grupo se completa com Daniel Dantas, diretor do banco Opportunity, e John Harris, do banco Boreal. Após a morte de Simonsen em 1997, Werlang, assume a diretoria do Banco Central. Nesse período já é pai dos gêmeos Catarina e Olavo. Maria Silvia e Werlang se conheceram pelo amigo em comum Eduardo Modiano<sup>65</sup>, filho do francês Umberto Modiano que veio ao Brasil e fez fortuna com a exportação do café 1947 e mudou para o ramo da hotelaria em búzios na década de 1980, economista e ex-presidente do BNDES esteve a frente ao programa de desestatização durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

A biografada é um reflexo da modernidade como as economistas Gita Gopinath, Laurence Boone e Pinelopi Koujianou, que recentemente quebraram a alta hierarquia econômica global, assumindo cargos importantes, em um ambiente tradicionalmente dominado por homens. Elas assumem respectivamente o comando do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE). (Pozzi, 2018)

Os capitais econômicos e culturais, constituem as bases de formação de um agente, orientam suas escolhas, consolidando seus laços numa carreira de sucesso. A trajetória destes agentes é favorecida pelo nascimento, agregando capitais familiares frequentando e ampliando seus ciclos relacionais e se perpetuando em cargos, indicações favoráveis. Desse modo, usufruem de condições para construção de um capital social com sólidos elos, para galgar postos de proeminência. O capital cultural, é alimentado em ciclos herdados pelo capital familiar e, como herdeiros, escolhem seus caminhos e são escolhidos em posição de mando ou inéditas, o que lhes é computado como mérito. O gênero interfere menos nesse processo uma vez que o sustento da posição vem dos capitais que agregam. Dito de outro modo, ser mulher “bem nascida” impacta menos sobre sua carreira.

Visitando a biografia de Dilma Rousseff verifica-se uma trajetória favorecida por sua condição de classe mas com convicções políticas que a fazem chegar ao poder porém por outra via. Filha do advogado e empreendedor búlgaro naturalizado brasileiro, cujo nome de batismo era Pétrar Russév, e Dilma Jane Coimbra Silva, filha de um pecuarista de Uberaba, tiveram três filhos: Igor, Dilma e Zana Lucia (falecida em 1976). Dilma estudou no Colégio Nossa Senhora do Sion, em Belo Horizonte. Inicia sua trajetória política ainda no ensino médio ao ingressar na escola pública, através do movimento estudantil. Seu pai era filiado ao

---

<sup>65</sup> Para aprofundamento ler Elisa Kluger, 2017 e, também, Eduardo Modiano CPDOC(6)

partido comunista búlgaro e fazia parte dos círculos literários em seu país seu gosto pela leitura e suas convicções políticas certamente ficaram registradas em seus filhos. Dilma em especial, faz uso em sua trajetória dessa herança cultural do pai, ingressa em 1964 na política operário (POLOP), uma organização que teve origem no Partido Socialista Brasileiro, no mesmo ano em que ingressa no ensino médio, em pleno regime militar. Funda a Comando de Libertação Nacional (COLINA) favorável a implantação do socialismo pela luta armada. A trajetória da presidente segue convicções políticas de extrema esquerda. A intensidade de sua participação política a levou para a prisão por sua ligação com a VAR-Palmares, uma organização político-militar com o objetivo de tomar o poder e construir o socialismo, de cunho revolucionário,<sup>66</sup> presa e torturada cumpriu com sua pena. Conforme sua biografia:

Na adolescência, interessou-se por ideais socialistas. No período do regime militar, que durou entre os anos de 1964 a 1985, atuou na luta armada em movimentos revolucionários como o COLINA-Comando de Libertação Nacional, o VAR-Palmares-Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Foi presa pela Operação Bandeirante (Oban) e pelo DOPS-Departamento de Ordem Política e Social. Cumpriu pena e foi solta. Em 1977 graduou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Frazão(2), 2019)

Teve dois casamentos com lideranças políticas dentro das organizações que participou. Sua primeira núpcia foi com Cláudio Galeano de Magalhães Linhares que conheceu no POLOP e era cinco anos mais velho e que como ela defendia a luta armada. Teve uma única filha fruto de sua segunda núpcia com Carlos Franklin Paixão de Araújo, advogado e líder do dissidente partido comunista brasileiro (PCB), o qual conheceu numa das reuniões clandestinas das quais participavam e que resultou na fusão do Comando Libertação Nacional (COLINA) e vanguarda popular revolucionária (VPR) gerando a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Ambas mulheres têm em comum o pioneirismo, ocupam um posto tradicionalmente reservado aos homens, em um ambiente impregnado de presença masculina. Os cargos de liderança são estruturados para ocupação masculina tendem a ser pensados dessa maneira pelo modo como a sociedade reproduz a divisão sexual do trabalho. Romper esses padrões é um desafio e exige um nível de policiamento ainda maior. No momento em que as mulheres aceitam esse desafio atraem os holofotes e cobranças permeiam cada um de seus gestos.

Sendo o BNDES uma instituição de exclusividade masculina, na ocupação do cargo de presidente, a questão é o que faria uma mulher dispor desse “privilégio”? A primeira e única

---

<sup>66</sup> Pérsio Arida, em sua autobiografia relata sua experiência com a mesma organização.



mulher a assumir a presidência do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques ficou conhecida pelo seu pioneirismo em ambientes cuja ocupação sempre foi a masculina, como é o caso da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) na qual assume a presidência, (GOMES, 2019). A relação que estabelecemos entre o gênero e a presidência está nos capitais que agregam a partir dos laços estabelecidos e que geram indicações futuras.

A relação da Maria Silvia com o BNDES começa ainda na sua formação superior na FGV, onde estabelece contatos com futuros presidentes do BNDES. Sua segunda núpcias foi com o ex diretor do Banco Central, Sérgio Werlang, apresentado por Eduardo Modiano, que foi presidente do BNDES do governo de Fernando Collor de Melo e com um fluxo entre órgãos públicos. Essa fluência o fez lembrar da mulher do amigo Werlang para a Direção do banco e posteriormente à presidência. Desse amigo comum, surgiu um relacionamento e, também, indicações a cargos em grandes estatais, conferindo-lhe proeminência em cargos diretivos. No tocante ao gênero feminino a “conquista” em ambientes tipicamente masculino é, na fala das classes dominantes, mérito.

### **CAPÍTULO III – Presidentes do BNDES: suas trajetórias individuais**

O presente estudo, analisa a prosopografia dos Presidentes do BNDES, o período observado é o da redemocratização, que compreende o ano de 1985, mandato de José Sarney, até 2014, final do primeiro mandato, de Dilma Rousseff. A partir da elaboração do quadro de ex-presidentes analisa-se aspectos comuns em suas trajetórias. A elaboração desses dados, consiste na sistematização de características como nome completo, data de nascimento e morte, parentesco, filiação partidária, trajetória até o cargo no BNDES.

O desenho institucional dessa agência de fomento, revela o fato de que a legislação que a criou (Lei nº1.628, de 20 de junho de 1952, efetivado no segundo governo de Getúlio Vargas), é, na verdade, um projeto gestado a partir do plano SALTE - governo de Gaspar Dutra, conforme já abordado no capítulo II. Todo movimento de criação do banco promoveu

um deslocamento, conforme KLUGER(2017), na consolidação de analistas que, por protocolo estabelecido pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos, naturaliza a tecnocracia. Conforme apresentado no quadro de presidentes do BNDES capítulo II, onde se observa que a graduação em Economia, de grande parte dos pesquisados, reforça a noção de uma valorização da expertise para atuação na presidência do BNDES, porém nota-se que toda a sorte de capitais econômico, culturais, familiares são cuidadosamente aplicados na manutenção dos valores das classes dominantes tradicionais

As trajetórias individuais apontam para os capitais culturais, que cada integrante da presidência desenvolveu, tornando-se qualificado para assumir o cargo de presidente do BNDES. De outro lado, a socialização primária, reforça a ideia de pertencimento a uma condição de classe fundamental para atuação em campos estratégicos que efetivam tais conquistas. A família é o espaço do desenvolvimento desses capitais econômicos. As relações de parentesco, pela via do casamento, como também os cruzamentos parentais (tio, primo, irmão, cunhado, etc) ampliam, ainda mais as trajetórias, apontando para os capitais sociais e suas conexões. O espaço escolar nos indica pertencimento a uma condição de classe promissora e também ao desenvolvimento de laços passíveis de indicações estratégicas. Os laços firmados são percebidos em seu conjunto, desencadeados a partir das famílias, enquanto difusoras de habitus estruturantes e estruturados na sociedade. As biografias a seguir foram consideradas com o objetivo de apontar para essas reflexões.

### **3.2 - 15º PRESIDENTE BNDES: DILSON DOMINGOS FUNARO (1933 – 1989)**



Dilson Domingos Funaro, nasceu em 23 de outubro de 1933, na cidade de São Paulo. Sua mãe chamava-se Helena Kraljevic, por parte de pai, Paschoal Funaro, tinha a descendência Italiana seu avô chamava-se Domingos Funaro, o que explica seu nome completo. Sua família é da região de Catanzaro, Calábria na Itália, aqui se estabeleceram

compondo o rol de famílias abastadas do ramo indústria de plásticos. (Meneses, sem data, online).

Cursou a Escola de Engenharia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, interrompendo seus estudos por seis meses para viajar pela Europa. Sua passagem pelo colegial foi com intensa atuação em grêmios estudantis, o que marcou sua permanência na universidade como uma liderança política. Favorecido pelo capital econômico e familiar, em seu segundo ano da faculdade, monta sua própria empresa de peças industriais. Em 1956 forma-se e, dois anos depois, dirige o Departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Sua trajetória acadêmica confere-lhe um status de empresário, político e economista. Nasceu e faleceu em São Paulo, vítima de um câncer linfático, viveu por 56 anos. Sua proeminência se deu tanto na iniciativa privada quanto no setor público.

Foi, seguindo sua tendência a liderança, Diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP; Diretor do Departamento de Comércio Exterior -FIESP; Membro do Conselho de Comércio Exterior - CNI; Membro do Conselho de Assuntos Legislativo da CNI; Diretor do departamento de Estatística da FIESP; Diretor Adjunto do Departamento de Economia da FIESP; Conselheiro Especial da CNI; Presidente da Associação Brasileira de Plástico; Presidente da Associação Latino Americana de Plásticos; Presidente do Sindicato da Indústria de Material Plástico; Vice-presidente da FIESP; Membro do Conselho de Comércio Exterior da FIESP; Conselheiro da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas; Presidente do Conselho de Tecnologia do Estado de São Paulo; Secretário da Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (Governo Abreu Sodré); Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo (Governo Abreu Sodré); Membro do Conselho de Economia da FIESP; Membro do Conselho da Fundação Padre Anchieta (TV educativa); Presidente do Conselho da VASP e filiado ao PMDB.

A Companhia Brasileira de Peças Industriais (COBRAPI), é resultado da compra de quatro outras empresas, adquiridas no final da década de 1950. A COBRAPI, em 1967 se funde com a Trol S.A. Indústria e Comércio, Indústria de Plásticos e Brinquedos. A carteira de clientes era composta por multinacionais assim como a Philips, Volkswagen e Ford, embora o nome da nova empresa resultante da fusão tenha sido mantido como Trol, esta passaria a ser dirigida e controlada acionariamente, por Dilson Funaro, dono da CIBRAP.

A empresa fora idealizada pelo berlinense Ralph Rosenberg desde 1935, quando foge da Alemanha de Hitler vindo tentar a sorte no Brasil de início com uma fábrica de botões e já em 1939, de uma fábrica de botões na garagem de casa nasce o que chegaria a ser uma das

mais importantes companhias brasileiras de fabricação e transformação de plásticos, a Trol S.A. Indústria e Comércio. (Centeno, 2013)

A união das duas empresas rendeu, sob a administração de Dilson Funaro um aumento exorbitante do capital ao ponto de ser doze vezes maior num intervalo de seis anos (os anos 70, foram de sucessivos processos no aumento de capital, e em 1980 já se havia multiplicado por 12 o montante existente em 1974), conforme consta em sua história:

A empresa começou a fabricar brinquedos ainda nos anos 50. Eles seriam muito populares nas duas décadas seguintes e competiriam no mercado com os de outra grande empresa brasileira, a Estrela. O catálogo de brinquedos Trol era bastante amplo e variado, incluindo bonecas, triciclos, miniaturas, jogos de tabuleiro, etc. alguns, como o triciclo velotrol, o pega-pega, as pequenas fofetes e a boneca pierina alcançariam grande popularidade. (Centeno, 2013)

Desse modo, no ano de 1969, tornou-se presidente da Trol. No mesmo ano assumiu a Secretaria de Planejamento, do governo Abreu Sodré, passando a ocupar no ano seguinte a Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo. Em 1970 integrou a Delegação Brasileira à Reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), deixando a secretaria em março de 1971.

Enquanto diretor da FIESP no ano de 1977, defende a criação de um partido dos trabalhadores e, no ano de 1978, passa a coordenar um grupo de trabalho responsável por avaliar a viabilidade de um projeto siderúrgico. (Meneses, sem data, online)

Como presidente do Sindicato da Indústria de Material Plástico de São Paulo, mostra-se indignado com a maneira pela qual a economia estava sendo conduzida e, embora o ambiente fosse pouco favorável às críticas, adotava uma postura diferente da dos outros empresários em pleno ano de 1979, ano em que o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, torna-se o 30º presidente da república, e sanciona a lei da anistia após intensa mobilização social, sendo o último da ditadura militar. Funaro revela-se um dos críticos mais diretos da política econômico-financeira durante o governo Figueiredo.

Também não via com bons olhos a correção monetária, e os subsídios em demasia, por considera-los fatores de endividamento externo e interno. Como alternativa para desenvolver a iniciativa privada, era favorável a abertura política e a reforma financeira. Em entrevista à revista *Veja*, declara que “só uma nação onde as instituições democráticas funcionam normalmente pode praticar uma economia de guerra. É impossível convocar o povo para que lute pelo seu país se não lhe for dada a oportunidade de participar das decisões.” (Meneses, sem data, online)

Em 1980 aliou-se a Teobaldo de Nigris, candidato a presidência da FIESP, que foi derrotado por Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho. O novo presidente o convidou a integrar o Conselho Superior de Economia da entidade. No Planejamento o Ministro era Delfim Neto, e estando Funaro junto com Antônio Ermínio de Moraes compondo o Conselho na FIESP, ambos pedem demissão por divergências na condução da política econômica do então ministro do Planejamento. (Meneses, sem data, online). Nesse contexto, as divergências são as razões da influência política estabelecida pelo contato, observa-se também o papel das organizações de classe que compõem os processos de construção de laços indicativos para outros postos em governos, instituições e a iniciativa privada.

As Diretas, que visava interromper o regime autoritário acaba culminando com a votação no Congresso Nacional da emenda constitucional e as eleições diretas para a presidência da República, passam a ser uma realidade no país. A força do movimento, ao qual estava engajado, coincide com o agravamento de sua doença e a derrota da emenda acontece no dia 25 de abril de 1984, no momento em que descobre que o mal que lhe acomete é um tipo de câncer dos gânglios linfáticos.

A posse de Tancredo Neves, no ano de 1985, o primeiro candidato civil à presidência da República após os resultados obtidos pelas Diretas não acontece em função da sua internação e agravamento e, às vésperas da posse e seu Vice, José Sarney, assume inaugurando a Nova República e a transição para o regime democrático.

Recuperado de sua doença, Funaro é cotado ao Ministério, mas acaba assumindo a presidência do BNDES, onde tomou posse em março, com o intuito de promover o retorno do incentivo aos investimentos privados no processo industrial e reduzir os problemas sociais do país considerando, serem essas, as suas funções originais. Era contrário a posição assumida pelo banco de salvador da massa falida privada e ao financiamento de estatais. Sua permanência à frente do banco foi de cinco meses, sua proposta era de maior produtividade e eficiência, buscando marcar sua gestão pela modernização, com destaque aos investimentos em áreas como informática e biotecnologia.

Deixa o BNDES para assumir o lugar do Ministro da Fazenda Francisco Dornelles. Pela amizade com o governador de São Paulo Abreu Sodré, por ocasião da indicação de seu nome a uma Secretaria, e com o próprio José Sarney, assume o Ministério com amplo apoio. Ocasão em que efetiva sua política de baixar os juros e derrotar a inflação sem perder de vista o crescimento da economia. Incumbido de promover uma reviravolta na estratégia do governo em sua frente econômica, anuncia o mais alto índice, até então, de inflação mensal da história do país sob a alegação de que agosto de 1985 era um mês atípico, em função da liberação dos

preços que haviam ficado congelados por três meses. Porém, consegue um abrandamento em relação a renegociação da dívida junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Além de supervisão mais amena para os acordos da dívida externa. Desse modo, defendeu a visão que o governo Sarney tinha da soberania nacional, sem adotar uma posição de confronto.

No ano em que assume a pasta ministerial o país passa por uma intensa instabilidade econômica. Assim, se empenhou na coordenação de um pacto político entre governo, empresários e trabalhadores, desejava uma trégua nas reivindicações salariais que, sustentavam, ser uma ameaça ao combate à inflação.

A taxação as grandes fortunas foi uma medida defendida pelo então Ministro Funaro. A ideia era tornar o sistema tributário mais justo, diminuindo a retenção do imposto na fonte para os que ganhavam até 30 salários mínimos. Desse modo, propõe um pacote com taxas mais rigorosas, apenas as camadas privilegiadas da população. A Nova República mantinha a base parlamentar da Aliança Democrática, e uma coalizão entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), nas negociações com o Congresso Nacional, o pacote foi aprovado e incluía medidas administrativas e sociais. Com essas medidas ganha o status de sólido colaborador do presidente e coordenador incontestável do presidente.

Conviveu com as reivindicações da Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>67</sup> Em um momento em que preparava anúncio sobre pretensão de promoção de um amplo entendimento econômico entre os diversos setores da sociedade.

Com a crescente inflação, novos pacotes são anunciados, que vão desde o congelamento dos preços, no ano de 1986, até a dificuldade de liberação de recursos federais aos Estados e Municípios. Chegando ao ponto da aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), da inibição das demandas por bens e consumo, com cortes no crédito ao consumidor e restrições aos empréstimos bancários a pessoas físicas. Na fala do governo a medida era o da defesa do consumidor. Argumentava, ainda, que o poder de barganha das lojas frente à indústria seria beneficiado por esse ato. No mais toda a defesa do governo girava em torno do controle da inflação. Em sua análise, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen via com adequação as providências de Funaro, porém, insuficientes para reduzir a inflação em nível significativo.

---

<sup>67</sup> As reivindicações eram pela trimestralidade, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, criação do seguro-desemprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, estabilidade no emprego, congelamento dos preços dos alimentos de primeira necessidade e um salário mínimo que cobrisse o previsto no decreto que o criou, além da maior participação do Estado, uma vez que com a não intervenção nos sindicatos, deixava nas mãos dos empresários o recurso das demissões por justa causa.

O Plano de Estabilização Econômica, foi divulgado em 28 de fevereiro de 1986, e ficou conhecido como o PLANO CRUZADO<sup>68</sup>, nesse contexto alterações no salário mínimo também mudavam na proporção 60% da inflação era indexado para reajuste automático na data base de cada categoria ficando 40% para acordo entre os sindicatos e as empresas. Na prática a recomposição salarial sofria com o não cumprimento das medidas, o que provocava insatisfação das lideranças sindicais.

Problemas com as tabelas de preços elaboradas pela Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), além de ameaças ao abastecimento dos produtos em função do congelamento de preços sinalizavam uma profunda crise no modelo adotado pelo plano cruzado.

Os juros cobrados pelo FMI, em relação a dívida externa, eram abusivos para o país. A expectativa era alinhar as taxas de juros internos aos padrões dos países de economia estabilizada. Desse modo, Funaro propôs na reunião do Comitê Interino do FMI índices anuais equivalentes a 12% e 13% ao ano, sob a alegação de que a cada sete anos, o Brasil pagava o equivalente ao total de sua dívida externa e conclamou os países industrializados a reduzirem as taxas de juros reais (descontando-se a inflação nas nações credoras) e não apenas as nominais. (Meneses, sem data, online)

Nesse momento os pecuaristas impactam o mercado boicotando o congelamento de preços e não realizando a distribuição de carnes. Os políticos exigiam recursos públicos para mostrarem suas obras às vésperas das eleições para a Constituinte. Empresários cobravam

---

<sup>68</sup> As reivindicações eram pela trimestralidade, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, criação do seguro-desemprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, estabilidade no emprego, congelamento dos preços dos alimentos de primeira necessidade e um salário mínimo que cobrisse o previsto no decreto que o criou, além da maior participação do Estado, uma vez que com a não intervenção nos sindicatos, deixava nas mãos dos empresários o recurso das demissões por justa causa.

<sup>68</sup> Foi um período de esperança para a população em geral que aguardava uma resposta ao descontrole vivido. O Plano instituiu uma reforma monetária que transformou o cruzeiro, decrescido de três zeros, em cruzado. O pacote decretava o fim da correção monetária que corrigia o capital mensalmente e os salários a cada seis ou três meses. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) substituiu a correção monetária, passando a medir a inflação aplicada exclusivamente para remunerar as cadernetas de poupança, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e as aplicações financeiras com prazos superiores a um ano. Desapareceram também os reajustes automáticos e diários no câmbio, tendo o dólar seu valor fixado em 13,84 cruzados. Os novos salários em cruzados ganharam um abono geral de 8%, o salário mínimo foi elevado para oitocentos cruzados e os aluguéis e prestações do BNH congelados por um ano. O congelamento de preços e salários levou imediatamente uma multidão de pessoas às ruas para fiscalizar os supermercados e lojas, dando uma rara prova de confiança no governo. A popularidade do ministro chegava aos 80% entre os empresários. (Meneses, sem data, online).



ágio informalmente sobre o preço tabelado instaurando uma crise generalizada, além das greves pipocarem em todo o país.

Cria-se, então, o Plano nacional de Desenvolvimento como forma de apoio à iniciativa privada, e o empréstimo compulsório sobre o preço dos combustíveis e também sobre a aquisição de novos carros, limitando as compras. Para retornar o abastecimento de carne, imposto pelos pecuaristas, o governo usou de ameaças de liberação de crédito, e de confiscar o gado, forçando-os ao cumprimento do preço estipulado para venda da arroba do boi gordo.

As renegociações com o FMI voltam a ser pautadas por Funaro, nos Estados Unidos em outubro de 1988. Em confronto com a organização que reúne os bancos governamentais dos países desenvolvidos, o chamado Clube de Paris, alegou que o país não estava em crise de balanço de pagamentos, pois interna e externamente, já havia realizado os ajustes, conforme orientações rígidas do FMI. No Brasil, declara que os acordos estavam próximos e que os banqueiros tendiam a aceitar as bases do artigo quarto do Estatuto do Fundo, que previa a avaliação anual da economia de qualquer país sócio sem interferência em sua política econômica.

Com o impacto do Plano Cruzado colhe os frutos positivos das eleições para governadores. Apoiou a candidatura de Moreira Franco da Aliança Popular Democrática, para governador do Rio de Janeiro. Definindo, desse modo, os novos quadros da política e o apoio a Constituinte. Momento oportuno para edição de novos reajustes econômicos, o que incluía impostos, tarifas, produtos e o índice inflacionário tomando por base de cálculo famílias com até cinco salários mínimos. Como as reações foram intensas da população, sob a liderança da CUT, fazendo com que pedisse, sem sucesso, sua demissão. (Meneses, sem data, online)

Funaro apresenta no Senado a proposta do Plano Cruzado II, mas sem adesão do plenário. Nesse debate, Roberto Campos (PDS-MT) faz um enfrentamento, com pesadas críticas a desordem econômica, a crise cambial, as alterações dos índices de inflação que, segundo ele, causavam insegurança dos investidores e poupadores internos e externos e ao congelamento artificial dos preços cobrando uma decisão no processo de desestatização.

As dificuldades em equilibrar a economia, por parte do governo, estavam cada vez mais estampadas nos jornais, a insegurança era diuturnamente anunciada no Jornal Nacional como algo desesperador, a quem presenciava essas matérias e em especial pelo aumento da inflação<sup>69</sup>. Funaro admite que o Plano Cruzado chega ao fim, em fevereiro de 1987, ao fazer o

---

<sup>69</sup>Os brasileiros ainda não haviam superado os traumas inflacionários do regime militar, mais de 200% ao ano, no final do governo de João Baptista Figueiredo. Conforme dados do jornal folha de Londrina de 25/12/1999



discurso de posse de Francisco Gros à presidência do Banco Central. Nesse mesmo mês o Brasil suspende o pagamento dos juros da sua dívida externa, ato justificado por Funaro como de profissionalismo diante da única saída possível.

Tem seu cargo ameaçado diante da pressão feita pelos banqueiros, empresários e políticos que solicitam a sua substituição no Ministério da Fazenda. Nesse momento Funaro passa por dupla fragilidade a de sua política econômica e a de aceitação. Porém seu pedido de demissão só é entregue em 24 de abril de 1987, após algumas tentativas de restauração da dívida externa e equilíbrio da economia interna.

Em sintonia com as correntes nacionalistas e fiel ao programa do PMDB, assume o Conselho de Política Econômica e Social da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com a proposta da necessidade da correção dos salários como forma de evitar a recessão.

Na condição de candidato à presidência, pretendendo grandes mudanças, passa a defender a duração de quatro anos para o mandato do presidente Sarney e o presidencialismo como sistema de governo, temas que ainda seriam votados na Constituinte. No final de 1987, em campanha, sustenta três pontos básicos em seu programa de governo: a questão da dívida externa, a sustentação do desenvolvimento e a distribuição de renda.

Em abril de 1988, prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção por ter assinado o Decreto nº 94.233, de 15 de abril de 1987, que reajustava todos os contratos firmados com a administração pública desde 1º de janeiro, beneficiando empresas de construção civil. Em sua defesa, alegou que assinara o decreto inadvertidamente, num momento em que procurava colocar em ordem os papéis para deixar o cargo de ministro.

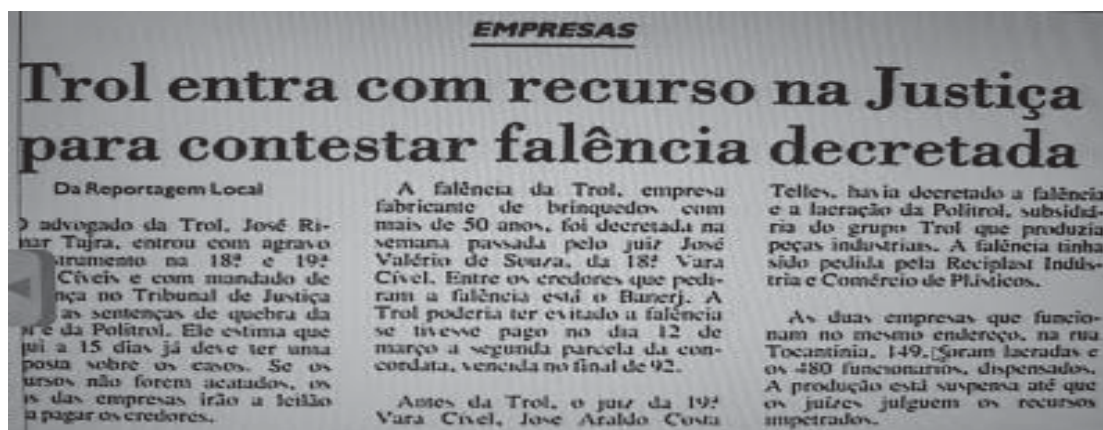
Deixou o PMDB e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em julho, acompanhado do senador Mário Covas, presidente nacional da nova agremiação. Seu nome era então apontado para disputar a prefeitura de São Paulo, embora pela pesquisa do Ibope tivesse mais popularidade que o candidato à presidência Leonel Brizola.

Após a morte de Dílson Funaro a empresa ficou sendo administrada pelos filhos Dílson Suplicy Funaro e Jorge Eduardo Suplicy Funaro. A Trol entra em concordata foram denunciados pelo ministério público do estado de São Paulo por ações de fraude. acusados de emissão de duplicatas “frias”, apropriação inédita, emprego de meios ruinosos para obter recursos e retardar a declaração de falência, simulação de dívidas e desvios de bens, a denúncia de desvio de bens marca o BNDES como um de seus financiadores, segundo os autos foram emitidos títulos que não correspondiam as vendas ou prestação de serviços, sendo

---

“Na economia, o principal símbolo do governo Figueiredo foi o aumento da inflação, que chegou a 225,9% ao ano em fevereiro de 1985, estava em 46,1% ao ano no primeiro mês de seu governo.” (FL, 1999).

seus valores descontados junto a agências bancárias, enquanto era administrada por Dilson Funaro, o pai, algumas estratégias haviam sido adotadas com o intuito de salvar o patrimônio vindo a estourar em 14/05/1993. (Vasconcelos, 1997), (Rosa, 2011), conforme print abaixo relacionado:



Fonte: Folha de São Paulo.

Era casado com Ana Maria Suplicy Funaro, filha de Paul Cochrone Suplicy e Filomena Matarazzo Suplicy<sup>70</sup>, irmã de Eduardo Matarazzo Suplicy, deputado federal por São Paulo entre 1983 e 1987, vereador à Câmara Municipal de São Paulo entre 1989 e 1991 e Senador por São Paulo a partir de 1991. Tiveram seis filhos (Marcos Suplicy Funaro, Jorge Eduardo Suplicy Funaro, Private, Dilson Suplicy Funaro, Vera Suplicy Funaro e Fernando Suplicy Funaro).

Sua irmã Dalva Funaro casou-se com o empresário Fernando Gasparian, mais tarde constituinte (1987-1988) e Deputado Federal por São Paulo entre 1987 e 1991. Deixou gravada em fitas de vídeo a primeira versão de um livro em que conta os bastidores da negociação da dívida externa e momentos que passou ao decretar a moratória em fevereiro de 1987.

### 3.3 - 16º PRESIDENTE BNDES: ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO (1944)

<sup>70</sup> Filomena Matarazzo Suplicy, nascida em 24 de setembro de 1908, faleceu aos 105 anos. Era mãe de 11 filhos. Anésio Lara Campos Jr. e Maria Teresa Lara Campos (ambos falecidos), eram filhos de seu primeiro casamento, com Anésio Lara Campos. Viúva, Filomena casou-se com Paulo Cochrane Suplicy, com quem teve mais nove filhos: Besita Matarazzo Suplicy, Vera Matarazzo Suplicy, Paulo Matarazzo Suplicy, Eduardo Matarazzo Suplicy, Roberto Matarazzo Suplicy, Marina Vianna, **Ana Maria Suplicy Funaro**, Rony Matarazzo Suplicy e Luis Matarazzo Suplicy (também falecido). Filomena deixa 164 descendentes. (Hildegard, 2013)



André Franco Montoro Filho<sup>71</sup>, nasceu em 25 de fevereiro de 1944, em São Paulo (SP), filho de André Franco Montoro<sup>72</sup> e Luci Pestana Silva Franco Montoro. Seu pai foi deputado federal (1959-1961, 1962-1971, 1995-1999), ministro do Trabalho (1961-1962), senador (1971-1983) e governador de São Paulo (1983-1987). (CPDOC(2), sem data, online).

Nos anos de 1959 e 1960, Montoro Filho foi secretário da União dos Estudantes Secundaristas de São Paulo. Dois anos depois, já cursando economia na Universidade de São Paulo (USP), tornou-se secretário-geral do Centro Acadêmico Visconde de Cairu da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), e no ano seguinte vice-presidente da mesma entidade, onde permaneceu até 1964. Neste mesmo ano tornou-se secretário-geral da Juventude Democrata-Cristã (JDC), cargo em que permaneceu até o ano seguinte, quando passou a integrar o Conselho Municipal do Partido Democrata Cristão (PDC).

Bacharel em economia na USP em 1965, no ano seguinte começou a lecionar na faculdade pela qual se formara. Em 1968 foi trabalhar como economista na Hidroservice - Engenharia de Projetos, onde permaneceu até 1970. Em 1969 tornou-se mestre em economia pela Escola de Pós-Graduação de Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano assumiu a presidência do diretório do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) do Jardim Paulista, cargo que exerceria até 1979.

Em 1974 tornou-se pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e também foi eleito representante dos professores no Conselho do Departamento de Economia da USP, onde permaneceria até 1976. Em 1975 doutorou-se em economia pela

---

<sup>71</sup> Biografia apresentada pela autora no IX Seminário de Sociologia & Política em maio de 2018, UFPR.

<sup>72</sup> Seu nome é atribuído a ruas, praças, etc., pela cidade de São Paulo, inclusive a uma escola estadual em Carapicuíba. Sua gestão, no governo de São Paulo deixou a marca da descentralização, para a educação municipalizou a merenda e instituiu o ciclo básico, enfrentou greves atendendo as reivindicações, não inaugurando grandes obras mas deixando uma marca na estrutura e funcionamento do Estado. A sucessão do seu governo foi de nomes como o de José Serra, Orestes Quércia e Mario Covas, criando um ciclo de ex componentes da sua equipe. Foi Dep. Fed. SP 1959-1961; Min. Trab. 1961-1962; Dep. Fed. SP 1962-1971; Sen. SP 1971-1983; Gov. SP 1983-1987; Dep. Fed. SP 1995-1999. Foi um dos fundadores do partido tucano o PSDB e deixou seu nome escrito nos anais do Estado e da Federação garantindo um legado para as futuras gerações de mesmo sobrenome. (CPDOC(1), sem data, online).

Universidade de Yale (EUA), defendendo tese sobre o sistema financeiro brasileiro. De 1976 a 1978 foi representante dos professores no Conselho Universitário da USP; e de 1977 a 1981 representou os professores da FEA-USP na Associação de Docentes da Universidade de São Paulo. Em 1978 foi novamente eleito representante dos professores no Conselho do Departamento de Economia da USP, cargo que exerceu até 1980.

Em 1978, tornou-se livre-docente em economia, na disciplina moedas e bancos, na FEA-USP. Nesse mesmo ano passou a lecionar macroeconomia na graduação e política monetária e fiscal na pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Em novembro de 1979, com a extinção do bipartidarismo e a consequente reformulação partidária, tornou-se presidente e delegado do diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No ano seguinte, passou a ser professor-adjunto da FAE e foi novamente eleito representante dos professores no Conselho Universitário da USP, posição que ocupou até 1982. Em 1983 tornou-se membro do Conselho de Administração do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), assessor econômico do governo do estado de São Paulo, na gestão de seu pai, e presidente da seção paulista da Fundação Pedroso Horta, órgão de estudos do PMDB, cargos nos quais permaneceria até 1985. Em concurso público realizado em abril de 1984 no Departamento de Economia da USP, conquistou a vaga de professor titular na área de macroeconomia.

Em março de 1985, foi designado vice-presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na gestão de Dílson Funaro. Em agosto, com a ida de Funaro para o Ministério da Fazenda, em agosto de 1985 assumiu interinamente a presidência do Banco. Não conseguiu efetivar-se no cargo, já que encontrou pela frente a resistência do próprio Funaro, com quem divergia desde sua entrada na instituição. No período de interinidade, Montoro Filho deu início ao programa de privatização de empresas. Em janeiro de 1987, com a posse de Márcio Fortes no cargo, retornou à sua função de vice-presidente. Em maio de 1988 foi afastado do cargo pelo presidente José Sarney, devido a divergências entre o grupo a que pertencia, os chamados “históricos do PMDB”, e o governo.

Em 1989 assumiu a presidência da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da FEA-USP, onde permaneceu até 1993. De 1990 até agosto de 1994, foi vice-diretor da Faculdade de Economia da USP. Ainda em 1990 foi chamado a prestar explicações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre operações supostamente irregulares entre o BNDES e a Cosipa. Em 1986, quando Montoro Filho era presidente interino do BNDES, a consultoria Partbank, especialista em fusões e aquisições, encabeçada por Vladimir Rioli, do PSDB paulista, envolveu-se em uma negociação na qual a Companhia Siderúrgica Paulista

(COSIPA), que seria privatizada em 1993, deu descontos generosos na dívida de uma siderúrgica concordatária, a Pérsico Pizzamiglio S.A. O TCU entendeu que houve uma operação fraudulenta, que causara um prejuízo de US\$ 14 milhões à estatal. Como o BNDES apoiou a operação, posteriormente André Franco Montoro Filho foi investigado junto com Rioli e com a diretoria da Cosipa. Sobre o assunto, Montoro Filho afirmou desconhecer qualquer ilegalidade. Em 1993 responsabilizou a diretoria da Cosipa da última fase do governo José Sarney, presidida por Oscar Leite Alvarenga, pelos prejuízos que a estatal teve ao adquirir debêntures da Pérsico Pizzamiglio.

Considerada uma operação de fraude pelo TCU, por dispensar correção monetária, ao final Franco Montoro Filho, assim como Rioli ficaram de fora das acusações, mas confirmou-se o prejuízo e Antônio da Costa da Pérsico Pizzamiglio e outros seis membros da diretoria da Cosipa foram condenados a ressarcirem os cofres públicos.

Em 1991 tornou-se membro da Coordenação dos Institutos Especializados e presidente da Comissão Central de Recursos Humanos, ambos na USP, cargos nos quais permaneceria até 1993 e 1992, respectivamente.

Em fevereiro de 1993, convidado pelo presidente Itamar Franco, assumiu em março a presidência da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização (PND), cargo que ocupou até dezembro de 1994.

Em novembro de 1993 passou a integrar o Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE); e em janeiro de 1995, foi escolhido secretário de Economia e Planejamento do estado de São Paulo, no governo de Mário Covas, do PSDB. Com a reeleição de Covas em outubro de 1998, Montoro manteve-se no cargo e foi presidente do Programa Estadual de Desestatização (PED).

Foi candidato a deputado federal por São Paulo em 2002, mas não se elegeu e candidatou-se novamente sem sucesso em 2006 pela coligação PSDB-PFL. Em janeiro de 2007 tornou-se presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), cargo que exerce até hoje. Em junho de 2009 aposentou-se como professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA/USP.

Publicou vários livros de economia, entre os quais Moeda e Sistema Financeiro no Brasil (1982), Brasil: a nova etapa do desenvolvimento (1986) e Contabilidade Social - uma introdução à macroeconomia (1992), além de obras em coautoria com outros economistas, capítulos e artigos em livros, pesquisas na área de economia, artigos em revistas técnicas e jornais e mais de uma centena de palestras e conferências em São Paulo (capital e interior), em outros estados (Paraná, Brasília, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Goiás e Amazonas) e no

exterior (Nicarágua, Peru, Estados Unidos, França, Alemanha, Canadá, Inglaterra, Portugal e Venezuela).

Casou-se com Gilda Maria Castanho Franco Montoro<sup>73</sup>, com quem teve quatro filhos (Marcos André Franco Montoro, Guilherme Castanho Franco Montoro, Flávia Castanho Franco Montoro e Fernanda Castanho Franco Montoro).<sup>74</sup> Sendo que seu filho Guilherme já atua como analista no BNDES.

### 3.4 - 17º PRESIDENTE BNDES: MARCIO JOÃO DE ANDRADE FORTES (1944)



Márcio João de Andrade Fortes, nasceu em Belo Horizonte no dia 04 de outubro de 1944 é filho de João Machado Fortes, proprietário do grupo João Fortes Engenharia, como militar foi contemporâneo do general e ex-presidente da República João Batista Figueiredo (1979-1985). Formou-se Engenheiro civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, realizou uma extensão na Universidade de Harvard, enquanto ainda estava graduando, também complementou sua formação acadêmica com os cursos de engenharia econômica, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também estudou na Fundação Getúlio Vargas (FGV), elaboração e análise de projetos habitacionais, ambos no ano de 1968. (CPDOC(10), sem data, online).

Durante sua formação acadêmica foi eleito, por voto direto, presidente do diretório acadêmico de seu curso e membro do Conselho Universitário da instituição a qual estava vinculado, no ano de 1966. Em 1973, assumiu a direção da Empreendimentos Hoteleiros S.A.

---

<sup>73</sup> É psicóloga e terapeuta familiar, juntamente com Maria Luiza Puglisi Munhoz escreveu o livro O Desafio do amor: questões de sobrevivência, e fez parte do Conselho Consultivo Deliberativo/CEF- Centro de Estudo e Assistência as Famílias 2017/2019.

<sup>74</sup> Seu filho, Guilherme Castanho Franco Montoro. Graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (1991) e mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (2000). Atualmente é analista - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e professor da Universidade Estácio de Sá. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento e Economia Internacional, atuando principalmente no seguinte tema: exportação. (Escavador, 2019).



e da BAP - Administradora de Bens Ltda., empresa do grupo de seu pai, permanecendo até 1987. Ao mesmo tempo em que atuava na vida pública. Em 1977, compareceu pela primeira vez à Assembleia anual do Fundo Monetário Internacional.<sup>75</sup>

Na gestão de Carlos Rischbieter (1979-1980), ocupou o cargo de Secretário-geral do Ministério da Fazenda, interinamente a chefia da pasta foi por ele ocupada em várias ocasiões. Como parte de suas atribuições, presidiu diversas comissões permanentes, entre as quais a Comissão Técnica dos Municípios, a Comissão Técnica do Imposto de Circulação de Mercadorias e a Comissão de Informática.

Do ano de 1980 a 1987, assumiu a presidência da João Fortes Engenharia (JFE) e da Pedras de Maria Agropecuária S.A. Entre 1981 e 1990, integrou o conselho de administração de várias empresas e instituições, destacando-se entre elas o Banco Francês e Brasileiro S.A. (Crédit Lyonnais), a Petrobras, o Metrô do Rio de Janeiro e a Brasilpar Comércio e Participações S.A. Foi ainda presidente do Museu Raimundo Castro Maia (1983-1990) e vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro (1984-1987).

Sua filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) data de 1983, momento em que o governador Wellington Moreira Franco (1987-1991) do Estado do Rio de Janeiro, seu correligionário, sugere seu nome para a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em janeiro de 1987, no governo de José Sarney (1985-1990). Fortes assume a presidência do BNDES em janeiro de 1987 em sua administração torna-se o responsável pela privatização das empresas Nova América, Aracruz Celulose e USIBA Fortes, permanecendo no cargo até novembro de 1989.

A convite do governador Moreira Franco, assume a presidência do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), após deixar o cargo no BNDES. Sua gestão à frente do BANERJ foi marcada pelo aumento do capital do banco, e a criação de um programa de crédito agrícola subsidiado, além da inauguração da agência bancária da Rocinha, a primeira numa favela, daquela cidade. Em março de 1991, ao final do governo Moreira Franco, deixa a presidência do banco. Aqui observa-se a presença dos laços na condução dos cargos que ocupa.

Ainda no mesmo ano, foi nomeado cônsul honorário da Tunísia, no Rio de Janeiro, e diretor no Brasil do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, organismo vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU). Por sua vinculação a este conselho,

---

<sup>75</sup>Até 1993 tomou parte em outras Assembleias gerais, tanto do FMI, quanto do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).(CPDOC, sem data, online).

participou dos eventos internacionais preparatórios da Conferência Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 e da qual foi delegado.

Ao participar de todas essas ações supracitadas é o indicado a assumir, em janeiro de 1993, a Secretaria de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro. Em janeiro 1994 filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Deixando o cargo de secretário em abril de 1994 para concorrer à Câmara dos Deputados. Elege-se<sup>76</sup>, porém as eleições são anuladas em virtude da suspeita de fraude, sendo que o resultado do novo pleito, um mês depois, confirma sua vitória. Em 1995, segue para Miami, representando o Brasil no Seminário de Negócios entre a América Latina e os Estados Unidos.

A frente do partido Márcio Fortes atuou defendendo a linha neoliberal, como homem forte do partido, atuou em comissões especiais que versava sobre a flexibilização do monopólio da PETROBRAS na exploração do petróleo e quanto a prorrogação do (FEF) – Fundo de Estabilização Fiscal (antigo Fundo Social de Emergência (FSE), era fonte de financiamento para o plano de estabilização econômica do governo anterior)

Mostrou-se favorável, ao longo de 1995, aos seguintes projetos: abertura da navegação de cabotagem às embarcações estrangeiras; revisão do conceito de empresa nacional; a quebra do monopólio estatal nas telecomunicações e na distribuição de gás canalizado pelos governos estaduais. Ocupou o cargo de vice-presidente da Comissão de Finanças e Tributação, e foi membro das comissões de Minas e Energia e de Orçamento do Congresso.

Em fevereiro de 1996, anunciou sua pré-candidatura à prefeitura do Rio, porém desistiu da disputa em favor do deputado estadual Sérgio Cabral Filho. Com o apoio Marcelo Alencar (1995-1998), governador fluminense, assumiu a terceira-vice-presidência do PSDB nacional. Nas primeiras discussões no Congresso Nacional sobre a proposta de reeleição para os ocupantes de cargos executivos, tiveram sua proposta de realização de um plebiscito, negada pela bancada governista.

A Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro em junho de 1996, é ocupada por Márcio Fortes, a pedido do governador Marcelo Alencar, para a pasta deixada por Ronaldo César Coelho. Sua vaga na Câmara fica com o suplente Aírton Xerez (PSDB). Na Secretaria prioriza o incremento do turismo e o setor de serviços no Estado. A garantia de investimentos industriais, veio de uma política de incentivos fiscais. O dinheiro arrecadado com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) seria revertido em novos

---

<sup>76</sup> A campanha que lhe confere a vitória se pauta na defesa da revitalização econômica do Estado, pela captação de investimentos privados e federais.



financiamentos para as empresas, pelos juros mais baixos do que os de mercado e os prazos mais longos para o pagamento. Nesse período a fábrica da Volkswagen foi instalada, em Resende, para a construção de ônibus e caminhões, o que teve início na administração de Ronaldo César Coelho, mas é na gestão de Márcio Fortes, que se consolida.

Sob suspeita de informações falsas no balanço patrimonial de 1990, quando presidia o BANERJ e, por denúncia da Procuradoria Geral da República, Sidnei Sanches (STF) solicita autorização da Câmara para processar Márcio Fortes, quando presidia a instituição. O que não significou perda do mandato<sup>77</sup>.

A privatização do BANERJ, comprado pelo Banco Itaú, foi incentivada por Fortes ainda no governo de Marcelo Alencar, o que é consumado no ano de 1997. Sua vida acaba sendo mesclada entre um cargo estadual e federal alternadamente a partir dos interesses e entre um cargo e outro assume posições estratégicas no nível estadual, federal ou como no caso, em 1998, quando se elege como o primeiro vice-presidente da FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, onde permaneceu até o ano de 2001.

Na Câmara dos Deputados, foi favorável a reforma da previdência que estabelecia um teto para as aposentadorias do funcionalismo público, e a idade mínima. Na iniciativa privada, defendeu o tempo de contribuição para a concessão do benefício.

A liderança do partido, rendeu-lhe cargos e projeções no processo decisório desde as participações na Comissão Permanente de Economia, Indústria e Comércio até a decisão quanto a prorrogação da CPMF, conforme projeto enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Até o de relator da Comissão Especial da Reforma Tributária, em projetos de interesses do Executivo. Como secretário – geral do PSDB lança o boletim eletrônico “Opinião Tucana” e administra a dívida referente às contas das eleições de 1998, permanecendo no cargo até o ano de 2003.

Sob a chefia do Ministro da Fazenda Pedro Malan, Fortes integra a equipe, que visita o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD) em busca de novos acordos.

No ano 2000, une-se aos deputados Jandira Feghali (PCdoB) e Luís Sérgio (PT), para concluir o relatório sobre a crise do setor naval no Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>77</sup> “Em 19 de fevereiro de 1997, reassumiu temporariamente sua cadeira na Câmara, em virtude da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de desconsiderar a anulação do pleito de novembro de 1994 por falta de provas e reempossar a bancada do Rio de Janeiro, com base no resultado de outubro. Voltando, no dia seguinte, a ocupar o cargo de secretário, foi substituído na Câmara pelo suplente Paulo Feijó (PSDB)”. (CPDOC(10), sem data, online)

Engajou-se na campanha do deputado federal Ronaldo César Coelho a prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Se mostra favorável a redução do salário mínimo, argumentando que “o mais importante é garantir o equilíbrio fiscal e não atrapalhar o crescimento econômico”, contrariando a proposta de campanha à reeleição de FHC.

No ano de 2000, adota junto ao PSDB estratégias de investimento em cidades de médio porte, aceitando alianças locais, para além da base de sustentação do governo federal, como forma de alavancar a legenda por todo o país. Apesar da discordância de alguns do diretório nacional do partido, a executiva nacional, em viagem ao Espírito Santo, entrou com representação no Tribunal Regional Eleitoral como garantia do registro da chapa de coalizão com o Partido Popular Socialista (PPS) para a prefeitura de Vitória. Os resultados eleitorais mostraram o acerto da estratégia tendo o PSDB recebido a maior quantidade de votos, no cômputo geral nacional, e aumentado o número de prefeituras conquistadas em comparação a 1996.

O jogo partidário não é satisfatório para o Rio de Janeiro, onde seu partido não é o vencedor e, Márcio Fortes oferece apoio ao candidato do PFL, Luís Paulo Conde, no segundo turno, em desacordo com Ronaldo César Coelho e líderes estaduais que se aliaram a César Maia, do PTB.

Em janeiro de 2001, articula com o PMDB a eleição de Aécio Neves (PSDB-MG) para presidente da Câmara dos Deputados e de Jader Barbalho (PMDB-PA) para o Senado. No entanto, diante das denúncias de violação do painel eletrônico de votação da casa, por conta da cassação do Senador José Roberto Arruda, líder do governo, orienta parlamentares ao voto conforme sua consciência se posicionando contra o voto unitário, conforme determinação da bancada. Reeito secretário-geral do PSDB, deixa de administrar a dívida partidária, ainda sob fiscalização do TSE. Tornando-se titular da comissão parlamentar de investigação de supostas irregularidades na execução do Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (PROER). É eleito para o Conselho Superior de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em setembro desse mesmo ano.

Sua liderança e proeminência social não ficou alheia a escândalos como demonstra o trecho a seguir:

Em março, esteve no centro do escândalo causado pela divulgação de fotos da operação da Polícia Federal que resultou na apreensão de 1,34 milhão de reais, não contabilizados, na sede da empresa Lunus, sob a guarda de Jorge Murad, marido da

governadora do Maranhão e candidata à presidência da República na legenda do PFL Roseana Sarney. Márcio Fortes foi acusado pelo ex-governador do Rio Anthony Garotinho, pelo senador José Sarney e pelo deputado federal Inocêncio de Oliveira, líder do PFL na Câmara, de organizar esquema de espionagem e de produção e divulgação de dossiês apócrifos com a intenção de inviabilizar a candidatura da governadora. A direção nacional do PSDB negou as acusações, e Fortes ingressou no Superior Tribunal de Justiça (STJ), com pedido de interpelação judicial de Anthony Garotinho, por calúnia e difamação. Garotinho não confirmou as acusações e o caso foi encerrado. (CPDOC, sem data, online)

As notícias envolvendo ações inapropriadas entre a família datam de quando a João Fortes Engenharia era construtora de condomínios no Rio de Janeiro, conforme pesquisa na hemeroteca, em matéria assinada por Mauricio Azevedo faz uma crítica as atrocidades cometidas pela construtora, que segundo o jornalista é reincidente no quesito depredação do ambiente em nome do capitalismo selvagem da construção dos arranha céus. A matéria tem o título de: “A nova morado do sol: Para erguer um conjunto de 17 andares, a João Fortes Engenharia, abre espaço a dinamite na rocha de um dos morros típicos do Rio”. Essa “denúncia” é exibida em matéria do jornal *Cena Brasileira* e retrata a realidade vivida pelo subúrbio carioca diante da ação predatória da João Fortes que viola direitos e sucumbe as belezas naturais, além de uma ação criminosa contra o patrimônio de toda a cidade, conforme opinião do colunista da época. (Tribuna da Imprensa, 1970)

O nome da João Fortes Engenharia é também citado pela revista *O Cruzeiro*, em matéria intitulada: “Onde está a justiça?” Fazendo a denúncia de um caso de grilagem em uma imobiliária na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, que apontou o proprietário como sendo Oei Tjond Hiong, presidente da ESTA S/A de origem duvidosa denotando a ilegalidade inclusive da entrada no país. Sua origem não chegou a ser definida como se Chinês, Indonésio ou Coreano porém foi encontrado uma certidão de Cingapura na qual atesta sua naturalidade como sendo inglês, o caso teve bastante repercussão e foi definido pelo jurista Pontes de Miranda, que ao formular seu parecer afirma ser “o mais notável grilo” o caso da Barra da Tijuca. (Cruzeiro, 1979)

Esses dois casos pesquisados oriundos da mídia da época denotam um comportamento típico da classe dominante atendendo a duas frentes: o da impunidade, de um lado e o descaso com a coisa pública e, de outro, o patrimônio cultural levando a última instância sempre os seus interesses pela acumulação de capital. A Fortes Engenharia agiu como oportunista para a aquisição dos terrenos sem se importar com a procedência das terras e acima da justiça. No caso do morro no Rio de Janeiro cuidou para garantir a execução da obra sem se ater aos crimes contra a paisagem natural.

No Tribuna da Imprensa, de 21 de dezembro de 1970, uma nota evidencia os feitos da Fortes Engenharia com a realização de uma festa na cumieira com a presença de Joao Machado Fortes, presidente da Fortes Engenharia e do presidente do BNH o Dr Mário Trindade referente a um prédio construído para a carteira hipotecária e imobiliária do Clube da Aeronáutica pela superação de vendas a categoria. Evidenciando os encontros dos escolhidos e também marcando as relações pessoais e de manutenção do poder. (Cruzeiro, 1970)

Márcio Fortes foi tesoureiro da campanha de José Serra, quando o mesmo foi referendado como candidato do PSDB à presidência da República. Fortes, já exercia essa função, informalmente, desde o início de 2002. No pleito de outubro, Serra perde para Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Segundo avaliação do TSE, Serra foi autor da campanha mais dispendiosa naquela eleição. A Câmara dos deputados é deixada por Márcio Fortes, em janeiro de 2003, ao fim da sua legislatura.

De volta aos negócios da sua família, a João Fortes Engenharia, ocupa uma vaga no Conselho Consultivo. E é eleito presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (ADEMI) para o biênio 2003/2005. Mantendo junto ao PSDB, pela convenção nacional de novembro o cargo de secretário Nacional de Relações Internacionais.

Em 2004, como presidente da João Fortes Engenharia, dedica-se à ADEMI, defendendo projetos de lei e medidas de incentivo ao setor de construção e venda de imóveis, junto a Congressistas, Ministros de Estado e representantes de agências financiadoras. Fazendo a ligação entre o Estado e a iniciativa privada numa atuação típica da classe dominante. Ainda nos bastidores da vida pública interferiu na candidatura de Cesar Maia do PFL recusando-se a sair como candidato preferindo a articulação discreta junto a seu partido.

No ano de 2005, foi efetivado deputado federal e tornou-se titular da Comissão Mista do Orçamento. Passando, na convenção nacional do PSDB a ser membro vogal da legenda. E pela segunda vez presidente da ADEMI.

O ano de 2006, conferiu-lhe a primeira suplência na legenda do PSDB. Nessa eleição, a agremiação tucana conquistou apenas três, das 46 vagas de deputado federal atribuídas ao Rio de Janeiro. No segundo turno da eleição para governador, e contrário a orientação partidária de neutralidade e apoiou explicitamente o candidato Sérgio Cabral Filho (PMDB), da base de sustentação do governo Lula.

Em 2007 cumpre mais uma legislatura na Câmara dos Deputados e é eleito tesoureiro do PSDB, voltando a Executiva Nacional do partido. Afasta-se da presidência da João Fortes

Engenharia e finda mandato na ADEMI, permanecendo como membro do conselho consultivo.

Em 2008, além de articulador a aliança do PSDB com o Partido Verde (PV), na disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro e coordena as finanças da campanha do candidato Fernando Gabeira (PV).

Em junho de 2009, passa a membro do Conselho Fiscal do PSDB. E a convite de José Serra, governador de São Paulo, assume a presidência da Empresa de Planejamento Metropolitano de São Paulo (EMPLASA).

Concorre em 2010 como vice-governador do Rio de Janeiro na chapa encabeçada por Fernando Gabeira, do Partido Verde (PV) e são derrotados por Sérgio Cabral Filho, do PMDB, que é reeleito.

Em abril de 2011 é o Tesoureiro Estadual do PSDB.

Possui uma vida intensa em cargos diretivos e de comando. Estratégico em universidades, fundações como o caso da vogal do Conselho Curador da FGV e da AGROANALYSIS, a revista de agronegócios da Fundação. Além disso, foi Presidente do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF), Promotor do Fórum Nacional e Conselheiro temático permanente de assuntos legislativos da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Foi membro do Conselho do Sebrae-RJ, do Conselho da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) e do Conselho de Administração de Cimento Tupi S.A.

Sua esposa Célia Maria Correia Fortes<sup>78</sup>, é graduada em Farmácia e Bioquímica, Doutora em Química, pela UFMG, com quem teve três filhos (Marcia Cristina de Andrade Fortes (1968); Luis Claudio Corrêa Fortes (1970) e Daniela Corrêa Fortes (1976)).

---

<sup>78</sup>Conforme consta em sua árvore genealógica verbete 7382/ v2. Casou-se no Rio de Janeiro com CÉLIA MARIA COSTA RODRIGUES CORRÊA, n. 20.10.1946 no Rio de Janeiro. Filha de Glades Costa Rodrigues e de Nelson Rodrigues Corrêa (n. 22.06.1905 em São Paulo. Advogado; poeta com pseudônimo de Claudio Peralva Filho); neta materna de José Barreto Costa Rodrigues (n. no Maranhão. Deputado Federal) e de Lucília Lima. Ascendência paterna: neta de José Mariano Corrêa (n. em Codó, MA, e + 1905 em São Paulo. Advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (do Largo de São Francisco) em 1891, depois de estudar os três primeiros anos na Faculdade de Direito do Recife; colega de turma de Washington Luiz Pereira de Souza; Juiz de Direito em Valença, RJ; Vice procurador do Estado de São Paulo; poeta com o pseudônimo de Claudio Peralva) e de Thereza Garcia Rodrigues (n. 27.10.1877 em Santa Teresa de Valença, RJ); bisneta de Manoel Corrêa Bayma do Lago (n. no Maranhão) (Aparentemente Manoel Corrêa Bayma do Lago é da mesma família dos Corrêa do Lago, do Maranhão); e bisneta de Alfredo Francisco Rodrigues (n. no Porto - Victoria -, em Portugal) e de Deolinda Elisa Garcia (n. 1856, e f. 26.03.1892 em Santa Teresa de Valença, RJ) [ver Adjalme Paiva Garcia, verbete 8626a\_2] (Proprietários da fazenda do Travessão, em Santa Teresa de Valença, RJ) (Deolinda Elisa Garcia era irmã de Joaquina Amélia Garcia, casada com Saturnino Rodrigues Alves Barbosa (Moraes, 1985:129); trineta de Rosa Joaquina da Silveira (n. em Piraí, RJ) e de José Luiz Garcia (n. 25.03.1820 em Santana do Piraí, RJ, e + 1868 em Santa Teresa de Valença. Rico fazendeiro. Vereador em Valença.); tetraneta de Rosa Maria Joaquina (n. Santana do Piraí, RJ, + 12.06.1893 no Rio de Janeiro. *Ela era muito rica*) e de José Vicente da Silveira (*Ele gastou o dinheiro dela* - n. 14.12.1775 no Salão, Conselho da Horta, na Ilha do

### 3.5 - 18º PRESIDENTE BNDES: NEY FONTES DE MELO TÁVORA (19 47)



Nei Fontes de Melo Távora, é natural de Salvador (BA), nasceu no dia 9 de março de 1947, filho de José Edilson de Melo Távora, engenheiro civil e político, nascido em Iguatu no Ceará no ano de 1921 e de Lícia Maria de Fontes Távora. (CPDOC(12), sem data, online)

Seu pai foi Deputado Federal pelo Ceará entre 1959 e 1975, após ter ganho notoriedade pela representação na Companhia Hidrelétrica de São Francisco, no ano de 1955. Concluiu Engenharia pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, conforme (Alencar, 2015), do portal da história do Ceará, era filiado a UDN, integrou o chamado grupo “Bossa Nova”, tornando-se amigo e compadre do maranhense José Sarney, por contato no grupo. Em 1962 é reeleito, no entanto, com a extinção dos partidos políticos então existentes pelo Ato Institucional nº 2, filiou-se à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), cumprindo mandato como Deputado Federal nos anos de 1966 e 1970, após o Regime Militar de 1964. Em 1974, concorre ao Senado mas é derrotado por Mauro Benevides (MDB). No governo de João Baptista Figueiredo, assume a presidência da Petrobras Mineração S/A (PETROMISA) e a Companhia Nacional de Álcalis e ainda a diretoria de engenharia da Petrobras. Ocupou o cargo de engenheiro-chefe no Departamento

---

Faial, nos Açores, Portugal, e f. antes de 1850 em Santana do Pirai. Produtor de café em Santana do Pirai. (Rosa Maria Joaquina, depois de viúva e arruinada pelo marido, recuperou sua fortuna, tornando-se uma próspera fazendeira ao administrar sozinha suas fazendas, Santa Rosa em Santana do Pirai e Travessão do Meio, em Santa Teresa de Valença)) [Roberto Menezes de Moraes, comunicação pessoal em 2000. Forjaz, 2009.Vol.2:115-116, 123-127]; pentaneta de Maria Joaquina (Ferraz de Araujo) (n. em Resende, RJ) e de José dos Santos (n. na Ilha do Faial, nos Açores); hexaneta do Capitão José Bento de Araujo (n. em Pindamonhangaba, SP. Silva Leme, anota erradamente como residente em Parati, RJ. Entretanto, o correto seria em Pirai, RJ. Ver ancestrais do Capitão José Bento de Araujo, in Silva Leme, 1904:3:130). In: a mística do parentesco, online.

de Estradas e Rodagens, membro permanente do DNER, e a Secretaria Nacional de Obras Públicas<sup>79</sup>. Teve quatro filhos, um deles, o nosso biografado, ocupou a presidência do BNDES.

Com esses capitais familiares, Ney Távora, inicia seus estudos secundários no Colégio Santo Inácio, tradicional de famílias abastadas, no Rio de Janeiro, em 1960, concluindo-os na Thomas Edison High School, em Oklahoma, nos Estados Unidos, em 1964. Trabalhando como auxiliar técnico do GEIPOT, no Ministério dos Transportes, foi promovido ao se formar em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1969. Ao longo dos anos de 1970 e 1971 prosseguiu os estudos acadêmicos na Northwestern University, em Chicago, nos Estados Unidos, tornando-se mestre em transporte.

Sua atuação no ramo da Engenharia, deve-se a sua formação acadêmica atuando no ramo, ocupa cargos como Diretor técnico da Serviços de Assessoria e Planejamento e Engenharia S.A. (1973-1985) e Diretor Presidente da Magnum Engenharia Ltda. (1986-1988). A iniciativa privada é suspensa em função de seu ingresso no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Compôs o quadro de funcionários do banco desde 1988 na diretoria de Infraestrutura Econômica e de Operações Especiais, até outubro de 1989, quando substituiu Márcio Fortes na presidência, lá permanecendo até março de 1990.

Em seu discurso de posse se propõe a ampliar a participação do banco em projetos sociais e rever as condições financeiras de suas várias linhas de crédito, de forma a identificar qual a contribuição que os setores mais dinâmicos da economia poderiam dar a área social, uma vez que recebiam incentivos financeiros do banco. Além de informar que parte do lucro do BNDES, naquele ano, teriam possibilidade de atender a projetos sociais. Foi substituído por Eduardo Modiano, no governo de Fernando Collor de Mello.

Voltando as origens dirige a Melo Távora Engenharia Ltda, como presidente. (1990-1992), a Porto Real Resort S.A e suas subsidiárias, Porto Real Investimentos S.A., Porto Real Fomento S.A., Hotel Resort Porto Real S.A. e Marina Porto Real S.A (1993). (CPDOC(12), sem data, online)

Publicou Modelos de projeção da demanda de transportes, laureado com o prêmio de melhor trabalho de economia e finanças de 1970, concedido pelo Conselho Nacional de

---

<sup>79</sup> CUMPRINDO OS SEGUINTE MANDATOS E NOS RESPECTIVOS PARTIDOS: DEPUTADO FEDERAL - 1959-1963, CE, UDN, DT. POSSE: 02/02/1959; DEPUTADO FEDERAL - 1963-1967, CE, UDN, DT. POSSE: 02/02/1963; DEPUTADO FEDERAL - 1967-1971, CE, ARENA, DT. POSSE: 02/02/1967; DEPUTADO FEDERAL - 1971-1975, CE, ARENA, DT. POSSE: 02/02/1971. (Câmara dos Deputados, sem data, online).



Pesquisas (CNPq) e pelo Ministério dos Transportes; e Tempo e sequencia ótimos dos investimentos em transportes (1971).

Casado com Ana Luísa e Silva de Melo Távora, teve dois filhos.

### **3.6 - 19 ° PRESIDENTE BNDES: EDUARDO MARCO MODIANO (1952-2017)**



Filho do imigrante francês Umberto Modiano e de Liliane Ester Modiano, Eduardo Marco Modiano, nasceu no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1952. Seu pai, veio tentar a sorte no Brasil em 1945 e, por conta das ações movidas contra a União, nas quais exigia indenizações alegando interferência em seus negócios, construiu um grande patrimônio. Ficando famoso pela sua irreverência e ações movidas contra o Estado. Numa dessas ações, recebeu do Banco Central uma área em Búzios, com isso, acabou construindo um complexo turístico composto por aeroporto, condomínios e hotéis. Antes havia trabalhado com a exportação de café. (Explorador, 2012).

Sua formação acadêmica divide-se em Engenharia, cursada na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e o de administração pública na Fundação Getulio Vargas (FGV), nos anos de 1971 e 1972. Após a conquista dos títulos de engenharia de sistemas em 1973 e economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, no Rio de Janeiro, em 1974. Cursou no MIT - Massachusetts Institute of Technology Administração, finanças e sistemas de Informação, em Cambridge (EUA), com uma bolsa de estudos da Organização

dos Estados Americanos (OEA), entre 1974 e 1978. E doutorado em pesquisa operacional e economia naquela mesma instituição entre 1976 e 1978. Em sua tese desenvolveu um modelo para avaliar as alternativas energéticas renováveis. Em 1978 e 1979 foi professor visitante na Alfred P. Sloan School of Management. (CPDOC(6), sem data, online)

Em 1979, ainda, retorna ao Brasil e é contratado como professor-assistente do Departamento de Economia da PUC-Rio, lá permanecendo até 1984. Transformando-se num dos maiores especialistas brasileiros no desenvolvimento de modelos para projeções econômicas, com a teoria acadêmica da matemática conjugada a da computação.

Em 1982 tornou-se consultor da Companhia Vale do Rio Doce, no Rio de Janeiro. Entre 1985 e 1986 foi diretor da Macrométrica Pesquisas Econômicas e da Consultoria de Análise e Projeções Econômicas, ambas no Rio de Janeiro.

Ao final de 1985, durante o Governo de José Sarney, o Plano Cruzado se constituía em um desafio, para conter a inflação e equilibrar a economia. Eduardo Modiano é chamado, então, a participar de uma reunião para discutir algumas formulas desenvolvidas por João Sayad, então Ministro do Planejamento e que giravam em torno desse tema. Como resultado da reunião a “tablita” surge. Foi um indexador aplica as dívidas e que retirava a previsão inflacionária embutida anteriormente.

Participa das discussões do Plano Bresser, e desenvolve uma nova ferramenta econômica: a Unidade de Referência de Preços (URP). Esse indexador foi criado objetivando coibir o repasse do acúmulo inflacionário para os preços e salários, desacelerando a temerária propagação da inflação. No entanto, sua ideia original foi alterada, não concordando com as alterações declarou: “A URP é minha, mas o arrocho salarial é do Bresser.” (CPDOC(6), sem data, online),

Em 1986 assume como diretor-presidente a Econothec Consultoria, no Rio de Janeiro, onde permaneceria até 1994. Foi diretor do departamento de economia da PUC-Rio entre 1987 e 1990, marcando sua volta a Academia. Paralelamente foi economista-chefe do Banco Sterling, no Rio de Janeiro, entre 1989 e 1990.

No início de abril de 1990, é escolhido para presidir o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no governo de Fernando Collor de Mello. Sob a liderança da economista Zélia Cardoso de Melo é um dos principais formuladores do Plano Collor, que projetou a política anti-inflacionária. Esse plano abriu as portas do país para às importações e, fundamentalmente, confiscou as cadernetas de poupança e aplicações financeiras de 80% das empresas e cidadãos brasileiros. Ainda sob a indicação de Collor em maio do mesmo ano, preside a comissão diretora do Programa Nacional de Desestatização, e

dá início ao processo de privatização das empresas estatais. A previsão, para a compra destas, a abertura ao capital estrangeiro e três formas de pagamento: a utilização dos cruzados novos retidos pelo Banco Central, certificados de privatização e a conversão da dívida externa em investimento.

Ao sair do BNDES deixa também a frente da comissão de desestatização. Assume o cargo de Vice-presidente do Banco Itamatratati S.A., em 1993. Esse banco foi comprado pelo Bradesco em 1997. No Banco Crefisul S.A., liquidado extrajudicialmente pelo BC em 1999, Modiano, também ocupa o cargo de Vice-presidente. Em 1994, no Conselho de Administração do Grupo Modiano, é o presidente e permanece no cargo até 1994.

O contato com Fernando César de Carvalho, seu sócio Luiz Antônio Gonçalves e Roberto Steinfeld, os fundadores do Banco Fonte - Cindam, confere a Modiano o papel de consultor de um banco do qual tinha participação. (CPDOC(6), sem data, online),

No entanto, Gonçalves foi acusado, no ano de 1999, de crime contra o sistema financeiro por firmar empréstimos mútuos entre empresas nas quais o próprio Fonte Cindam tinha participação. Ao ser arrolado no processo Modiano, solicita sua exclusão, tendo em vista que atuava na instituição como assessor e consultor de investimentos na área de fusão, aquisição e reorganização de empresas e em processos de privatização. Por ter seu argumento aceito no Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, o mesmo exclui do inquérito o seu nome. Momento em que passa a dedicar-se ao Grupo Modiano, com investimentos no Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A.

Seu falecimento se dá em decorrência de um câncer, na cidade de São Paulo, aos 65 anos (O Globo,2017, online). Deixando quatro filhas (Daniele, Alessandra, Fabiana e Júlia Modiano). Fruto de três casamentos Isabel Parente de Melo em primeira núpcia, com quem teve três filhas. Em segunda núpcia com Maria Cristina Sampaio, teve uma filha. E com Andrea Saletto em terceira núpcia. (Globo, 2017)

### **3.7 - 20º PRESIDENTE BNDES: ANTONIO BARROS DE CASTRO (1938-2011)**



Nascido no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 11 de fevereiro de 1938, filho de Euclides José Coelho de Castro, um fazendeiro de café, e Adelina Barros de Castro. De uma família com sete irmãos, sente o despertar para os problemas econômicos pelas experiências vividas com este ramo de atividade familiar, com especial envolvimento em assuntos de economia agrícola. (Toste, sem data, online)

Em 1959, cursa a Faculdade de Economia e Administração (FEA), bacharelando-se em economia pela da Universidade do Brasil, que posteriormente se tornou a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sendo economista e pesquisador do Instituto Latino-Americano de Pesquisa Econômico-Social da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), nas Nações Unidas, de 1963 a 1972. No ano seguinte, lecionou, como professor-visitante, na Faculdade de Economia de Cambridge, na Inglaterra. Em 1974 retornou ao Brasil como professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), doutorando-se também por essa instituição em 1977. Em 1978, deixou a Unicamp e se tornou membro do Institute for Advanced Study, em Princeton (EUA), onde permaneceu até o ano seguinte, quando se tornou professor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da UFRJ.

Em 1981, ministrou, na graduação, a disciplina política e planejamento econômico e, na pós-graduação, as disciplinas história da industrialização mundial, economia brasileira, planejamento econômico e política econômica no Brasil, como professor titular da FEA e do Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ, onde permaneceria até 1991

Em 1987 exerceu a função de editor do *Boletim de Conjuntura* do IEI/UFRJ e, em 1989, foi membro do conselho do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE).

Em 1990, no início do governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), foi um destacado crítico da política de abertura do comércio exterior e do programa de privatização empreendidos pelo presidente. Diante da crise política, que culmina no impeachment do presidente, e sendo o poder interinamente assumido pelo seu vice-presidente Itamar Franco, em 2 de outubro (efetivado em 29 de dezembro seguinte), Antônio Barros de Castro torna-se presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ainda em outubro. (TOSTE, sem data, online)

Em janeiro de 1993, reformula seus conceitos iniciais a respeito das privatizações, e apresenta uma minuta de decreto, que tinha por objetivo consolidar algumas alterações nas regras da privatização já aprovadas. Com esse decreto, o presidente da República, aumentaria

sua participação e seria uma medida de consenso entre as propostas da Consultoria Geral da República e do BNDES, que há muito vinham se atritando, e proibia que os fundos de pensão das estatais participassem dos leilões de privatização, entre outras modificações.

Diante dessas providências, Barros de Castro deixa a comissão diretora do Programa Nacional de Desestatização (PND), por decisão de Itamar Franco e sob a alegação que “quem faz a normatização não pode presidir a comissão”. Mantendo o BNDES como órgão gestor do programa, porém com o anúncio de uma lista com os 15 novos integrantes da comissão diretora do PND, que seria submetida ao Congresso Nacional. A decisão quase causou o pedido de demissão do presidente do BNDES, que foi desestimulado pelo ministro do Planejamento, Paulo Haddad.

Além dessas discordâncias, outro fato que abalou a imagem do presidente do BNDES foi a revelação do montante de seu salário, ainda no final do mês de janeiro -180 milhões de cruzeiros, mais do dobro do limite determinado pelo presidente Itamar Franco.

A frente do BNDES enfrentou algumas barreiras pautadas continuidade das divergências com o chamado “grupo de Juiz de Fora”, que tinha à frente o advogado geral da União, José Ferreira de Castro. O programa de privatizações era o grande motivo embora Barros de Castro, procurasse defender a manutenção de boa parte do programa, com algumas alterações. No entanto, José Ferreira de Castro apontava ao presidente Itamar Franco as desvantagens de várias regras e tentava impor outros limites para as vendas das estatais, limitando, por exemplo, a participação dos fundos de pensão. A situação chega no limite com a declaração de Ferreira de Castro insinuando que Barros de Castro buscava seguir o programa de privatização com as mesmas diretrizes do governo Collor. Diante dessa declaração Barros de Castro, em março de 1993, formaliza seu pedido de demissão. Com severas críticas ao chefe do Executivo federal, denuncia a falta de apoio, e ao grupo de José de Castro Ferreira, que classifica como “tumor” do governo Itamar. (TOSTE, sem data, online)

Em 1994, retorna ao meio acadêmico como membro do Conselho do Instituto de Estudos do Desenvolvimento Industrial da UFRJ e, dois anos depois, membro do Conselho do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Antônio Barros de Castro faleceu em 21 de agosto de 2011, aos 73 anos, no Rio de Janeiro. O teto da laje do escritório de sua casa, localizado no bairro de Humaitá, no Rio de Janeiro, desabou, esmagando-o. Foi encontrado por uma de suas filhas em seu escritório, instalado num cômodo anexo, juntamente com a biblioteca, quando parte da laje ruiu,

atingindo a cabeça no momento em que trabalhava ao computador que permaneceu intacto. (Souto, 2011)

Foi casado com a economista e professora universitária Ana Célia Castro<sup>80</sup>, com quem teve quatro filhos. (Lavínia Barros de Castro economista BNDES desde 2001, Ana Clara Barros administradora de empresa)

Com Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa, Barros de Castro formava o trio do pensamento cepalino no Brasil. Entre 1963 e 1973, ele trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), no Chile, onde funcionava a sede da instituição, ligada à Organização das Nações Unidas (ONU).

### 3.8 - 21º PRESIDENTE BNDES: LUIZ CARLOS DELBEN LEITE (1945)



Da cidade de Araras (SP), nasceu no dia 21 de outubro de 1945, nosso biografado é filho de Edgar de Sousa Leite e de Norma Maria Delben Leite. Formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1970, durante o curso presidiu o Centro Técnico Mackenzie (1965-1966) e o diretório acadêmico da faculdade (1967-1968). (CPDOC(7), sem data, online)

Teve sua estreia no setor privado, como sócio-diretor da extinta Wascabel -Máquinas e Materiais Gráficos, localizada no Rio de Janeiro. Em São Paulo, trabalhou na Manig S.A., indústria voltada para a fabricação de máquinas e aparelhos para a indústria gráfica e para a indústria de papel e cartonagem, ocupando os cargos de diretor comercial (1970-1975) e diretor-presidente (1975-1991).

Na Ordem dos Economistas de São Paulo (1973) assume como diretor, e no Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (SINDIMAQ) – de 1976 a 1979 -, chefia sua gráfica. Em 1977 fundou a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos Gráficos (ABIMEG), onde exerceu a vice-presidência (1977-1978) e a presidência (1983-1986).

---

<sup>80</sup> Anexo II

Sua carreira é marcada pela liderança, entre 1986 e 1989 presidiu a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), e de 1989 a 1992, o SINDIMAQ e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), entre 1990 e 1991, também tomou parte no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

No governo de Luís Antônio Fleury Filho, foi secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo no ano de 1991 a 1993.

Em março de 1993 Delben Leite assumiu a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), integrando por força deste cargo o Conselho Monetário Nacional. Favorável à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, entrou em atrito com o presidente da República, Itamar Franco, e com o ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, ao denunciar a ocorrência de irregularidades na contratação de empresas de consultoria sem licitação na área administrativa do BNDES. Então, Delben nomeou uma comissão de sindicância para apurar o caso e Stepanenko, o que agravou a situação, o que provocou a exoneração do diretor Sérgio Zendron, responsável pelo Programa Nacional de Desestatização. A crise evoluiu até a demissão de Delben Leite, em agosto de 1993.

Em 1994, Delben Leite integrou o conselho de administração das Empresas Energéticas do Estado de São Paulo (CESP), e em julho de 1998 e as respectivas presidências da ABIMAQ e do SINDIMAQ, para um mandato de três anos, (desligando -se dessas instituições somente em 2009) tornando-se ao mesmo tempo diretor-presidente da Fort Knox Sistemas de Segurança Ltda. e sócio-diretor da FK Comércio de Produtos de Segurança e Serviços Ltda.

Como presidente da ABIMAQ tomou parte das discussões sobre a necessidade de as indústrias brasileiras se prepararem para a concorrência que seria promovida pela aprovação da ALCA; sobre a necessidade de requalificação de mão de obra; e participou do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), criado em 28 de abril de 2004, em Brasília, como um dos oito membros do empresariado, juntamente com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Criado no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, o CNDI foi concebido por ocasião do lançamento da política industrial, com o objetivo de discutir suas linhas de ação e medidas específicas. Presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, é composto ainda por outros dez ministros e três representantes dos trabalhadores. A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial é integrada por técnicos do governo e seu objetivo seria aplicar as medidas definidas pelo CNDI.



Possui três patentes registradas em seu nome no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI): lavador de rolos (MU7002240-2); fragmentador de documentos (MU710225-89); e serrilhadeira de mesa (PI9305377-0).

Divorciado, teve três filhos. (Edgar de Souza Leite Neto<sup>81</sup>)

### 3.9 - 22º PRESIDENTE BNDES: PÉRSIO ARIDA (1952)



Pêrsio Arida é descendente de árabes, seus pais Riad Arida e de Alice Farah Arida radicaram-se no Brasil, na cidade de São Paulo, de onde ao dia 1º março de 1952, ele nasceu. Iniciou seus estudos na Escola Caetano de Campos, aos sete anos de idade. Sua fase secundarista foi um tanto conturbada. Naquela época vivia-se o governo do general Emílio Médici (1969-1974). Arida participou, na capital paulista, de movimentos clandestinos de oposição ao regime militar. Esse fato resultou na sua prisão e tortura em 1970, sendo denunciado pela Justiça Militar, no ano seguinte, juntamente com mais 34 pessoas, por subversão e participação na Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). (Arida, 2011)

Em 1975, formou-se em economia pela Universidade de São Paulo (USP). De 1978 a 1979 foi professor convidado do Institute for Advanced Study. Lecionou na USP e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) de 1980 a 1984, e foi professor visitante da Smithsonian Institution (EUA) de 1984 a 1985. Em 1992, doutorou-se no

---

<sup>81</sup> Um de seus filhos é engenheiro e assina como sócio gerente da empresa, possui o nome do avô, conforme pesquisa realizada em 27/07/2019 e fragmento do documento a seguir: "...a empresa FORT KNOX SISTEMAS DE SEGURANÇA S/C LTDA., inscrita no CNPJ nº 68.317.684/0001-93, com sede à Rua Tereza Toedtli, 215 – Vila Guarani – SP, neste ato representada pelos Senhores, EDGARD DE SOUZA LEITE NETO, Sócio-Gerente, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 22692741-6-SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 169.267.388-23, residente e domiciliado nesta capital, à Rua Canário, nº 917, apto. 82, Recanto Paraíso – SP..." Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2627\\_006-2005%20TA4.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2627_006-2005%20TA4.pdf)>.

Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos. (LEMOS; PINHEIRO, sem data, online)

Ao se aproximar o fim do governo do general João Figueiredo (1979-1985), na discussão do processo de transição do regime militar para o democrático, ganhou relevo a proposta de “pacto social” feita por Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais. Tratava-se não só de ajustar um novo pacto político, mas também de equacionar a crise econômico-financeira que o país atravessava. Nesse contexto, Pérsio Arida divulgou, juntamente com o economista André Lara Resende, seu colega na PUC-Rio, ideias que constituiriam o núcleo do artigo “Inertial inflation and monetary reform in Brazil”, publicado pelos dois em 1985 na coletânea organizada por J. Williamson, *Inflation and indexation: Argentina, Brazil and Israel* (Boston, MIT Press).

Naquele momento, os autores manifestaram um ponto de vista contrário à tradição liberal monetarista<sup>82</sup>. Afirmavam ser a crise resultado de uma inflação “inercial” que, embora obtivesse algum sucesso, eram neutralizados pelo efeito de uma “memória inflacionária” que incorporava as taxas mais elevadas do período anterior. Propunham a adoção de uma moeda indexada – a OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) – que acabaria se sobrepondo ao cruzeiro por ser adotada como uma moeda forte. Nessa proposta a indexação total da economia conduziria a desindexação definitivamente.

Pérsio Arida atuou, em 1985, no Banco Central como secretário da Coordenação Econômica e Social e, no ano seguinte, como diretor da área bancária. Foi, então, um dos responsáveis pelo plano de estabilização econômica apresentado pelo presidente José Sarney (1985-1989), em 28 de fevereiro de 1986. O Plano Cruzado, como ficou conhecido, inspirava-se na tese da “inflação inercial”, em combinação com a proposta de “choque heterodoxo” formulada pelo economista Francisco Lopes, e visava erradicar a inflação, que chegara a ultrapassar naquele mês a taxa anual de 250%. (LEMOS; PINHEIRO, sem data, online)

A reforma econômico-monetária tinha como medidas, basicamente as seguintes medidas: criação de um novo padrão monetário, o cruzado (de valor mil vezes maior que o do cruzeiro, então abolido); extinção da correção monetária; estabilização cambial e congelamento de preços e salários. Os primeiros meses foram de redução da inflação e contaram com o entusiasmo popular na fiscalização dos preços. No entanto, apresentou, em

---

<sup>82</sup> O monetarismo é uma teoria de economia que enfatiza o papel da política monetária para a estabilidade macroeconômica. A exemplo do que vinha acontecendo nos programas de ajuste econômico como medida para conter a inflação. Pérsio Arida e André Lara Resende seguem caminho oposto fazendo um contraponto econômico pela heterodoxia (LEMOS; PINHEIRO, sem data, online)

seguida, numerosos problemas de ajuste. Não faltaram esforços da equipe econômica liderada por Arida em alterar a rota do plano, o que os impediu foi a explícita oposição do presidente José Sarney, temendo que tais medidas viessem a afetar seus projetos para a eleição daquele ano, isso os impediu de um controle a longo prazo da inflação.

Em 1987 atuou como diretor e, também, conselheiro especial da Presidência da Brasil Warrant, exercendo as funções até o ano de 1993. Foi Sócio e diretor da HE Participações, até junho de 1988, ocupando uma das vice-presidências do Unibanco, então o quarto maior banco privado do país, e lá permanecendo até 1993.

Iniciado os debates preparatórios da revisão constitucional prevista nas disposições transitórias da Constituição de 1988, participa, em meados de 1993, junto com especialistas de diversas áreas, do projeto desenvolvido pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, conforme trecho a seguir:

Como integrante do grupo que discutiu o título VII da Constituição, relativo à Ordem Econômica e Financeira, propôs alterações nos incisos III e IV, que se referiam, respectivamente, à função social da propriedade e à redução das desigualdades regionais e sociais. Quanto ao primeiro, fez objeções de ordem operacional, uma vez que considerava impossível hierarquizar-se a propriedade com base num índice de função social. Sugeriu, por isso, que se eliminassem as restrições legais a qualquer forma de propriedade e se deixasse que a política econômica definisse, em cada momento, os formatos que melhor atendessem aos interesses nacionais. Quanto ao inciso IV, defendeu apenas a substituição da referência às “desigualdades sociais” pela expressão “justiça e bem-estar social”. Do seu ponto de vista, a questão das desigualdades deveria ser vista na sua base, isto é, no tocante à má distribuição de oportunidades, já que os indivíduos são, naturalmente, desiguais em suas vocações e talentos. (LE MOS; PINHEIRO, sem data, online)

Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi indicado ao presidente Itamar Franco (1992-1994) pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, para a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Cargo assumido em setembro de 1993. Ingressa na equipe do Ministério da Fazenda como um reforço na execução do programa de privatização do governo. Ao mesmo tempo em que, estimula na imprensa especulações acerca da iminência da adoção de um programa anti-inflacionário, muito próximo do que se pensou quanto ao Plano Cruzado, porém, baseado na indexação cambial e sem congelamento de preços, conforme ele mesmo defendera dias antes desta oficialização do cargo.

O último ano do governo Itamar Franco foi fundamental para a idealização do Plano Real. Esse programa de estabilização da economia brasileira foi pensado pelo então presidente do BNDES Pérsio Árida, sendo inserido de forma gradual no final do mandato de Itamar.

Anunciado em 28 de fevereiro de 1994, o plano consistiu, inicialmente, na introdução da URV (Unidade Referencial de Valor) como padrão de transição dos preços para uma nova moeda, o real, que passaria a vigorar em 1º de julho seguinte.

Janeiro de 1995 toma posse de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República. O nome de Arida foi cogitado para sucessão de Pedro Malan, então presidente do Banco Central. Havia uma condição imposta pelo Senado a sua nomeação. Na ocasião, alguns parlamentares exigiram a anistia do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que tivera sua candidatura à reeleição cassada pela Justiça Eleitoral por uso indevido da gráfica da casa para impressão de calendários com propaganda eleitoral, sendo essa a condição para a indicação de Arida à aprovação. Ou seja, os Senadores exigiam o envio de um projeto do Senado para anistiar Lucena e outros 16 parlamentares punidos pelo mesmo motivo. Assim, somente após ceder a proposta seu nome é ratificado e os fraudadores anistiados.

Cinco meses, foi o tempo que permaneceu à frente do Banco Central. Iniciando sua gestão, com um projeto de auxílio ao México, que estava às voltas com uma grave crise financeira prestes a atingir o Brasil. Tentou sem sucesso articular um programa de rateio entre países latino-americanos, mas o plano não se sustentou sem o apoio do Congresso dos Estados Unidos. Sua postura austera na administração do dinheiro público, a imposição de altas taxas de juros e a insistência em acabar com os bancos estaduais foi desgastante entre os setores políticos, os proprietários rurais e o governador de São Paulo, Mário Covas.

Provocou intensa agitação no mercado de câmbio, ao anunciar a criação das bandas de variação máxima e mínima do dólar em relação ao real, sendo o governo obrigado a usar uma parte expressiva das reservas internacionais para conter os movimentos especulativos. Acusado pelo vazamento de informações sobre a valorização do dólar que teriam beneficiado a empresa de um amigo banqueiro, sendo obrigado a prestar depoimento no Senado. Mesmo sem comprovar as denúncias, teve sua imagem pública seriamente desgastada, anunciando em 31 de maio de 1995, sua demissão da presidência do Banco Central, alegando “motivos estritamente pessoais”.

Como sócio-diretor da Opportunity Asset Management Ltda., em 1996, empresa de administração de recursos financeiros controlada por Daniel Dantas e sediada no Rio de Janeiro, o escritório da organização em São Paulo é reativado. Após a venda da Companhia Vale do Rio Doce em maio de 1997, passou a integrar o conselho de administração da empresa. Em julho de 1998, o Opportunity venceu um dos leilões de privatização do Sistema Telebrás e adquiriu o controle da *holding* Tele Centro Sul.

Porém, a suspeita de favorecimento no processo de leilões em nome da Opportunity, são divulgadas por ligações grampeadas no BNDES. Baseada nas conversas gravadas entre o ministro das Comunicações, Luís Carlos Mendonça de Barros, e o presidente do BNDES, André Lara Resende, a Procuradoria Geral da República determina abertura de inquérito, a fim de investigar uma possível interferência de Mendonça de Barros junto ao Banco do Brasil, no sentido de que a instituição fornecesse garantias para que o Opportunity pudesse participar do leilão.

Tais indícios levaram, Mendonça de Barros e Lara Resende a acusação de improbidade administrativa, formulada pelo Ministério Público. No ano seguinte, os acusados tem o caso arquivado, conforme investigação paralela, promovida pelo Tribunal de Contas. O processo, no entanto, continuou em tramitação na Justiça Federal. Em julho de 2008, a liderança do governo na Câmara dos Deputados chegou a cogitar de convocá-lo para depor na “CPI dos Grampos”, instalada para apurar escutas telefônicas ilegais. Árida, deixa de ser sócio-diretor da Opportunity, nesse mesmo ano integra o comitê executivo da BTG - Banking and Trading Group, companhia de investimentos fundada por André Esteves que inicia suas atividades no Brasil, com escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro, empresa instalada em Nova York e Londres, inicialmente.

Durante o processo de privatização da Brasil Telecom, o banqueiro Daniel Dantas e o Opportunity são acusados por crimes financeiros. Em agosto de 2010 a chamada Operação Satiagraha - criada em 2008 pela Polícia Federal - apurou crimes de corrupção, desvio de dinheiro público e lavagem de dinheiro-, incluindo Árida a uma lista de outros 42 cotistas indiciados. Um ano depois, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), anula as provas obtidas durante a Operação concluindo que a Agência Nacional de Inteligência (ABIN) teria agido de forma ilegal ao instalar grampos nas ligações telefônicas. E, em 2012, a Procuradoria Geral da República (PGR) entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), contrário à anulação da Operação imposta pelo STJ. Mas, em 2014, por unanimidade, a segunda turma do STF considerou ilegal a apreensão de discos rígidos e computadores na sede do banco, no Rio de Janeiro, decidindo então anular as provas obtidas contra Daniel Dantas, nas ações de busca e apreensão no Banco Opportunity.

Em julho de 2015, atuando como parceiro do departamento de gestão de recursos do BTG Pactual, banco de investimento e gestor de ativos e fortunas. Durante sua trajetória profissional, foi membro da diretoria da Sul América e atuou no Conselho de Administração do Banco Itaú Holding Financeira S.A, no Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e do Conselho Consultivo do Instituto Moreira Salles.

Teve duas filhas do primeiro casamento. (Anna Livia Arida, diretora-executiva da ONG Minha Sampa, e a cineasta Maria Alice Arida). Casou-se, mais tarde, com Elena Landau, ex-diretora de desestatização do BNDES.

### 3.10 - 23º PRESIDENTE BNDES: EDMAR LISBOA BACHA (1942)



Edmar Lisboa Bacha nasceu em Lambari, Minas Gerais, em 14 de fevereiro de 1942, numa família de escritores, políticos e comerciantes. Seu pai Felício Bacha, de origem libanesa, foi um administrador da prefeitura de Lambari e Maria de Jesus Lisboa Bacha, diretora do grupo escolar da mesma cidade mineira. (LEMOS; LAMARÃO; PINHEIRO, sem data, online)

A família Lisboa é de sua linhagem materna. Seus avós Sinhá Lisboa e João Lisboa, falecido em 1947,<sup>83</sup> como presidente do Conselho Administrativo de Minas Gerais, teve nove filhos. Conforme proferido em seu discurso de posse na ABL (Academia Brasileira de Letras), no dia 07/04/2017, a seguir:

“[...] Ali, meu avô Lisboa, quando chegou de Macaé, RJ, exerceu o ofício de farmacêutico antes de se casar com minha avó e entrar na política. Foi deputado federal na 1ª. República. Em 1934, eleito deputado estadual, mudou-se para Belo Horizonte, onde faleceu em 1947, como Presidente do Conselho Administrativo de Minas Gerais. Minha avó lhe sobreviveu até 1957, na companhia de Henriqueta e de minha prima Maria Antonia, filha de Abigail, que minha avó criou desde bebê – e a quem também deu uma educação primorosa.” (Bacha, 2017)

<sup>83</sup> Seu avô materno, foi Deputado Estadual e Federal por Minas Gerais nas décadas de 1930 e 1940, é considerado um político de expressão na República Velha. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=DQlyDwAAQBAJ&pg=PA192&lpg=PA192&dq=Jo%C3%A3o+de+Almeida+Lisboa+deputado+estadual&source=bl&ots=GvOlsBGPTt&sig=ACfU3U1ALnIXWZ-I1k0DqOBYFvcbXzSnWg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwilssSBqZLnAhVSj1kKHVBABUYQ6AEwD3oECAoQAQ#v=onepage&q=Jo%C3%A3o%20de%20Almeida%20Lisboa%20deputado%20estadual&f=false>>. Acesso em: 07/06/2018

Destes, três se destacam, como respeitáveis membros da Academia Mineira de Letras, são eles: a poeta Henriqueta Lisboa, que foi a primeira escritora eleita integrante da AML, no ano de 1963; o professor particular de espanhol José Carlos Lisboa; a pedagoga Alaíde Lisboa de Oliveira autora dos clássicos infantis “Bonequinha Preta” e “Bonequinho doce”; e José Lourenço de Oliveira, seu esposo, um dos fundadores da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da UFMG<sup>84</sup>, foi professor de Eduardo Portela, Ana Maria Machado, dentre outros.

Outro parente a exercer mandatos em Minas Gerais foi, seu tio materno, Waldir Lisbôa, seus mandatos na Assembleia Legislativa, como Deputado Estadual pelo PTB, datam de dois períodos um de 1947 a 1951 e, outro de 1951 a 1955.

A cadeira de número 40<sup>85</sup>, na Academia Brasileira de Letras (ABL), é a que carrega a história de nomes como o do Visconde do Rio Branco e Afonso Arinos, para citar alguns imortais. Nosso biografado, é o sexto ocupante, sucedendo Evaristo de Moraes Filho e recebido por Fernando Henrique Cardoso.

A cidade de Lambari é onde aprende as primeiras letras, no Grupo Escolar João Braulio Júnior, na escola onde sua mãe era Diretora, de 1948 a 1951. No ano seguinte, a família transferiu-se para Belo Horizonte, onde seu curso secundário é concluído em 1959, no Colégio Santo Antônio. A Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no ano de 1960, o apresenta o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), organismo da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>86</sup>.

Com uma família de notáveis, sua educação e cultura não fugiram à regra. Desde pequeno dispõe de uma vasta biblioteca com títulos desde os lúdicos, pela tradição da escrita de suas tias, até clássicos como um romance francês que trata das 24 horas antes da invasão entre a Alemanha e França, na década de 1940, Vladimir Pozner, intitulado (*Deuil en 24 Heures*). Seu livro de cabeceira, foi um presente de seu avô, e falava sobre Joaquim Nabuco.

---

<sup>84</sup> Esses relatos fazem parte do livro intitulado: “Os Lisboa: fragmentos de memória”, onde relata seus laços afetivos fundamentais, num importante processo de socialização que o credenciaram a compor o quadro dos imortais. (Bacha, 2017)

<sup>85</sup> Além dos citados no texto vale a pena observar outros nomes como: Eduardo Prado (fundador) – que escolheu como patrono o Visconde do Rio Branco –, Afonso Arinos, Miguel Couto e Alceu Amoroso Lima. (Bacha, 2017)

<sup>86</sup> Aqui observa-se a formação do pensamento do biografado que gira em torno das suas experiências como é o caso de nomes como o de Raúl Pribisch, Celso Furtado e Inácio Rangel, fundamentais na efetivação da comissão e que influenciam Edmar Bacha. (LEMONS; LAMARÃO; PINHEIRO, sem data, online) e em Kluger (2017, p. 459-460) ao abordar o seu posicionamento à frente da EPGE em defesa da pesquisa, por influência de sua formação em Yale, portanto dois momentos diferentes onde o reflexo da formação direcionam o posicionamento diante da realidade social



As séries iniciais são cursadas na sua cidade natal, após o falecimento de seu pai em 1951 é que sua mãe e seus sete irmãos mudam-se para Belo Horizonte, ficando mais próximo dos Lisboa e garantindo a proximidade fundamental para a integração familiar. A pessoa da avó materna, foi fundamental para a formação tanto das tias, primando pela formação e a cultura e como um suporte para a unidade familiar.

Formou-se em 1963 e mudou-se no ano seguinte para o Rio de Janeiro, onde fez o curso de aperfeiçoamento de economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Seu objetivo, nesse momento era conseguir uma bolsa de estudos nos Estados Unidos. Em 1964, iniciou o curso de pós-graduação na Universidade de Yale, em New Haven (EUA). Prosseguindo em sua formação universitária, doutorou-se em 1968. (LE MOS; LAMARÃO; PINHEIRO, sem data, online)

De 1970 a 1971, é professor na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Pedindo transferência para a Universidade de Brasília, onde trabalhou de 1973 a 1975. Em agosto de 1975, retorna aos Estados Unidos, como bolsista de pós-doutoramento financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisas CNPq, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Cambridge, lá permanecendo até julho de 1977.

Em 1979 tornou-se consultor do Grupo dos 24 para Assuntos Monetários Internacionais, em Washington, lá permanecendo até 1992. Ingressou na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro em 1983, como professor. Em 1984, ausentou-se mais uma vez do país, por dois meses, para seu pós-doutoramento do CNPq, agora Nova Iorque. Participou da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior Brasileira, em Brasília, no final de 1985. Durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1979-1985). Em suas obras, manifestou posicionamento contrário as medidas adotadas quanto à distribuição de renda e a crescente desnacionalização da indústria brasileira.

Integrou a equipe que formulou o Plano de Estabilização Econômica, batizado de Plano Cruzado, no governo do presidente José Sarney (1985-1990)<sup>87</sup>. Edmar Bacha participou da implementação do plano, enquanto presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e um dos economistas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O plano foi bem-sucedido nos primeiros meses, porque contou com a redução da

---

<sup>87</sup> O plano Cruzado foi colocado em prática em 28 de fevereiro de 1986, estabelecia um conjunto de medidas para combater a inflação. Em fevereiro de 1986 chegou a ultrapassar o índice de 250% ao ano. Consistia basicamente na criação de um novo padrão monetário, com valor mil vezes maior que o do cruzeiro, abolido - na extinção da correção monetária; na estabilização cambial e no congelamento de preços e salários. (Barbosa, sem data, online)

inflação e teve forte ajuda popular com a fiscalização dos preços. Em pouco tempo, porém, o plano começou a apresentar problemas os ajustes divulgados acabaram prejudicando as famílias com renda até cinco salários mínimos. Entre as principais inovações estavam a elevação dos preços de diversos produtos e das tarifas públicas e a alteração da metodologia de cálculo do índice de inflação, que passou a considerar apenas o aumento do custo de vida. Essa situação levou Edmar Bacha, a pedir demissão da presidência do IBGE, no mesmo dia em que foram decretadas.

Sua permanência no IBGE foi de um ano e meio, período no qual iniciou uma reforma administrativa, com a realização dos censos econômicos de 1985 e a incorporação do Projeto RADAMBRASIL ao IBGE<sup>88</sup>.

Desenvolveu várias atividades nas áreas universitária e de consultoria, após desligar-se do IBGE, tanto no Brasil quanto no exterior: Entre (1987-1993) foi co-diretor, com Sebastian Edwards, do Seminário Interamericano em Economia, conferência anual patrocinada conjuntamente pelo National Bureau of Economic Research e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; consultor da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (1987-1992); membro do Grupo Consultor para Temas Econômicos Internacionais do World Institute for Development Economics Research (WIDER) da ONU, em Helsinque (1987-1992), e membro do Comitê para o Planejamento do Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Nova Iorque (1987-1994).

Em 1989, filia-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como membro do diretório nacional e, em 1992, do diretório regional fluminense. A aproximação com Fernando Henrique Cardoso acontece em maio de 1993, onde atua como assessor especial para a área monetária. Desde setembro de 1993, atua como Professor-titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No governo de Itamar Franco (1992-1995) ocupa o Ministério da Fazenda. E, nessa condição, integra a equipe que durante o ano, formulava o Plano Real,<sup>89</sup> conjunto de medidas de estabilização monetária que, gradativamente, é posto em prática, no último ano do governo de Itamar Franco.

---

<sup>88</sup> O projeto RADAM foi criado em 1975, pelo do Ministério das Minas e Energia, com o objetivo mapear regiões brasileiras, especialmente a Amazônia, com radar aéreo, visando com isso obter dados geográficos, geológicos e cartográficos. (Oliveira, sem data, online)

<sup>89</sup> O plano introduziu a Unidade Referencial de Valor (URV). Foi posto em prática no dia 28 de fevereiro de 1994 e, em 1º de julho, a nova moeda brasileira passou a ser o real. (LE MOS; LAMARÃO; PINHEIRO, sem data, online)

Edmar Bacha assumiu, em 9 de janeiro de 1995, a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Pautado no resgate institucional, propõe a atuação do banco como “veículo das mudanças estruturais” de modo que a nova moeda fosse fortalecida, e que o banco funcionasse como agente governamental abrindo o caminho para “a conciliação da estabilidade com o crescimento”, além de promover a integração do país com a economia mundial. Para atingir esses objetivos, o banco teria como prioridades a realização do programa de privatização de empresas sob controle do Estado, o investimento no setor de infraestrutura e a expansão das exportações.

Edmar Bacha pede demissão da presidência do BNDES, alegando motivos pessoais. Afirmava ainda que sua tarefa no banco estava cumprida, por entender que o país entrara na rota da estabilização econômica. Para a imprensa, o fator determinante foram as divergências com membros do governo quanto ao ritmo das privatizações.

Em janeiro de 2003, Edmar Bacha tornou-se conselheiro econômico do então governador de Minas Gerais Aécio Neves, do PSDB. Passou a integrar o conselho de administração do Banco Itaú-BBA (antigo Banco BBA-Creditanstalt), em março do mesmo ano e continuou atuando como consultor sênior da instituição.

O Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CDG), no Rio de Janeiro era considerado uma sucursal do Departamento de Economia da PUC, por contar com um grande número de ex-alunos e professores daquela universidade. O IEPE/CDG tinha também como marca de origem uma estreita relação com o PSDB, Bacha foi um dos fundadores, e diretor em 2003. No segundo semestre do ano, tornou-se professor-conferencista do curso de mestrado em relações internacionais do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, exercendo a docência até 2004.

No decorrer de 2006 Edmar Bacha ingressou na Comissão para o Crescimento e o Desenvolvimento do Banco Mundial, nela atuando até 2009, ano em que passou a atuar na Comissão Brasileira sobre Drogas e Democracia (CBDD). Em 2010 foi eleito membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), nela ingressando em maio do ano seguinte. No mês de setembro de 2011 passou a integrar o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV). Em julho de 2015, Edmar Bacha atuava como diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças, no Rio de Janeiro. (LEMONS; LAMARÃO; PINHEIRO, sem data, online)

Membro Honorário da Latin American and Caribbean Economic Association (LACEA), Edmar Bacha integrou o conselho editorial de diversas publicações periódicas,

nacionais e estrangeiras, na área de economia, bem como de associações profissionais e científicas no Brasil e em outros países. Foi professor e pesquisador visitante em universidades norte-americanas. Proferiu conferências, participou de seminários e publicou artigos em revistas de diversos países. Foi também um dos criadores da revista *Economia*, da Associação Promotora de Estudos da Economia (APEC).

Foi casado com Eliana A. Cardoso. Divorciado, casou-se com Andreia Gouveia de Lima, com quem teve dois filhos (Julia e Carlos Eduardo). Separado, casou-se pela terceira vez com Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. Tem ainda duas enteadas (Joana e Maria Clara).

### 3.11 - 24º PRESIDENTE BNDES: LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS (1942)



Luís Carlos Mendonça de Barros nasceu na cidade de São Paulo no dia 28 de novembro de 1942. Filho do médico cardiologista, Leovigildo Mendonça de Barros<sup>90</sup> e de Nísia Maurício Mendonça de Barros. (A família Barros data do início do século XIX. A formação do seu capital econômico e cultural gira em torno da cidade de Pouso Alegre. É

---

<sup>90</sup> O jovem Antonio Barros de Melo, no início do século XIX, instala-se na cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais, quando formou uma grande plantação de chá por suas terras que se estendiam até os altos do atual clube Campo Fernão Dias. Enveredando-se para a política chega a chefiar o Partido Conservador travando oposição ao Padre Senador José Bento, Chefe do Partido Liberal. Constitui família e se estabelece na Freguesia do Bom Jesus de Pouso Alegre. Esse jovem estanceiro gaúcho, forma uma das mais tradicionais e pioneiras famílias pouso-alegrenses. Fixa sua residência no Largo da Matriz (atual Praça Senador José Bento), educando seus filhos: Fernando, Cândido, Maximiano e Custódio, os primeiros doutores filhos de Pouso Alegre, e filhas Maria Umbelina e Donana. Entre os descendentes do Comendador Antonio de Barros, estão: Alvarina de Barros Dias do Amaral (esposa do Senador Eduardo Amaral), Ricardina Mendonça de Barros, Monsenhor Mendonça, Alberto de Barros Cobra, Barét de Barros Ferraz, Dr. José Marques de Oliveira, Dodoca Amaral, **Dr. Leovigildo Mendonça de Barros, médico cardiologista** Arthur Barros, Dr. Silvio Fausto de Oliveira, as irmãs Maria do Carmo e Maria de Jesus de Barros Fagundes, Garlinda Amaral Monteiro de Carvalho, Terezinha de Souza Sarkis e Samuel Libânio. Estão por aí, pelo cotidiano pouso-alegrense e nacional, entre outros: Alvarina Amaral Toledo; Cláudio Tabajara Faria de Oliveira, irmãos e filhos; Eduardo A. O. Toledo, irmãos e filhos; Alaor de Barros Cobra, irmãos e filhos; Lauro de Barros Fagundes, irmãos e filhos; Geraldo Fagundes, irmãos e filhos; os descendentes de Barét de Barros, além dos irmãos **José Roberto Mendonça de Barros (ex-Secretário Nacional de Política Econômica do Ministério da Fazenda) e Luiz Carlos Mendonça de Barros (ex-presidente do BNDES e Ministro das Comunicações)**. Grifos nossos. (TVUAI, sem data, online)

nessa cidade gaúcha que o pagriarca se torna estancieiro e político de forma que seus descendentes agregam o status de primeiros doutores). Seu irmão, José Roberto Mendonça de Barros, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 1995 e 1998, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e ex-secretário executivo da Câmara do Comércio Exterior de abril a novembro de 1998. (CPDOC(8), sem data, online)

Sua vida acadêmica se encerra no ano de 1966, no curso de engenharia da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em seguida rumo a pós-graduação em política de negócios da pequena e média empresa na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. Desde o Colégio Santa Cruz, no ensino secundário, presidiu a União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo. Foi ligado à Ação Popular (AP), organização clandestina de oposição ao regime militar, implantado em abril de 1964, enquanto estava na graduação.

Em 1967, começou a trabalhar como analista financeiro no Banco de Investimento Industrial (Investbanco), um dos primeiros bancos de investimentos consorciados criados após as reformas financeiras de meados da década de 1960.

Em 1961 e 1962, lecionou estatística e métodos quantitativos na Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). E de 1968 a 1971, foi professor de finanças e de estatística na Faculdade de Administração e Economia de Piracicaba SP.

Em 1970, implantou o departamento de *open market* no Investbanco e tornou-se gerente e superintendente de operações nas áreas de financiamento e captação, além de representante do banco na Associação Nacional da Indústria de Máquinas e Autopeças (Andima), até fins de 1971. Também em 1970 tornou-se membro do conselho fiscal da Mercantil Participações Administrativas (Mepasa), diretor-presidente da Investleasing, empresa de locação de máquinas e equipamentos, e da Companhia Agropecuária Bandeirantes. Com mais três sócios, fundou em 1972 a corretora de câmbio e valores imobiliários Patente, que atuava na Bolsa de Valores de São Paulo, e tornou-se consultor da Hidrobrasileira, firma de engenharia e consultoria técnica.

Sócio do irmão José Roberto e de Ibrahim Eris, em 1973 fundou a consultora MBE Associados. Seu irmão viria a ser presidente do Banco Central no governo Fernando Collor (1990-1992). (CPDOC(8), sem data, online)

Em 1980, passou a integrar o comitê técnico da Andima. Em 1981 tornou-se articulista do jornal Folha de S. Paulo e em 1982 passou a escrever uma coluna semanal, que seria publicada até 1991. Em 1983 ocupou o cargo de diretor no banco de investimentos

Planibanc, que fundou. Esse banco resultou da associação de quatro companhias - Votorantim, Pão de Açúcar, Brasmotor e Bardella. Assumindo a consultoria do CEBRAP - Grupo de Conjuntura Econômica do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Em 1985 até março de 1987 participou do Conselho Monetário Nacional, afastando-se do Planibanc. Ao mesmo tempo em que é professor do curso de doutorado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Volta ao Planibanc em 1989, e sua corretora é acusada de financiar as operações do especulador Naji Nahas, e seu nome aparece ligado ao chamado caso Nahas. A acusação, contudo, não foi comprovada.

Em 1993 fundou o banco Matrix, que no prazo de dois anos tornou-se o banco de maior rentabilidade do país. Teve como sócios o economista André Lara Resende e mais três. Atuando como diretor e responsável pela tesouraria internacional e pelo setor de estudos econômicos, basicamente, nos mercados de renda fixa e câmbio, e na administração de recursos de terceiros, inclusive do exterior, para aplicação no Brasil.

Teve seu nome cogitado para presidir o Banco Central, na formação do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), eleito presidente da República. No entanto, diante da acusação de informações privilegiadas de câmbio fornecidas ao banco Matrix a nomeação não se efetivou.

Assume a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1995, sendo indicado pelo ministro do Planejamento José Serra para ocupar o cargo. Antes de ser empossado, vendeu suas ações do Matrix. Anunciou que suas principais metas seriam a busca de novas fontes de financiamento, através da captação de recursos no exterior visando complementar o orçamento de investimentos do banco para suprir uma demanda maior de recursos, e a criação de um fundo de privatização, objetivando antecipar os recursos que seriam arrecadados com a venda das empresas estatais.

O processo de privatização desencadeado em janeiro de 1996, visto como solução para frear o aumento do déficit público, iniciou-se com a reestruturação do setor de distribuição de energia elétrica. Com essa perspectiva, o BNDES passou a adquirir ações ordinárias das distribuidoras estaduais, abaixo do valor patrimonial, tornando-se, em alguns casos, acionista majoritário de distribuidoras e influenciando em seu processo decisório. A título de adiantamento, o BNDES liberou cerca de um bilhão de reais para os governos estaduais que haviam decidido colocar à venda as ações de suas centrais distribuidoras de energia. Foi considerada por Mendonça de Barros “um grande passo para que se dê início à privatização da área de geração de energia”.



Em março, o setor elétrico, a das grandes geradoras de energia é gestado numa nova etapa da privatização. As estatais que se tornam alvo das privatização são: Furnas, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE) e Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL) e a da Light, distribuidora de eletricidade para boa parte do Sudeste, todas controladas pela *holding* do setor, as Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS). “Esse emaranhado de contatos, alianças e estratégias de apoio gravitando em torno de interesses políticos e econômicos é o que eu denomino *capitalismo de laços*” (Lazzarini, 2018, p. 4). Aqui pode-se presenciar, a designação capitalismo de laços pois é o BNDES a empresa que concede financiamento aos interessados em adquirir as distribuidoras estaduais. “Com isso, o consórcio liderado pela Electricité de France comprou 50% do capital da Light, em poder do governo, por 2,4 bilhões de reais, com 35% desse valor financiados pelo BNDES”. (CPDOC(8), sem data, online)

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), formula um pedido de liminar, colocando em dúvida as campanhas publicitárias de divulgação das reformas constitucionais relativas ao Programa Nacional de Desestatização (PND). Estas encabeçadas por Mendonça de Barros, o que o leva a prestar esclarecimentos a Justiça Federal. O pedido de liminar, afirmava que as campanhas publicitárias apenas cuidavam da promoção pessoal de agentes do governo, alegavam ainda o desrespeito a norma constitucional que as obrigava a ter caráter educativo e informativo. A resposta, a toda gravidade do problema levantado pela oposição, foi a suspensão da campanha publicitária das reformas e a ausência total de punições aos envolvidos.

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), aconteceu em abril de 1996. A mineradora era considerada a maior do mundo. Seu faturamento anual era superavitário, figurando como uma das principais e mais rentáveis companhias do país, além de ser um exemplo de gerenciamento estatal. A corretora inglesa Merrill Lynch ficou encarregada do estabelecimento do preço mínimo da CVRD. Mendonça de Barros, que havia se tornado o personagem do governo mais identificado com o programa de desestatização, na tentativa de conseguir partidários para o projeto de privatização da Companhia, afirmou que parte da receita conseguida com a venda poderia servir para assentamentos e desapropriações com vistas à reforma agrária nos Estados onde a Vale atuava. Insistia que a venda da Vale, deveria ocorrer em abril de 1997.

No entanto, o acordo só foi preterido em junho por um acordo entre os partidos governistas no Senado, de um substitutivo apresentado pelo Partido da Frente Liberal (PFL) aprovando a privatização. Nesse mesmo mês, Mendonça de Barros afirmou que até o fim de



1996 as empresas dos setores petroquímico e ferroviário e o Banco Meridional estariam completamente privatizados. Então, buscou mais afinidade para encaminhar o seu projeto na pessoa de José Pio Borges, seu vice na presidência do BNDES. Assim, demitiu a diretora de privatizações do BNDES, Elena Landau, extinguiu a diretoria e transferiu as negociações relativas à privatização para o vice-presidente. Desse modo, 31 portos em vários estados foram incluídos no programa de desestatização.

Em reunião estratégica com os secretários de Planejamento dos Estados, onde a Vale atuava, combinou que os recursos obtidos seriam repartidos na forma de investimento em infraestrutura para o desenvolvimento econômico, entre os governadores que apoiassem o programa de privatização. Como resultado o apoio dos governadores, ao programa de privatização da Vale, foi incondicional. Nesse interím, os Estados com maiores dificuldades financeiras, tiveram liberação de verbas do BNDES, como adiantamento de recursos a serem obtidos com as privatizações do setor elétrico, diante do fato a imprensa internacional se manifestou da seguinte forma:

Em setembro, o BNDES destinou 1,4 milhão de reais aos estados com maiores dificuldades financeiras, como adiantamento de recursos a serem obtidos com as privatizações do setor elétrico. Ao justificar a iniciativa, Mendonça de Barros declarou ao *Le Monde* que os métodos do governo federal em relação aos estados eram idênticos aos do Fundo Monetário Internacional (FMI) em relação ao Brasil, o que levou o jornal francês a associar a ajuda dada aos estados à barganha política visando à aprovação da emenda constitucional que autorizava a reeleição para cargos do Executivo. (CPDOC(8), sem data, online)

Ao ser descoberto, em outubro, uma nova jazida na Serra Pelada a Vale aviva suas ações de reintegração de posse. A decisão judicial, é concedida em dezembro, e a Vale recupera a região de Serra Pelada, de posse do direito de lavra, expulsa os garimpeiros que para lá haviam afluído por conta de sucessivas renovações do decreto que tornava a região “reserva garimpeira temporária”.

A Justiça condena, Mendonça de Barros a pagar o ISS devido de 1975 a 1978 pela empresa Difusão, de sua propriedade e em sociedade com Sérgio Mota, seu amigo de longa data, e Ministro das Comunicações de Fernando Henrique Cardoso.

O BNDES disponibiliza, em dezembro, uma série de documentos da Vale para os interessados em adquirir as ações do lote estratégico que seria posto à venda. Dentro desse contexto, nomes de tendências políticas e ideológicas, no intuito de combater a venda da estatal, formam um bloco suprapartidário com nomes como o do ex-presidente Itamar Franco, o ex-vice-presidente Aureliano Chaves, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) Barbosa Lima Sobrinho, e o ex-governador Leonel Brizola. A organização se deu no

campo político, e também em juízo com uma série de medidas visando a suspender o leilão, sob a alegação de que o valor, pelo qual esta havia sido avaliada, era muito baixo. Os questionamentos foram prontamente atendidos por Mendonça de Barros, que se dispôs a respondê-los.

No início de 1997, as ações da Vale são valorizadas em função da descoberta de novas jazidas de ouro e cobre na região de Carajás, somada às descobertas em Serra Pelada. Fator que acirra ainda mais a oposição à privatização, uma vez que, em tese, as riquezas minerais do subsolo seriam incluídas no patrimônio a ser privatizado – o que não era correto, pois tais riquezas pertencem à União. As privatizações, traziam um quadro alarmante de demissões de pessoal, e as críticas ao processo de desestatização só aumentavam.

As micro e pequenas empresas tiveram recursos disponibilizados pelo BNDES, na gestão de Mendonça de Barros, quebrando uma tradição do banco de financiar apenas grandes empreendimentos. Novas acusações vem à tona, em março de 1997, dessa vez em relação ao preço mínimo estabelecido pela Merrill Lynch, considerado como muito abaixo do patrimônio da empresa. Ocasão em que, reitera a informação de que as jazidas não poderiam ser incluídas no cálculo da Vale por serem propriedade da União, cabendo à empresa apenas a concessão de lavra. Em seguida, encontra-se com deputados da Assembleia Legislativa de Minas, para debater o processo de privatização da Vale, que concentrava o maior foco de oposição à venda, por ser o Estado onde companhia nasceu. O debate ficou marcado pelas vias de integrantes do grupo Reage Minas.

Com o objetivo de impedir a venda da estatal, várias ações começaram a ser impetradas na Justiça Federal que o responsabilizavam por atos lesivos a União durante o processo e outros que alegavam que o preço mínimo estipulado pela Merrill Lynch era parte de uma negociata armada para favorecer a empresa sul-africana Anglo American, associada ao grupo brasileiro Votorantim num dos dois consórcios interessados em arrematar as ações do lote estratégico da Vale no leilão marcado para 29 de abril na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

E mesmo sob a ameaça de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para averiguar as denúncias de sub faturamento na avaliação da estatal ficou decidido a venda ao preço mínimo de três bilhões de dólares 40% das ações da Vale pertencentes ao governo. Mesmo sob protesto da população nas proximidades da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e diante de um quadro desfavorável, Mendonça de Barros insistiu para a realização do leilão, temendo a desistência dos investidores estrangeiros.

Apesar das ações judiciais, espalhadas pelos estados onde a Vale funcionava, o STJ suspendeu o efeito das liminares que paralisavam a venda da Vale, tornando viável o leilão, que se realizou em 6 de maio de 1997. A vitória coube ao consórcio liderado pela CSN, o que desfez as suspeitas de que o processo de privatização da Vale fora arranjado para favorecer a Anglo American.

Viajou a Brasília, em julho, a fim de assistir ao julgamento do mérito de uma liminar, em ação direta de inconstitucionalidade. Essa liminar, obtida pelos partidos de oposição, suspendia os efeitos de uma medida provisória e alterava o dispositivo da Lei nº 8.031, do Programa Nacional de Desestatização (PND). A liminar, concedida pelo STF, mantinha o limite de 40% de participação estrangeira, o que afastava investidores potenciais nas futuras privatizações. Essa participação era, de 100% do capital estrangeiro nos leilões de privatização das estatais.

Ainda durante essa viagem à Brasília, anunciou mudança na política de crédito do BNDES, ampliando ainda mais o leque de financiamentos com atendimento a empresas proibidas de receber auxílio do banco (as indústrias de armamento, munição e tabaco). A privatização da Rede Ferroviária Federal é finalizada, com a venda dos 4.679 km da malha nordeste, último trecho sob controle do governo, sendo arrematado pelo consórcio liderado pela CSN.

A próxima privatização seriam as empresas do Sistema Telebrás, gestado antes do processo de privatização da Vale. Reportando-se diretamente ao Ministro das Comunicações, na pessoa de Sérgio Mota e com quem se alinhava nas intenções privatizantes. Entre os anos de 1995 e 1997 a agenda cumprida pelo governo foi extensa com os preparativos da modernização do setor para sua posterior privatização. Além disso, desde a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, o fechamento do acordo de serviços ficou condicionado à assinatura do Acordo Geral sobre Telecomunicações, consumada finalmente em 1997, depois do Fórum Econômico Mundial realizado em Davos, com o Brasil se comprometendo a promover a total abertura do setor, como desejavam a OMC e os Estados Unidos.

E, em 15 de agosto de 1995, a competição na prestação dos serviços é aprovada, com a Emenda Constitucional nº 8, que retira a exclusividade da concessão da exploração dos serviços públicos de telecomunicações a empresas sob o controle acionário estatal. Assim, iniciam-se às reformas estruturais do setor de telecomunicações brasileiro, em 1996, ocorre a inclusão do Sistema Telebrás no Programa Nacional de Desestatização (PND) e, em julho do mesmo ano, da Lei nº 9.295/1996 – Lei Mínima é aprovada. Em 16 de julho de 1997 foi

aprovada a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), definindo as linhas gerais do novo modelo de telecomunicações brasileiro.

Cria-se Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), baseado no padrão norte-americano. Pelas novas regras o BNDES, gestor do processo, em conjunto com empresas, empresas do Sistema Telebrás, com as atribuições de regular e fiscalizar a prestação de serviços das futuras operadoras, garantir os princípios de competição e alcançar os objetivos de universalização dos serviços básicos.

A Anatel, teria ainda, o poder de outorga para a prestação de serviços, e de fiscalização de cumprimento de contratos e concessões, aplicando multas, cassando e interditando as concessionárias. A Agência foi instalada em Brasília no dia 5 de novembro de 1997, composta por cinco conselheiros diretores nomeados pelo presidente da República, após sabatina no Senado Federal. Em 2 de abril de 1998 foi aprovado o Decreto-Lei nº 2.534, que definiu o Plano Geral de Outorgas, e em 15 de maio, com base Parágrafo Único do Artigo 18 da LGT, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o Decreto nº 2.591, acabando com as restrições à participação do capital estrangeiro na exploração dos serviços de telecomunicações.

O ministro Sérgio Mota é hospitalizado, em decorrência de complicações pulmonares, logo após a aprovação do Decreto-Lei nº 2.534, e Mendonça de Barros passou a comandar a transferência das empresas de telecomunicações para a iniciativa privada, no que era então considerado o maior projeto de privatização em curso no mundo, com previsão de movimentar 25 bilhões de dólares.

Sérgio Mota, falece no final de abril, e Mendonça de Barros deixa a presidência do BNDES, sendo nomeado Ministro das Comunicações. Em declaração sobre o novo cargo, Mendonça de Barros afirma ter assumido por se tratar de uma “herança de Sérgio Mota” e para preservar a pasta ameaçada de extinção após a privatização do Sistema Telebrás. O BNDES, com André Lara Resende na presidência e Pio Borges na vice-presidência, mantiveram o auxílio ao ministro das Comunicações, e foram essenciais para a continuidade da operacionalização da maior privatização feita pelo país.

A venda da Telebrás seria tão polêmica quanto a da Vale, e para se precaver das possíveis ações judiciais dos opositores, Mendonça de Barros reuniu-se com representantes da Advocacia Geral da União para tentar se preparar. Assim, anunciou a aprovação, pela Assembleia Geral Extraordinária, da divisão da Telebrás em 12 empresas, sendo três de telefonia fixa, oito de telefonia celular e uma de longa distância, a Embratel. O leilão ocorreu,

conforme o plano de outorgas e com o preço mínimo estabelecido pelo BNDES, conforme trecho abaixo:

O BNDES, assessorado por consultorias contratadas, estabeleceu os critérios de avaliação das empresas e o preço mínimo pelo qual iriam a leilão. Conforme o Plano de Outorgas, as 12 empresas foram então colocadas à venda. Pelo Edital MC/BNDES nº 01/98, publicado no *Diário Oficial da União* em 19 de junho de 1998, foi ofertada a alienação de 19,26% das ações ordinárias e de 2,18% das ações preferenciais das empresas. O edital determinava que as ações ordinárias, correspondendo a 51,79% do capital votante de cada empresa, iriam a leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, e que as ações preferenciais seriam reservadas para oferta aos empregados. Em outro item do edital foi limitada a participação dos fundos de pensão em 25% das ações ordinárias, e foi ainda estabelecido, como valor total de aquisição de todo o Sistema Telebrás, o preço mínimo de 13,47 bilhões de reais. (CPDOC(8), sem data, online)

A oposição argumentava que estudos extraoficiais estimavam um valor a Telebrás muito maior do que a avaliação do BNDES. Mendonça de Barros defendeu os números do governo, dizendo que a oposição considerava em seu cálculo a manutenção do monopólio o que de fato não aconteceria em função da cisão da empresa. Além disso, o governo apostava na existência de competição no mercado das telecomunicações, sendo os novos concessionários investidores com metas a cumprir. A participação do capital do nacional, definido pelo governo, receberia além do parcelamento, oferecido pelo Tesouro Nacional, o apoio do BNDES sob a forma de subscrição de debêntures conversíveis.

Em virtude das incertezas, de âmbito nacional e internacional, o governo em conjunto com o BNDES, passaram a infundir confiança em potenciais investidores. Na tentativa de ganhar credibilidade mostrando o quão promissor era o mercado brasileiro e que a montagem da operação de venda tinha sido cuidadosa. Essa convicção levou a Europa e aos Estados Unidos, Mendonça de Barros a fim de tentar atrair investidores estrangeiros para o leilão de venda da empresa, marcado para meados de julho.

Sob a alegação de que os opositores políticos do PSDB e candidatos a presidente e a vice da coligação entre Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) nas eleições de outubro daquele ano em suas declarações de que anulariam o leilão, devolvendo ao Estado o controle da Telebrás. Com o acirramento da campanha eleitoral, a oposição acusou Mendonça de Barros de usar os recursos do programa de privatização na campanha de reeleição de Fernando Henrique. Em resposta, o ministro afirmou que a “oposição é incapaz de compreender raciocínios sofisticados”, referindo-se à complexidade dos processos econômicos envolvendo a privatização das estatais. Diante da troca de acusações por conta da proximidade das eleições ambos trocaram alfinetadas sendo que de um

lado o Ministro era acusado de usar o dinheiro do programa de privatização na campanha de reeleição de Fernando Henrique Cardoso

O leilão foi garantido pela Advocacia Geral da União que coordenou a estratégia do governo para a derrubada de liminares, e em 29 de julho de 1998, acontece na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, situada na Praça XV. Para garantir o escárnio bloquearam o acesso da população as imediações, isolando-as com barreiras e forças militares. E na fatídica manhã do dia 29 houveram confrontos entre manifestantes e policiais, o que não impediu a privatização da Telebrás, que aconteceu em menos de quatro horas e por 12 leilões consecutivos<sup>91</sup>.

A reeleição de Fernando Henrique Cardoso, elevaria o nome de Mendonça de Barros ao Ministério do Desenvolvimento ou da Produção, porém seu prestígio foi seriamente abalado pela divulgação de fitas gravadas a partir de escuta clandestina instalada na linha telefônica da presidência do BNDES. Foram registradas as conversas com André Lara Resende, então presidente do banco, e outros diretores, sobre o processo de privatização das “teles”. Essas gravações fizeram nascer a suspeita de que o ministro e o presidente do BNDES teriam procurado beneficiar Pêrsio Arida, amigo dos dois, também ex-presidente do BNDES (1993-1994) e do Banco Central (1995) e sócio do Banco Opportunity, que participara de consórcios para a aquisição de empresas de telefonia.

O Ministério Público indicia, Mendonça de Barros, por improbidade administrativa. Também o grupo La Fonte, o processou por que havia participado da concorrência, e foi acusado pela instalação do “grampo” no telefone do BNDES. Demite-se, no fim de novembro de 1998, do Ministério das Comunicações, enquanto André Lara Resende deixava a presidência do BNDES. Os pedidos evitaaram um desgaste do início do segundo mandato da presidência da república. Ambos foram absolvidos das acusações e tiveram seus processos arquivados. No entanto, o processo continuaria tramitando na Justiça Federal.

Em agosto de 2000 Mendonça de Barros, fora da vida pública, centra para o mercado editorial eletônico através do site Primeira Leitura em sociedade com o jornalista Reinaldo Azevedo, publicando mensalmente a revista até 2006. Fundou a MBG & Associados, em 2001, oferecendo cursos profissionalizantes a distância, em parceria com seu irmão José Roberto Mendonça de Barros e Lídia Goldeinstein.

---

<sup>91</sup> A União vendeu o controle do Sistema Telebrás por 22,06 bilhões de reais, correspondentes à época a 18,9 bilhões de dólares, obtendo um ágio de 63,76% em relação ao preço mínimo de 13,47 bilhões de reais estabelecido pelo BNDES e pelas consultorias contratadas. (CPDOC(8), sem data, online)

Em abril do mesmo ano fundou a Quest Investimentos, gestora independente de recursos financeiros, tornando-se responsável pela estratégia macroeconômica dos fundos da empresa. Em 2003 voltou a escrever para o jornal *Folha de S. Paulo* e no ano seguinte deixou a editora Primeira Leitura. Ainda ligado ao PSDB, em 2006 auxiliou as campanhas de Geraldo Alckmin, para presidência da República, e de José Serra, para o governo de São Paulo.

E em 4 de março de 2009, encerra-se com a Justiça Federal as acusações de condução ilegal da privatização da Telebrás, por sentença dada pelo juiz titular da 17ª Vara Federal de Brasília, Moacir Ferreira Ramos a Luís Carlos Mendonça de Barros, André Lara Resende e outros. A decisão se baseou em parecer do TCU, que comprovou não ter havido favorecimento. Além da coluna quinzenal no jornal *Folha de São Paulo*, passou a apresentar também pautas no noticiário de economia na Rádio *BandNews FM*.

Casou-se com Vitória Maria Nitio<sup>92</sup> Cardoso Mendonça de Barros, com quem teve três filhos.

### 3.12 - 25º PRESIDENTE BNDES: ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE (1951)



André Pinheiro de Lara Resende nasceu no Rio de Janeiro, em 24 de abril de 1951, filho do jornalista e escritor Oto Lara Resende<sup>93</sup> e de Helena Pinheiro Guimarães<sup>94</sup>. É nesse

---

<sup>92</sup> Filha de Adriano Ribeiro Cardoso de Aveiro, Portugal (Nome de praça na Vila Santa Maria em São Paulo) e Orsolina Niglio Cardoso. No site o nome de solteira da Vitória consta como Nitio, e de sua mãe Orsolina Niglio quero crer tratar-se de um erro de digitação. (DOSP, 1966)

<sup>93</sup> Seu pai, Otto Lara Resende (1979-1992), foi um proeminente jornalista e um dos fundadores da Rede Globo. Fez a cobertura diária da Constituinte. Em seguida passou a cobertura diária dos eventos parlamentares e a reportagem da política nacional. Ao término dos trabalhos constituintes, tornou-se repórter do Senado, redigindo crônicas com os perfis políticos dos membros daquela casa. Procurador do estado do Rio de Janeiro. (Frazão, 2018)

<sup>94</sup> Sua mãe era filha de Israel Pinheiro, um revolucionário de 1930, constituinte de 1946, deputado federal por Minas Gerais entre 1946 e 1956, ajudou a construir Brasília, sendo o seu primeiro prefeito do Distrito Federal de 1960 a 1961, foi também governador de Minas Gerais de 1966-1971. Seu tio materno, Israel Pinheiro Filho, foi deputado federal por Minas Gerais entre 1967 e 1971. (Arimos, 2004)



ambiente, de união de famílias que agregam capitais que a trajetória de Lara Resende começa a se desenvolver. (CPDOC(3), sem data, online)

Formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 1973, e em 1975 fez o mestrado em economia na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). E, o título de PHD veio dos Estados Unidos, em 1979, onde cursou economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Retornando ao Brasil, ainda em 1979 até 1988, é professor no Departamento de Economia da PUC-Rio. Paralelamente, torna-se sócio e diretor administrativo do Banco de Investimentos Garantia, atividade que exerce de 1980 até 1985. Foi também diretor externo da Companhia Ferro Brasileiro em dois períodos de 1984 a 1985, e depois entre 1987 e 1990.

A parceria com Pêrsio Arida data do período da graduação, colegas de turma e autores na intervenção quanto a proposta de um pacto social, que ganha espaço na década de 1980, momento em que discutem o processo de transição do regime militar para a democracia. Em Minas Gerais, Tancredo Neves, articula-se para ser o candidato da oposição à presidência da República, na sucessão do general João Batista Figueiredo. Nessa época, em conjunto com Arida, escrevem um artigo, intitulado: “Inertial inflation and monetary reform in Brazil”, publicado em 1985 na coletânea organizada por J. Williamson, *Inflation and indexation: Argentina, Brazil and Israel* (Boston, MIT Press).

Esse artigo, aborda a crise inflacionária vivida no país, apontando a solução para uma moeda indexada - a OTN (Obrigação do Tesouro Nacional). Esse plano ficou conhecido como “Larida” da junção dos sobrenomes de seus autores.

Integrou o Conselho de Administração do Banco Central responsável pelas questões da dívida pública e ao mercado aberto, e junto com outros economistas (Bacha e Arida), que também presidiram o BNDES, ajudou na elaboração do Plano Cruzado, durante o governo do presidente José Sarney (1985-1990)<sup>95</sup>

Na área privada, após a elaboração do Plano Cruzado, atua como diretor do Banco Garantia em 1987 e 1988. Em 1987 até 1989, foi contratado como diretor externo das Lojas Americanas. Em 1989, tornou-se diretor executivo, no *holding* do grupo Moreira Salles, a Brasil Warrant Administração de Bens. Na União de Bancos Brasileiros – UNIBANCO, foi membro do conselho diretor e vice-presidente executivo. A partir de 1990 a 1997 ocupou o conselho consultivo do The Capital Group, sediada em Los Angeles, Estados Unidos.

---

<sup>95</sup>Por serem ambos, presidente do BNDES, na linha sucessória, esse episódio, que compõem suas trajetórias, consta mais detalhado no perfil de Arida.

Em 1993, volta ao setor público, como negociador-chefe da dívida externa, no governo do presidente Itamar Franco (1992-1994). Funda o Banco Matrix, tendo como um dos sócios Luís Carlos Mendonça de Barros e mais três, do qual se tornou sócio-diretor. Atuando basicamente nos mercados de renda fixa e câmbio, e na administração de recursos de terceiros, inclusive do exterior, para aplicação no Brasil. No ano de 1995, veio a ser o banco de maior rentabilidade do país e, conforme já explicitamos no perfil de Mendonça de Barros muitas incógnitas envolveram o Matrix.

Com a posse de Fernando Henrique Cardoso (PDSB), a presidência da República, Lara Resende, assume o cargo de assessor especial da Presidência, integrante da equipe econômica implementou o Plano Real <sup>96</sup>(conforme consta perfil de Mendonça de Barros)

Em abril de 1998, assumiu a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), substituindo Luís Carlos Mendonça de Barros, seu sócio no Banco Matrix, que fora designado para ocupar a pasta das Comunicações. Permaneceu apenas sete meses no cargo, renunciando em função de denúncias, que também derrubaram Luís Carlos Mendonça de Barros da chefia do ministério.

Continua após desfecho das denúncias na iniciativa privada, como consultor, de 2000 a 2006, foi membro do Conselho Consultivo das Faculdades IBMEC, de 2001 a 2007 consultor de investimentos e membro do Conselho dos Fundos de Investimentos da Clarita Investments Inc., e a partir de 2002, membro do Conselho de Administração da Gerdau S. A. e da Metalúrgica Gerdau S. A. Entre 2002 e 2003, foi também pesquisador visitante da St. Antony's College, da Universidade de Oxford, na Inglaterra. Recebe em agosto de 2006, o prêmio “Economista do Ano” pela Ordem dos Economistas do Brasil.

Membro do Conselho Consultivo da Fundação Israel Pinheiro (FIP), que leva o nome do seu avô materno, tornando-se sócio-diretor da Lanx Capital Investimentos, membro do Conselho de Administração da RB Capital, a partir de 2008, e membro associado do Instituto de Estudos de Política Econômica – Casa das Garças, instituição criada em 2003 e que reúne economistas e pesquisadores ligados ao PSDB.

Em 1995 a 2002 passou a integrar o Conselho Consultivo Internacional do Itaú Unibanco, presidido por Pedro Malan, ex-ministro da Fazenda dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso.

Casou-se com a fotógrafa Cláudia Jaguaribe, filha do sociólogo Hélio Jaguaribe. (Mariana Lara Resende, Pedro Jaguaribe)

---

<sup>96</sup> As trajetórias se cruzam novamente e o perfil de Mendonça de Barros já abordam esse episódio.

### 3.13 - 26º PRESIDENTE BNDES: JOSÉ PIO BORGES DE CASTRO FILHO (1948)



José Pio Borges de Castro Filho nasceu no Rio de Janeiro, no dia 31 de janeiro de 1948. Seu pai José Pio Borges de Castro<sup>97</sup> foi professor de geometria analítica e sua mãe chamava-se Circe de Carvalho Pio Borges. (CPDOC, sem data, online)

Em 1970, conclui pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) sua graduação em Engenharia Mecânica. Em 1971, na mesma universidade, cursou o mestrado em engenharia industrial, com especialização em finanças. Sua história com o BNDE tem início no mesmo ano em que conclui sua graduação, sendo contratado como engenheiro no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). De 1974 a 1975 licenciou-se do BNDE e exerceu as funções de auditor interno e analista financeiro da IBM do Brasil Ltda.

De 1976 a 1977, volta ao banco como assessor da direção. De 1977 a 1979, gerencia o Departamento de Indústrias Químicas e é superintendente da subsidiária BNDE Participações. Entre 1979 e 1982, afasta-se para cursar a New School for Social Research, em Nova Iorque obtendo o título de Master of Arts and PhD Candidate – Economics.

No seu retorno, chefiou o Departamento de Indústrias Químicas, nos anos de 1982 a 1985 e participou dos conselhos de administração da Riocell S.A.<sup>98</sup> e da Cia. Guatapará de Papel e Celulose (atual VCP). Entre 1985 e 1990, o banco passa a incorporar o ‘S’ de

---

<sup>97</sup> Seu pai foi Engenheiro e Militar, Professor Catedrático de Geometria Analítica e Cálculo Diferencial e Integral da Escola Militar. Bacharel em Matemática e Ciências Físicas. Presidente da Comissão de Salário Mínimo da 13a Região, Membro e Secretário do Conselho de Economia e Finanças do Estado do Rio de Janeiro. Engenheiro-chefe da Seção de Terraplanagem e Construção em Niterói (1913/1914) e Engenheiro do serviço de arrazamento do morro do Castelo (RJ). Projetou e construiu a muralha de perfil cicloidal do cais da Glória. Duas vezes Secretário de Agricultura e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro. Presidente da comissão de concorrência para construção do porto do Ceará. (Sá, 2013)

<sup>98</sup>Disponível em: < <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/pessoa/jose-pio-borges-de-castro-139768> >. Acesso em: 15/06/2019

‘Social’, e novamente afastado das suas funções no banco, destaca-se no setor privado: como presidente da Pronor Petroquímica S.A., dirigente do BBM–Banco da Bahia Investimentos S.A., assim como torna-se membro dos conselhos de administração da Engepack Embalagens S.A. e da Yokogawa Latinamerica S.A.

Em 1990, assumiu a vice-presidência do BNDES, na gestão de Eduardo Modiano, no governo Fernando Collor de Melo (1990-1992). Realizando a privatização das seguintes companhias: BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A., da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), Companhia Petroquímica do Sul (COPEsul), Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS) e da Rede Ferroviária Federal S.A. Na época, representou o banco na comissão diretora do Programa Nacional de Desestatização (PND) e participou dos conselhos de administração, de modo a cumprir com todos os objetivos e cronogramas do programa.

Entre 1992 e 1995, foi presidente da Companhia de Seguros da Bahia, diretor da Petroquímica da Bahia S.A, membro dos conselhos de administração da Nitrocarbono S.A., da Policarbonatos do Brasil S.A., da Engepack Embalagens S.A., e presidente da Yokogawa Latinamérica S.A.

Retorna ao BNDES como vice-presidente na gestão de Luís Carlos Mendonça de Barros, (que deixa a presidência do banco para assumir o Ministério das Comunicações, no lugar de Sérgio Motta, que falecera) dando continuidade ao processo de privatização do sistema Telebrás. Foi vice-presidente também, na gestão de André Lara Resende, participando dos conselhos de administração da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), do Grupo Consultivo da Concorrência do Ministério da Justiça, e do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores, Aracruz Celulose S.A. e da Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. (TELEMAR).

Em 1999, Pio Borges encerra sua permanência no banco por sentir reverberar em seu trabalho as demissões de seus próximos (Mendonça e Resende) no caso, já citado em seus perfis, das denúncias de favorecimento no processo de privatização do Sistema Telebrás.

De 1999 e 2002 dirige o Banco Liberal S.A. e o Bank of América. Participou do conselho de administração da Companhia Vale do Rio Doce (VALEPAR S.A.) e dos conselhos consultivos do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e do Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social. Em seguida, foi diretor da Violy, Byorum & Co., e participou dos conselhos consultivos do Banco Calyon (Crédit Agricole - Crédit Lyonnais) e do Banco Privado Português. Tornou-se sócio gerente

da RJX Investimento Ltda., vice-presidente executivo do CEBRI e membro do conselho de administração da RB Capital.

Acusado em dois momentos dos processos de privatização o primeiro refere-se ao caso da Telemar de uso do dinheiro público do BNDES, André Lara Resende, para impulsionar o consórcio permitindo o repasse de dinheiro após o leilão às empresas que o integravam: a Andrade Gutierrez, a Macal Investimento e Participações e a Inepar Indústria e Construções. Em 4 de março de 2009, Pio Borges, junto com os demais acusados, foi absolvido pela Justiça Federal, por sentença dada pelo juiz titular da 17ª Vara Federal de Brasília, Moacir Ferreira Ramos.

Num segundo momento, durante o processo de privatização da Vale do Rio Doce, é acusado de favorecimento da Valecom, consórcio do qual participavam a Anglo American e o Banco Safra, ambos acionistas da Aracruz Celulose, do qual era membro do conselho de administração conselho de administração desde novembro de 1996. Foi convocado pelo Senado, seu depoimento foi tomado, depois de sucessivos adiamentos e os procedimentos foram encerrados.

Casou-se com Nancy de Pio Borges, no período em que estudou nos EUA e onde a conheceu.

### **3.14 - 27º PRESIDENTE BNDES: ANDREA SANDRO CALABI (1945)**



Andrea Sandro Calabi nasceu em São Paulo no dia 18 de setembro de 1945, filho do imigrante italiano Fábio Calabi e de Amélia Dinepi Calabi mãe veio da Itália na década de 1930 fugindo da perseguição aos judeus. (Burlamaqui (1), sem data, online)

Economista graduado, em 1970, pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP). De 1971 a 1991 exerceu a função de docente na mesma Universidade que o formou. Em 1972 fez mestrado em economia no Instituto de

Pesquisas Econômicas (IPE) da USP e nos Estados Unidos, obteve o *Master of Arts* na Universidade de Berkeley, Califórnia, em 1975.

De 1976 a 1991, tornou-se professor do IPE-USP, e como pesquisador, até o ano de 1982, da Fundação de Pesquisas Econômicas (FIPE) da USP, ano em que obteve o *Philosophy Doctor* (Ph.D) em economia, também em Berkeley. Nessa ocasião, foi aluno de Albert Fishlow, que em 1960 chefiou uma equipe de consultores no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizando estudos sobre o desenvolvimento econômico e social de longo prazo nos países em desenvolvimento, quando da sua estada no Brasil.

Entre 1983 e 1985 presidiu a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado de São Paulo e foi assessor do governador Franco Montoro (1983-1987). Compartilhava a tese, de que o aperto monetário e o ajuste fiscal não eram suficientes para combater a inflação, sendo necessário buscar o equilíbrio das contas públicas com o grupo novos economistas paulistas, dentre os quais constavam nomes como o de José Serra, Luciano Coutinho, Marcos Fonseca, André Franco Montoro Filho. Esse grupo chegou ao poder, no governo José Sarney (1985-1990), com a ida de João Sayad para Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) em 1985.

Calabi assumiu os cargos de secretário-geral da Seplan e presidente do IPEA, a convite de Sayad. Buscando recuperar a função institucional do órgão, e produzir pesquisas, principalmente na área de planejamento.

Em 1986, foi criada a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Fazenda e à Seplan, e encarregada da administração financeira e da auditoria dos gastos do governo. Calabi compõe o quadro da Seplan, como primeiro-secretário com a tarefa de implementar um sistema de execução financeira do orçamento do governo federal, até 1988. Dedicou-se à prestação de consultoria para empresas privadas na área de reestruturação e planejamento, tendo sido sócio-diretor da Consultoria e Empreendimentos Industriais (CONSEMP) até 1994.

Integra a equipe ministerial no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando José Serra é Ministro de Planejamento e Orçamento em janeiro de 1995. Ocupou os cargos de secretário-executivo desse ministério e de presidente do IPEA, e participou do conselho administrativo do Banco do Brasil de 1995 a 1996.

Aproximou-se de nomes como André Lara Resende, então presidente do BNDES, e Luís Carlos Mendonça de Barros, ministro das Comunicações no auge dos propósitos de privatização. Retorna à iniciativa privada em 1996, dedicando-se a reuniões com empresários na sede de sua consultoria buscando difundir a importância dessas medidas.

Em janeiro de 1999, assume a presidência do Banco do Brasil, indicado por José Serra, no início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em substituição a Paulo César Ximenes. Em seu discurso de posse, ressaltou que daria continuidade à reestruturação e ao fortalecimento do Banco do Brasil.

Assume o BNDES, novamente indicado por José Serra, no período que vai de julho de 1999 até fevereiro de 2000. Em sua gestão, aponta para a necessidade de alavancar o papel de financiador do banco. Desse modo, adota como objetivo principal o incentivo às exportações e a criação de condições no setor produtivo para esse aumento. Estabeleceu como diretriz atuar na reestruturação de importantes setores industriais, tais como o petroquímico, a siderurgia e a mineração, incentivando a formação de conglomerados nacionais e procurando impedir que fossem controlados por capitais estrangeiros. O que não evitou a concessão de empréstimos à Ford, oriundos do BNDES. Esses recursos promoveram a abertura de uma fábrica na Bahia, e à norte-americana AES, usou o crédito para comprar a Companhia Energética de São Paulo (CESP-Tietê).

Em 2002 participou da campanha de José Serra para a presidência da República, enquanto atuava como membro do conselho de administração da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

De 2003 a 2005, assumiu a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, na gestão Geraldo Alckmin. Durante sua gestão, aprovou o projeto das Parcerias Público-Privadas no estado de São Paulo, na expectativa de o Estado assumir o papel de regulador e indutor do capital privado, trazendo assim investimento privado e ao mesmo tempo reduzindo os recursos públicos.

Foi ainda membro dos conselhos administrativos da Cyrela Brazil Realty, da FIPE – USP, da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) da USP, do Fundo Social de Solidariedade do Governo do Estado de São Paulo (Fussp), da Caixa Econômica Federal, da Telecom Itália e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

No ano de 2009 passou a compor o quadro docente da Fundação Getúlio Vargas.

Teve duas filhas e casou-se com Marta Grostein, mãe do apresentador global Luciano Huck.

### **3.15 - 28º PRESIDENTE BNDES: FRANÇOIS ROBERT ANDRÉ GROS (1942-2010)**





François Robert André Gros nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 21 de abril de 1942, é filho de André Gros, representante da França na Corte Internacional de Haia, e de Dulce Simões Correia, teve seu nome abreviado para Francisco Gros (Lopes; Moraes, sem data, online)

Recebeu sua educação nos Estados Unidos, formando-se em economia na Universidade de Princeton, fez sua pós-graduação na Universidade de Colúmbia, onde apresentou a dissertação Investimentos estrangeiros no Brasil. Em 1967, começa sua carreira profissional no grupo financeiro Metropolitana, em São Paulo.

Em 1972, voltou aos Estados Unidos, trabalhando na área internacional da Kideer, Peabody and Co. Inc., uma das mais influentes corretoras na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Em 1975, é convidado por Ronaldo César Coelho para assumir uma das diretorias do Grupo Multiplic, no Rio de Janeiro. Em 1977, assume o cargo de superintendente de empresas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A frente da Comissão estreitou laços com Mário Henrique Simonsen e Marcílio Marques Moreira, o primeiro ex-ministro do Planejamento e à época vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia Bozano Simonsen e, o segundo diplomata, primeiro-secretário do Ministério das Relações Exteriores.

De 1981 a 1985, ocupa o cargo de diretor-executivo do Unibanco, na área de lançamento de ações. Assumiu, ainda, a diretoria de mercado de capitais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com dois meses no cargo, obteve êxito na venda de ações da Petrobras, que estavam em propriedade do banco. Supervisionou os processos de privatização das empresas Nova América e Mafersa. Durante sua permanência no BNDES, aproximou-se de Dílson Funaro, então presidente da instituição. Quando Funaro deixa o BNDES e assume o Ministério da Fazenda, o convida para presidir o Banco Central, em 1987.

Assume o cargo, com a expectativa do mercado sobre as altas taxas de juros. Anuncia em sua posse, o combate ao que chamou de “escalada desenfreada e especulativa das taxas de

juros”, sem especificar as medidas a serem tomadas, apenas descarta o tabelamento<sup>99</sup>. Ocasão em que defende o estabelecimento de regras de gestão monetária transparentes e estáveis.

Viajou para Miami, iniciando as discussões sobre a moratória<sup>100</sup> brasileira, sendo um dos integrantes da assembleia no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Havia uma ameaça de credores tanto de impedimento as linhas de crédito a curto prazo quanto de ações judiciais que afetando o comércio exterior brasileiro, caso o Brasil insistisse na moratória. Em seguida, viajou a Washington com o ministro da Fazenda, para renegociar os termos do pagamento da dívida com o comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), dois meses depois da reunião em Miami. Em Nova Iorque, reuniu-se com o comitê dos bancos credores e com representantes das agências de bancos brasileiros no exterior, sua proposta era de dissolução da unicidade da representação dos credores em torno de um único comitê e a formação de um bloco de bancos de encaminhamento de negociações distintas, para solução de problemas específicos dos pequenos credores e de bancos sujeitos à legislação ou interesses diversos.

Ainda em abril de 1987, Dílson Funaro deixou a pasta da Fazenda, sendo substituído por Luís Carlos Bresser Pereira. No mês seguinte, Gros demitiu-se do Banco Central, defendendo a criação de uma instituição independente e estável - que não fosse mera extensão do Ministério da Fazenda, eliminando com isso a possibilidade de presidente e diretores serem indicados diretamente pelo presidente da República e referendados pelo Senado.

No entanto, é indicado presidente do BNDES, por Márcio Fortes. O conselho administrativo da Aracruz Celulose, o indica para ocupar a presidência da empresa de capital nacional — privado e estatal — e estrangeiro, localizada no Espírito Santo. No período presidiu a Aracruz Celulose, negociou a venda de ações da empresa que estavam sob o poder do BNDES ampliando o controle acionário ao setor privado.

Em palestra no Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros, mostrou-se favorável a um aumento da carga tributária declarando que a dívida externa brasileira e a redistribuição de renda eram problemas mais graves do que o déficit público. Segundo ele, os custos de financiamento da dívida pública do governo era o principal item do déficit sendo preciso reduzi-lo juntamente com os investimentos do governo.

---

<sup>99</sup> Medida adotada na época para indexação da inflação.

<sup>100</sup> Moratória é um ato extremo no qual o país se declara incapaz de pagar sua dívida externa e está previsto no código do direito internacional. Foi anunciada em cadeia nacional a suspensão unilateral do pagamento dos juros da dívida externa, pelo presidente José Sarney em 20 de fevereiro de 1987, pedindo posteriormente ajuda ao FMI devido ao boicote de investimentos proposta por empresários ao país. (Veja, 2017)

De 1989 a 1991 é sócio e presidente do BFC Banco S.A., e é indicado por Marcílio Marques Moreira, ministro da Economia do governo de Fernando Collor de Melo, novamente, a presidência do Banco Central. Seu nome foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, apesar da resistência de alguns parlamentares devido a sua condição de sócio e presidente no BFC, e sendo a instituição especializada em operações financeiras. Comprometendo-se com a manutenção das linhas mestras da negociação da dívida externa da equipe econômica anterior. Também com a política monetária de controle rígido da expansão da moeda e dos gastos públicos, e a manutenção dos altos níveis das taxas de juros evitando o crescimento da inflação. E uma política de taxas de câmbio flutuantes determinadas pelo mercado.

Ao assumir enfatizou a defesa da independência da instituição e a redução de atribuições, que deveriam ser limitadas à fiscalização da moeda, do crédito e do câmbio, conforme o modelo norte-americano.

Em sua gestão, resistiu à pressão de políticos nordestinos para a reabertura de bancos estaduais liquidados pelo Banco Central na gestão anterior. Conduziu as negociações que levaram aos acordos com o Clube de Paris e com o , durante o ano de 1992. Com a missão de melhorar as relações entre Brasil e Japão, foi a Tóquio, por conta do atraso no pagamento dos serviços das dívidas contraídas junto a instituições japonesas.

Propôs reformas estruturais, para aumentar o nível de competitividade da economia brasileira. Defendeu uma reforma fiscal para ampliação da base tributária, alteração da ênfase em impostos regressivos e uma reforma orçamentária que desvinculasse gastos, dando maior margem de manobra para os governos. Justificou as medidas de redução da oferta de crédito do sistema financeiro impostas pelo Banco Central como forma de conter o consumo, incentivar a poupança nacional e garantir o financiamento do governo.

Em julho de 1992, sua relação com o governo ficou estremecida em função de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigava a participação de Paulo César Farias, tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor de Melo, no esquema de corrupção e tráfico de influência no governo. Por essa razão, Gros sentiu-se pressionado a investigar a vida bancária de alguns empresários e parlamentares, principalmente dos próprios integrantes da comissão. Chegando a ameaçar um pedido de demissão, caso houvesse liberação de recursos entre os parlamentares para bloquear a abertura do processo de impeachment de Collor.

Como o processo de impeachment foi avante, em 30 de setembro pela Câmara dos Deputados, Gros entregou, no dia seguinte, sua carta de demissão ao ministro Marcílio

Marques Moreira. Porém, Itamar Franco o manteve no cargo até a nomeação de uma nova equipe econômica. Mas o ataque do governo a política monetária do Banco Central, o fez reiterar seu pedido de demissão. Antes de deixar o cargo enviou a Lázaro Barbosa, Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, uma carta denunciando irregularidades encontradas pelo Banco Central na liberação de indenizações por perda de safra, determinadas pela Comissão Especial de Recursos (CER) do Programa de Garantia de Atividades Agropecuárias (Proagro). Deixa o Banco Central, somente em novembro, sendo substituído por Gustavo Loiola.

Em novembro de 1993, em Nova Iorque, assume o cargo de diretor-executivo do banco norte-americano Morgan Stanley & Co. Inc., ficando responsável pela área da América Latina.

Em dezembro de 1995, o BFC é liquidado pelo Banco Central, do qual fora sócio e presidente. Em outubro de 1996, como garantia de pagamento cobrindo parte dos prejuízos dos credores do banco, a Justiça do Rio de Janeiro acolheu pedido do Banco Central, encaminhado pelo Ministério Público, que determinou o arresto dos bens dos sócios e administradores do BFC. Retorna ao Brasil em maio de 1997, por decisão do Morgan Stanley, pois a instituição estava interessada nas privatizações de empresas estatais.

Em fevereiro de 2000, assumiu a presidência do BNDES, nesse período, foi membro titular da Câmara de Gestão da Crise de Energia e responsável pelo Comitê de Revitalização do Setor Elétrico. Favorável a abertura da economia brasileira e as privatizações, defendia que a área social do Banco não operasse com recursos a fundo perdido, levando-se em conta que a instituição trabalhava com recursos do PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Determinou que a área de operações suspendesse o repasse do financiamento das reformas nas instalações do Jockey Club Brasileiro, por conta de denúncias de que esse repasse era realizado pelo Unibanco, que era um dos seus agentes financeiros, com dinheiro do BNDES. Deixa o cargo em 31 de dezembro de 2001, assumindo no mês seguinte a presidência da Petrobras.

Na direção da estatal, introduz regras de governança corporativa, pois considerava o tema de grande importância nacional e internacional, ainda mais com os escândalos de maquiagem dos resultados de grandes corporações norte-americanas como a Enron e a WorldCom. Considerava a transparência um fator decisivo na gestão das companhias, para a avaliação das empresas dentro do mercado investidor. Deixa o cargo em 31 de dezembro de 2002.

Em maio de 2003 assumiu os cargos de diretor-presidente e membro dos Conselhos de Administração da Fosfertil e da Ultrafertil. Foi presidente do Conselho de Administração da Lojas Renner, membro dos Conselhos de Administração da Globex Utilidades S.A., Ocean Wilsons Ltda., Energias do Brasil S.A. e Amcham - Câmara Americana de Comércio. Membro, inclusive, dos Conselhos Consultivos da Air Liquide do Brasil Ltda., Scania Latin America Ltda., Banco Financia S.A., Brazilian American Chamber of Commerce (New York), The Americas Society Inc. (New York) e The Nature Conservancy. Foi membro do Conselho de Administração da OGX, empresa de petróleo e gás do grupo EBX, de Eike Batista.

Faleceu em São Paulo no dia 20 de maio de 2010, vítima de um câncer no cérebro.

“Em nota, Luciano Coutinho, presidente do BNDES, lamentou a morte do economista. “É com profundo pesar que recebo a notícia do falecimento de Francisco Gros, que conheci através do saudoso ministro Dilson Funaro e a quem aprendi a admirar como pessoa e como profissional, que prestou relevantes serviços ao País, no setor público e no setor privado”. (Época, 2010)

Foi casado com Sandra Mattman, com quem teve três filhos. (Alexandra Mattman Gros, Francisco Gros e mais um)

### 3.16 - 29º PRESIDENTE BNDES: ELIAZER DE CARVALHO FILHO (1957)



Eleazar de Carvalho Filho nasceu em São Paulo no dia 26 de julho de 1957, filho do maestro Eleazar de Carvalho<sup>101</sup> e da compositora, pianista e escritora Jocy de

---

<sup>101</sup> Seu pai, um cearense de Iguatu, nascido em 1912, recebeu seus primeiros ensinamentos musicais na marinha onde pertenceu a banda dos fuzileiros Navais, aperfeiçoou seu conhecimento na Universidade dos Estados Unidos onde por cinco foi o único brasileiro a ocupar o cargo de regente titular e diretor artístico de instituições orquestrais norte americanas. Compôs duas óperas “O Descobrimento do Brasil” e “Tiradentes”. No Brasil foi diretor artístico e regente titular da Orquestra Sinfônica Brasileira, Sinfônica Municipal de São Paulo, Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), Sinfônica de Recife, Sinfônica da Paraíba, e diretor artístico e regente titular da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. (Instituto Idear. Prefeitura de Maracanaú, sem data, online)

Oliveira<sup>102</sup>. Graduado em economia, no ano de 1979, pela Universidade de Nova York. Em 1981, obteve título de mestre em relações internacionais pela Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, Maryland. Em 1998 fez MBA em *Corporate Financial Management* pela Harvard Business School, em Cambridge, Massachusetts. (Burlamaqui, sem data, online)

No Brasil, no ano de 1981, tornou-se assessor do Banco Citibank/Crefisul de Investimento assumindo, posteriormente o cargo de diretor-adjunto da área internacional, até 1983. Ocupou diversos cargos na Alcoa Alumínio S.A. primeiro como diretor da área financeira e, em seguida, como vice-presidente do Instituto Cultural da Alcoa e superintendente da Alcoa Previ, na qual foi responsável pela seguradora e corretora de seguros, no período de 1986 a 1992.

Em 1992 voltou a trabalhar em instituições financeiras chefiando a área de finanças corporativas do Banco de Investimentos Garantia, em São Paulo. De 1994 a 1998 foi convidado para dirigir o escritório do Rio de Janeiro, dedicando-se as áreas comerciais, de mercados de capitais e de *private banking*. Depois se transferiu para o Banco Warburg Dillon Read onde ocupou os cargos de managing director e diretor-presidente, além da liderança da área de finanças corporativas.

A convite de Francisco Gros, integrou a equipe do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A princípio como diretor superintendente do BNDES Participações S.A (BNDESPar), ficando responsável pelo processo que de compra de ações da Petrobras com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Depois como diretor da Secretaria Geral de Apoio à Desestatização, respondendo pelas operações e serviços de privatização, como também pela diretoria da área de Produtos Estruturados do BNDES.

Em janeiro de 2002, assume a presidência do BNDES, quando Francisco Gros é indicado a presidir a Petrobras. Na sua gestão, manteve o modelo do seu antecessor e o BNDES atuou como banco de investimento concedendo um empréstimo à Globo Cabo, a atual Net Brasil. Inovou com os programas de Incentivo à Adoção de Regras de Governança Corporativa e de Apoio à Emissão de Títulos Corporativos. Ficou no cargo até dezembro de 2002, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

---

<sup>102</sup> Sua mãe, nascida em 1936, na cidade de Curitiba, dedicou-se ao estudo da música eletrônica influenciando músicos de todo o mundo sempre em parceria com profissionais estrangeiros. Na década de 1960, aos 25 anos, organizou no teatro Municipal do Rio e de São Paulo a ópera “apague o meu spotlight” reunindo música, coreografia e cenário de luz com as vozes de Sérgio Britto e Fernanda Montenegro. Ela tem hoje 83 anos. (Rocha,2018)

Seu retorno à iniciativa privada acontece enquanto sócio fundador da Iposeira Gestão de Ativos. Em 2005, atua como conselheiro da Varig e, posteriormente, vice-presidente do seu conselho de administração, até novembro daquele ano. Ao retornar a Iposeira, assume, em junho de 2006, a presidência da BHP - Billiton do Brasil. Como parte do capital da Iposeira é comprado pelo Unibanco, passando a chefiar a estruturação do Unibanco Banco de Investimento, que foi o resultado dessa fusão. Deixando a instituição, somente em 2009, quando outra fusão acontece, dessa vez entre o Itaú com o Unibanco, culminando com a extinção deste último. Em maio de 2009, passou a integrar o Comitê Especial Independente do Conselho de Administração da Aracruz. Sendo também membro dos conselhos administrativos e consultivos do ABN Amro Banco Brasil, da Telemar, da Vale do Rio Doce, da Eletrobrás e da São Paulo Alpargatas.

Foi casado com Julia Michaels, com quem teve três filhos. Contraiu segundas núpcias com Sonia Quintella uma executiva que largou tudo para viver do artesanato. Presidente da ONG ArteSol, idealizada pela primeira dama, a antropóloga, Rute Cardoso (1930-2008). (Muda tudo, sem data, online)

### **3.17 - 30º PRESIDENTE BNDES: CARLOS FRANCISCO TEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA (1936)**



Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa, nasceu no Rio de Janeiro em 30 de junho de 1936, é filho do médico e bibliófilo Clado Ribeiro Lessa e de Amélia Machado Ribeiro. Pertencendo a linhagem dos Gomes Ferreira de Andrade, Vice Rei do Brasil. Por parte de pai, é neto de médico, botânico e professor do renomado colégio carioca Pedro II. Seu campo cultural é construído desde as séries iniciais, estudando em bons colégios



no Rio de Janeiro, como o tradicional Colégio Padre Antonio Vieira.<sup>103</sup> (Moraes, sem data, online)

Sua graduação em Ciências Econômicas, na UFRJ 1959, deu início a sua trajetória dentro do campo econômico levando-o, desde a vivência acadêmica como professor da UFRJ até a presidência do BNDES, sem desconsiderar, neste trajeto, as relações pessoais com nomes do cenário intelectual e público nacional e internacional. Em 1960 inicia seu mestrado no Conselho Nacional de Economia, em análise econômica em seguida passa a lecionar no curso de formação de diplomatas no famoso Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores.

Sua trajetória foi modificada na medida em que o contexto histórico mantinha mais ou menos austeridade, contrário o regime militar e, em razão do golpe de 1964 passa a atuar no ensino e pesquisa em diferentes instituições na América Latina. Entre 1965 e 1968 lecionou no Instituto Latino americano y del Caribe de Planificación Económica y social (ILPES/ONU), transitando entre Chile, Nicarágua e El Salvador. Sem deixar de dirigir seu olhar a América Latina e seus impasses, ingressa no Centro Interamericano de Capacitação em Administração Pública, onde entre 1966 e 1969, atuando em Buenos Aires e Caracas. Ao mesmo tempo em que assumia a docência no Instituto para Integração da América Latina (INTAL), que era financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). E em Santiago em 1967, lecionou no curso de pós-graduados da Escola Latino-Americana do Instituto de Economia da Universidade do Chile.

No Brasil, de 1969 até 1973, foi professor do Instituto de Estudos em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (IEAP/FGV), na sua cidade natal, ministrando as

---

<sup>103</sup> Em trechos da entrevista à Revista do Instituto Humanista Unisinos (IHU), confirma sua condição de classe e a relação de seus familiares com os pobres: “Eu sou oligarca de família tradicional”. Afirmando que: “Eu nasci em berço de ouro”. Lessa considera sua mãe “uma pessoa absurdamente deslumbrante”. E relata que cresceu no meio da elite, mas em contato com o povo. Na adolescência, seus heróis eram “os garotos da favela que eram vizinhos nossos”. Lessa se considera uma pessoa profundamente politizada, pois seu interesse intelectual “está todo a serviço de um sonho, que é o da civilização brasileira”. Mas adiante reforça seu amor pela sua cidade natal e pela sua mãe. [“Eu nasci em berço de ouro, sou carioca e filho de cariocas. Eu tenho muito carinho pelo Rio de Janeiro. Estudei num colégio considerado o mais sofisticado do estado, mas eu tinha minha mãe, que era uma pessoa absurdamente deslumbrante. Ela sempre dizia que as pessoas tinham que se empenhar e se interessar pelo próximo, pelo outro. Mamãe trabalhava de graça para os pobres. Ela tinha seus pobres que almoçavam conosco. Eles tinham regras, cada um tinha seu prato, seu copo, seus talhares, tinham que devolver limpos. Eles comiam em uma mesinha no jardim. Eu estou contando isso para dizer o seguinte: minha mãe me fez ter um contato, desde cedo, muito próximo com o chamado povão brasileiro, que era um povo feliz. Minha família contava histórias muito bonitas da nossa relação com os pobres. O primeiro general totalmente negro do exército brasileiro, João Batista de Matos, por exemplo, é irmão de leite da minha avó. Se a senhora tinha pouco leite e se tinha uma escrava que tinha muito leite dava o filho para a escrava amamentar e aqui havia, querendo ou não, o espírito de que esse irmão de leite deveria ser o primeiro a ser libertado. Outra regra é que ele deveria ser tratado como se fosse da família. Eu cresci no meio da elite, mas em contato com o povo e segui nessa postura quando adolescente. Quando eu estava nessa fase, meus heróis eram os garotos da favela que eram vizinhos nossos.”] (Wolfart; Vargas; Kley, 2010)

disciplinas de Introdução à Economia Política e Introdução ao Planejamento na Economia Brasileira. Em 1973 até 1979, vai para a iniciativa privada, tornando-se diretor da firma Clan S/A, Consultoria e Planejamento. Dando continuidade à sua carreira acadêmica, em 1974, tornou-se professor titular de Política Econômica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde lecionou as disciplinas Teoria Econômica II, Política Econômica, Economia Brasileira (Unicamp atua até 1994). De 1976 a 1980 dedica-se a cursar seu doutorado no IFCH/Unicamp. (Moraes, sem data, online)

Foi no ano de 1976 que obteve resultado positivo para o concurso de professor titular de Economia Brasileira do Instituto de Economia (IE) da UFRJ e se tornou também professor da pós-graduação do Instituto de Economia Industrial IEI/UFRJ, lecionando a disciplina Industrialização Brasileira, na pós-graduação, e as disciplinas Economia Brasileira II e Economia e Sociedade no Rio de Janeiro, na graduação. De intensa atividade, foi, também, consultor do Centro de Estudos e Pesquisas da FINEP e da Fundação para o Desenvolvimento da Administração Pública do governo de São Paulo/ FUNDAP, permanecendo até o ano de 1983.

Carlos Lessa sempre transitava entre a iniciativa privada e aos cargos públicos. Sendo que seu primeiro cargo público, foi durante o Governo Sarney (1985-1990), período em que ocupa a diretoria do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, lá permanecendo até 1986.

Tendo forte ligação partidária com a ala progressista, transita entre os partidos de esquerda aos quais se filiou, como em 1986 com o PMDB (oriundo de uma reconfiguração do MDB). Assumindo a articulação em várias eleições, deixando a legenda somente para integrar outras ou fundar novos partidos. Em 2007, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), logo após ter aceito o convite formal do presidente nacional do PMDB, Michel Temer, para coordenar a elaborar um programa "trabalhista, populista e nacionalista" para o Brasil. Porém, declarou, depois de 40 anos de militância no PMDB, "acima de qualquer opção de legenda, acho que todo brasileiro atesta com tristeza que o PMDB dono do coração de Ulisses Guimarães, de Teotônio Vilela, de Tancredo Neves não existe mais. Ao contrário, existem pessoas que tomaram o coração do PMDB".

Entre 1992 e 1994 atuou como professor visitante da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) ocupando o cargo de coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas (CEP/Rio). Deixa o governo Sarney, em 1988, para dirigir o IFCH/UNICAMP.

Entre 1993 e 1995, na primeira gestão de Cesar Maia na prefeitura carioca, foi convidado para ocupar o cargo de diretor executivo do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, aprimorando seus conhecimentos sobre a capital fluminense. Entre 1996 e 1997 exerceu funções administrativas no mundo acadêmico, ocupando a direção do Instituto de Economia da UFRJ. Nesse mesmo período, atuou também cargos na iniciativa privada, sendo diretor-presidente da DETEN S/A - Detergentes do Nordeste. Em 1999 foi presidente do Instituto Virtual de Economia e Logística do Rio de Janeiro. (Moraes, sem data, online)

Em 2001 assumiu a docência como titular da COPPE/UFRJ. Entre 1998 e 2002, completou 10 anos como professor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ. Em março de 2002, foi reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, permanecendo menos de um ano à frente da UFRJ.

Identificando-se com o pensamento estruturalista da Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL), atua como professor em cursos intensivos sobre o desenvolvimento econômico. Seu capital social é familiar, o que lhe confere condições de frequentar um ambiente de significativos contatos. Em sua trajetória o envolvimento com a CEPAL o leva a enfrentar questões ligadas aos impasses do desenvolvimento latino americano durante a década de 1960. Em defesa de uma linha de pensamento progressista e filiado ao PMDB, fazendo oposição ao regime militar<sup>104</sup>. Com liderança de Ulisses Guimarães e como parceira intelectual Maria da Conceição Tavares, foi um dos filiados históricos do partido. Com essa história se lançou a vida pública como candidato a câmara dos Deputados pelo PMDB do Rio de Janeiro em 2002, mas sem sucesso.

Em janeiro de 2003, aceitou o convite do recém-empossado presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, eleito em outubro de 2002 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), para ocupar a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A decisão foi tomada após uma longa reunião com os membros do Conselho Universitário da UFRJ. Ficou acertado que Lessa se afastaria por 90 dias da reitoria, ficando a universidade então sob o comando do vice-reitor da entidade, Sérgio Fracalanza, e depois seriam realizadas novas eleições. Sua escolha para presidência do BNDES, acontece quando ainda está filiado ao PMDB, foi influenciada por Maria Conceição Tavares e pelo senador Aloizio Mercadante, ambos amigos de longa data, com a expectativa de retomada do desenvolvimentismo.

---

<sup>104</sup> Sua postura contra o regime militar é exibida em um curso, onde recebe o recado, de um aluno quanto as ameaças, temendo por sua segurança Aníbal Santa Cruz, segundo diretor do centro CEPAL-BNDE e uma espécie de mentor dos jovens economistas brasileiros, organiza sua ida ao Chile. Kluger (2017; p. 87)

Desse modo, realiza uma gestão que busca o aumento de investimentos, da competitividade e do crescimento econômico, bem como a estabilização do banco amenizando a inadimplência, naquele momento vulnerável em virtude dos programas de privatização. Incentivou ainda programa de capital de giro através do MODERMAC, voltado para a atualização de máquinas e equipamentos. Com o objetivo de retomar a característica de um de desenvolvimento passa a promover ações que beneficiaram a pequena e média empresa, dedicando especial atenção aos arranjos produtivos locais.

As divergências com o então presidente do Banco Central, Henrique Meirelles e também com o Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan o levou a travar rotas de coalizão quanto a taxa de juros e a política monetária adotada. Suas divergências com a alta cúpula do governo eram públicas. Muitas vezes, reportava-se diretamente ao presidente Lula, para tratar de assuntos estratégicos relacionados ao BNDES, dispensando a hierarquia que o subordinava ao Ministério do Desenvolvimento.

Deixa a presidência do BNDES, devido ao desgaste com as críticas à política econômica e sob manifestações de apoio de instituições como a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), além de nomes como Oscar Niemayer e Chico Buarque, entre outros. Ao deixar o cargo, é recebido com manifestação de solidariedade, no Rio de Janeiro, e entre as várias declarações feitas reitera sua desconfiança com a elite brasileira, afirmando que "A elite brasileira é de uma crueldade total. Nossas elites querem desfrutar de um padrão de vida de primeiro mundo e, ao mesmo tempo, ter mão-de-obra doméstica ultra barata. Querem colocar no exterior as riquezas produzidas aqui", marcando sua postura em defesa dos interesses da população e firmando sua intenção com a direção do banco, além de afirmar que: "o que estamos assistindo é mais uma manobra das elites brasileiras para frustrar sonhos populares", referindo-se diretamente às posições tomadas pelo governo Lula. (Moraes, sem data, online)

Ao deixar presidência do BNDES, retorna para o ensino superior, voltando a lecionar na COPPE-UFRJ como professor visitante. Ao voltar para o Instituto de Economia da UFRJ, também foi recebido com manifestação de apreço pelo reitor Aloísio Teixeira, pela amiga e companheira de academia Maria da Conceição Tavares, pelos deputados federais Jandira Feghali e Chico Alencar, além de diversos dirigentes, intelectuais ligados à universidade e alunos que de pé cantaram o Hino Nacional. A exoneração de Carlos Lessa do BNDES promoveu abaixo assinados por parte de setores progressistas da sociedade em prol de sua permanência.

Orientador de um grande número de dissertações de mestrado e teses de doutorado e responsável, desde 1962, por diversas pesquisas. Com Leonarda Musumeci realizou entre 1998 e 1999, pelo IE/UFRJ, a pesquisa “Reforma do Estado e Proteção Social: os setores de saúde e segurança pública no Rio de Janeiro”, Subprojeto 3 – “Segurança Pública”, no âmbito do Programa MARE-CAPES-CNPq – Reforma do Estado.

Fora do Brasil, além da sua passagem pela Escolatina, ministrando curso como professor convidado, Carlos Lessa lecionou na Universidad Nacional de Venezuela, na Universidad Nacional Autónoma de México e na Universidad Complutense de Madri e em mais quatro universidades espanholas.

Apaixonado pelo Rio de Janeiro<sup>105</sup>, Carlos Lessa chegou a ser pré-candidato a prefeito da cidade pelo PSB em 2008, desistindo no decorrer do processo eleitoral. Mantém inúmeros empreendimentos no corredor cultural do centro do Rio.

Casou-se com Marta Maria Hue Ribeiro de Lessa, com quem teve três filhos. (Rodrigo Lessa, músico; Pedro Lessa, que foi administrador regional da prefeitura do Rio de Janeiro e subsecretário estadual e coordenador da UNESCO. Não encontrei o terceiro)

### 3.18- 31º PRESIDENTE BNDES: GUIDO MANTEGA (1949)



Guido Mantega é o trigésimo primeiro ocupante da presidência do BNDES, nasceu em 07 de abril de 1949, em Gênova, Itália. É filho de Guissepe Mantega e Anna Mantega. Seu pai, viveu de 1914 a 1983, desembarca em São Paulo no ano de 1951, trazendo suas condecorações de guerra, uma de suas fardas, na mão esquerda as marcas do estilhaço de

---

<sup>105</sup> Wolfart; Vargas e Kley (2010) Conforme trecho de entrevista concedida a IUH on-line que confirma essa afeição a sua cidade natal, além do perfil político. [“Uma vez eu disse para alguém, de brincadeira, que eu sempre fui candidato, sempre estive em campanha. No entanto, nunca me apresentei como candidato a nada, mas fui militante de campanhas o tempo todo. Até não é bem verdade assim, porque eu fui obrigado a ser candidato a deputado federal, mas substituindo um candidato nosso para que a chapa não ficasse incompleta. Mas nunca tive pretensões neste sentido. Cada pessoa tem a sua verdade e a minha é muito singela: eu sou oligarca de família tradicional. Meus antecedentes fazem parte da família que trouxe os açorianos para o Brasil. Eu nasci em berço de ouro, sou carioca e filho de cariocas. Eu tenho muito carinho pelo Rio de Janeiro...]”

granada e algumas economias – o suficiente para iniciar uma fábrica de madeira e vidro. Guiseppe foi um militar italiano que tem em seu curriculum o serviço ao Exército de Benito Mussolini, onde serviu como soldado e oficial. Nascido na Sardenha entra para o exército em Gênova. Lutou na Guerra Civil Espanhola, em apoio ao ditador Francisco Franco, e na Segunda Guerra Mundial, até a derrota para os Aliados. Por integrar o exército, participou das lutas política e ideológicas de âmbito mundial. Atuou em prol da ditadura em vigor na Europa daquele momento. (Pinheiro, sem data, online)

Em entrevista concedida a revista *Época*, no ano de 2012, Guido Mantega chega à seguinte conclusão: “Pois é, ele estava do lado errado”<sup>106</sup>, ao referir-se à atuação de seu pai e complementa: “Naquela época, quase toda a Itália estava com Mussolini. No início, ele era muito popular. Sob certos aspectos, lembra o Getúlio Vargas aqui. Fez reformas sociais na Itália. O povo gostava do Mussolini. O Mussolini veio da esquerda...”.

Sua família atuou no ramo da indústria de móveis e vidros, eram uma família nuclear e levavam uma vida de classe média composta por quatro pessoas. Anualmente costumavam visitar a Itália, sendo os cruzeiros marítimos, uma paixão partilhada com sua mãe. Sua única irmã chama-se Paula e os dois puderam usufruir de bons colégios.

A característica de Guido era de um bom menino que odiava confusão e gostava das coisas em ordem, desde objetos pessoais até no trato com as pessoas. Seu pai o queria trabalhando na fábrica da família, mas seu sonho, desde jovem era “ser intelectual”. Sua rotina dividia-se entre a Móveis Mantega, no Itaim, e sua graduação em economia – na Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo, onde ingressou em 1966. Seu pai nutria a expectativa de que o curso de economia seria um aprimoramento do aprendizado, no entanto, ele mesmo, considerava o trabalho na empresa familiar uma chateação.

Graduou-se em 1972 em economia e, nesse mesmo ano, em ciências sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, ambas da Universidade de São Paulo (USP). Em 1976 Mantega apresentou, pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), na 28ª. Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Brasília, o seu primeiro texto acadêmico de destaque, *Expansão e crise na economia brasileira: o papel do capital estrangeiro*. No ano seguinte, fez um curso de

---

<sup>106</sup>Em entrevista à revista *época*, intitulada “O planeta Guido”, o então Presidente do BNDES, Guido Mantega tem o propósito de mostrar a vida, as ideias e as angústias vividas, em função da sua longevidade no cargo dentro do governo do PT, contabilizando seus 9 anos à frente do banco. (Carvalho, 2012)

especialização em sociologia no Institute of Development Studies (IDS) da Universidade de Sussex, na Inglaterra em 1977. (Pinheiro, sem data, online)

Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), desde sua fundação em 1980, partido que surge como uma nova opção partidária socialista democrática, e reúne militantes do movimento sindical do ABC paulista e dos movimentos sociais, intelectuais e militantes católicos ligados à Teologia da Libertação, entre outros. No ano seguinte, 1981 é docente de economia da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo.

Sob as orientações de Fernando Henrique Cardoso inicia o doutorado em sociologia do desenvolvimento na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, defendendo sua tese em 1982, com o título: A economia política brasileira, obtendo nota máxima sendo indicada para publicação. Participaram, ainda de sua banca Paul Singer, Luís Carlos Bresser Pereira e Brasília Sallum Jr.

Após defesa, Mantega foi convidado para lecionar economia no curso de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde permanece até 1987, exercendo no período compreendido entre 1984 e 1987 o cargo de vice-reitor adjunto.

Economista influente no PT paulista, teve sua primeira experiência pública a partir de 1988, quando participou diretamente da campanha vitoriosa de Luísa Erundina para a Prefeitura de São Paulo. Sendo um membro ativo da Coordenação do Programa Econômico do Partido dos Trabalhadores, auxilia na eleição da primeira mulher na gestão do maior município do País, sendo convidado, em 1989, para ser chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo, cujo titular era o professor Paulo Singer, que participou da sua banca de doutorado. Pouco depois, assumiu o cargo de diretor de Orçamento. Permaneceria no governo paulistano até 1992, no final da gestão de Erundina, o que o aproximou da principal liderança do PT, o operário Luís Inácio Lula da Silva.

Guido Mantega integrou a Coordenação do Programa Econômico do PT, dividindo-se entre as atividades acadêmicas e a assessoria a Lula, na campanha à presidência da República ao longo de 1989, quando disputou com Fernando Collor de Mello, ex-governador do Alagoas, sendo derrotado no segundo turno. Também em São Paulo o pleito foi desfavorável a Eduardo Suplicy, perdendo para Paulo Maluf em 1992.

Diante da aproximação das eleições presidenciais de outubro de 1994, e com a antecedência de um ano, Mantega se torna assessor econômico de Luís Inácio Lula da Silva. No ano de 1994 foi um dos coordenadores do programa econômico do PT, em conjunto



com Aloizio Mercadante, Jorge Matoso e outros expoentes do partido, dirigindo críticas ao Plano Real, considerando-o negativo aos dividendos políticos que traria.

Nesse pleito, Lula do Partido dos Trabalhadores (PT) não obteve sucesso, sendo derrotado ainda no primeiro turno por Fernando Henrique Cardoso, candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em coligação com o Partido da Frente Liberal (PFL) que ocupou a vice-presidência com Marco Maciel. Na esteira do Plano Real e da estabilidade monetária, Fernando Henrique elegeu-se com 55,22% dos votos válidos e Lula atingiu 39,97%, embora nas pesquisas, durante um bom tempo, fosse o preferido dos eleitores, somente o Rio Grande do Sul o elegeu. (TSE, 1994)

Críticos incisivos da política econômica do governo de Fernando Henrique, principalmente em relação às privatizações de setores estratégicos da economia e à manutenção da âncora cambial, Lula e o seu candidato a vice-presidente, o veterano político Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), obtiveram menos de 32% dos votos. Pouco depois do pleito, o Brasil foi assolado por uma forte fuga de capitais e foi obrigado a recorrer seguidamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para a recomposição de suas reservas. Disposto a enfrentar novas eleições presidenciais em 2002, Lula manteve sua assessoria econômica, da qual Guido Mantega continuava a fazer parte, vindo a ser um dos responsáveis pela elaboração do Programa Econômico do PT.

Em 2002, com o resultado do pleito favorável à Luiz Inácio Lula da Silva, apoiado por uma ampla coligação de centro-esquerda entre PT, PL, Partido Progressista (PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e parte do PMDB ligado à família Sarney, o Partido da Mobilização Nacional (PMN) e mais o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). E, no segundo turno, contando com o apoio do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com mais de 53 milhões de votos.

Guido Mantega, permaneceria junto ao presidente, assumindo em 2003, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo gerenciamento dos gastos públicos e também pela execução do Orçamento e elaboração do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), enfrentando algumas dificuldades para encaminhar o projeto de lei das Parcerias Público Privadas (PPPs) no Congresso, que depois de inúmeras alterações, foi aprovado. Também a demora na liberação de verbas do Orçamento da União, ensejou críticas de setores penalizados, como foi o caso do ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.

Durante sua gestão no Planejamento, Mantega deu andamento a cursos que formaram Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, enfatizando a determinação do governo de imprimir uma nova cultura e qualidade ao funcionalismo público. Criou o Fundo

Nacional de Financiamento à Infraestrutura, que possibilitou a captação de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sem comprometer o endividamento público e a meta de superávit primário (4,25% do Produto Interno Bruto – PIB), acordada com o FMI. Imprimiu maior controle das despesas do governo, cortando orçamento. O aumento do salário mínimo ficava a critério do presidente Lula. Muitas vezes atuando em comum acordo com o ministro da Fazenda Antonio Palocci, comprometido com a gestão da política macroeconômica de curto prazo, Guido Mantega endossou decisões que desagradavam outros setores do governo. Deixa o Ministério após o desgaste sofrido por Carlos Lessa, conforme citado em sua biografia.

Ao assumir a presidência do BNDES, o clima encontrava-se ainda conturbado, reflexo dos impasses da administração anterior. Num processo natural de reorganização nomeia Demian Fiocca, seu antigo aluno e chefe da Assessoria Econômica do Planejamento, para a vice-presidência do BNDES, na direção da área Social, o secretário executivo adjunto do Ministério, Élvio de Oliveira Gaspar e, para Área de Planejamento o ex-presidente e economista Antônio Barros de Castro. As outras diretorias foram remanejadas no próprio quadro interno e, também, por alguns correligionários.

Deixando sua marca na presidência e contrário as determinações de Lessa, em relação a Varig, anuncia que o controle acionário da companhia deveria ser reformulado, da forma que estava não receberia recursos do BNDES, porém manifesta uma disposição em repassar recursos a outras empresas interessadas em aportar capital na companhia aérea. No seu entendimento, o BNDES não poderia ser tratado como um hospital de empresas mal geridas.

Sua passagem pelo BNDES, implicou na mudança de rumo de algumas áreas, e na aceleração da liberação de recursos, uma vez que severas críticas haviam sido feitas aos resultados alcançados pelo banco, anteriormente. Geriu o orçamento previsto com grande proximidade do montante orçado. De modo que, deixou o BNDES satisfeito com seu desempenho administrativo, dentro da maior instituição de fomento das Américas. Sua atuação na presidência do BNDES o projetou para a praxis econômica. De modo que, ao assumir a pasta da Fazenda, substituindo Antonio Palocci, contava com total respaldo do setor industrial.

O momento político, começa a ficar delicado e a saída de Palocci acontece sob pressão da oposição forçando uma negociação, por parte do então presidente Luis Inácio Lula da Silva, de um de seus principais colaboradores, só então recebendo o aval do mercado de capitais. Então, Mantega assume, em 27 de março de 2006, a principal pasta da área econômica.

Casou-se, em terceiras núpcias, com Eliane Berger. Teve quatro filhos (Mariana Mantega é jornalista e participa como locutora do programa pânico da jovem pan, Carolina Vilardo Mantega, sua filha mais nova é bióloga - trabalhou em Fernando de Noronha).

### 3.19- 32º PRESIDENTE BNDES: DEMIAN FIOCCA (1969)



Demian Fiocca nasceu na cidade de São Paulo em 1969.

Formou-se em economia pela Universidade de São Paulo (USP), instituição na qual concluiu o seu curso de mestrado. Entre 1992 e 1994 foi pesquisador do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo. Encomendado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe (BID-INTAL), coordenou, no Brasil, pesquisa de campo sobre o processo de integração regional do Mercosul. (CPDOC(5), sem data, online)

De 1994 até 1998, exerceu atividade como articulista e editorialista da Folha de S. Paulo. Nesse órgão da imprensa paulista, assinou, durante dois anos, uma coluna dominical com o nome de “Caderno Dinheiro”.

Foi responsável pelas análises de economia e de mercados, bem como pela publicação dos boletins de pesquisa econômica na função de economista-chefe do Banco HSBC no Brasil, dirigindo a área de economia dessa instituição financeira de 1998 a 2000. Entre 2000 e 2003, foi economista-chefe do grupo espanhol Telefónica e membro do comitê responsável pelo posicionamento financeiro do grupo no Brasil. Em 2003, passou também a assessorar o presidente da Telefónica em suas contribuições ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão criado pela Presidência da República no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, com o objetivo de estabelecer o diálogo entre as diversas representações da sociedade civil a fim de discutir as políticas públicas e propor as medidas necessárias para estimular o crescimento do País.

Ainda em 2003, foi convidado por Guido Mantega, seu ex-professor na USP, a ocupar o cargo de secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. No ano seguinte, passou a chefiar a Assessoria Econômica da pasta. Com a ida de Mantega para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fiocca tornou-se vice-presidente da instituição em dezembro de 2004. Entre outras atribuições, foi responsável pelas áreas de controle e tecnologia da informação, infraestrutura e insumos básicos.

Em abril de 2006 a abril de 2007, passou a presidir o BNDES no lugar de Mantega, que assume o cargo de ministro da Fazenda. Em paralelo, tornou-se membro do Conselho Monetário Nacional, governador altermo do Brasil no BID, diretor da Corporação Andina de Fomento e membro do Conselho de Administração da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

Na cerimônia de transmissão do cargo, a Luciano Coutinho, Fiocca enfatizou os avanços do BNDES, desde o início da gestão de Guido Mantega. Segundo ele, o banco teria reencontrado "sua missão histórica". Ele citou a retomada, desde o início de 2005, de "um número significativo de projetos de investimento de mais de R\$ 1 bilhão". Destacou ainda que, nos últimos 12 meses, enquanto o investimento no país cresceu a um "ritmo nominal" de 10% a 15%, os desembolsos do banco cresceram 28% e o volume de financiamentos aprovados aumentou 49%. (CPDOC(5), sem data, online)

Em 2007, tendo recusado presidência da Comissão de Valores Mobiliários, assume uma diretoria criada especificamente para ele na Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a segunda maior mineradora do mundo: a de Tecnologia e Gestão Corporativa. Fiocca havia sido, de 2005 a abril de 2007, o representante do BNDES no Conselho de Administração da VALEPAR, *holding* que reúne o bloco de controle da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), responsável pelas decisões estratégicas da empresa. Em maio de 2008, tornou-se diretor-executivo de Gestão e Sustentabilidade da CVRD.

Em julho de 2009, tornou-se presidente da Nossa Caixa, instituição bancária que pertencia ao governo do estado de São Paulo e passou a ser controlado pelo Banco do Brasil em março daquele ano.

Seu curriculum, conta ainda com o curso mini-MBA de Formação de Executivos do Programa de Alta Dirección Harvard-IESE.

### 3.20 - 33º PRESIDENTE BNDES: LUCIANO GALVÃO COUTINHO (1946)



Luciano Galvão Coutinho, nasceu em 29 de setembro de 1946, em Recife (PE), filho do médico Amauri Coutinho e de Ana Galvão. (Pinheiro, sem data, online)

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (USP) em 1968, dois anos depois obteve título de Mestre em Economia pela mesma universidade. Entre 1970 e 1974 fez seu doutorado na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, concluído com a defesa da tese intitulada *The Internationalization of Oligopoly Capital*. Em Cornell conheceu Fernando Henrique Cardoso (FHC), à época professor visitante da universidade.

Entre 1974 e 1979, ingressou como docente no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e coordenou o programa de Pós-Graduação em Economia da Instituição. Ministrou disciplinas, orientou alunos da pós-graduação e realizou estudos acadêmicos voltados sobretudo aos temas da política industrial e sobre o lado real da economia. Em 1980 vai para os Estados Unidos, como professor visitante da Universidade do Texas.

Entre as décadas de 1970 e 1980, frequentou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), por sugestão de Fernando Henrique Cardoso. O centro fora criado em 1969, por um grupo de professores – dentre os quais o próprio FHC – em sua maioria afastados das universidades pelo regime militar, voltando-se à produção de conhecimento de ponta em ciências sociais. Dentro do contexto de redemocratização do Brasil, no CEBRAP, Luciano Coutinho participou da produção do programa de governo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), aproximando-se sobretudo da ala nacionalista e desenvolvimentista do Partido, tendo contato com outros economistas de destaque, entre os quais Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo.

Devido sua aproximação, com o MDB, participa do primeiro governo civil do país. Assumindo, a Secretaria Executiva do recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1985, durante o governo de José Sarney, que administrou até 1988, participando de sua estruturação e da concepção de políticas voltadas para áreas de alta complexidade, como biotecnologia, química fina, mecânica de precisão, novos materiais e informática.

Como consultor em economia, e de volta à vida acadêmica, na década de 1980, com o colega Luiz Gonzaga Belluzzo, trabalhou na Macrotempo e no Serviço Brasileiro de Apoio às

Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), no Banco do Nordeste e a vários governos estaduais.

Também em parceria com Belluzzo e outros três economistas cria a LCA Consultores, dando suporte a empresas de diferentes setores nas áreas de macroeconomia, de economia do direito e investimentos, de inteligência de mercados e de finanças corporativas, em julho de 1995. Comandou a empresa por 12 anos, período no qual forneceu consultoria a diversos grupos empresariais privados líderes no Brasil, dentre os quais Ambev e a Vale do Rio Doce.

O ano de 1994 alia às atividades de consultor, com as aulas na Universidade de Paris XIII e, posteriormente, no Instituto Universitário de Investigación Ortega y Gasset, em Madri, ambos como professor visitante. Neste mesmo ano, coordenou um estudo de grande envergadura, denominado “Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira”, financiado em parte pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), articulando diversas universidades e centros de pesquisas brasileiros, e quase uma centena de especialistas. O resultado desse estudo, foi um livro sob sua coordenação em parceria com João Carlos Ferraz, onde mapeou o estado da arte da indústria brasileira, suas necessidades de inovação e as condições de concorrência nos mercados internacionais. Sendo, em 2007 convidado a presidir o BNDES durante a gestão do presidente da Luiz Inácio Lula da Silva, afasta-se da LCA.

Em seu discurso de posse, Luciano Coutinho afirmou ser fiel as orientações do presidente Lula como garantia da implantação de uma política industrial de grande envergadura com o objetivo de dinamizar a economia, acelerar a criação de empregos e elevação da igualdade de oportunidades. Confirmou o apoio do Banco ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), validando o suporte necessário para a coordenação entre empreendedores, banca e o mercado de capitais na estruturação de um financiamento adequado. Apresentou, entre as prioridades do BNDES, o apoio à agroindústria, à microeletrônica, ao desenvolvimento de *softwares* e à produção de bens de capital, de modo a tornar o empréstimo de recursos para a pequena e média empresa, mais ágil.

Em 2007 devido ao ótimo desempenho alcançado pelo BNDES, este foi solicitado a instrumentalizar políticas anticíclicas que o governo promoveu devido à crise internacional e recebeu aporte extra de capital do Tesouro. Nesse momento, em reação às consequências da crise, Coutinho opta por investir em empresas nacionais com o objetivo de torná-las competitivas a nível internacional valendo-se da política conhecida como “campeões nacionais”, que se tornaria um símbolo de sua gestão. Apesar de criticado por especialistas, o programa foi adotado pelo banco até 2013 sob a alegação de que visara abrir espaços no

mercado exterior e reforçar a capacidade do Estado brasileiro no contexto internacional. O programa foi retirado em 2014 por ter sofrido ataques quanto ao volume dos desembolsos e por beneficiar grandes grupos frigoríficos como Marfrig, JBS e Friboi, a companhia telefônica OI (Napolitano; Vidalga, 2013)

Durante uma audiência pública realizada em abril de 2015 no Senado Federal, Coutinho fez uma revisão de sua gestão até então, apontando o papel anticíclico em virtude da crise de 2008, a contenção do BNDES a partir de 2011 e as atuais restrições impostas ao Banco em decorrência do ajuste fiscal. Assinalou ainda o aumento de investimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, visando a descentralização de recursos e o apoio às regiões tradicionalmente prejudicadas. No que dizia respeito ao futuro de sua gestão, apontou seu foco nas micro e pequenas empresas.

Luciano Coutinho permaneceu no cargo até maio de 2016, quando o Senado Federal decidiu acatar o pedido de abertura do processo de *impeachment* e o consequente afastamento da presidente Dilma, por até 180 dias. Nessa ocasião, foi substituído pela economista Maria Silvia Bastos Marques, empossada no BNDES em junho seguinte, após ter sido nomeada pelo então presidente interino Michel Temer para presidir o Banco. Em 31 de agosto de 2016, os senadores aprovaram, por 61 votos a favor e 20 contra, pela retirada de Dilma Rousseff da presidência da República – o que resultou na efetivação de Michel Temer no cargo de presidente do Brasil.

Após ter saído do BNDES, Luciano Coutinho retomou suas atividades docentes. Atualmente exerce as funções de professor titular no Instituto de Economia da UNICAMP. No decorrer de sua trajetória profissional, publicou vasta obra no âmbito da economia.

Casou-se duas vezes. De seu primeiro casamento, teve dois filhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de estudar o BNDES, através das biografias coletivas constituiu-se na direção de um olhar sociológico, tanto para as formas de acesso ao cargo, quanto para a ampliação da compreensão das relações de parentesco na política e nas instituições públicas brasileiras. Essas relações são as que imperam nas escolhas dos atores sociais que ocupam posições de mando dentro da estrutura social. A percepção da complexidade dessas relações ao mesmo tempo em que fornece, pela análise dos dados, o contato com o pensamento de uma classe dominante específica, também demonstra que os cargos diretivos estão reservados a



quem possui capitais familiares, sociais econômicos e culturais. A leitura deste estrato social, passa pela leitura dos presidentes do BNDES.

Partiu-se do princípio de que nenhum dos ocupantes do cargo está lá por “mero acaso”, isso significa dizer que trabalha-se com a análise dos “bem nascidos” e seus capitais sociais acionados desde o processo de socialização. As instituições de socialização são as responsáveis pelo impulso inicial de seus agentes. É a partir desse “empurrãozinho” que seu nome de família é acionado e um leque de oportunidades se abrem. Isso pode ser traduzido como um aparato de sustentação e continuidade, seja do capital econômico, seja do capital cultural, mas fundamentalmente, com a forte presença das famílias.

Outros dois pontos importantes compuseram o rol de interesse no âmbito da presente pesquisa um que trata das relações de parentesco e outro que repousa na identificação do condicionamento frequente do BNDES a um plano de governo. A visibilidade desse condicionamento está identificado pela característica de subcampo do campo político, cientificamente inspirado no trabalho de Goulart, 2016, o qual ao analisar o legislativo do Paraná, concentra sua análise nas ações da ALEP em relação ao governo do Estado. Seu estudo identifica além das relações de poder uma concentração de sobrenomes comuns e de parentesco (direto, cruzado, indireto) mas fundamentalmente de famílias que se mantêm em atividades públicas. Sua abordagem usa a metáfora da “dança das cadeiras”, para identificar um quadro que se renova, para se manter no poder e apresenta-se, basicamente, composto por sobrenomes aparentemente coincidentes e que, para a leitura sociológica, indicam um padrão de comportamento da classe dominante tradicional e que, não raro, figuram nos contratos de grandes organizações.

As famílias visibilizam-se pelas biografias individuais e coletivas apontando para os laços familiares, as amizades de longa duração e aos pertencimentos a uma condição de classe, conforme vê-se abaixo:

[...] Ora, em geral, é ainda no interior das famílias e das redes de amizade que se transmite as chamadas vocações (domínio das regras) e as convicções ideológicas, sem querer insistir em mencionar o gosto, ou até mesmo a postura corporal, a maneira de andar e a de falar. Mesmo assim, a maioria dos estudos que tomam por objeto os mecanismos pelos quais são gerados os processos de troca característicos da democracia representativa não vem se preocupando em relacionar o político com os acontecimentos. (Canêdo, 2020, online)

Associa-se a essa discussão os estágios de socialização, chamando a atenção para a importância da família no que há de mais básico na convivência social, a inclusão do indivíduo à sociedade, mas, também, as implicações desse processo na formação de um *habitus* - nos estágios mais avançados desse convívio (trabalho, reuniões sociais, etc). O *habitus* reflete os capitais, está a ele associado, revelando pela postura do indivíduo sua condição de classe. O ambiente universitário e o status que a formação alcançou, observado especialmente na redemocratização, elevou a ciência econômica a uma valorização da tecnocracia/expertise, incidindo e sendo percebida na formação dos biografados, cujos capitais culturais foram plenamente desenvolvidos no seio familiar onde as condições necessárias foram desenvolvidas permitindo aos agentes frequentar academias internacionais de forma a garantir empregabilidade/indicações a órgãos públicos de projeção nacional.

Ao considerar o BNDES como um subcampo do campo político, adequa-se sua leitura a um olhar sociológico, conforme as formulações propostas em Bourdieu, identificando-se a instituição como objeto de execução das políticas propostas pelo governo. De onde afere-se que durante o período analisado, o da redemocratização, foi capaz de imprimir normas para o funcionamento da sua tecnocracia/expertise no que toca a execução do projeto de desestatização da economia. Durante sua trajetória institucional, ganhou repercussão como de fundamental importância para o desenvolvimento econômico, ditou normas e foi o locus de altos cargos institucionais dentro do governo, em épocas diferentes. Ou seja, trata-se de uma instituição que dirige as finanças do país, portanto, detentora de cargos diretivos que de uma forma ou de outra estão vinculados ao governo. Ocupar um cargo no BNDES significa status social. Os convidados/indicados a participar destes cargos são os “bem nascidos”, os preparados nas melhores universidades que carregam um histórico familiar de capitais sociais significativos.

O universo masculino permeou a presidência do BNDES. Ocupar um cargo nessa instituição sempre foi uma exclusividade masculina, até a ruptura pela indicação de Maria Silvia Bastos Marques. No entanto, viu-se que o pioneirismo estava crivado de capitais sociais, culturais, também a uniões de capitais e laços que possibilitaram seu acesso, abrindo brechas para essa ruptura. No momento em que seu nome é indicado há uma cobrança pela participação da mulher na política e do cumprimento da legislação. Verificou-se que a indicada possui credenciais para a ocupação do cargo, porém, não se trata aqui de uma escolha desprovida de interesses de governo, seja para ficar bem, perante a repercussão da imprensa, seja para colocar em postos chaves pessoas com as quais pode-se efetivar, mais facilmente seus projetos, dentro da lógica de subcampo, conforme apresentado nessa dissertação.

A relação estabelecida entre o gênero e a presidência passa então pelos capitais que agregam, os laços estabelecidos gerando indicações futuras, concomitante com as políticas de interesse que movem as classes dominantes. O ciclo ao qual o sujeito pertence abre alguns caminhos, suas credenciais somadas às famílias geram, como resultado, cargos promissores em estatais. É como já foi dito anteriormente quanto ao gênero feminino, na fala das classes dominantes chama-se mérito, mas não é bem assim que as coisas acontecem nesse meio e os subsídios para pensar isso estão disponíveis nas interpretações sobre genealogia, onde as relações de poder passam pelo estudo das famílias e seus capitais.

Entre os que assumiram a presidência do BNDES estão os herdeiros de capitais sociais representativos de uma classe dominante tradicional. Esses atores são em sua maioria oriundos de São Paulo,<sup>107</sup> a característica comum entre eles é o suporte familiar da socialização e de seus capitais culturais favorecidos pelo econômico, informações do Quadro IV. O período retratado, faz menção ao que esses atores puderam usufruir ao dispor de uma sólida formação nacional, através das universidades públicas – basicamente UFRJ e USP. Sendo uma geração em busca de uma colocação no serviço público, que é reforçado com a criação do Departamento Administrativo do Serviço público (DASP), órgão incumbido de, “regulamentar o recrutamento das burocracias do Estado e melhorar o nível técnico de seus funcionários”, Kluger (2017, p. 786). Portanto, apontando para uma percepção de encaminhamento dos herdeiros, uma nova elite que emerge nesse período, os economistas. O Quadro III, apresenta uma concentração de formação em Ciência Econômica, apontando ainda para especializações em universidades no exterior, o que simboliza um poder econômico e um capital cultural, sem os quais seria impossível conquistar essa formação e, por conseguinte, esse cargo.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. **A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula**. Rev. Sociol. Polít. [online]. 2005, n. 24, pp.41-67. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782005000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782005000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 16/04/2019
- ADELMAN, M. **A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. SP: Editora Blucher, 2009.

---

<sup>107</sup> Dos 19 biografados 8 tem origem em São Paulo, 5 São do Rio de Janeiro, 2 de Minas Gerais, 1 representante da Bahia, outro de Brasília, um de Recife, e um da Itália, mas que se estabeleceu em São Paulo.

ALBERTI, Verena; SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. **Sérgio Werlang**. In: Acervo história oral. Verbete entrevista temática. Sem data, online. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/historia-oral/entrevista-tematica/sergio-werlang-i>>. Acesso em: 10/03/2019

ALEM, Ana Claudia e CAVALCANTI, Carlos Eduardo de Siqueira. **BNDES e o apoio a internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 43-76, dez. 2005. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/12595/1/RB%2024%20O%20BNDES%20e%20o%20Apoio%20%c3%a0%20Internacionaliza%c3%a7%c3%a3o%20das%20Empresas%20Brasileiras\\_Algumas%20Reflex%c3%b5es\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/12595/1/RB%2024%20O%20BNDES%20e%20o%20Apoio%20%c3%a0%20Internacionaliza%c3%a7%c3%a3o%20das%20Empresas%20Brasileiras_Algumas%20Reflex%c3%b5es_P_BD.pdf)>. Acesso em 03/01/2015.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Brasil e FMI desde Bretton woods**. Revista Direito GV. São Paulo, p. 469-496, jul-dez 2014. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/fmi-brasil-relacao-fundo-monetario-internacional/>>. Acesso em: 29/10/2019.

ALMEIDA, Mansueto; LIMA-DE-OLIVEIRA, Renato; SCHNEIDER, Ben Ross.

**Política industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobras**. Texto para Discussão, No. 2013, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília 2014. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/5401/1/POL%c3%8dTICA%20INDUSTRIAL%20E%20EMPRESAS%20ESTATAIS%20NO%20BRASIL%20BNDES%20E%20PETROBRAS\\_2014.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/5401/1/POL%c3%8dTICA%20INDUSTRIAL%20E%20EMPRESAS%20ESTATAIS%20NO%20BRASIL%20BNDES%20E%20PETROBRAS_2014.pdf)>. Acesso em 03/01/2016.

ARIDA, Pêrsio. Memórias Vertiginosas. Edição 55, abril 2011. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/rakudianai/>>. Acesso em: 28/06/2019

ARINOS, Afonso. **Otto Lara Resende: incansável fazedor de amigos**. In: Jornal do Brasil. RJ 12/05/2004. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/artigos/otto-lara-resende-incansavel-fazedor-de-amigos>> Acesso em: 21/01/2020.

BARBOSA, Fernando de Holanda. **Plano Cruzado**. In: Dicionário verbete temático. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cruzado>>. Acesso em: 07/06/2018

BASCONCELOS, Frederico. **A história da empresa de confunde com a de Funaro**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/30/dinheiro/2.html>>. Acesso em: 02/06/2019.

BACHA, Edmar. Discurso de posse. In: Academia Brasileira de Letras. Online, 2017. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/academicos/edmar-lisboa-bacha/discurso-de-posse>>. Acesso em: 07/06/2018.

BELLOW, Adam. **In Praise of Nepotism: A Natural History**, 2003. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=Adam+Bellow+In+Praise+of+Nepotism%3A+A+Natural+History+pdf%5D&oq=Adam+Bellow+In+Praise+of+Nepotism%3A+A+Natural+History+pdf%5D&aqs=chrome..69i57j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em 05/02/2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. Boitempo. São Paulo, 2018.

BLAY, Eva Alterman. **8 de março: conquistas e controvérsias**. Estudos Feministas. Scielo Brasiol, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8643> >. Acesso em 08/03/2019

BNDES. **BNDES: um banco de história e de futuro**. 2012. Online. Disponível em:<[file:///C:/Users/Gloria/Downloads/BNDES\\_um\\_banco\\_de\\_historia\\_e\\_do\\_futuro\\_A\\_P\\_BD%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Gloria/Downloads/BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro_A_P_BD%20(3).pdf)> Acesso em: 07/03/2016.

BNDES(2). **LIVRO VERDE: A história tal como ela é/BNDES** – Rio de Janeiro 2017

Livro verde: Um balanço da atuação do BNDES entre 2001 e 2016. Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/12697> >. Acesso em: 12/04/2018

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros: estudantes e a cultura**. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas simbólicas**. São Paulo. Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, jan./jun., p. 193-216, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Elogio da Sociologia: Discurso de aceitação da medalha de ouro do CNRS**. 1993. In:Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.28 n.83, SP, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. 2.ed. 1. reimp.-Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2017

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira,1980

BURLAMAQUI, Patrícia. **Eleazar de Carvalho Filho**. In: verbete biográfico CPDOC. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carvalho-filho-eleazar-de>>. Acesso em: 15/07/2019.

BURLAMAQUI(1), Patrícia. **Andrea Sandro Calabi**. In: verbete biográfico CPDOC. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/calabi-andrea>>. Acesso em: 18/07/2019.

CALGARO, Fernanda. **CPI do BNDES é instalada na Câmara dos deputados**. In: G1. Brasília. 06/08/2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/cpi-do-bndes-e-instalada-na-camara-dos-deputados.html>>. Acesso em: 16/abril/2016.

CALGARO (2), Fernanda. **Relator contraria oposição e não pede indiciamentos na CPI do BNDES**. In: G1. Brasília. 23/02/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/02/relator-contraria-oposicao-e-nao-pede-indiciamentos-na-cpi-do-bndes.html>>. Acesso em: 16/abril/2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Edilson Melo Távora**. Biografia. Sem data, online. Disponível em:< <https://www.camara.leg.br/deputados/131442/biografia>. >. Acesso em 07/06/2019

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (Org.); BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Org.). **Os Donos do Capital: A trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **Caminhos da Memória: parentesco e poder**. Revista Textos de História, Brasília, v.2, n. 3, p. 85-122, 1994.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **Metáforas do Parentesco e a duração em Política**. Revista Textos de História, Brasília, v. 3, n.1, p. 82-103, 1995.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **As metáforas da família na transmissão de poder político: questões de método**. Cadernos CEDES, Campinas, v. 18, n. 42, ago. 1997.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: CANÊDO, Leticia Bicalho. (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **Um capital político multiplicado no trabalho genealógico**. Revista Pós Ciências Sociais, Maranhão, v. 8, n. 15, p. 55-75, jan./jun. 2011.



- CANÊDO, Letícia Bicalho. **As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método**. Cad. CEDES, v.18, n.42. Campinas, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621997000100004&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621997000100004&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 13/02/2020
- CARVALHO, Luiz Maklounf. **O planeta Guido**. Revista época, 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2012/01/o-planeta-guido.html>>. Acesso Em: 02/08/2019.
- CASA CIVIL. **Decreto 59.170 de 02 de setembro de 1966**. In: Presidência da República, Casa Civil, subchefia para assuntos jurídicos. Online. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D59170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59170.htm)>. Acesso em: 29/10/2019
- CASTRO, Rodrigo e SETTI, Rennan. **A ascensão de Gustavo Montezano ao BNDES**. 2019. Disponível em:<<https://epoca.globo.com/a-ascensao-de-gustavo-montezano-ao-bndes-23753097>>. Acesso em: 19/08/2019.
- CENTENO, Gregório. **História da Trol**. Traduzido pelo jornalista Carlos Alberto Guimaraes em 01 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://playvender.blogspot.com/2013/10/historia-da-trol.html>>. Acesso em 02/06/2019
- CORDÃO, Michelly Pereira de Souza. **O jogo político da Democracia: Lutas simbólicas na redemocratização brasileira (1984-1985)**, 2015.
- CPDOC (1). **André Franco Montoro**. In: Verbete biográfico CPDOC. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/andre-franco-montoro>>. Acesso em: 25/07/2017
- CPDOC(2). **André Franco Montoro Filho**. In: Verbete biográfico CPDOC. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/montoro-filho-andre-franco> >. Acesso em: 25/07/2017
- CPDOC(3). **André de Lara Resende**. In: Verbete biográfico CPDOC. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/resende-andre-lara>>. Acesso em: 19/07/2018
- CPDOC(4). In: Verbete biográfico CPDOC. **Ari de Serqueira Vianna**. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/viana-ari-de-siqueira>>. Acesso em: 16/01/2019
- CPDOC(5). In: Verbete biográfico CPDOC, **Demian Fiocca**. Sem data, online. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fiocca-demian>> . Acesso em 02/08/2019



CPDOC(6). **Eduardo Modiano**. In: Verbetes biográficos CPDOC. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-marco-modiano>>. Acesso em: 25/05/2018

CPDOC(7). **Luis Carlos Delben Leite**. In: Verbetes biográficos CPDOC. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leite-luis-carlos-delben>>. Acesso em: 24/03/2018

CPDOC(8). **Luis Carlos Mendonça de Barros**. In: Verbetes biográficos CPDOC. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-carlos-mendonca-de-barros>> Acesso em: 08/07/2017

CPDOC(9). **José de Pio Borges Filho**. In: Verbetes biográficos CPDOC. Sem data, online. Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-pio-borges-de-castro-filho>>. Acesso em: 12/07/2019

CPDOC(10). **Marcio João de Andrade Fortes**. In: Verbetes biográficos CPDOC. Sem data, online. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcio-joao-de-andrade-fortes>>. Acesso em: 25/05/2018

CPDOC(11). **Marcos Pereira Viana**. Sem data, online. Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcos-pereira-viana>>. Acesso em: 03/06/2019

CPDOC(12). **Nei Fontes de Melo Távora**. In: Verbetes biográficos CPDOC. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nei-fontes-de-melo-tavora>>. Acesso em: 26/06/2019

CRUZEIRO. **Onde está a justiça?** In: Memória bn. Revista O Cruzeiro, Edição 0008, 1979. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&pasta=ano%20198&pesq=%20Jo%C3%A3o%20Fortes%20Engenharia%22>>. Acesso em: 20/06/2019

CUNHA, Mauro R, da. **As estruturas societárias e o risco da volta das pirâmides**. Contabilidade e Negócios. 25/05/2010. Disponível em: <<http://www.contabilidadeenegocios.com.br/2010/05/as-estruturas-societarias-e-o-risco-da.html>> . Acesso em: 13/02/2020

D'ARAUJO, Maria Celina. **E ele voltou...o Brasil no segundo governo Vargas-Comissão Mista Brasil Estados Unidos**. (Sem data), online. In: FGV/CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista>>. Acesso em: 02/08/2016

DOSP. **Página 50 do Poder judiciário**. In: Diário Oficial do Estado de São Paulo. Online. 16 dez 1966. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/4968854/pg-50-poder-judiciario-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-16-12-1966>>. Acesso em: 08/07/2018

DRAIBE, Sonia. **Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985. Disponível em: <<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1063/1386>>. Acesso:22/02/2019.

ÉPOCA. **Morre o economista Francisco Gros**. In: Época negócios. Online, 20/05/2010. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI141930-16418,00-MORRE+O+ECONOMISTA+FRANCISCO+GROS.html>>. Acesso em: 15/06/2019

ESCAVADOR. Guilherme Castanho Franco Montezano. Online, 2019. Disponível em: < <https://www.escavador.com/sobre/1004526/guilherme-castanho-franco-montoro> >. Acesso em: 25/06/2019

ESTEVINHO, Glória. **Prosopografia dos diretores do BNDES**, Revista NEP/UFPR. Curitiba, v.3, n.1, p 312-373 maio 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/52573/32318>>. Acesso em 01/12/2017.

ESTEVINHO, Glória. **Valder Lima Sarmanho, André Franco Montoro: Nepotismo no BNDES?** Revista NEP-UFPR/2018. Curitiba, v 4, n3, p.213-231, 2018. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/60222> >. 07/08/2019.

EXPLORADOR. **Umberto Modiano, empresário francês radicado no Brasil, foi o maior exportador de café dos anos 70**. Online, 2012. Disponível em: <<http://www.oexplorador.com.br/umberto-modiano-empresario-frances-radicado-no-brasil-foi-o-maior-exportador-de-cafe-dos-anos-70/>>. Acesso em: 26/06/2019

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar em Revista, n 28, Curitiba, Jul/ Dez 2006. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602006000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003)> .Acesso em: 17/01/2020

FELSKI, Rita. **The Gender of Modernity**. Cambridge, Mass.London: Harvard University Press,1995

FERREIRA, Marieta Moraes. **Hélio Fernandes**. In: Verbete biográfico CPDOC. Sem data, online. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-helio>>. Acesso em: 26/05/2019 e < [https://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9lio\\_Fernandes](https://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9lio_Fernandes)> Wikipedia

FL (Folha de Londrina). **A inflação em alta marcou o governo Figueiredo**. 25 de dezembro de 1999. Disponível em: < <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/inflacao-alta-marcou-governo-figueiredo-239962.html>>. Acesso em 25/06/2019.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1989.

FRANCO, Geissa; BITTENCOURT, Maiane; CARDOSO, Jussara. **A atuação política das vereadora na Câmara Municipal de Curitiba** In: Memória Política de Curitiba – CMC (2013-2015). – Anais / Ana Crhistina Vanali (org). Curitiba: Edições NEP, 2016. Disponível em: < <http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/34>>. Acesso em: 16/02/2019.

FRAZÃO, Dilva. **Otto Lara Resende**. In: ebiografia. Online. 18/12/2018. Disponível em:< [https://www.ebiografia.com/otto\\_lara\\_resende/](https://www.ebiografia.com/otto_lara_resende/)>. Acesso em: 07/08/2018

FRAZÃO, Dilva (2). **Biografia de Dilma Rousseff**. 05/03/2019. Disponível em:< [https://www.ebiografia.com/dilma\\_rousseff/](https://www.ebiografia.com/dilma_rousseff/)> Acesso em: 24/01/2020

FRAZÃO, Dilva (3). **Luiz Inácio Lula da Silva: ex-presidente do Brasil**. In: e-biografia. Online. 15/11/2019. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/luiz\\_inacio\\_lula\\_silva/](https://www.ebiografia.com/luiz_inacio_lula_silva/)>. Acesso em: 02/02/2020

FREIRE, Américo. **Entre dois governos: 1945-1950> redemocratização e eleições de 1945**. In: CPDOC: E ele voltou...o Brasil no segundo governo Vargas (1951-1954). Sem data, online. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Redemocratizacao>>. Acesso em:02/06/2019

FSP - Folha de São Paulo. **Werlang era discípulo de Simonsen**. 11 fev 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi11029911.htm>>. Acesso em: 26/05/2019

GLOBO. **Morre ex-presidente do BNDES Eduardo Modiano**. Online, 2017. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/economia/morre-ex-presidente-do-bndes-eduardo-modiano-22162702>>. Acesso em: 26/06/2019

GOMES, Angela de Castro; DIAS, José Luciano de Mattos; MOTTA, Marly Silva da. **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GOMES, Glória Estevinho. **GÊNERO E BNDES: Seria mais um caso de machismo estrutural?** Revista NEP/UFPR. Curitiba, v 1, n 5, 2019. Disponível em:< <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/67661>>. Acesso em 18/08/2019.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **A Dança das Cadeiras: Análise do Jogo Político na Assembléia Legislativa do Paraná (1889-1930)**, Paco Editorial, 2014.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. As Mulheres na ALEP: uma abordagem prosopográfica. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (ORG.). **Nepotismo, Parentesco e Mulheres**. Curitiba: RM editores, 2016a.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **Famílias e estrutura no poder da Assembléia Legislativa do Paraná**. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Brasília/DF. PDF, 2017.

GRILL, Igor; BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Estratégias de reprodução de “elites”, transformações morfológicas e reconfigurações dos espaços de poder. REpocs, v. 17,n. 33, jan/jun, p. 11-19, 2020. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/13316/7377>>.

Acesso em: 10/02/2020

HEINZ, Flávio. **História social das elites**. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/Historia-social-de-elites-FLAVIO-HEINZ.pdf>>. Acesso em 19/07/2016.

HEINZ, Flávio. **Nota sobre o uso de anuários sociais do tipo Who's who em pesquisa prosopográfica**. In: História Social de elites. Observatório das elites. São Leopoldo: Oikos, PDF, 2011, p.154-164. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=Fl%C3%A1vio+heinz+historia+social+de+elites&oq=Fl%C3%A1vio+heinz+historia+social+de+elites&aqs=chrome..69i57.20456j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 16/11/2016

HILDEGARD, Angel. **AOS 105 ANOS, MORRE A MATRIARCA FILOMENA MATARAZZO SUPPLY, DEIXANDO 164 DESCENDENTES**. 07/12/2013. Disponível em: <<http://www.hildeangel.com.br/aos-105-anos-morre-a-matriarca-filomena-matarazzo-supply-deixando-164-descendentes/>>. Acesso em: 03/02/2019

KELLER, Vilma. **Eugênio Gudín**. In: Verbete biográfico CPDOC, (sem data), online.

Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-gudin-filho>>. Acesso em 20/06/2019.

KLUGER, Elisa. **Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço de economistas no Brasil**. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. PDF, 2017. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde.../2017\\_ElisaKluger\\_VCorr.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde.../2017_ElisaKluger_VCorr.pdf)>. Acesso em: 20/03/2018.

KLUGER, Elisa. **Mario Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto: Socializações Desiguais, Carreiras Análogas, Modalidades Dísparas de Exercício do Poder**. 2018

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582018000400301&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000400301&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 26/08/2019.

LAZZARINI, Sérgio. **Capitalismo de Laços: os donos do Brasil e suas conexões**, São Paulo, BEI Comunicação, 2018.

LEMOS, Renato; LAMARÃO, Sergio; PINHEIRO, Luciana. **Edmar Bacha**. In: Verbetes biográficos CPDOC. Sem data, online. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edmar-lisboa-bacha>>.

Acesso em: 07/06/2018.

LEMOS, Renato; PINHEIRO, Luciana. **Pérsio Arida**. In: Verbetes biográficos CPDOC. Sem data, online. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arida-persio>> Acesso em: 30/06/2019

LOPES, Gustavo; MORAES, Glória. **Francois Robert André Gros**. In: Verbetes biográficos CPDOC. Sem data, online. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francois-robert-andre-gros>>.

Acesso em: 07/06/2018

MALIN, Mauro. **Eurico Gaspar Dutra**. In: Verbetes biográficos CPDOC, (sem data), online. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dutra-eurico-gaspar>>. Acesso em 20/06/2019.

MARQUES, Maria Silvia Bastos. **Vontade Inabalável: Os erros e acertos de uma executiva pioneira**. Primeira Pessoa. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.amazon.com.br/Vontade-inabal%C3%A1vel-acertos-executiva-pioneira-ebook/dp/B07JJMP3LB>>. Acesso em 26/05/2019

MARX Karl. **Manifesto Comunista**. Boitempo, Editorial. 26 de outubro de 2015. 256 páginas. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books/about/Manifesto\\_comunista.html?id=6rhj8MBYKQ0C&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books/about/Manifesto_comunista.html?id=6rhj8MBYKQ0C&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)> Acesso em: 01/02/2020.

MAYER, Jorge Miguel; MONTEIRO, Maria Carmino; ALDÉ, Lorenzo. **André Franco Montoro Filho**. In: Verbetes biográficos CPDOC, sem data, online. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/montoro-filho-andre-franco>>. Acesso em: 25/06/2019

MELLO, João. **A conquista do voto feminino, em 1932**. Online. 26/02/2014 Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/historia/a-conquista-do-voto-feminino-em-1932/>>. consulta em: 16/02/2019.

MENESES, Moreira da Silva. **Dilson Funaro**. In: Verbete biográfico CPDOC, sem data, online. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbetes-biografico/dilson-domingos-funaro>>. Acesso em: 25/05/2017.

MONTEIRO, Lorena Madruga. **Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa?** Pensamento Plural, Nº 14 p.11-21, Pelotas 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3798>>. Acesso em: 21/04/2016.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar**. São Paulo: Liber Ars, 2016.

MONTEIRO, José Marciano. **10 lições sobre Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MORAES, Glória. **Carlos Lessa**. In: Verbete biográfico CPDOC, sem data, online. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/lessa-carlos>>. Acesso em: 24/03/2019.

MOURA, Tatiana Matias. **Políticas afirmativas nos governo Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Vitória/ES. 2019. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0197-1.pdf>>. Acesso em: 17/01/2020.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar**. São Paulo: LiberArs, 2016.

MOURÃO, Julio Olímpio Fusaro. **A integração competitiva e o planejamento estratégico no Sistema BNDES**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v 1, n 2, p 3-26, dez 1994. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11297/1/RB%2002%20A%20integra%c3%a7%c3%a3o%20Competitiva%20e%20o%20Planejamento%20Estrat%c3%a9gico%20no%20Sistema%20BNDES\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11297/1/RB%2002%20A%20integra%c3%a7%c3%a3o%20Competitiva%20e%20o%20Planejamento%20Estrat%c3%a9gico%20no%20Sistema%20BNDES_P_BD.pdf)>. Acesso em 03/01/2020.

MUDATUDO. **Executiva larga carreira e investe em artesanato**. In: Jornalismo construtivo. Sem data, online. Disponível em: <<https://mudatudo.com.br/executiva-larga-carreira-e-aposta-artesanato-brasileiro/>>. Acesso em: 14/06/2019

MPF. **Onde começou**. In: Ministério Público Federal, lava jato. Sem data, online. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico/por-onde-comecou>>. Acesso em: 16/abril/2016.



MOVIMENTO. **A escalada das multinacionais**. In: Movimento: cena brasileira: subúrbio carioca. Jornal do Serviço. Rio de Janeiro, fevereiro, 1970. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=318744&pesq=Joao%20Fortes%20Engenharia&pasta=ano%20197>>. Acesso em: 20/06/2018.

NAPOLITANO, Giuliana; VILARDAGA, Vicente. **A política de campeões nacionais naufragou**, 2013. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/revista-exame/um-modelo-que-fracassou>. >. Acesso em: 02/08/2019

NIESS, Alexandre. **Nepotismo e confisco familiar no sistema eleitoral da Terceira República**. *French History*, Volume 26, Edição 3, setembro de 2012, páginas 325–343, 25 de julho de 2012. Disponível em: <<https://academic.oup.com/fh/article/26/3/325/521741>>. Acesso em: 09/02/2020

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná**. Curitiba: Editora Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Editora Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Estado, Classe dominante e Parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (Org.). **Nepotismo, Parentesco e Mulheres**. Curitiba: RM Editores, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Brasil: República do Nepotismo**. In: Instituições e Poder. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

OLIVEIRA, Sérgio Azevedo Marques de. In: Serviço Geológico do Brasil. RADAM. Sem data, online <<http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Sensoriamento-Remoto-e-Geofisica/RADAM-D-628.html>>. Acesso em: 20/02/2019.

PAIVA, Marcia de. BNDES: **um banco de história e de futuro/ BNDES 60 anos** – São Paulo, 2012. Disponível em: < <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1785>>. Acesso em 12/03/2016.

PINHEIRO(a), Luciana. **Guido Mantega**. In verbete biográfico CPDOC, sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mantega-guido>>. Acesso em: 02/08/2019.

PINHEIRO(b), Luciana. **Luciano Coutinho**. In verbete biográfico CPDOC, sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coutinho-luciano>>. Acesso em: 02/08/2019



POZZI, Sandro. **As três mulheres que lideram a análise da economia mundial**. El país. 04/10/2018. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/03/economia/1538556755\\_749295.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/03/economia/1538556755_749295.html)>. Acesso em: 06/03/2019

RIBEIRO JUNIOR, Isaías. **A utilização das fontes de energia renovável e o reflexo na economia brasileira**. UFRJ. Três Rios, trabalho de metodologia em Economia, 2015. Disponível em: <<https://www.itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t236.pdf>>. Acesso em 23/11/2017.

ROSA, Rubens. **Brinquedos Troll, Dilson Funaro, verdades e mentiras**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/5170/Brinquedos%2BTrol%252C%2BDilson%2BFunaro%252C%2Bverdades%2Be%2Bmentiras/pagina/2>>. Acesso em: 02/06/2019

ROCHA, Camilo. **Quem é Joyce Oliveira, pioneira da música eletrônica no Brasil**. Nexo, 27 de jul de 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/07/27/Quem-%C3%A9-Jocy-de-Oliveira-pioneira-da-m%C3%BAsica-eletr%C3%B4nica-no-Brasil>>. Acesso em: 15/07/2019.

SÁ, Gildácio. **José Pio Borges de Castro**. In: Portal da História do Ceará. Cearenses Notáveis – F. Silva Nobre. 2013. Disponível em: <[http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1932&catid=293&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1932&catid=293&Itemid=101)> Acesso em: 12/07/2019

SAES, Décio. **Uma contribuição crítica à Teoria das Elites**. 1994. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=uma+contribui%C3%A7%C3%A3o+critica+a+teoria+d+as+elites&oq=uma+contribui%C3%A7%C3%A3o+critica+a+teoria+das+elites&aqs=chrome..69i57.10696j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 23/11/2018.

SANT'ANNA, André Albuquerque; BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues; ARAUJO, Pedro Quaresma de. **Mercado de crédito no Brasil: evolução recente e o papel do BNDES (2004-2008)**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 41-60, jun. 2009. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8561/2/RB%2031%20Mercado%20de%20Cr%C3%A9dito%20no%20Brasil\\_Evolu%C3%A7%C3%A3o%20Recente%20e%20o%20Papel%20do%20BNDES%202004-2008%29\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8561/2/RB%2031%20Mercado%20de%20Cr%C3%A9dito%20no%20Brasil_Evolu%C3%A7%C3%A3o%20Recente%20e%20o%20Papel%20do%20BNDES%202004-2008%29_P_BD.pdf)>. Acesso em: 03/01/2015.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes**, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35836>>. Acesso em 02/07/2019.

SCALERCIO, Márcio. **Eugênio Gudín: inventário de flores e espinhos: um liberal em estado puro**. Rio de Janeiro: Insight, 2012. Disponível em: <

[https://insightnet.com.br/gudin/Miolo\\_Gudin\\_FINAL.pdf](https://insightnet.com.br/gudin/Miolo_Gudin_FINAL.pdf)> Acesso em: 20/06/2019

SILVA, Daniel Neves. **Segundo Governo de Vargas**. (Sem data), online. Disponível em:<<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/segundo-governo-getulio-vargas.htm>>. Acesso em: 20/09/2019.

SOUTO, Luiza. **Antonio Barros de Castro morre em desabamento**. Folha de São Paulo. 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2208201105.htm>>. Acesso em: 24/06/2019

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2011, vol.19, n.39, pp.115-137. (Cambridge, Mass., v. 100, n. 1, p. 46-79, Winter 1971) – Revista Daedalus, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000200009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782011000200009&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 15/10/2017

SOUZA, Angelita Matos. **O expansionismo no governo Lula e o BNDES**. Meridiano 47 vol.11,n.120,p.47a53jul- ago 2010. Disponível em: < [file:///C:/Users/Gloria/Downloads/4219-Texto%20do%20artigo-7531-1-10-20170929%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Gloria/Downloads/4219-Texto%20do%20artigo-7531-1-10-20170929%20(2).pdf)>. Acesso em: 03/10/2019

TOSTE, Alexandra. In: Verbete biográfico CPDOC. **Antonio Barros de Castro**. Sem data, online. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-barros-de-castro>>. Acesso em: 26/07/2017

TOURAINÉ, Alan. **O campo político de FHC**. Pró-posições, v. 3, n. 2(39) set/dez 1999. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20701999000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000200002) >. Acesso em: 08/02/2020

TRE. **24 de fevereiro: Dia da conquista do Voto Feminino no Brasil**. Online. 23/02/2018. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/imprensa/noticias-tre-pr/2018/Fevereiro/24-de-fevereiro-dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-1>>. Acesso em: 16/02/2019

TRIBUNA DA IMPRENSA. **Ur\_gente**. RJ, Dez 1970. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083\\_03&pasta=ano%20197&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Machado%20Fortes%22](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_03&pasta=ano%20197&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Machado%20Fortes%22) >. Acesso em: 20/06/2019

TSE (Tribunal Superior Eleitoral). **Resultados das eleições 1994**. Disponível em:<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil/resultados-das-eleicoes-1994-brasil>>. Acesso em: 02/08/2019

TSE(2) (Tribunal Superior Eleitoral). **Mulheres representam 52 do eleitorado brasileiro**. Online. 06/03/2018 Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro> >. Acesso em: 16/02/2019

TVUAI. **Família Barros**. In: Pouso Alegre. Passado e presente. Sem data, online. Disponível em: <<http://www.tvuai.com.br/pousoalegre/pa153/familias6.html>>. Acesso: 07/07/2019

VASCONCELOS, Frederico. **Ex donos da Trol são denunciados por fraude**. Folha de São Paulo. Mercado. 26 de abril de 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi260423.htm>>. Acesso em: 02/06/2019

VEJA. **Moratória: há 30 anos o país mergulhava no escuro**. In: Blog Reveja. 23/02/2017. Online. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reveja/moratoria-ha-trinta-anos-o-pais-mergulhava-no-escuro/>>. Acesso em: 28/07/2019

WOLFART, Graziela; VARGAS, Greyce e KLEY, Rafaela. **Entrevista com Carlos Lessa**. In: Revista do Instituto Humanitas Unisinos(IHU). Edição 344 de 21 de setembro de 2010, Online. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/18-artigo-2010/3529-perfil-7?showall=&limitstart=>>. Acesso em 01/08/2019

WRIGHT MILLS, Charles. **A elite do poder: militar, econômica e política**. In: H. R. FERNANDES (org.), Wright Mills, Coleção Grandes Cientistas Sociais, no. 48. São Paulo: Editora Ática, 1981.

#### Sites consultados:

A mística do parentesco. Árvore genealógica Marcio João de Andrade Fortes. Disponível em:<<https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=12811>>. Acesso em: 14/03/2019.

Estadão. **Morre o economista Francisco Gros, ex BNDES, BC e Petrobrás**. RIO. O Estado de São Paulo, 21 de maio de 2010. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,morre-francisco-gros-ex-bndes-bc-e-petrobras-imp-,554541>>. Acesso em: 15/06/2019.

Instituto Idear. Prefeitura de Maracanaú. Se liga. **Biografia de Eleazar de Carvalho: O maestro**. Disponível em <<http://eleazardecarvalho.blogspot.com/2009/06/biografia-de-eleazar-de-carvalho-o.html>>. Acesso em:15/07/2019.

A Instituição Conselho e a Democracia: na história do Brasil e no conselho nacional de política cultural, Centro de Convenções Ulysses Guimarães Brasília/DF – 16, 17 e 18 de abril de 2013. VI Congresso Consad – Gestão Pública, disponível em: <<http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/068-A-INSTITUI%C3%87%C3%83O-CONSELHO-E-A-DEMOCRACIA-NA-HIST%C3%93RIA-DO-BRASIL.pdf>>. Acesso em 08/04/2017.

Perfil dos diretores do Banco Central do Brasil nos governos Cardoso, Lula e Dilma; Eric Gil Dantas (ufpr; nusp); Adriano Codato (ufpr; nusp); Renato Perissinotto (ufpr; nusp), disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/wp-observatory-n.10-2014.pdf>>. Acesso em 28/05/2016.

O cenário nacional da década de 1950. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso 29/fev/2016.

A utilização das fontes de energia renovável e o reflexo na economia brasileira. Disponível em: <<https://www.itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t236.pdf>>. Acesso em 23/11/2017.

Operação Lava Jato. Disponível em <http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico/por-onde-comecou>. Acesso em 16.abril.2016

CPI do BNDES. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/cpi-do-bndes-e-instalada-na-camara-dos-deputados.html>. Acesso em 16/abril/2016.

Relator não pede indiciamentos na CPI do BNDES. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/02/relator-contraria-oposicao-e-nao-pede-indiciamentos-na-cpi-do-bndes.html>. Acesso em 16/abril/2016.

Entrevista concedida por Ricardo Costa Oliveira. Disponível em:<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/a-politica-vem-se-tornando-negocio-de-familia-no-parana-daedg5khe2xep7latvv9o0kem>>. Acesso em 16/03/2016

E ele voltou...o Brasil no segundo governo Vargas. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista>>. Acesso em:02/08/2016

Educação versus Cultura? Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/02.pdf)>. Acesso em: 02/08/2018.

Ensino Superior: trajetória e políticas recentes. Disponível em:<<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35836>>. Acesso em 02/07/2019.

A ascensão de Gustavo Montezano ao BNDES. Disponível em:<<https://epoca.globo.com/a-ascensao-de-gustavo-montezano-ao-bndes-23753097>>. Acesso em: 19/08/2019.

Mario Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto: Socializações Desiguais, Carreiras Análogas, Modalidades Disparas de Exercício do Poder. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582018000400301&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000400301&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 26/08/2019.

Verbetes temático CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>>. Acesso em: 15/10/2019.

A relação do Brasil com o FMI. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/fmi-brasil-relacao-fundo-monetario-internacional/>>. Acesso em 29/10/2019

Dicionário online. **Nepotismo**. Disponível em:< <https://www.dicio.com.br/nepotismo/>>. Acesso em 011/02/2020

## ANEXOS

### ANEXO I: LISTA DOS PRESIDENTES DO BNDES (1952-2019)

Nº	Nome-Formação	Início	Fim	Presidente
1	Ari Frederico Torres - Engenheiro civil	julho de 1952	junho de 1953	Getúlio Vargas – PTB (1946-1954)
2	Válder Lima Sarmanho - Engenheiro Civil	junho de 1953	agosto de 1954	
		agosto de 1954	fevereiro de 1955	Café Filho – PSP
3	Glycon de Paiva Teixeira - Engenheiro de minas	março de 1955	novembro de 1955	
		novembro de 1955	fevereiro de 1956	Nereu Ramos – PSC
4	Lucas Lopes - Engenheiro	fevereiro de 1956	junho de 1958	Juscelino Kubitschek – PSC
5	Roberto Campos - Filósofo e Economista	agosto de 1958	julho de 1959	
6	Lúcio Martins Meira -Engenheiro e político	julho de 1959	fevereiro de 1961	
7	José Vicente Faria Lima - militar e político	fevereiro de 1961	setembro de 1961	Jânio Quadros – PTN (1954-1961)
8	Leocádio de Almeida Antunes - Economista e advogado	setembro de 1961	junho de 1963	João Goulart- PTB
9	José Garrido Torres - Ciências Econômicas N.Y.	julho de 1964	março de 1967	Castelo Branco – ARENA
10	Jayme Magrassi Sá - Ciências Contábeis e Econômicas	março de 1967	outubro de 1970	Costa e Silva – ARENA
11	Marcos Pereira Vianna- Engenheiro	outubro de 1970	março de 1974	Emílio Garrastazu Médici – ARENA
		março de 1974	março de 1979	Ernesto Geisel - ARENA
12	Luiz Antônio Sande de Oliveira - Advogado	março de 1979	setembro de 1983	João Baptista Figueiredo - ARENA (1978-1979) e PDS (1980-1985)
13	Jorge Lins Freire - Administrador	setembro de 1983	outubro de 1984	
14	José Carlos Perdigão Medeiros da Fonseca - Advogado	outubro de 1984	março de 1985	
15	Dilson Funaro - Economista	março de 1985	agosto de 1985	José Sarney – PMDB
16	André Franco Montoro Filho - Economista	agosto de 1985	janeiro de 1987	
17	Márcio Fortes -Engenheiro Civil	janeiro de 1987	setembro de 1989	
18	Ney Fontes de Melo Távora - Engenheiro Civil	outubro de 1989	março de 1990	
19	Eduardo Modiano -Engenheiro e Economista	março de 1990	outubro de 1992	Fernando Collor de Mello – PRN (1989-1992)
20	Antônio Barros de Castro - Economista	outubro de 1992	março de 1993	Itamar Augusto Cautieiro Franco – PRN(1989-1992) e (1992-2009)
21	Luiz Carlos Delben Leite - Economista	março de 1993	agosto de 1993	
22	Pérsio Arida - Economista	setembro de 1993	janeiro de 1995	
23	Edmar Bacha - Economista	janeiro de 1995	novembro de 1995	Fernando Henrique Cardoso – PSDB
24	Luiz Carlos Mendonça de Barros	novembro de 1995	abril de 1998	

	– Engenharia de Produção			
25	André Lara Resende - Economista	abril de 1998	novembro de 1998	
26	José Pio Borges de Castro Filho – Engenheiro Mecânico	novembro de 1998	julho de 1999	
27	Andrea Sandro Calabi – Economista	julho de 1999	fevereiro de 2000	
28	Francisco Gros - Economista	fevereiro de 2000	janeiro de 2002	
29	Eleazar de Carvalho Filho - Economista	janeiro de 2002	janeiro de 2003	
30	Carlos Lessa - Economista	janeiro de 2003	novembro de 2004	
31	Guido Mantega -Economista e Sociólogo	novembro de 2004	março de 2006	Luiz Inácio Lula da Silva – PT
32	Demian Fiocca - Economista	março de 2006	maio de 2007	
33	Luciano Coutinho – Economista	maio de 2007	janeiro de 2010	
		janeiro de 2010	maio de 2016	Dilma Rousseff – PT
34	Maria Silvia Bastos Marques - Administradora e empresária	maio de 2016	maio de 2017	
35	Paulo Rabello de Castro - Economista	maio de 2017	abril de 2018	Michel Temer - PMDB
36	Dyogo Henrique de Oliveira - Economista	abril de 2018	7 de janeiro de 2019	
37	Joaquim Levy -Engenheiro Naval	7 de janeiro de 2019	16 de junho de 2019	Jair Bolsonaro – PSL
38	Gustavo Montezano - Engenheiro IME- RJ	17 de junho de 2019		

Fonte: Lista de Presidentes BNDES, atualizada e adaptada pela autora, evidenciando a primeira graduação de seus agentes e o partido político dos Chefes da Nação.



## A Confraria dos Besouros – contribuições de Antonio Barros de Castro para a economia brasileira



**Ana Célia Castro**  
Professora Titular da UFRJ, esposa do Professor Antonio Barros de Castro



**Lavinia Barros de Castro**  
Economista do BNDES e professora do Ibmec. Filha do professor Antonio Barros de Castro

O professor Antonio Barros de Castro deu em vida diversas entrevistas. Após concedê-las, não sossegava enquanto não tinha acesso ao texto para verificar se era fiel ao que havia dito e se a forma estava “redonda”. Mas, tratando-se da professora Leda Paulani, não foi necessário. A entrevista intitulada *A Salvação do Corredor de Longa Distância*, Antonio Barros de Castro, publicada em *Economia Aplicada*, USP, em dezembro de 2000, seria uma verdadeira contribuição às reflexões do autor.

Nela, Castro diz: “O Paul Baran tinha dito que o Japão era o análogo do besouro: pelas leis da aerodinâmica, não pode

trou o besouro: a concentração de renda deveria ser um entrave ao crescimento da economia brasileira, entretanto, não era. O Brasil viveria um período de elevado crescimento nos anos 1970, porque a renda concentrada nos 10% do topo da pirâmide constituía um importante mercado para a indústria, montada à imagem e semelhança dos seus congêneres internacionais. Mais tarde, Maria da Conceição Tavares, em coautoria com José Serra, em *Além da Estagnação*, retomaria e desenvolveria esse tema’.

O segundo besouro pode ser encontrado ainda nos 7

Fonte: Edição especial em homenagem a Antonio Barros de Castro – Rumo 6 novembro/dezembro 2011.

Disponível em: <https://abde.org.br/wp-content/uploads/2018/06/02012012115188054-Especial-Antonio-Barros-de-Castro.pdf>



nio público.

O Ministério Público Federal de São Paulo deve convocar para depor na próxima semana o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Carlos Lessa para esclarecer as declarações dadas anteontem pelo presidente Lula. A informação é do procurador José Roberto Pimenta Oliveira.

Segundo o procurador, já existe uma ação civil pública por improbidade administrativa, movida pelo Ministério Público Federal de São Paulo, contra toda a direção do BNDES que esteve envolvida no processo de privatização da Eletropaulo.

- Estão na ação o ex-presidente do BNDES Luiz Carlos Mendonça de Barros e José Pío Borges de Castro Filho. A ação questiona a concessão de financiamento do BNDES para a privatização da Eletropaulo - esclareceu José Roberto Pimenta Oliveira.

Presidente do BNDES à época das privatizações, o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros disse que processará Carlos Lessa, recém-saído da presidência da instituição, por calúnia e difamação.

"Vou processar criminalmente o senhor Lessa em razão das imputações falsas e do palavreado chulo por ele utilizado", informou em nota. Afirmado que se concentrará em Lessa - "Lula será respondido politicamente" -, Mendonça de Barros o acusa de pinçar dois casos isolados para

Fonte: Hemeroteca Digital

# A mística do parentesco

Buscar nome ou sobrenome

AGRADECIMENTOS	PROJETO	LIVROS	FOTOS	BUSCA	CONTATO	Album
----------------	---------	--------	-------	-------	---------	-------

7382 / V.2

Márcio João de Andrade Fortes;

7392 / V.2

MÁRCIO JOÃO DE ANDRADE FORTES, n. 04.10.1944 em Belo Horizonte, MG. Engenheiro formado no Rio de Janeiro; Político e Empresário. Presidente da João Fortes Engenharia (1968-1986); Secretário Geral do Ministério da Fazenda (1979-1980), ocasião em que foi Ministro interino; Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (1987-1989); Presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) (1989-1991); Presidente da Fundação Museu Raymundo de Castro Maya, no Rio de Janeiro; Funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU), num programa de articulação empresarial para a Conferência Mundial do Meio Ambiente que realizou-se no Rio de Janeiro em 1992; Secretário de Obras e Transportes da Prefeitura do Rio de Janeiro, no Governo Cesar Maia (1993).

Casou-se no Rio de Janeiro com CÉLIA MARIA COSTA RODRIGUES CORRÊA, n. 20.10.1946 no Rio de Janeiro. Filha de Glades Costa Rodrigues e de Nelson Rodrigues Corrêa (n. 22.06.1905 em São Paulo. Advogado; poeta com pseudônimo de Claudio Peralva Filho); neta materna de José Barreto Costa Rodrigues (n. no Maranhão. Deputado Federal) e de Lucília Lima. Ascendência paterna: neta de José Mariano Corrêa (n. em Codó, MA, e + 1905 em São Paulo. Advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (do Largo de São Francisco) em 1891, depois de estudar os três primeiros anos na Faculdade de Direito do Recife; colega de turma de Washington Luiz Pereira de Souza; Juiz de Direito em Valença, RJ; Vice procurador do Estado de São Paulo; poeta com o pseudônimo de Claudio Peralva) e de Thereza Garcia Rodrigues (n. 27.10.1877 em Santa Teresa de Valença, RJ); bisneta de Manoel Corrêa Bayma do Lago (n. no Maranhão) (Aparentemente Manoel Corrêa Bayma do Lago é da mesma família dos Corrêa do Lago, do Maranhão); e bisneta de Alfredo Francisco Rodrigues (n. no Porto - Victoria -, em Portugal) e de Deolinda Elisa Garcia (n. 1856, e f. 26.03.1892 em Santa Teresa de Valença, RJ) [ver Adjalme Paiva Garcia, verbete 8626a\_2] (Proprietários da fazenda do Travessão, em Santa Teresa de Valença, RJ) (Deolinda Elisa Garcia era irmã de Joaquina Amélia Garcia, casada com Saturnino Rodrigues Alves Barbosa (Moraes, 1985:129); trineta de Rosa Joaquina da Silveira (n. em Pirai, RJ) e de José Luiz Garcia (n. 25.03.1820 em Santana do Pirai, RJ, e + 1868 em Santa Teresa de Valença. Rico fazendeiro. Vereador em Valença.); tetraneta de Rosa Maria Joaquina (n. Santana do Pirai, RJ, + 12.06.1893 no Rio de Janeiro. *Ela era muito rica*) e de José Vicente da Silveira (*Ele gastou o dinheiro dela* - n. 14.12.1775 no Salão, Conselho da Horta, na Ilha do Faial, nos Açores, Portugal, e f. antes de 1850 em Santana do Pirai. Produtor de café em Santana do Pirai. (Rosa Maria Joaquina, depois de viúva e arruinada pelo



Márcio João de Andrade Fortes  
(7392\_2), Daniela Corrêa  
Fortes Célia Maria Costa  
Rodrigues Correa

Casou-se no Rio de Janeiro com CÉLIA MARIA COSTA RODRIGUES CORRÊA, n. 20.10.1946 no Rio de Janeiro. Filha de Glades Costa Rodrigues e de Nelson Rodrigues Corrêa (n. 22.06.1905 em São Paulo. Advogado; poeta com pseudônimo de Claudio Peralva Filho); neta materna de José Barreto Costa Rodrigues (n. no Maranhão. Deputado Federal) e de Lucília Lima. Ascendência paterna: neta de José Mariano Corrêa (n. em Codó, MA, e + 1905 em São Paulo. Advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (do Largo de São Francisco) em 1891, depois de estudar os três primeiros anos na Faculdade de Direito do Recife; colega de turma de Washington Luiz Pereira de Souza; Juiz de Direito em Valença, RJ; Vice procurador do Estado de São Paulo; poeta com o pseudônimo de Claudio Peralva) e de Thereza Garcia Rodrigues (n. 27.10.1877 em Santa Teresa de Valença, RJ); bisneta de Manoel Corrêa Bayma do Lago (n. no Maranhão) (Aparentemente Manoel Corrêa Bayma do Lago é da mesma família dos Corrêa do Lago, do Maranhão); e bisneta de Alfredo Francisco Rodrigues (n. no Porto - Victoria -, em Portugal) e de Deolinda Elisa Garcia (n. 1856, e f. 26.03.1892 em Santa Teresa de Valença, RJ) [ver Adjalme Paiva Garcia, verbete 8626a\_2] (Proprietários da fazenda do Travessão, em Santa Teresa de Valença, RJ) (Deolinda Elisa Garcia era irmã de Joaquina Amélia Garcia, casada com Saturnino Rodrigues Alves Barbosa (Moraes, 1985:129); trineta de Rosa Joaquina da Silveira (n. em Pirai, RJ) e de José Luiz Garcia (n. 25.03.1820 em Santana do Pirai, RJ, e + 1868 em Santa Teresa de Valença. Rico fazendeiro. Vereador em Valença.); tetraneta de Rosa Maria Joaquina (n. Santana do Pirai, RJ, + 12.06.1893 no Rio de Janeiro. *Ela era muito rica*) e de José Vicente da Silveira (*Ele gastou o dinheiro dela* - n. 14.12.1775 no Salão, Conselho da Horta, na Ilha do Faial, nos Açores, Portugal, e f. antes de 1850 em Santana do Pirai. Produtor de café em Santana do Pirai. (Rosa Maria Joaquina, depois de viúva e arruinada pelo marido, recuperou sua fortuna, tornando-se uma próspera fazendeira ao administrar sozinha suas fazendas, Santa Rosa em Santana do Pirai e Travessão do Meio, em Santa Teresa de Valença)) [Roberto Menezes de Moraes, comunicação pessoal em 2000. Forjaz, 2009.Vol.2:115-116, 123-127]; pentaneta de Maria Joaquina (Ferraz de Araujo) (n. em Resende, RJ) e de José dos Santos (n. na Ilha do Faial, nos Açores); hexaneta do Capitão José Bento de Araujo (n. em Pindamonhangaba, SP. Silva Leme, anota erradamente como residente em Parati, RJ. Entretanto, o correto seria em Pirai, RJ. Ver ancestrais do Capitão José Bento de Araujo, in Silva Leme, 1904:3:130).

Márcio João de Andrade Fortes e Célia Maria Costa Rodrigues Corrêa são pais de:

Fonte: parentesco.com.br